

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**LEONARDO DE ALMEIDA FILLUS**

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NA ATIVA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA SOBRE SUA  
APOSENTADORIA, REGIDA PELO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA  
SOCIAL, APÓS A EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ N.º 45  
DE 2019**

**PONTA GROSSA  
2025**

**LEONARDO DE ALMEIDA FILLUS**

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NA ATIVA  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA SOBRE SUA  
APOSENTADORIA, REGIDA PELO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA  
SOCIAL, APÓS A EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ N.º 45  
DE 2019**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas. Linha de Pesquisa: História, Cultura e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior.

**PONTA GROSSA  
2025**

F487 Fillus, Leonardo de Almeida

A representação social de professores universitários na ativa da Universidade Estadual de Ponta Grossa sobre sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social, após a Emenda à Constituição do estado do Paraná n.º 45 de 2019 / Leonardo de Almeida Fillus. Ponta Grossa, 2025. 225 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: História, Cultura e Cidadania), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior.

1. Representação social. 2. Teoria - representações sociais. 3. Regime próprio - previdência social. 4. Direito previdenciário. 5. Previdência social. I. Oliveira Junior, Constantino Ribeiro de. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. História, Cultura e Cidadania. III.T.

CDD: 341.6

# TERMO DE APROVAÇÃO

## LEONARDO DE ALMEIDA FILLUS

**“A representação social de professores universitários na ativa da Universidade Estadual de Ponta Grossa sobre sua aposentadoria, regida pelo regime próprio de previdência social, após a emenda à constituição do Estado do Paraná nº 45 de 2019”.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 25 de abril de 2025.

Assinatura pelos membros da Banca

Documento assinado digitalmente  
 CONSTANTINO RIBEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR  
Data: 28/04/2025 10:16:11-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior - UEPG - PR -Presidente

Documento assinado digitalmente  
 SILVIO ROBERTO STEFANI  
Data: 25/04/2025 18:03:25-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Prof. Dr. Silvio Roberto Stéfani - UNICENTRO-PR – Suplente Externo

Documento assinado digitalmente  
 ALFREDO CESAR ANTUNES  
Data: 28/04/2025 08:56:01-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Prof. Dr. Alfredo Cesar Antunes – UEPG-PR – Membro Interno

---

Prof. Dr. Erivelton Fontana de Laat - UNICENTRO-PR – Suplente Externo

---

Profa. Dra. Augusta Pelinski Raiher – UEPG-PR – Suplente Interno

Dedico aos meus pais, aos meus irmãos e à minha namorada.

## **AGRADECIMENTOS**

Escrevo estes agradecimentos com muita alegria, pois tenho muito a agradecer por ter conseguido concluir o compromisso assumido, ao qual muito abdiquei para me dedicar a este objetivo/sonho, mas que com certeza valeu todo o esforço.

De forma individual, inicio agradecendo ao Professor Constantino, meu orientador, e que me acompanhou por toda a jornada de forma paciente, zelosa e sempre buscando, e prestando, o auxílio que era necessário, jamais deixando a desejar, pelo contrário, cumpriu um papel maior do que lhe era exigido.

Agradeço também aos membros da banca e suplentes pela leitura exímia e incríveis sugestões em minha pesquisa, que com certeza contribuíram para que a minha pesquisa atingisse o resultado esperado.

Agradeço, agora, mas com o coração cheio de emoção, a minha família, pai (Plínio), mãe (Sandra), irmãos (Lucas, Amanda e Felipe) e namorada (Letícia), que não só me apoiaram desde o início, mas também entenderam o compromisso que havia assumido e respeitaram as consequências de tal sonho no convívio durante a confecção da presente pesquisa.

Em especial, agradeço em duplicidade à minha namorada, que me incentivou de forma indireta e direta durante todo o percurso, que jamais teria concluído sem a sua força e zelo.

Agradeço, também, ao Professor Alfredo e à Dra. Érica, que prestaram valiosos esclarecimentos durante a confecção da pesquisa, sem os quais, jamais teria sido possível concluir este estudo.

Agradeço, encarecidamente, aos respeitáveis docentes que participaram desta pesquisa, cedendo o seu precioso tempo para a realização das entrevistas, apesar das dificuldades da época em que as entrevistas ocorreram.

Por fim, também agradeço à Universidade Estadual de Ponta Grossa, a instituição que, por meio de sua história, construída com muito esforço por pessoas capacitadas, tornou tudo isto possível.

## RESUMO

A pesquisa teve por objetivo analisar quais são as Representações Sociais na perspectiva dos professores universitários estaduais que não se encontram aposentados e nem em gozo de algum benefício previdenciário, vinculados à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), sobre sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social, e foi estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, foi realizada a contextualização e apresentadas as regras previdenciárias às quais os sujeitos estão submetidos e as alterações ocorridas, assim como apresentados os sujeitos, compostos por 45 docentes ativos e efetivos da UEPG, e os três grupos que eles foram subdivididos, 15 docentes em cada grupo, em decorrência da sua data de ingresso no serviço público, o que implica em regras previdenciárias diferentes a serem aplicadas. No segundo capítulo, foi abordada a Teoria das Representações Sociais e indicada a forma com que foi aplicada na pesquisa, por meio do método estrutural. No terceiro, foi realizada uma revisão sistemática e apresentadas as estratégias metodológicas utilizadas, assim como escolhido o *software* a ser empregado na análise de conteúdo, que foi o IRAMUTEQ. No quarto capítulo, foi realizada a análise dos dados coletados e verificada a representação social dos sujeitos. Além disso, foi realizada a inferência de possíveis ações e atitudes que podem ser adotadas pelos grupos de sujeitos, que compõem o grupo maior de docentes, no futuro em decorrência das representações sociais que possuem. A presente pesquisa não se utilizou de hipótese para a sua formulação, mas sim de categorias de análise, que consistiram em sete categorias distintas, que tiveram os dados coletados por meio de entrevista semiestruturada, assim como foram analisados três termos indutores por meio da Técnica de Associação Livre de Palavras.

**Palavras-chave:** Representação Social. Teoria das Representações Sociais. Regime Próprio de Previdência Social. Direito Previdenciário. Previdência Social.

## **ABSTRACT**

The research aimed to analyze the Social Representations from the perspective of state university professors who are neither retired nor receiving any social security benefits, affiliated with the State University of Ponta Grossa (UEPG), regarding their retirement under the Own Social Security Regime. The study was structured into four chapters. In the first chapter, a contextualization was provided, along with an overview of the social security rules to which the subjects are subjected and the changes that have occurred. Additionally, the subjects of the study were presented, consisting of 45 tenured and active professors at UEPG, who were subdivided into three groups of 15 professors each, based on their date of entry into public service, which determines the different applicable social security rules. The second chapter addressed the Theory of Social Representations and explained how it was applied in the research using the structural method. In the third chapter, a systematic review was conducted, and the methodological strategies employed were presented, including the selection of the software used for content analysis, IRAMUTEQ. In the fourth chapter, the collected data was analyzed, and the social representation of the subjects was identified. Furthermore, inferences were made regarding possible actions and attitudes that the groups of professors, who form the broader faculty group, may adopt in the future as a consequence of their social representations. This research did not formulate a hypothesis but instead relied on analytical categories, which consisted of seven distinct categories. Data collection was conducted through semi-structured interviews, and three stimulus terms were analyzed using the Free Word Association Technique.

**Keywords:** Social Representation. Theory of Social Representations. Own Social Security Scheme. Social Security Law. Social Security.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Diagrama PRISMA de pesquisa.....                                                                                           | 80  |
| Figura 2 – Nuvem de palavras referente aos dados obtidos dos três grupos nas entrevistas.....                                         | 136 |
| Figura 3 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente da Terceira Categoria para os docentes ativos e efetivos da UEPG..... | 146 |
| Figura 4 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente da Quarta Categoria para os docentes ativos e efetivos da UEPG.....   | 153 |
| Figura 5 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente da Quinta Categoria para os docentes ativos e efetivos da UEPG.....   | 157 |
| Figura 6 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente da Sexta Categoria para os docentes ativos e efetivos da UEPG.....    | 164 |
| Figura 7 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente da Sétima Categoria para os docentes ativos e efetivos da UEPG.....   | 170 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 – Principais alterações decorrentes da Emenda Constitucional n.º 45 de 2019 .....                | 41  |
| Quadro 2 – Regras de Transição .....                                                                      | 46  |
| Quadro 3 – Características do sistema central e do sistema periférico de uma representação .....          | 68  |
| Quadro 4 – <i>Checklist</i> do Método PRISMA .....                                                        | 78  |
| Quadro 5 – Artigos analisados Revisão Sistemática Método PRISMA .....                                     | 81  |
| Quadro 6 – Roteiro da Entrevista semiestruturada aplicada aos Professores efetivos e ativos da UEPG ..... | 91  |
| Quadro 7 – Sujeitos entrevistados .....                                                                   | 93  |
| Quadro 8 – Síntese dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas .....                       | 176 |
| Quadro 9 – Pontos principais quanto as regras de aposentadoria do Primeiro Grupo .....                    | 181 |
| Quadro 10 – Pontos principais quanto as regras de aposentadoria do Segundo Grupo .....                    | 183 |
| Quadro 11 – Pontos principais quanto as regras de aposentadoria do Terceiro Grupo .....                   | 185 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                         |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 – Principais termos evocados pelos três grupos sobre o primeiro termo indutor, “Aposentadoria” .....                           | 107 |
| Tabela 2 – Principais termos evocados por cada um dos três grupos sobre o primeiro termo indutor, “Aposentadoria” .....                 | 108 |
| Tabela 3 – Análise prototípica das representações sociais dos três grupos referente ao termo indutor “Aposentadoria” .....              | 110 |
| Tabela 4 – Análise prototípica das representações sociais do 1º Grupo referente ao termo indutor “Aposentadoria” .....                  | 111 |
| Tabela 5 – Análise prototípica das representações sociais do 2º Grupo referente ao termo indutor “Aposentadoria” .....                  | 112 |
| Tabela 6 – Análise prototípica das representações sociais do 3º Grupo referente ao termo indutor “Aposentadoria” .....                  | 113 |
| Tabela 7 – Principais termos evocados pelos três grupos sobre o segundo termo indutor, “Reforma da Previdência” .....                   | 117 |
| Tabela 8 – Principais termos evocados por cada um dos três grupos sobre o segundo termo indutor, “Reforma da Previdência” .....         | 117 |
| Tabela 9 – Análise prototípica das representações sociais dos três grupos referente ao termo indutor, “Reforma da Previdência” .....    | 119 |
| Tabela 10 – Análise prototípica das representações sociais do 1º Grupo referente ao termo indutor, “Reforma da Previdência” .....       | 120 |
| Tabela 11 – Análise prototípica das representações sociais do 2º Grupo referente ao termo indutor “Reforma da Previdência” .....        | 121 |
| Tabela 12 – Análise prototípica das representações sociais do 3º Grupo referente ao termo indutor “Reforma da Previdência” .....        | 122 |
| Tabela 13 – Principais termos evocados pelos três grupos sobre o terceiro termo indutor, “Benefício previdenciário” .....               | 126 |
| Tabela 14 – Principais termos evocados por cada um dos três grupos sobre o terceiro termo indutor, “Benefício previdenciário” .....     | 126 |
| Tabela 15 – Análise prototípica das representações sociais dos três grupos referente ao termo indutor, “Benefício previdenciário” ..... | 128 |
| Tabela 16 – Análise prototípica das representações sociais do 1º Grupo referente ao termo indutor, “Benefício previdenciário” .....     | 129 |
| Tabela 17 – Análise prototípica das representações sociais do 2º Grupo referente ao termo indutor “Benefício previdenciário” .....      | 130 |
| Tabela 18 – Análise prototípica das representações sociais do 3º Grupo referente ao termo indutor “Benefício previdenciário” .....      | 131 |
| Tabela 19 – Resultado da análise de similitude referente Primeira Categoria do Primeiro Grupo .....                                     | 138 |
| Tabela 20 – Resultado da análise de similitude referente Primeira Categoria do Segundo Grupo .....                                      | 139 |
| Tabela 21 – Resultado da análise de similitude referente Primeira Categoria do Terceiro Grupo .....                                     | 140 |
| Tabela 22 – Resultado da análise de similitude referente Segunda Categoria do Primeiro Grupo .....                                      | 142 |
| Tabela 23 – Resultado da análise de similitude referente Segunda Categoria do Segundo Grupo .....                                       | 143 |
| Tabela 24 – Resultado da análise de similitude referente Segunda Categoria do Terceiro Grupo .....                                      | 144 |

## **LISTA DE SIGLAS**

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CHD – Classificação Hierárquica Descendente

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IRAMUTEQ – Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

OME – Ordem Média de Evocação

PRISMA – Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses

PROGESP – Pró-reitora de Gestão de Pessoas

PROPLAN – Pró-reitora de Planejamento

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RS – Representação Social

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

ST – Segmentos de Texto

TALP – Técnica de Associação Livre de Palavras

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIDE– Tempo Integral e Dedicação Exclusiva

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <b>14</b>  |
| <b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL AOS SUJEITOS DA PESQUISA .....</b>                                                                                                                                                                                                                                     | <b>20</b>  |
| 1.1 DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL .....                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 24         |
| 1.1.1 Do Regime Próprio de Previdência Social e seus beneficiários .....                                                                                                                                                                                                                                                         | 29         |
| 1.2 DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA .....                                                                                                                                                                                                                                                                            | 33         |
| 1.2.1 Das alterações da legislação previdenciária em âmbito federal, com enfoque a Emenda Constitucional n.º 103 de 2019, e estadual, com enfoque a Emenda Constitucional n.º 45 de 2019, especialmente quanto as implicações de tais Emendas nas normas previdenciárias aplicáveis aos beneficiários sujeitos deste estudo..... | 35         |
| 1.3 DOS SUJEITOS DO ESTUDO .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 46         |
| <b>2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E APLICAÇÃO AO PRESENTE ESTUDO .....</b>                                                                                                                                                                                                                                                  | <b>49</b>  |
| 2.1 CONCEITO, CONSTRUÇÃO E RELEVÂNCIA DAS REPRESENTAÇÃO SOCIAL .....                                                                                                                                                                                                                                                             | 50         |
| 2.2 RELEVÂNCIA DA APLICAÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA ESTUDAR OS BENEFICIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL .....                                                                                                                                                                                     | 68         |
| <b>3 CONTEXTUALIZAÇÃO CIENTÍFICA (REVISÃO SISTEMÁTICA) E CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA: ESCOLHAS METODOLÓGICAS ..</b>                                                                                                                                                                                                         | <b>75</b>  |
| 3.1 REVISÃO SISTEMÁTICA.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 77         |
| 3.2 METODOLOGIA.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 86         |
| 3.3 DA COLETA DE DADOS .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 90         |
| 3.4 DA ANÁLISE DE CONTEÚDO .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 95         |
| 3.4.1 Do uso da metodologia escolhida .....                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 96         |
| 3.4.2 Do <i>Software</i> escolhido, IRAMUTEQ.....                                                                                                                                                                                                                                                                                | 99         |
| <b>4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA APOSENTADORIA, REGIDA PELO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, PARA OS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS.....</b>                                                                                                                                                                                   | <b>102</b> |
| 4.1 REPRESENTAÇÃO SOCIAL APRESENTADA PELOS GRUPOS REFERENTE A APLICAÇÃO TÉCNICA DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS .....                                                                                                                                                                                                            | 106        |
| 4.1.1 Estrutura organizacional das Representações Sociais sobre Aposentadoria (Primeiro termo indutor) .....                                                                                                                                                                                                                     | 106        |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.1.2 Estrutura organizacional das Representações Sociais sobre Reforma da Previdência (Segundo termo indutor) .....                                                                                                                                                                                 | 117        |
| 4.1.3 Estrutura organizacional das Representações Sociais sobre Benefício previdenciário (Terceiro termo indutor) .....                                                                                                                                                                              | 126        |
| 4.2 REPRESENTAÇÃO SOCIAL APRESENTADA PELOS GRUPOS REFERENTE A APLICAÇÃO DA ENTREVISTA .....                                                                                                                                                                                                          | 135        |
| 4.2.1 Representações Sociais Primeira Categoria de Análise: o conhecimento dos integrantes do grupo sobre as regras previdenciárias que estão submetidos.....                                                                                                                                        | 137        |
| 4.2.2 Representações Sociais Segunda Categoria de Análise: o conhecimento se as regras que estão submetidos sofreram alterações decorrentes da reforma da previdência ou não .....                                                                                                                   | 141        |
| 4.2.3 Representações Sociais Terceira Categoria de Análise: se possuem ou estão construindo fontes de renda alternativas além do benefício que receberão após a aposentadoria ou não.....                                                                                                            | 145        |
| 4.2.4 Representações Sociais Quarta Categoria de Análise: se o trabalho como docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa é sua principal fonte de renda ou apenas complementar, não representando algo decisório para sua qualidade de vida ser mantida ou alterada caso sofra diminuição ..... | 152        |
| 4.2.5 Representações Sociais Quinta Categoria de Análise: qual é a percepção dos professores sobre o RPPS, se acreditam que ele oferece segurança e estabilidade para o futuro ou que as mudanças nas regras, como as reformas previdenciárias, podem prejudicar seus direitos.....                  | 157        |
| 4.2.6 Representações Sociais Sexta Categoria de Análise: de que forma as recentes reformas afetam, e se afetaram, a confiança dos professores em relação à sua aposentadoria.....                                                                                                                    | 163        |
| 4.2.7 Representações Sociais Sétima Categoria de Análise: as expectativas do referido integrante para a aposentadoria .....                                                                                                                                                                          | 169        |
| 4.3 IMPLICAÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS POSICIONAMENTOS E DECISÕES QUE PODEM SER ADOTADAS PELOS GRUPOS .....                                                                                                                                                                                  | 175        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                                                                                                                                                                                    | <b>188</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                                                                                                                                                                              | <b>197</b> |
| <b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>                                                                                                                                                                                                                                                      | <b>204</b> |
| <b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>                                                                                                                                                                                                                                 | <b>206</b> |
| <b>APÊNDICE C – ENTREVISTAS REALIZADAS .....</b>                                                                                                                                                                                                                                                     | <b>209</b> |

|                                                                     |            |
|---------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICAS VERSÃO 3 .....</b>       | <b>210</b> |
| <b>ANEXO B – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICAS VERSÃO 4 .....</b>       | <b>217</b> |
| <b>ANEXO C – DESPACHO PROPLAN PROCESSO N.º 24.000057415-7 .....</b> | <b>223</b> |
| <b>ANEXO D – DESPACHO MS-CSA PROCESSO N.º 24.000072344-6 .....</b>  | <b>225</b> |

## INTRODUÇÃO

Em 2019 foi aprovada a Emenda Constitucional n.º 103, a qual foi responsável por realizar o que ficou conhecido como a mais recente reforma da Previdência Social no Brasil, alterando o texto vigente até aquele momento e trazendo novas regras que passaram a reger a aposentadoria de grande parte dos brasileiros, todos os quais ainda não haviam cumprido os requisitos necessários para a sua aposentadoria.

Também, foram instituídas regras de transição para os beneficiários que estavam próximos de cumprir com os requisitos, mas que, porventura, ainda não os tinham adimplido até o momento imediatamente anterior à reforma realizada pela Emenda Constitucional de n.º 103.

A Emenda Constitucional de n.º 103 regulou o Regime Próprio de Previdência dos Servidores da União, entretanto, serviu como fundamento para a reforma da previdência estadual expressa na Emenda Constitucional n.º 45 de 4 de dezembro de 2019 do Estado do Paraná, a qual foi acompanhada pela Emenda Constitucional n.º 48 de 18 de dezembro de 2020 e a Lei Complementar n.º 233 de 10 de março de 2021.

Nesse sentido, tendo ocorrido uma grande alteração legislativa nesta área, Direito Previdenciário, conseqüentemente, impulsionando relevante comoção social, já que quase a totalidade dos beneficiários viram sua situação previdenciária ser alterada, foi inevitável que a forma com que o brasileiro observava a sua aposentadoria e seu órgão garantidor fosse alterada.

Em outros termos, a reforma da previdência causou grande impacto em como a sociedade analisava a Previdência Pública, ocasionando inevitáveis alterações nesta perspectiva, até porque, essa também era uma das consequências primárias da reforma, haja vista que um dos fundamentos de sua realização era sua insustentabilidade financeira, logo, os gastos deveriam ser diminuídos, implicando, de forma direta, em uma mudança do que o futuro beneficiário espera vir a receber. O que atingiu todos os regimes previdenciários.

Seguindo essa linha, a presente pesquisa, delimitando a análise ampla e generalista acima exposta, visa analisar qual é a Representação Social que os professores estatutários ativos da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), após a Emenda Constitucional n.º 45 de 2019, têm de sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), ou seja, neste estudo, apesar de também serem tratados os regimes gerais e suas alterações no primeiro capítulo, será

dado enfoque as situações pertinentes aos servidores estaduais, já que houve alterações quanto aos requisitos necessários para que seja possível a aposentadoria destes servidores, impactando os sujeitos da pesquisa.

Em síntese, de acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1988) a diferença entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), previsto no artigo 201 da lei anteriormente mencionada, e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), previsto no artigo 40 da mesma lei, é que aquele é o regime comum, que abrange todos que não sejam cobertos por outro regime (conforme o §5º do artigo 201, o qual, como já descrito, rege o RGPS), ou seja, não abrange os que se enquadram no RPPS, que são, conforme o artigo 39 da Constituição Federal, os servidores titulares de cargos efetivos no âmbito da administração pública, federal, estadual, distrital e municipal.

Assim, em decorrência do tratamento específico e diferencial dado pela lei aos servidores públicos, desde a necessidade de aprovação em concurso público para exercício do cargo e aposentadoria própria, em comparação aos trabalhadores do mercado de trabalho tradicional, um olhar social diferenciado recai sobre eles, haja vista sua maior previsibilidade de ganhos, estabilidade e aposentadoria.

Realizando em julho de 2023 uma pesquisa de literatura no portal de periódicos CAPES para viabilizar construção deste estudo, por meio dos termos, "Representações Sociais" AND "Aposentadoria" AND "Professores" e "Social Representention" AND "Social Security" e "Social Representention" AND "Retirement", mostrou-se relevante a realização de mais estudos sobre o presente tema, a Representação Social dos professores universitários sobre sua aposentadoria (RPPS), já que foi encontrado apenas um artigo que trata sobre o tema de forma mais delimitada, mas de produção anterior a ocorrência da reforma realizada em 2019, uma vez que foi apresentado para publicação em 30/06/2016.

O artigo mencionado foi desenvolvido por Amaral e Torres (2018) e, em apertada síntese, concluiu que, de modo geral, a aposentadoria foi representada de forma positiva pela maioria dos professores participantes do estudo das duas instituições públicas federais do nordeste brasileiro, embora não haja um planejamento para este momento, apresenta-se como um evento da vida aguardado e bem-vindo, já que nele será obtido o descanso necessário e merecido depois de longos anos de trabalho. Reprisa-se que tal estudo se deu antes da reforma da previdência ocorrida em 2019.

Nesse sentido, surge a seguinte questão, após a reforma da previdência ocorrida em 2019, que teve legislações posteriores regulamentando sobre matérias específicas dispostas pela nova lei, qual é a representação social dos segurados (neste trabalho está sendo abordado especificamente a dos professores universitários, servidores públicos estaduais) sobre as suas aposentadorias após a reforma?

Isso posto, o presente trabalho visou a análise dos dados colhidos para se chegar em quais são as Representações Sociais para os professores universitários estaduais sobre sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social que se enquadram, sendo, portanto, também possível verificar quais são as implicações que a referida construção social manifesta nas ações tomadas, ou não, pelos integrantes do grupo analisado, já que, a depender de qual seja a direção que tal Representação Social siga, diferentes serão as consequências nas atitudes dos sujeitos estudados.

Assim, isso se justifica, também, pois, a aposentadoria é um evento marcante na trajetória profissional, especialmente no setor público, dada a previsibilidade (que na realidade tem se mostrado não tão previsível em decorrência das reformas) de aposentadoria obtida por meio da aprovação no concurso público, logo, tais alterações têm condão de gerar impacto nas percepções de tais sujeitos e podem influenciar decisões e expectativas dos professores em relação à sua vida laboral e pessoal, além de possível consequências diretas em suas vidas em decorrência destas mudanças “no meio da trajetória/caminho”.

O objetivo geral da presente pesquisa foi analisar quais são as Representações Sociais na perspectiva dos professores universitários estaduais que não se encontram aposentados e nem em gozo de algum benefício previdenciário, vinculados à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), sobre sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Já os objetivos específicos são: a) Desenvolver contextualização da legislação previdenciária aplicável aos sujeitos da pesquisa; b) Compreender a relevância de aplicar a Teoria da Representação Social para estudar os sujeitos da pesquisa, devido ao momento pós-reforma vivenciado, considerando a legislação vigente referente ao Regime Próprio de Previdência Social que estão submetidos; c) Apresentar as escolhas metodológicas para a construção do objeto da pesquisa; d) Identificar, com base nos dados obtidos, as Representações Sociais do grupo

estudado referente a sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social; e e) Identificar, com base nos resultados obtidos, quais são os posicionamentos e decisões que podem ser adotados pelo grupo estudado em decorrência da Emenda Constitucional n.º 45 de 2019.

O método de pesquisa adotado neste trabalho foi o descritivo com abordagem quali-quantitativa e exploratório, psicossocial fenomenológica, já que foram mapeadas as Representações Sociais, pela abordagem teórica estrutural, dos docentes frente ao Regime Próprio de Previdência Social, enquanto a técnica de pesquisa utilizada será bibliográfica, documental e levantamento.

Foi optado pela pesquisa exploratória considerando que esta é indicada para pesquisa em temas pouco explorados pela literatura, além de possibilitar uma visão geral e uma aproximação posterior em relação ao objeto estudado, principalmente em estudos futuros.

O método descritivo foi aplicado para verificar quais são as Representações Sociais da Previdência Pública, de forma mais específica, de sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social, para o grupo analisado. Com este intuito, a abordagem quantitativa serviu para coletar os dados do grupo de estudo, professores universitário estaduais, futuros beneficiários que não estejam em gozo de nenhum benefício previdenciário (que são: as aposentadorias, por invalidez, compulsória, voluntária e especial; e pensão por morte), enquanto a qualitativa foi aplicada, levando em conta quais são as previsões legais previdenciárias concernentes aos beneficiários estudados em conjunto com a teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, para analisar tais dados produzidos e para que sejam tratados e torne-se possível chegar a um resultado do estudo.

Os critérios de exclusão utilizados, de onde foram selecionados alguns destes para comporem os grupos, são: os professores que ainda não se encontrem aposentados ou em gozo de algum benefício previdenciário, considerando que os sujeitos serão divididos em grupos em decorrência da legislação que estão submetidos.

Nesse sentido, as técnicas foram aplicadas de forma a possibilitar o embasamento teórico e legal relevante ao tema e a produção dos dados necessários para se obter a Representação Social objetivada referente ao Regime Próprio de Previdência Social aplicado aos professores universitários da rede estadual de ensino, tendo em vista a vinculação previdenciária do grupo de estudo selecionado.

O procedimento de realização da pesquisa foi, em síntese, por meio de aplicação da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) e entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas e fechadas, com professores universitários que se enquadrem nas especificações já descritas, considerando a divisão dos grupos em relação a participação do Progesp Itinerante e do ano que ingressaram no funcionalismo público.

Assim, por meio das entrevistas, em que ocorreu a aplicação da TALP e das perguntas abertas e fechadas, será realizada a coleta dos dados e, principalmente, as informações necessárias para dar cumprimento às categorias de análise apresentadas.

Sobre os integrantes do grupo objeto do estudo, houve dificuldade no primeiro contato, de conseguir os dados dos respectivos sujeitos e contatá-los para ser marcada a entrevista, entretanto, como isto já era previsto, os problemas foram contornados e os contatos ocorreram por e-mail e telefone (mensagem via aplicativo de mensagens).

Os resultados foram tratados por meio de análise de conteúdo através de categorias criadas no decorrer da pesquisa, ou seja, utilizando-se da grade aberta e com auxílio prestado pelo sistema IRAMUTEQ (*Interface de R Pour Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), a partir do *corpus* preparado pelo pesquisador. O *Software* será utilizado por meio do critério de classificação lexical.

Antes de abordar o que será trabalhado em cada um dos capítulos que compõem presente pesquisa, vê-se mister destacar que a interdisciplinaridade deste trabalho reside na união da área do Direito (Direito Previdenciário) com a área da Psicologia (Teoria das Representações Sociais), uma vez estando ambas estas áreas abrangidas pelas Ciências Sociais Aplicadas.

No primeiro capítulo, é apresentada uma síntese histórica da previdência social, em âmbito internacional e nacional, com posterior afunilamento para o Paraná, abordando as alterações legislativas com o passar dos anos até chegar a ocorrida em 2019, sendo tratado com maior atenção e foco as alterações/regras previdenciárias que atingem/refletem em alterações para os sujeitos deste estudo, os professores universitários da UEPG.

Neste capítulo, em seu último tópico, é realizada uma melhor explicação de quem são os sujeitos deste estudo e quais são os grupos que foram divididos, e

porquê, sendo indicado o número de docentes existentes em cada um dos grupos de acordo com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP).

Já, no segundo capítulo o conteúdo abordado passou a ser as Representações Sociais, temática que teve seu histórico, conceito e abordagens comentadas e posteriormente correlacionadas com o objeto do presente estudo, assim como, também foi realizada nova abordagem dos sujeitos deste estudo, mas agora não pela ótica jurídica anteriormente vista no primeiro capítulo, mas sim, analisando a subjetividade deles, pela perspectiva social/interdisciplinar.

No terceiro capítulo, apresenta-se a contextualização do tema aqui pesquisado, com intuito de aprofundá-lo. Apresentam-se, também, as escolhas metodológicas, como elas interagem e como elas auxiliam a chegar no objetivo deste estudo, como, por exemplo, restou discorrido e explicado sobre a coleta de dados, sobre a análise de conteúdo que será realizada e o *Software* utilizado, IRAMUTEQ, utilizando-se de análise de frequência, análise prototípica, nuvem de palavras, análise estatística e Classificação Hierárquica Descendente.

Por fim, no quarto e último capítulo, todas as informações anteriormente apresentadas e discorridas foram unidas para ser possível atingir o objetivo deste estudo, que é identificar as Representações Sociais do grupo estudado, referente à sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social, e também identificar quais são os possíveis posicionamentos e decisões que podem ser adotadas pelo grupo em decorrência da Emenda Constitucional n. 45 de 2019, ambas as mencionadas ações foram inferidas com base nos dados obtidos por meio das entrevistas e devidamente analisados.

Isso posto, tem-se feita uma introdução da presente pesquisa, sendo explicado os seus motivos e fundamentos, assim como, o necessário de sua metodologia e estrutura.

## **1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL AOS SUJEITOS DA PESQUISA**

Preliminarmente, antes de entender de que forma a teoria das Representações Sociais se aplica no objeto de estudo desta dissertação, que são os professores estatutários na ativa da Universidade Estadual de Ponta Grossa (grupo este que também será abordado a seguir, especificamente no último tópico deste capítulo), é de imediata importância entender o que é o direito previdenciário, como ele surgiu, qual é o seu intuito/objetivo e como é organizado.

Nesse sentido, imprescindível é que seja apresentado um histórico em âmbito internacional, com posterior individualização em âmbito nacional do direito previdenciário, para que seja realizada a análise de como a previdência social é trazida na Constituição Federal (cuja importância também será abordada aqui), quando, somente então, será viável estudar os regimes de previdência e individualizar ainda mais para o Paraná e os sujeitos deste estudo.

Ao estudar os regimes de previdência e entender que apenas um deles se aplica aos sujeitos deste estudo, será possível entender quais foram as alterações ocorridas pelas diversas reformas previdenciárias, tanto federais, quanto estaduais, que implicaram em alterações do regime previdenciário dos professores estatutários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), conseguindo, assim, por fim, compreender os grupos que os sujeitos deste estudo foram separados.

Isso posto, com tal organização disposta com intuito de localizar e facilitar ao leitor o entendimento deste trabalho, após o já desenvolvido na introdução, é possível dar início ao desenvolvimento deste estudo.

Em âmbito global, por volta do fim do século XIX, a proteção social, que veio até então surgindo tímida e gradativamente, finalmente tomou forma, podendo ser considerada como uma relevante questão e direito a ser defendido e buscado, já que apresentava uma visão de uma sociedade igualitária e com menos injustiças sociais (Lara, 2021, p. 19).

Claro, traçando paralelo com a proteção social no final do século XX e no século XXI, como será comentada a seguir, a situação no final do século XIX não passava de algo incipiente, entretanto, já capaz de atrair atenção e movimentar as estruturas sociais.

Inicialmente utilizou-se do modelo bismarckiano, batizado em homenagem a seu criador Otto Von Bismarck, cobrindo a reparação de acidentes de trabalho, cobertura de doenças, invalidez, desemprego e aposentadoria voluntária, necessitando, para isso, que contribuições fossem realizadas com antecedência pelo próprio segurado (Lara, 2021, p. 19).

Posteriormente, o modelo bismarckiano evoluiu para o modelo beveridgeano, também homenageando seu criador, Lord William Beveridge, sendo desenvolvido um programa universal responsável por abranger todas as eventuais perdas de rendas e riscos sociais, como o desemprego, doenças, velhice, morte, acidente, nascimento e invalidez, onde, para sustentar este modelo, toda a sociedade deveria contribuir. A necessidade desta mudança surgiu por conta da incapacidade do primeiro modelo de atingir a sociedade visada como objetivo, já que aquele recobria de direitos apenas quem contribuía com a previdência de forma prévia, enquanto o segundo provia assistência e saúde a todos na referida sociedade (Lara, 2021, p. 22 – 25).

Por óbvio, o modelo inicial era mais restritivo e disponibilizava uma precária proteção aos seus segurados, não assegurando sequer tudo que poderia ser considerado básico, mostrando-se, assim, insuficiente e beneficiando apenas pequenos grupos seletos. Sua evolução para algo que de fato possibilitasse a criação da objetivada sociedade igualitária e com menos injustiças sociais visando a proteção de todos, mesmo daqueles que não efetivamente contribuíssem para a manutenção do sistema, foi algo necessário e imprescindível.

Assim, nota-se que a previdência partiu de um modelo mais restrito tanto em relação aos riscos sociais que cobria, quanto aos beneficiários que abarcava, para um mais amplo em ambos os quesitos.

Realizada esta breve abordagem internacional, vê-se mister passar a analisar qual foi a trajetória nacional da Previdência Social até atingir o formato que é aplicado atualmente pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

No Brasil, apesar de já haver previsões constitucionais sobre proteção social desde o século XIX, apenas no século XX que foram positivadas (ato de publicar leis, normas, tornar algo lei) normas de caráter geral, para todos, em matéria previdenciária, pois, até então, apenas existiam previsões em leis isoladas, ou seja, que concedia direitos apenas a grupos seletos (Lara, 2021, p. 28).

Dessa maneira, nota-se que no âmbito nacional não ocorreu de forma diversa do que no internacional, já que tais normas esparsas em leis isoladas se referiam à

previsão de proteção social a determinados grupos para situações específicas (modelo bismarckiano), ocorrendo a proteção para o cidadão em geral apenas em um momento posterior (modelo beveridgeano).

O marco inicial da previdência social do Brasil na legislação, como ficou conhecido, foi a publicação do Decreto Legislativo n.º 4.682, de 24/01/1923, que passou a ser popularmente referido como Lei Eloy Chaves, responsável por criar as Caixas de Aposentadoria e Pensões nas empresas de estrada de ferro mediante a contribuição dos trabalhadores, das empresas e do Estado. Os benefícios assegurados eram: a aposentadoria dos trabalhadores; a pensão de seus dependentes no caso de morte; assistência médica; e diminuição do custo de medicamentos em caso de doenças ou invalidez (Lara, 2021, p. 28).

Assim, é possível perceber, na prática, com o importante exemplo anteriormente elencado, como o sistema do modelo bismarckiano foi implementado no Brasil, fazendo, também nacionalmente, parte da progressão dos direitos previdenciários.

Com a criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no ano de 1960, e com o advento da Lei n.º 3.807/60, que ficou conhecida como Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) – considerada um novo marco na evolução da proteção social brasileira, novas normas uniformes, que abrangia todos, para o amparo de segurados dependentes de vários institutos existentes foram criadas. Com o Decreto-Lei n.º 72/1966, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), unificando os Institutos de Aposentadoria e Pensões existentes até então. Durante o período que ficou conhecido como Regime Militar no Brasil, não houve evoluções no sentido aqui estudado (Lara, 2021, p. 40 – 42).

Seguindo nesta linha, é possível ver, por assim dizer, a evolução e a transição entre o modelo bismarckiano para o modelo beveridgeano no Brasil, o que, como dito, seguiu a linha internacional.

Realizando um longo salto temporal, focando apenas no estritamente necessário para se entender o direito previdenciário no tempo, após a vigência da Constituição Federal de 1988 (CF/88), apenas em 1990 foi criado o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o qual passou a unificar funções de outros órgãos previdenciários existentes até então, realizando a arrecadação e o pagamento dos benefícios (Lara, 2021, p. 45 – 55).

Antes de abordar o INSS e os regimes previdenciários, importante se faz, neste momento, trabalhar sobre como a Constituição Federal de 1988 trouxe o direito previdenciário, ou, ao menos, as suas principais previsões sobre este tema.

A Constituição Federal de (Brasil, 1988) trouxe um capítulo dedicado a tratar sobre a seguridade social, localizado no Título VII, Capítulo II, com IV Seções, que compreende o artigo 194 até o artigo 204.

O artigo 194 da Constituição Federal (Brasil, 1988) possui um texto de grande importância para a matéria previdenciária nacional, já que resume o conceito a ser aplicado a seguridade social: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”

Em seu parágrafo único, o artigo 194 da Constituição Federal (Brasil, 1988) resume como o Poder Público deverá organizar a seguridade social conceituada no “*caput*”, elencando os objetivos a serem atingidos:

Artigo 194 da CF/88: [...] Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

Logo, lendo os objetivos da seguridade social, os quais o Poder Público não pode deixar de atingir sem que haja de forma inconstitucional, tem-se que fica claro a ampla e justa proteção dos riscos sociais que a Constituição objetiva executar, ainda mais considerando os tempos passados onde a falta de proteção era a regra.

Os mencionados riscos sociais que a previdência social busca proteger os cidadãos consistem, nas palavras de Fábio Zambitte Ibrahim (2015, p. 28, grifo nosso) em:

Em um conceito restrito, os **riscos sociais** cobertos pelos regimes protetivos **são as adversidades da vida a que qualquer pessoa está submetida**, como o **risco de doença ou acidente**, tanto quanto eventos previsíveis, como **idade avançada** - geradores de impedimento para o segurado providenciar sua manutenção.

Em outros termos, os riscos sociais são eventos/adversidade que qualquer indivíduo está sujeito a enfrentar em sua vida, mas que nem todos estão financeiramente preparados para tanto, logo, este é o papel da previdência social, amparar os cidadãos em momentos de dificuldades, quando seja impossível para eles providenciar seu sustento, possam, por meio de um benefício, suprir suas necessidades.

Logo, tem-se que a seguridade social, a qual compreende os Poderes Públicos e a sociedade, objetiva uma sociedade mais igualitária e com menos injustiças sociais, protegendo os cidadãos dos riscos sociais.

No artigo 195, da Constituição Federal (Brasil, 1988), o constituinte (legislador da constituição) determinou que a seguridade social seria financiada por toda a sociedade, tanto de forma direta, quanto indireta, dispondo também de especificações de como seria/é feito este financiamento. Nesse trecho, o constituinte explicita quais serão as formas com que a receita para o financiamento da seguridade social será obtida, não estabelecendo alíquotas, mas sim, estabelecendo as estruturas da tributação.

Para o presente estudo, e onde grandes mudanças foram realizadas em decorrência da Emenda Constitucional de n.º 103 de 2019, os artigos 40, 201 e 202 da Constituição Federal (Brasil, 1988) possuem incalculável importância, já que abordam a previdência social e seus regimes.

Entretanto, visando melhor organização, que viabiliza um melhor entendimento, tais artigos, que tratam sobre os regimes previdenciários, serão abordados em um tópico separado a seguir.

## 1.1 DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

A previdência social é dividida em três regimes, conforme a Constituição Federal (Brasil, 1988), sendo eles: o Regime Geral de Previdência Social (artigo 201, da Constituição Federal); o Regime de Previdência Privada (artigo 202, da

Constituição Federal); e o Regime Próprio de Previdência Social (artigo 40, da Constituição Federal).

Neste tópico será abordado apenas os dois primeiros regimes elencados no parágrafo anterior, já que o terceiro regime anteriormente exposto é o mais importante para este estudo e deve ser abordado em separado, dada sua relevância aos sujeitos estudados.

Isso posto, tem-se no artigo 201 da Constituição Federal (Brasil, 1988) há a previsão do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o qual é gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e é destinado, majoritariamente, aos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, possuindo caráter contributivo e de filiação obrigatória. A seguir estão dispostos os riscos sociais cobertos por este regime:

Artigo 201 da CF/88: [...] I - cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)  
 II - proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)  
 III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)  
 IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)  
 V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Brasil, 1988).

Assim, a lei tratou de estabelecer o que deve ser feito, e de que forma essa afiliação ocorre, para que o indivíduo seja coberto pela previdência estatal, sendo o RGPS considerado a regra geral das previdências, indicando, também, quais os riscos a serem cobertos, logo, ao mesmo passo que garantindo o direito, acaba os limitando.

O artigo em comento também é o responsável por estabelecer a idade mínima para ser possível a concessão da aposentadoria, diferenciando os trabalhadores por sexo e local de trabalho (rural ou urbano), dadas as peculiaridades vivenciadas e enfrentadas, em regra, pelos trabalhadores de tais diferentes áreas:

Artigo 201, da CF/88: [...] § 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)  
 I - 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

II - 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019) (Brasil, 1988).

Nota-se que a citação exposta contém as alterações da última reforma da previdência, ocorrida em 2019, já que é a regra que atualmente está vigente e que se mostra importante para este estudo no que se refere ao RGPS, ficando vinculada a idade e a contribuição, como requisitos complementares e obrigatórios, para se fazer jus ao direito de aposentadoria.

Em seu parágrafo 8º, o artigo 201 traz para os professores a previsão de redução de cinco anos do requisito de idade prevista no parágrafo 7º, inciso I, anteriormente exposto, entretanto, apesar da comum confusão realizada, trata-se do exercício de magistério infantil, fundamental ou médio, não estando o docente de nível superior incluído nesta regra (Brasil, 1988).

Tal peculiaridade do professor, que não se aplica para os docentes de nível superior, conseqüentemente, não se aplica para os sujeitos deste estudo. Tal informação será recapitulada no momento oportuno, contudo, deve estar clara desde logo.

No mesmo sentido, deve ser esclarecido que no RGPS, também, estão enquadrados os servidores públicos em regime de comissão e temporários, e não no Regime Próprio de Previdência Social, apesar de que, em um primeiro momento, possa parecer que o regime mais adequado seria este e não aquele, entretanto, a Emenda Constitucional de n.º 20 de 1998, acrescentou o parágrafo 13º ao artigo 40 da Constituição, que posteriormente sofreu alterações pela Emenda Constitucional de n.º 103 de 2019, excluindo tais servidores do regime próprio e os deslocando para o geral (Brasil, 1988).

Em resumo, o RGPS aplica-se aos empregados de empresas privadas, assim como servidores públicos em regime de comissão e temporários, sendo de caráter contributivo e de filiação obrigatória.

Tratando-se do artigo 202, da Constituição Federal (Brasil, 1988), este dispositivo foi o encarregado de abordar o regime de Previdência Privada, que possui caráter complementar e não é vinculado com o RGPS, ou seja, é autônomo e facultativo, diferente do regime geral, se baseando na constituição de reservas, pelo segurado, que garantirão o benefício contratado.

Logo de início, já pode-se notar que a Previdência Privada se distancia do RGPS em vários aspectos, como, por não ser obrigatória, não possuir gerencia estatal, possuindo, assim, características de um investimento de longo prazo, visando garantir uma renda após um determinado período de contribuição. Dessa maneira, age como um complemento a previdência pública.

O artigo 40, especificamente nos parágrafos 14º a 16º da Constituição Federal (Brasil, 1988), artigo que, como será visto no tópico seguinte, é o responsável por regular o Regime Próprio de Previdência Social, também aborda o Regime Privado, mas, diferente do artigo 202 que o faz para o RGPS, ele faz para os servidores públicos.

Assim, é importante entender que a previdência privada/complementar é possível para quem é vinculado ao RGPS e a quem possui vínculo com o Regime Próprio de Previdência Social, havendo regulação abordando ambas as possibilidades – mais adiante será esclarecido como funciona em cada um dos regimes.

Isso posto, neste sistema, o Estado atua apenas de forma regulatória e a atuação do empregador irá variar a depender das regulações de cada sistema, sendo assim, a contribuição principal neste sistema é a do próprio segurado, do empregado, potencial beneficiário, já que é um sistema de capitalização e tal interessado deverá cumprir com o número estabelecido de cotas ou valor financeiro estipulado para garantir a proteção visada para si ou para os seus dependentes (Lazzari, 2022).

Ou seja, neste regime, diferente do que ocorre nos demais, o que de fato irá providenciar/viabilizar a proteção e seguridade ao indivíduo contribuinte é o que ele de fato contribuiu e não o que um grupo ou a sociedade auxiliou a acumular.

Justamente por se tratar de uma previdência complementar, desvinculada ao poder público, o parágrafo 3º do artigo em comento veda expressamente aportes de recursos públicos a tais entidades privadas que organizam e gerem tais previdências particulares, salvo em caso de patrocinador, mas mesmo nesta hipótese, a contribuição estatal não poderá exceder a do segurado (Brasil, 1988).

Isso ocorre justamente para não desvirtuar a previdência privada, haja vista que já existe um regime onde o Estado é o responsável por sua organização, gestão e manutenção, não sendo adequado e nem vantajoso socialmente que o poder público como um todo realizasse aportes para um grupo específico de trabalhadores em detrimento dos demais.

Este regime previdenciário divide-se em duas modalidades, sendo elas fechadas ou abertas. A fechada é aquela fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos, destinada apenas a empregados da empresa ou grupo econômico, aos servidores dos entes públicos da Administração, sendo os tomadores dos serviços denominados patrocinados das entidades neste caso, e aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, sendo os tomadores denominados “instituidores”. Já a entidade aberta consiste em instituições financeiras, constituídas unicamente de sociedades anônimas, que exploram economicamente este ramo (Lazzari, 2022).

Apesar de tais diferenças administrativas e operacionais, o intuito da previdência privada permanece o mesmo, que é ser um instituto complementar a previdência organizada pelo Estado, a previdência pública e obrigatória aos seus segurados.

Outra situação de grande importância a ser abordada sobre a previdência privada, mesmo que para isso seja realizado um pequeno avanço na matéria abordada, o Regime Próprio de Previdência Social, que será comentado no subtópico seguinte, mas para os servidores públicos, a previdência complementar, que é regida pelo §15º do artigo 40 da Constituição Federal, será regida por lei de iniciativa do próprio Poder Executivo e terão de ser geridas por entidade com personalidade jurídica de direito público. Importante se ater que, para os novos agentes públicos, que passem a fazer parte do quadro após o advento da Emenda Constitucional n.º 103 de 2019, tais institutos poderão limitar o valor ao teto do RGPS, recolhendo o equivalente ao teto dos vencimentos, não se aplicando isso aos servidores que já ocupavam cargos antes da instituição de tal fundo (Lazzari, 2022).

Ou seja, em síntese, a forma com que a previdência complementar se aplica aos integrantes do RGPS e aos integrantes do Regime Próprio de Previdência Social possui diferenças estabelecidas por lei que devem ser devidamente respeitadas e cumpridas.

Não resta dúvidas quanto ao caráter complementar das previdências privadas e de sua desvinculação com o RGPS ou o INSS e com o Regime Próprio de Previdência Social, sendo claramente uma modalidade de investimento e complementar às providências públicas.

Entendido estes dois regimes, é possível passar para o estudo do regime principal deste estudo, uma vez que os sujeitos da pesquisa estão submetidos a ele,

o Regime Próprio de Previdência Social, já que para entendê-lo é preciso também ter conhecimento dos demais regimes, já que todos fazem parte de um mesmo sistema previdenciário e se influenciam de certa forma.

#### 1.1.1 Do Regime Próprio de Previdência Social e seus beneficiários

Por fim, o último regime a ser abordado, e o mais importante para esta pesquisa, é o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), o qual foi reservado para ser abordado ao final em decorrência das eventuais implicações que ele sofre dos demais regimes, sendo mais didático, ao menos na visão deste autor, abordá-lo após já ter conhecimento dos demais.

O RPPS, assim como os demais regimes, possui previsão constitucional (Brasil, 1988), estando previsto e regulado pelo artigo 40 e seus parágrafos. Em síntese do “*caput*”, o presente regime é destinado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, possuindo caráter contributivo e solidário, as contribuições que o irão compor serão feitas pelo respectivo ente federativo, pelos servidores, aposentados e pelos pensionistas.

Assim, com exceção do fato do RPPS ser exclusivo para servidores públicos de cargos efetivos, ele não se difere do RGPS no fato de ser de caráter contributivo, ou seja, os seus futuros beneficiários deverão contribuir para o fundo para receberem posteriormente, e obrigatório, devendo participar, obrigatoriamente, sem opção de não contribuir.

Para os sujeitos deste estudo, especificamente, a partir da data de 21 de dezembro de 1992, os servidores públicos tiveram o seu emprego público transformado em cargo público por força da Lei nº 10.219/1992 (Paraná, 1992), passando a ser regidos pela Lei nº 6174/1970 (Paraná, 1970), que ficou conhecida como Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná, sendo, em decorrência disso, os valores referentes a sua contribuição previdenciária repassados para o Fundo de Previdência do Estado do Paraná, logo, sendo vinculados ao RPPS.

Voltando à análise do RPPS em geral, conforme o parágrafo primeiro do artigo 40 da CF/88 (Brasil, 1988), a seguir estarão elencadas as modalidades de aposentadoria possíveis para os beneficiários vinculados ao RPPS:

Artigo 40 da CF/88: [...] § 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 88, de 2015) (Vide Lei Complementar nº 152, de 2015)

III - no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019).

Logo, nota-se três possibilidades do servidor público efetivo ser aposentado em seu cargo, e pelo RPPS, a primeira hipótese irá depender de uma eventual e posterior incapacidade quando inviável até mesmo a readaptação para outro cargo, a segunda ocorre quando atingida idade limite para a atuação nos quadros públicos, enquanto a terceira, e última, é quando, ou após, a depender de sua vontade, ele, o servidor público, atinge os requisitos mínimos estabelecidos para a aposentadoria.

Como reza o parágrafo 2º do artigo 40 (Brasil, 1988), os proventos recebidos pelos beneficiários, pagos pelo RPPS, não podem ser inferiores ao salário mínimo e nem superiores ao teto do RGPS, limite máximo estabelecido pelo INSS, devendo ser atentado, aqui, conforme o §14º, que a instituição de regimes de previdência complementares é obrigatória aos entes estatais, justamente, para que ocorra a complementação dos benefícios quando necessário.

Artigo 40, CF/88: [...] § 2º Os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos §§ 14 a 16. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

[...] § 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e será efetivado por intermédio de entidade fechada de

previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)  
§ 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98).

Logo, apesar da limitação, balizada pelo RGPS, do benefício a ser recebido pelo beneficiário vinculado ao RPPS, visando a manutenção da capacidade do Regime Próprio prover ao seu segurado a devida seguridade, passou a ser obrigatória a criação do regime complementar, para que o beneficiário possa, caso seja a sua vontade, filiar-se.

Adentrando nessa temática, sobre o regime de previdência complementar para os servidores públicos, regulado nos parágrafos 14º a 16º do artigo 40 da Constituição Federal (Brasil, 1988), o §16º estabelece que a filiação do servidor público ao regime complementar é obrigatória apenas após a instituição do referido regime, logo, o servidor já vinculado ao RPPS, que assumiu o cargo antes da instituição do regime complementar não é obrigado a filiar-se, ao passo que o servidor que ingressou no serviço público após a instituição, passa a ter a obrigatoriedade de filiação.

Assim, ao menos com base no texto do parágrafo comentado acima, o servidor público apenas ficaria obrigado a filiar-se ao regime complementar caso iniciasse as suas atividades no serviço público após a criação do respectivo regime complementar, dado que o servidor que já se encontrava em atividade antes da instituição teria a faculdade de se filiar ou não.

Isso se dá, pois, no artigo 40 da CF/88 (Brasil, 1988), conforme será melhor elaborado no subtópico 1.2.1., antes da Emenda Constitucional n.º 109, de 2019, o §2º não estabelecia o teto e nem o mínimo com base no RGPS, mas sim vinculava a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se aposentou ou que serviu como referência para a concessão da pensão, assim como o §14º, antes da reforma, deixava facultativa a instituição do regime complementar. Anota-se que a obrigatoriedade da filiação, para o servidor ingresso após a instituição do Regime Complementar, prevista no §16º já era prevista e aplicada.

Logo, a determinação de um teto, vinculado ao RGPS, que acarretaria prejuízos a muitos servidores públicos, tem, de forma concomitante, suas implicações negativas aos benefícios diminuídas pelo fato da criação das previdências

complementares ter se tornado obrigatórias aos entes federativos, o qual o servidor público poderá/deverá (ressalva explicada a seguir) se filiar.

Entretanto, sobre tal obrigatoriedade de filiação pelo servidor, e não da instituição do regime complementar, abordada no artigo 40, §16º, da CF/88 (Brasil, 1988), houve julgamento na ADI 3.297 (Brasil, 2019), em 11/10/2019, determinando que é facultativa a adesão por parte do servidor público e não obrigatória. Por ser o referido julgado anterior a reforma da previdência, a sua previsão quanto à facultatividade da instituição não possui validade, valendo o previsto no §14º do artigo retro citado.

Em síntese, apesar da lei estabelecer a obrigatoriedade do servidor público de se filiar à previdência complementar caso passe a exercer a atividade pública após a criação de tal instituição, há/existe decisão judicial determinando a inconstitucionalidade de tal obrigação, tornando, assim, facultativo ao servidor a filiação. Contudo, tal decisão não abrange a obrigatoriedade do ente federativo em instituir, já que a reforma da previdência foi posterior ao referido julgado e determinou, reforçou, tal obrigatoriedade.

Também importante mencionar o previsto no §6º do artigo 40 da CF/88 (Brasil, 1988), o qual aborda a vedação da percepção de mais de uma aposentadoria no RPPS, salvo no que se refere aos cargos acumuláveis também descritos na Constituição, vide artigo 37, inciso XVI, onde resta determinado a viabilidade da cumulação de dois cargos de professor, um cargo de professor com outro técnico ou científico e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Por fim, o último parágrafo de relevância para este estudo, e para se entender melhor o RPPS, tem-se o §8º, que garante aos beneficiários deste regime que os benefícios serão reajustados, de forma permanente, para ser preservado o seu valor real.

Assim, entendido quais são os principais pontos para entender o RPPS, incluindo as implicações do RGPS nele, no próximo tópico serão explicadas as consequências das alterações legislativas previdenciárias para os indivíduos por ela segurados, e, também, serão abordadas as alterações ocorridas em decorrência da mais recente reforma da previdência.

## 1.2 DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

De forma anterior a abordar as principais alterações legislativas previdenciárias, vê-se mister compreender o que ocorre dentro do ordenamento jurídico quando ocorre uma alteração legislativa e quais são os impactos disso na aplicação da referida lei alterada nos indivíduos.

Aqui, busca-se explicar, com base na lei e na doutrina, como a alteração legislativa interage com os indivíduos que já estavam submetidos a lei anterior e se algum direito provido pela lei anterior, mas não assegurado pela nova, é mantido ou não.

Para isso, precisamos entender o conceito de direito adquirido, que se encontra previsto no artigo 5º, inciso XXXVI da CF/88 (Brasil, 1988) e no artigo 6º, §2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (1942), que pode ser resumido no direito que não pode ser retirado de determinado indivíduo, do qual ele é o titular ou que por ele possa exercer, mesmo que ocorre alteração legislativa, desde que a lei anterior o tenha concedido e os requisitos impostos tenham sido perfeitamente cumpridos ou que o início do exercício tenha marco de início pré-estabelecido.

Dessa forma, sendo uma previsão constitucional e presente na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a força do direito adquirido no ordenamento jurídico brasileiro é inquestionável, não podendo lei ulterior ou hierarquicamente inferior tolher do indivíduo o direito de usufruir de direito que adquiriu, apesar de não o ter consumado, ou possa o exercer e/ou adimplido os respectivos requisitos.

Isso posto, entende-se que o direito adquirido serve para aquele direito que mesmo não exercido ou reivindicado, foi devidamente adquirido pelo seu titular, o qual poderia tê-lo exigido, ficando, por conta de tal previsão legal, protegido de supressão, extinção ou alteração da legislação que o concedeu.

Doutro modo, tem-se a expectativa de direito, a qual não encontra proteção legal no artigo 5º, inciso XXXVI da CF/88 (Brasil, 1988) e nem no artigo 6º, §2º, da LINDB (1942), pois é entendida como uma simples esperança de direito, não a sua consumação ou o cumprimento dos requisitos sem que o exerça (Pereira, 2006).

Ou seja, na expectativa do direito, diferente do direito adquirido e do direito consumado (já exercido), não há a proteção contra a alteração ou extinção legislativa do direito, pois não se atingiu a aquisição efetiva do direito versado, mas sim é a

perspectiva de que o irá atingir/adquirir quando os requisitos existentes fossem, pois ainda não estão, adimplidos.

Sobre o tema, José Tarcízio de Almeida Melo (1996, p. 221), esclarece:

A ênfase constitucional de considerar os direitos sociais como direitos imutáveis deixa irretorquível que se trata o direito social, subjetivamente considerado, sempre direito adquirido, não havendo margem para ser tratado como expectativa de direito.

Tratando-se a relação previdenciária de norma e de vínculo que não podem ser alterados, em detrimento do trabalhador, não ocupa o espaço do direito em formação ou da expectativa; nasce como direito adquirido do tipo que está apenas submetido a condição ou termo para ser exercido.

Em suma, quando o direito adentra no patrimônio do seu titular, mesmo que não o exerça – que não ocorra a consumação, tem-se o direito adquirido, ao passo que, quando apenas há uma esperança da aquisição de tal direito, está-se diante da expectativa de direito, não tendo esta proteção legal em caso de alteração legislativa, enquanto aquele possui. Claro, quando há a consumação do direito, também existe a manutenção em caso de alteração ou extinção da lei.

Seguindo o mesmo racional, conforme o artigo 2º da LINDB (1942), a lei irá vigorar, ou seja, valer, de forma indeterminada e permanente, salvo se for promulgada já com prazo de vigência determinado, temporário, ou que seja positivada nova lei que a modifique ou a revogue.

Em resumo, a lei, uma vez positivada, disposta no ordenamento jurídico e publicada, passará a valer sem prazo estabelecido para parar de produzir efeitos, a não ser que esteja descrito de forma expressa nela que irá vigorar até determinada data ou que lei posterior a revogue ou modifique, sendo, neste último caso, apenas parte da lei revogada/alterada.

Dessa forma, aproximando estes conhecimentos para o objetivo deste estudo, uma vez promulgada uma legislação previdenciária, ela se aplica, por tempo indeterminado até que nova lei seja promulgada, a todos os indivíduos que a ela estão vinculados, entretanto, apesar da alteração legislativa, os indivíduos que já se encontravam filiados ao respectivo regime antes da alteração irão manter os direitos que já encontravam-se em seu patrimônio, por intermédio do instituto do direito adquirido, assim como os direitos que já estavam consumados. Isso, enquanto o que se caracterizava apenas como expectativa de direito, direitos que tinham a esperança de possuir/adimplir os requisitos, serão perdidos.

Assim, feita esta contextualização das consequências jurídicas para os interessados/abarcados por direitos que sofrem alteração ou extinção por meio de mudanças legislativas, é possível passar para a análise das alterações ocorridas pelas reformas previdenciárias realizadas no direito brasileiro, com ênfase na mais recente, de 2019, mas abordando todas que são relevantes para o presente estudo.

1.2.1 Das alterações da legislação previdenciária em âmbito federal, com enfoque a Emenda Constitucional n.º 103 de 2019, e estadual, com enfoque a Emenda Constitucional n.º 45 de 2019, especialmente quanto as implicações de tais Emendas nas normas previdenciárias aplicáveis aos beneficiários sujeitos deste estudo

Inicialmente, insta reprisar informações já apresentadas anteriormente, mas agora de forma aprofundada e direcionada, considerando serem as principais alterações realizadas pelas reformas previdenciárias ocorridas em 2015 (aqui inclui-se a Emenda Constitucional n.º 103 e 45), sendo elas, em síntese, a limitação pelo teto do RGPS do valor do benefício e a obrigatoriedade da criação do Regime Complementar.

Conforme o parágrafo 2º do artigo 40 da CF/88 (Brasil, 1988) e artigo 35, §2º, da Constituição do Estado do Paraná (Paraná, 1989) os proventos recebidos pelos beneficiários do RPPS não poderão ser inferiores e nem superiores aos estabelecidos pelo RGPS, regulado pelo INSS.

Isso, apesar de já constante neste estudo, é imprescindível ser mencionado novamente, já que tal alteração não foi a primeira a ocorrer nos proventos que serão recebidos pelos beneficiários, assim como não é a todos os futuros segurados que ela se aplica, logo, na data deste estudo, 2024, existem servidores que se enquadram tanto nas regras vigentes, quanto nas regras anteriores, que são duas, as quais serão estudadas a seguir.

A primeira das regras anteriormente mencionadas que serão aqui abordadas é a instituída pela Emenda Constitucional n.º 20, de 1998 (Brasil, 1988), a qual previa, por meio do §2º e §3º do artigo 40 da CF/88, a integralidade e a paridade para os proventos dos servidores, limitando os proventos à remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se aposentou ou que serviu como referência para a concessão da pensão.

Art. 40. [...] § 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98) (Brasil, 1988).

Com o advento da Emenda Constitucional n.º 41, de 19/12/2003 (2003), houve alteração no §3º e o benefício dos segurados não mais contava com a integralidade e paridade, mas sim, passou a ser calculado pela média dos salários-de-contribuição, que são as remunerações sobre as quais incidiu a contribuição previdenciária, ao longo da vida laboral do segurado, e reajustado anualmente pela variação da inflação.

Art. 40. [...] § 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003) (Brasil, 1988).

Entretanto, nota-se que em 2003 não houve alteração no que tangia os proventos não poderem exceder a remuneração do servidor, em outras palavras, tal regra continuava a ser aplicada e não havia a limitação em relação ao RGPS.

Entretanto, após a Emenda Constitucional n.º 45 de 2019, conforme alteração no artigo 35, §2º, da Constituição do Estado do Paraná (Paraná, 1989), equivalente ao artigo 40, §2º da CF/88 (Brasil, 1988), os proventos dos beneficiários do RPPS ficaram vinculados/limitados, tanto no mínimo, quanto no máximo, aos valores do RGPS.

Ou seja, os servidores vinculados ao RPPS após 31/12/2003 não farão mais jus à paridade e integralidade, considerando que tal benefício apenas é garantido a quem ingressou no cargo antes da Emenda Constitucional n.º 41 de 2003, aplicando para os servidores que ingressaram posteriormente a regra permanente para quem vinculou-se após a Emenda Constitucional n.º 45 de 2019 ou as regras transitórias, ambas serão melhor abordadas a seguir.

No que se refere ao direito adquirido de aposentar-se com a paridade e integralidade, é importante ater-se que o beneficiário, além de necessitar que o início

de seu vínculo seja anterior a 31/12/2003, não poderá ter o seu vínculo de serviço público com a Administração Pública interrompido após a data de 31/12/2003.

Sobre este tema, não existe legislação constitucional ou infraconstitucional abordando o que seria considerado interrupção e qual seria o lapso temporal que a configuraria, assim, conforme as jurisprudências do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal que abrange o Paraná, estado onde esta pesquisa foi feita, que versam sobre o presente tema, como as Apelações de Cíveis n.º 5013162-62.2023.4.04.7100/RS (Brasil, 2024), 5006826-38.2020.4.04.7200/SC (Brasil, 2022) e 5001100-49.2017.4.04.7116/RS (Brasil, 2018).

Assim, é entendida como interrupção qualquer perda, quebra de continuidade, de vínculo do indivíduo/servidor com a Administração Pública desde a exoneração do concurso anterior, ao ingresso no novo concurso.

No que tange o período de tempo que configurará a quebra de vínculo, isto ainda se encontra em discussão, sendo na maior parte dos casos entendido como interrupção período que dure mais do que um dia útil entre a exoneração do cargo anterior e o novo ingresso nos quadros da Administração Pública ou, até mesmo em alguns casos, é entendido como interrupção qualquer período de tempo entre a exoneração e o novo ingresso, novo vínculo com a Administração Pública.

Ou seja, se o servidor ingressou nos quadros da Administração Pública antes da data de 31/12/2003, mas por qualquer que seja o motivo, como aprovação em outro concurso, mudou de vínculo após a referida data, 31/12/2003, não havendo interrupção do vínculo entre o servidor e a Administração Pública, é possível concluir que poderá fazer jus ao direito adquirido de aposentar-se por meio da paridade e integralidade.

Deve-se alertar/reforçar aqui, por segurança, que ainda existe margem para discussão deste tema, podendo não ser considerado interrupção um, dois, dez ou mais dias úteis ou até mesmo um dia útil já poderá ser o suficiente para configurar interrupção, dependendo da análise feita em cada caso específico.

Entretanto, caso tenha ocorrido interrupção após 31/12/2003, maior que o usualmente aceito de um dia útil sem estar vinculado a Administração Pública, o direito do segurado de receber a integralidade e paridade é perdido, já que o seu vínculo anterior a 31/12/2003 foi descontinuado e havendo esta quebra e sendo a data do novo ingresso posterior a 31/12/2003, ele estará submetido as novas regras não podendo alegar direito adquirido.

Antes de ser comentado de forma específica sobre o cálculo dos proventos após a reforma, é preciso, também, reforçar as modalidades de aposentadorias possíveis após a Emenda Constitucional n.º 45 de 2019.

Conforme a Lei Complementar n.º 233 de 2021 (2021), em seu artigo 9º, as modalidades de aposentadorias que integram o plano de benefícios do RPPS são: 1) aposentadoria por incapacidade ou invalidez permanente para o trabalho; 2) aposentadoria compulsória; 3) aposentadoria voluntária por idade; 4) aposentadoria especial; e 5) pensão por morte.

Estando tal previsão estabelecida pela Lei Complementar n.º 233 de 2021 (2021) em concordância com o previsto na CF/88 (Brasil, 1988) em seu artigo 40, §1º, incisos I, II e III e ao previsto na Constituição do Estado do Paraná (Paraná, 1989), em seu artigo 35, §1º, incisos I, II e III.

Ou seja, quaisquer modalidades de aposentadoria que não se enquadrem nas acima descritas não poderão ser concedidas pelo RPPS, já que o rol é taxativo e não exemplificativo.

Sobre a aposentadoria voluntária por idade, os requisitos cumulativos que devem ser adimplidos pelo segurado para que possa ser exercida estão previstos nas alíneas do artigo 35, §1º, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná (Paraná, 1989):

Art. 35. [...] § 1º. O servidor vinculado ao regime próprio de previdência social, será aposentado: [...] III - Voluntariamente, observados, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e b) 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 05 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

Importante notar, aqui, que os requisitos previstos nas alíneas “a)” e “b)” são, como o texto deixa expresso, cumulativos, ou seja, há uma importantíssima, e negativa, alteração legislativa ocorrida quanto às modalidades voluntárias de aposentadoria.

Antes da Emenda Constitucional n.º 45 de 04/12/2019 (2019), o servidor poderia, voluntariamente, se aposentar desde que tivesse cumprido tempo mínimo de dez anos de exercício do serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se aposentaria, precisando, de forma cumulativa a isso, cumprir a condição de: possuir 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 anos

de contribuição, se mulher; ou 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Doutro modo, além da diminuição de possibilidades de formas de se aposentar voluntariamente e do tempo de contribuição que passou de 35 anos para homem ou 30 para mulher para 25, independente do sexo, também se nota aumento quanto à idade mínima necessária para que a mulher possa se aposentar voluntariamente, que passou de 55 para 62 anos.

Art. 35. [...] § 1º. Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º deste artigo: [...] III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria observadas as seguintes condições: a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição (Brasil, 1989).

Logo, a aposentadoria por tempo de contribuição não mais faz parte dos quadros das possibilidades de aposentadorias previstas aos servidores públicos por meio do RPPS. Por óbvio, como será melhor abordado, foi estabelecido regra de transição para os servidores que detinham expectativa do direito de se aposentar por esta modalidade.

Entendido sobre as limitações dos proventos e sobre as modalidades de aposentadoria, é possível passar ao estudo, ou melhor, esclarecer, como é feito o cálculo do benefício a ser recebido pelo segurado ao se aposentar por meio do RPPS.

Conforme o artigo 15 da Lei Complementar n.º 233 de 2021 (2021), o qual aborda a forma de cálculo dos benefícios/proventos, determina que as aposentadorias serão calculadas com a média aritmética simples de todas as remunerações, desde julho de 1994, adotadas como base para as contribuições, atualizadas monetariamente. Sobre o resultado desta média, o §1º prevê que fará o servidor jus a 60%, sendo acrescido 2% por ano que exceder 20 anos de contribuição.

Em síntese, realizada a média aritmética para ser verificado o valor do provento do servidor, deste resultado, ele terá direito a apenas 60%, com acréscimo de 2% a cada ano de contribuições que exceder 20 anos, logo, como é preciso de, no mínimo, 25 anos de contribuição para a aposentadoria voluntária, o servidor terá

direito, no mínimo, a 70% desta média, precisando de um total de 40 anos de contribuição para chegar a 100%.

Antes da reforma trazida pela Emenda Constitucional n.º 45 de 2019 (2019), sob a influência da reforma anterior trazida pela Emenda Constitucional n.º 41 de 2003 (2003), o cálculo dos proventos era realizado por meio da média de 80% das maiores contribuições desde julho de 1994, sendo descartadas as 20% menores contribuições, sendo o percentual desta média fixado de acordo com a modalidade de aposentadoria que o servidor optou, sendo elas: Aposentadoria por Invalidez, 100%; Aposentadoria por Idade, 70% mais 1% para cada grupo de 12 contribuições; Aposentadoria por Tempo de Contribuição, 100% mais Fator Previdenciário; Aposentadoria por Tempo de Contribuição com pontuação completa, 100%; e Aposentadoria Especial, 100%.

Logo, nota-se o caráter negativo para os segurados das mudanças ocorridas quanto ao método de cálculo dos proventos a serem recebidos, assim como em relação à fixação da porcentagem da média a ser aplicada.

Neste momento, é imprescindível abordar o instituto da previdência complementar, o qual teve sua criação determinada como obrigatória pela Emenda Constitucional n.º 103, de 2019 (2019) e Emenda Constitucional n.º 45 de 04/12/2019 (2019), restando aos servidores públicos a opção de migrar para regime complementar ou permanecer apenas no RPPS, considerando o limite (mínimo e máximo), vinculado ao RGPS, estabelecido aos proventos.

O §2º, do artigo 15, da Lei Complementar n.º 233 de 2021 (2021) esclarece que os proventos dos beneficiários do RPPS serão limitados ao máximo do RGPS para o servidor que ingressou no serviço público em cargo efetivo após a implantação do regime complementar ou para aquele que tenha escolhido por esta opção, por migrar, ou seja, caso determinado servidor tenha ingressado antes da instituição do regime complementar, e não migrou, não terá seu benefício limitado pelo RGPS.

Entretanto, para os servidores que ingressaram no RPPS, ou melhor, no serviço público após a implantação do regime complementar, a limitação pelo máximo do RGPS é a regra que se impõe, mesmo que opte por não participar do regime de previdência complementar.

**Art. 2º Aplica-se o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS**, de que trata o art. 201 da Constituição Federal, às aposentadorias e às pensões a serem concedidas pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná - RPPS, relativamente aos servidores titulares de cargo efetivo do Estado, incluídos

os membros do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública que:

I - **ingressarem no serviço público no Estado do Paraná, a partir de 22 de setembro de 2022**, inclusive, independentemente de sua inscrição como participantes do plano de previdência complementar;

II - **tenham ingressado no serviço público até 21 de setembro de 2022**, inclusive, e nele tenham permanecido sem perda do vínculo efetivo **e optem pelo Regime da Previdência Complementar mediante prévia e expressa opção**, conforme previsto no §18 do art. 35 da Constituição Estadual; ou (Paraná, 2023, grifo nosso)

Ou seja, os servidores que ingressaram no serviço público após 22 de setembro de 2022 já estão vinculados ao limite máximo do RGPS, enquanto os que já se encontravam vinculados ao RPPS podem optar por migrar, ou não, sofrendo com a limitação apenas caso migrem.

Sobre a “permanência sem perda de vínculo efetivo” mencionada no inciso II do artigo acima exposto, segue a mesma lógica que a interrupção, pois trata-se da mesma situação/instituto, abordada anteriormente sobre a paridade e integralidade.

Nessa toada, o Regime de Previdência Complementar foi instituído no Paraná pela Lei n.º 20.777/2021 (2021), tendo o servidor público prazo de um ano, prorrogável por mais um ano, para decidir se irá realizar a migração ou não, a ser contado da publicação de ato próprio de instituição, que foi regulamentado pelo Decreto n.º 3.188/2023 (2023). Importante atentar-se que tal migração é facultativa, mas uma vez realizada, é irrevogável e irretratável.

Para os sujeitos desta pesquisa, servidores públicos da UEPG, os que ingressaram após 22 de setembro de 2022, estes já possuem o limite de seu benefício no teto do RGPS e podem optar pelo Regime Complementar, enquanto os que ingressaram antes da referida data não possuem a limitação ao teto e ainda não foi aberto o prazo para migração, caso optem por fazê-lo (e, caso optem, então passarão a estarem sujeitos ao referido limite em seus benefícios).

Quadro 1 – Principais alterações decorrentes da Emenda Constitucional n.º 45 de 2019.

(continua)

|                              | <b>Antes da Emenda Constitucional n.º 45 de 2019</b> | <b>Depois da Emenda Constitucional n.º 45 de 2019</b> |
|------------------------------|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| <b>Idade mínima</b>          | 65 anos se homem e 55 anos se mulher                 | 65 anos se homem e 62 anos se mulher                  |
| <b>Tempo de contribuição</b> | 35 anos se homem e 30 se mulher                      | 25 anos para ambos os sexos                           |

Quadro 1 – Principais alterações decorrentes da Emenda Constitucional n.º 45 de 2019.

(conclusão)

|                                                  | <b>Antes da Emenda Constitucional n.º 45 de 2019</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <b>Depois da Emenda Constitucional n.º 45 de 2019</b>                                                                                                                                                                                                                           |
|--------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Limitação de proventos</b>                    | Sem limitação dos proventos do RPPS em relação ao mínimo e o teto do RGPS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Proventos do RPPS vinculados/limitados ao mínimo e ao máximo dos valores do RGPS, obrigatório apenas para os ingressos após 22 de setembro de 2022 e optativo para quem tenha ingressado até o dia 21 de setembro de 2022 e não tenha perdido o vínculo após esta data.         |
| <b>Possibilidades de aposentadorias</b>          | 1) Aposentadoria por incapacidade ou invalidez permanente para o trabalho; 2) Aposentadoria compulsória; 3) Aposentadoria voluntária, desde que cumprindo requisito mínimo de tempo de serviço e tempo de serviço no cargo, por idade, tempo de contribuição e proporcional; e 4) Aposentadoria especial.                                                                                                      | 1) Aposentadoria por incapacidade ou invalidez permanente para o trabalho; 2) Aposentadoria compulsória; 3) Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição de forma cumulativa; e 4) Aposentadoria especial.                                                        |
| <b>Regra Permanente do cálculo dos proventos</b> | Realizada média utilizando o valor de 80% das maiores contribuições desde julho de 1994, sendo descartadas as 20% menores contribuições. O servidor, a depender da espécie de aposentadoria, fará jus a determinada porcentagem desta média: 1) Invalidez, 100%; 2) Idade, 70% mais 1% para cada grupo de 12 contribuições; 3) Tempo de Contribuição, 100% mais Fator Previdenciário; 4) Tempo de Contribuição | Realizada média aritmética simples de todas as remunerações, desde julho de 1994, adotadas como base para as contribuições, atualizadas monetariamente. O servidor terá direito a 60% do resultado desta média, sendo acrescido 2% por ano que exceder 20 anos de contribuição. |

|  |                                                    |  |
|--|----------------------------------------------------|--|
|  | com pontuação completa, 100%; e 5) Especial, 100%. |  |
|--|----------------------------------------------------|--|

Fonte: O autor (Paraná, 2019).

Por fim, abordando as regras de aposentadoria é preciso explicitar que existem no total três regras, sendo uma a permanente e duas transitórias. A regra permanente já restou abordada anteriormente, sendo a prevista no artigo 35, §1º, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná (Paraná, 1989), e é a regra definitiva trazida pela reforma, enquanto as transitórias, previstas nos artigos 4º a 7º da Emenda Constitucional n.º 45, de 2019 (2019), são opções de enquadramento previstas para os servidores que possuíam expectativa de direito quando a reforma foi realizada, sendo elas: 1) a regra de transição por pontos; e 2) a regra de transição por pedágio.

Logo, a depender da situação específica do referido segurado, ele poderá se encaixar apenas na regra permanente, a considerar sua data de ingresso, por exemplo, ou poderá aproveitar das regras transitórias, podendo, assim, usufruir de direitos adquiridos ou situações que possam ser mais vantajosas, se assim preferir.

Isso posto, considerando que a regra permanente já foi satisfatoriamente abordada, passa-se a análise das regras transitórias. A primeira regra de transição a ser comentada será a por pontos, prevista no artigo 4º da Emenda Constitucional n.º 45, de 2019 (2019), que, em suma, estabelece ao beneficiário a faculdade de aposentar-se caso, cumprindo os requisitos dos incisos I, II, III, IV e V, atinja determinada pontuação com o somatório da sua idade e do tempo de contribuição, a ser calculada em 96 pontos para homem e 86 pontos para mulher mais 1 ponto por ano, a partir de 2020, até atingir 105 pontos para homem e 100 pontos para mulher.

Art. 4.º Assegurado o direito de opção pela regra disposta no artigo 5º, o servidor estadual que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo, até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, poderá aposentar-se voluntariamente pela regra do somatório da idade e do tempo de contribuição, quando preencherem, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem, observado o disposto no § 1º;

II - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;

IV - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e

V - somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos, se homem, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2022, a idade mínima a que se refere o inciso I do caput será elevada para 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2020, a pontuação a que se refere o inciso V do caput será acrescida a cada ano de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem. [...]

§ 6º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:

I - à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8º, para o servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não faça a opção de que trata o art. 35, § 16, da Constituição Estadual, desde que se aposente aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou aos 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, para os titulares do cargo de professor de que trata o § 4º;

II - para o servidor público não contemplado no inciso I, o cálculo do benefício utilizará a média aritmética simples das remunerações adotados como base para contribuições ao regime próprio de previdência social, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, e

III - o valor dos proventos de aposentadoria apurado na forma do inciso II, corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição (Paraná, 2019).

Em especial, deve ser comentado sobre o previsto no §6º do artigo 4º da Emenda Constitucional n.º 45 de 2019 (2019), que prevê a paridade e integralidade ao servidor, desde que ingresso até 31 de dezembro de 2003 e atinja os requisitos complementares de possuir 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem. Caso tenha ingressado após a referida data e se aposente pela regra dos pontos, o cálculo realizado será o mesmo da regra permanente.

Em resumo, caso o servidor possua expectativa de direito das regras da aposentadoria anteriores à reforma, ele poderá optar por se aposentar pela regra de transição de pontos, desde que cumpra com os requisitos estabelecidos pela lei, podendo, inclusive, usufruir do direito adquirido da integralidade e paridade.

A segunda regra de transição, a por pedágio, é a prevista no artigo 5º da Emenda Constitucional n.º 45, de 2019 (2019), consistindo, em resumo, no segurado

cumprir com os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV, do referido artigo, permanecendo na ativa pelo dobro do tempo de contribuição que lhe faltaria para atingir o tempo mínimo antes da entrada em vigor da Emenda, que seria 30 anos se mulher e 35 anos se homem.

Art. 5.º Assegurado o direito de opção pela regra disposta no artigo anterior, os servidores que tenham ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, poderão aposentar-se voluntariamente pela regra de acréscimo de tempo de contribuição quando preencherem, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

II - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, para os servidores públicos;

IV - período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II.

[...] § 2º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:

I - em relação ao servidor que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do art. 35 da Constituição Estadual, à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no §8º do art. 4º; e

II - para o servidor público não contemplado no inciso I, o cálculo do benefício será utilizado a média aritmética simples das remunerações adotada como base para as contribuições para o regime próprio de previdência social, atualizados monetariamente, correspondentes 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, desde que não faça a opção de que trata o § 16 do art. 35 da Constituição Estadual (Paraná, 2019).

Também devendo ter olhar especial, o §2º do artigo retromencionado (Paraná, 2019), prevê a paridade e integralidade ao servidor público que ingressou em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 sem requisito de idade mínima, diferente do que ocorre na regra de transição por pontos. Já para o servidor que ingressou após o referido marco temporal, o cálculo utilizado é semelhante ao da regra permanente, mas mantendo 100% da média, sem redutor, ou seja, não ocorre a aplicação dos 60% mais 2% por ano de contribuição acima de 20 anos.

Da mesma forma que ocorre com o servidor que pode usufruir da regra de transição por pontos, aquele segurado que possui direito adquirido por ter ingressado antes da vigência da Emenda Constitucional n.º 45, de 2019 (2019), poderá optar pela regra de transição por pedágio, onde, se cumprir com os requisitos, poderá usufruir,

provavelmente, de melhores formas de cálculo de seu benefício do que a disposta pela regra permanente.

Quadro 2 – Regras de Transição.

|                                                                | <b>Ingresso até 31/12/2003</b>                                                                                                                                                                                     | <b>Ingresso após 31/12/2003 e antes de 04/12/2019</b>                                                                                                                                        | <b>Ingresso após 04/12/2019</b>         |
|----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| <b>Cálculo dos proventos na Regra de Transição por pontos</b>  | Poderá optar pelo cálculo pela paridade e integralidade se cumprir com os requisitos complementares de possuir 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem. | Cálculo realizado de acordo com a regra permanente                                                                                                                                           | Não se enquadra nas regras de transição |
| <b>Cálculo dos proventos na Regra de Transição por pedágio</b> | Poderá optar pelo cálculo pela paridade e integralidade sem requisito de idade mínima.                                                                                                                             | Cálculo realizado de forma semelhante a regra permanente, mas mantendo 100% da média, sem redutor, ou seja, não ocorre a aplicação dos 60% mais 2% por ano de contribuição acima de 20 anos. | Não se enquadra nas regras de transição |

Fonte: O autor (Paraná, 2019).

Isso posto, encerra-se este subtópico, que pode ser considerado o principal deste capítulo, pois, por meio dele, no próximo tópico, será possível entender a divisão dos grupos que compõem os sujeitos deste estudo em decorrência das regras previdenciárias que poderão usufruir, logo, possuindo expectativas e perspectivas diferentes de suas aposentadorias.

### 1.3 DOS SUJEITOS DO ESTUDO

Como já desenhado até este momento deste capítulo, os sujeitos do presente estudo são os professores que ainda não se encontram aposentados ou em gozo de algum benefício previdenciário, estando, assim, em atividade de suas funções, em

outros termos, estão na ativa, sendo, inclusive, tais sujeitos divididos em grupos considerando suas peculiaridades fáticas que, de forma cabal, implicam em quais regras previdenciárias são/poderão ser enquadrados.

Assim sendo, os sujeitos do presente estudo são servidores públicos titulares de cargos efetivos, estatutários, logo, vinculados ao RPPS, que estão ativos e foram afetados, em maior ou menor escala, pelas alterações realizadas pela reforma da previdência de 2019 e suas reverberações na legislação previdenciária que regem suas futuras aposentadorias, que, apenas a título de comentário, foram deslocadas ainda mais no futuro em decorrência de tais alterações.

Entretanto, considerando que a matéria legislativa que regula a aposentadoria dos referidos sujeitos é vasta e prevê inúmeras possibilidades, o que é algo inerente até mesmo à natureza de tais sujeitos, já que consistem em segurados que tiveram sua data de ingresso no serviço público em datas divergentes e possuem peculiaridades distintas em seus históricos de contribuições, não é plausível analisá-los como um grupo sólido que enfrentará a aposentadoria da mesma forma, já que haverá, inevitavelmente, diferenças quanto às regras que lhes serão aplicadas e que regularão suas aposentarias/proventos.

Ou seja, para ser viável uma análise precisa de suas representações sociais, é preciso dividi-los em grupos, onde suas peculiaridades, que devem ser consideradas, ao menos as principais, serão abordadas/sopesadas de forma adequada, já que as regras responsáveis pela divisão em grupos são as que mais têm condão de influenciar as representações sociais dos professores/sujeitos estudados, pois podem representar mudanças significativas nas futuras aposentadorias e valores percebidos.

Também será considerado que a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UEPG realizou/vem desenvolvendo um programa denominado Progesp Itinerante, que teve início em 28 de junho de 2023, e vem dando foco no atendimento aos servidores da universidade, os instruindo, dentre outros temas, sobre as matérias previdenciárias que os concernem (Pró-Reitora, 2023).

O Progesp Itinerante não representa fato impactante o suficiente para caracterizar um fator de divisão de novos grupos para os sujeitos, dos que participaram e dos que não participaram do programa, já que tem força apenas informativa aos servidores, logo, não implica em suas aposentadorias de forma

inevitável e involuntária, entretanto, mostra-se vantajoso diferenciar, entre os grupos já divididos, os que participaram e os que não participaram deste programa.

Dessa forma, também fundamentando a separação dos sujeitos do estudo em grupos, tem-se que, na época da realização desta pesquisa, em 2024, a UEPG conta com 634 professores estatutários, ou seja, servidores titulares de cargos efetivos do Estado do Paraná, tendo, destes, 246 ingressado antes de 31/12/2003, 357 ingressado depois de 31/12/2003 e antes de 04/12/2019 e 31 ingressado depois de 04/12/2019 (PROPLAN, 2024<sup>a</sup>, Anexo C).

Em síntese, considerando toda a exposição realizada até o momento sobre o RPPS, as implicações das reformas nas aposentadorias dos sujeitos do estudo, que acabam por criar diferentes possibilidades de aposentadorias, e sobre a existência de um programa da UEPG com intuito de instruir os seus servidores, os professores estudados serão divididos em três grupos (que no total somarão 45 entrevistados, sendo 15 de cada um dos grupos): 1) os que ingressaram até 31/12/2003, que podem receber seu benefício pela integralidade e paridade; 2) os que ingressaram após 31/12/2003 e antes de 04/12/2019, que terão os seus proventos calculados pela média aritmética simples de todos os salários desde 1994, recebendo 60% desta média mais 2% por ano de contribuição acima de 20 anos, para ambos os sexos, mas podem se enquadrar nas regras provisórias; e 3) os que ingressaram após 04/12/2019, que terão os seus proventos calculados pela média aritmética simples de todos os salários desde 1994, recebendo 60% desta média mais 2% por ano de contribuição acima de 20 anos, para ambos os sexos e com limite ao teto do RGPS para os que ingressaram após 22/09/2022.

Destes grupos, seus integrantes serão divididos internamente entre os que participaram do Progesp Itinerante e os que não participaram, considerando, também, se o participante tem conhecimento de como se dará sua aposentadoria mesmo não tendo participado, para que seja possível analisar a representação social do referido sujeito considerando as suas particularidades tanto de enquadramento legal, quanto de informações sobre a sua situação previdenciária.

## **2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E APLICAÇÃO AO PRESENTE ESTUDO**

Compreendida a atual situação previdenciária dos sujeitos do estudo, tendo sido contextualizada a evolução histórica da previdência internacional e nacional, com as principais alterações ocorridas na legislação e como isso culminou na atual legislação vigente, assim como também compreendidos os sujeitos do presente estudo, ao menos pela ótica jurídica/previdenciária que justifica sua divisão em grupos, neste capítulo passa-se à análise de como a teoria da representação social se comunica/interage com a matéria até aqui estudada e os professores universitários.

Por óbvio, assim como o realizado no capítulo anterior, antes de ser viável a união dos dois temas, as novas regras previdenciárias aplicáveis aos professores da UEPG e as representações sociais, é necessário aprofundar os estudos sobre a Teoria das Representações Sociais, para, somente assim, entender plenamente a condição (aqui não mais se limitando à esfera jurídica, mas também de suas representações dos eventos ao seu redor) dos sujeitos estudados.

Isso, pois, as alterações legislativas não causam impactos unicamente materiais ou momentâneos (no sentido de ser passageiro, já que no presente caso são futuros estes impactos, pois serão indubitavelmente sentidos no momento de se aposentar, no posterior), mas também, como no caso em tela, geram perdas de valores que eram tidos como “garantidos”, “seguros”, “certos”, que muito bem podem ter “fundado/fundavam” a escolha de seguir carreira de um concurso público. Logo, para ser possível realizar esta análise, o direito, ou melhor, a visão jurídica, não é o suficiente, sendo necessária a interdisciplinaridade para viabilizar tal objetivo.

Pois, o direito encontra uma barreira intransponível ao buscar compreender além das alterações legislativas e resultados práticos nas vidas dos atingidos, aqui sobre professores universitários sujeitos deste estudo, sendo necessária a utilização das ferramentas de compreensão e estudo corretas para entender como os referidos servidores enxergam a sua aposentadoria pela perspectiva vivenciada, sua situação atual/futura quanto à sua aposentadoria (vinculada ao RPPS) e, no caso de saberem quais foram as alterações e quais foram as implicações em seu caso, entenderem, ou suporem entender, as mudanças ocorridas em seus direitos.

Isso posto, no tópico a seguir será abordada a Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Moscovici (2007) e que viabilizará não somente identificar

quais são as representações sociais dos sujeitos estudados, mas, também, eventuais posicionamentos e decisões que são tomadas tendo como base tal representação.

## 2.1 CONCEITO, CONSTRUÇÃO E RELEVÂNCIA DAS REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Entender o que é a teoria da Representação Social é de incomensurável importância para esta pesquisa, considerando o objeto deste estudo orbitar em torno disso. Segundo seu criador, Serge Moscovici (2007), as representações sociais, localizadas na área de estudo da psicologia social, são produzidas através de interações e comunicações ligadas a interesses humanos, eis que está interessada nos processos pelos quais tal conhecimento é gerado e projetado no mundo social, tornando-se entidades quase tangíveis.

Logo, tratando-se de produção advinda de interações e comunicações humanas, a subjetividade desta matéria é inerente a sua própria natureza, dada a individualidade de cada evento social.

Tendo, dessa forma, a presente teoria por princípio “a diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, em toda sua estranheza e imprevisibilidade. Seu objetivo é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível a partir de tal diversidade” (Moscovici, 2007, p. 76).

Em outras palavras, visa compreender as interações humanas em sua forma mais pura para identificar como determinados grupos, mesmo com as complexidades e imprevisibilidades do mundo ao redor, conseguem se organizar e viver de forma estável.

Moscovici (2007) assume que iniciou a sua aproximação e os seus estudos das representações que posteriormente nomeou de representações sociais através das representações coletivas abordadas por Durkheim, mas afastou-se da concepção sociológica que “viu as representações como artifícios explanatórios, irredutíveis a qualquer análise posterior” (Moscovici, 2007, p. 45). Em suas teorizações, o autor contraria a tradição sociológica que considerava o caráter estático das representações e passa a considerá-las como um fenômeno e não mais como um conceito. Nas palavras do autor:

[...] sabia-se que as representações sociais existiam nas sociedades, mas ninguém se importava com sua estrutura ou com sua dinâmica interna. A psicologia social, contudo, estaria e deveria estar preocupada somente com

a estrutura e a dinâmica das representações. Para nós, isso se explica na dificuldade de penetrar o interior para descobrir os mecanismos internos e a vitalidade das representações sociais o mais detalhadamente possível (Moscovici, 2007, p. 45)

Então, o referido autor passa a analisar as representações por outra ótica, a estrutura e a dinâmica das representações, que ele julga ser a matéria central, ou melhor, que deveria ser, da psicologia social.

Na concepção de Moscovici (2007), tal é a dinamicidade das representações sociais que existe a necessidade de se reconstruir continuamente o estabelecido por “senso comum” que por vezes nem tem tempo suficiente para se consolidar como uma tradição imutável. Esse caráter dinâmico é o que leva o autor a assumir não se interessar por representações de sociedades primitivas, mas pelas da sociedade atual.

O “senso comum” é entendido por diversos grupos na sociedade como uma verdade incontestável, entretanto, tal fenômeno só se consolida quando tal conhecimento popular está presente por um considerável período de tempo e determinado grupo, o que, conforme narrado acima pelo autor, é a marca da dinamicidade das representações sociais.

Para além de considerar as representações sociais estruturas dinâmicas, já que tal teoria não poderia limitar-se a caracterização de forma tão simplória, Moscovici (2007, p. 46) as confere outra qualificação:

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa. Elas sempre possuem duas faces, que são interdependentes, como duas faces de uma folha de papel: a face icônica e a face simbólica.

Em síntese, o criador da teoria a resume como uma forma de entender e explicar algo que as pessoas já sabem, mas de uma forma específica, diferente, visando tornar o seu objeto algo compreensível, organizado.

Para Jodelet (2001), que posteriormente será estudada de forma específica, dada sua importantíssima contribuição para a teoria, “A representação social é sempre uma representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características do sujeito e do objeto terão uma incidência sobre o que ela é”.

Nesse sentido, a compreensão e comunicação específica de determinado objeto e sujeito passa justamente pelas suas características, já que é algo conhecido, para que sua representação seja desenvolvida, levando isto em consideração, ou seja, não se trata de uma desfiguração de algo a ponto de ser irreconhecível.

Nessa senda, uma definição possível para representações sociais seria que correspondem a um conjunto de imagens, crenças e comportamentos simbólicos que formam um modelo replicável e de fácil compreensão, tornando-se uma espécie de satélite natural orbitando um planeta, o que acaba por possibilitar que coisas ou pessoas sejam classificadas, descritas e/ou explicadas (Moscovici, 2007).

Entender o que Moscovici afirmou serem as representações sociais é de suma importância para a compreensão da teoria, visto que ele foi o principal encarregado pelo seu desenvolvimento e estabelecimento como uma teoria científica.

Entretanto, quem realmente veio trazer uma definição para as Representações Sociais foi Jodelet (2001), a conceituando como uma forma de conhecimento elaborado e compartilhado entre determinados grupos, tendo, na construção da realidade social, função e objetivo prático, sendo assim, uma espécie de “guia” para as ações sociais.

Ou seja, as representações sociais não existem apenas por algum acaso, sem significado, mas sim, cumprem um papel/objetivo onde estão inseridas/foram criadas, pois, por meio delas os indivíduos, e os seus grupos, podem praticar os seus atos e ações com base nestes conhecimentos compartilhados, os usando como pedra angular.

Jodelet (2005) ressalta que a construção desta teoria se dá entre os indivíduos no cotidiano e se manifesta nos seus saberes práticos, na expressão da identidade, culturas, costumes, tradições, modo de vida e a forma como esta se dá.

Com isso, entende-se que a representação social de algo, ou alguém, refere-se a forma que determinados grupos, os quais são detentores de características que os definem ou os diferenciam de outros grupos ou de um conglomerado mais amplo deles, concebem determinado objeto variado, o que os possibilita o classificar, descrever, explicar, e assim por diante, de forma prática, servindo como um “guia”.

Nesse sentido, as representações sociais vêm como um preenchimento para as lacunas/vácuos existentes sobre determinados temas/objetos/pessoas dentro das culturas de determinados grupos, buscando dar sentido a tais objetos, tornando o não-familiar em familiar, possibilitando que a estabilidade volte a imperar em tal ambiente,

uma vez que a incerteza, ausência de significado de algo, gera a instabilidade. (Moscovici, 2007).

Exercendo tal função, as representações sociais agem como uma forma de apoio aos indivíduos, possibilitando que algo que outrora era sinônimo de desconfiança, do desconhecido, passe a ser tido como comum, atribuindo um sentido a algo não-familiar, o trazendo para a esfera do conhecido.

Por outra perspectiva, as representações sociais se impõem como uma “rede” de ideias, metáforas e imagens que se encontram interligadas livremente de forma leviana, logo, sendo menos engessadas que teorias, e que dificilmente podem ser desvencilhados do indivíduo, sendo resgatadas pelos indivíduos à medida que se mostram úteis e aplicáveis (Moscovici, 2007).

Portanto, tal “rede” torna-se responsável por possibilitar aos indivíduos, com os recursos que possui decorrentes do grupo que faz parte, entender determinado objeto sem que necessariamente possua o domínio do conhecimento para tanto, mesmo que tal entendimento não seja completamente preciso.

Em certo ponto de sua obra, Moscovici (2007) aponta duas dimensões/características das Representações Sociais que se traduzem em suas funções fundamentais. Partindo do entendimento que em qualquer ambiente (natural ou social) existe certa autonomia e condicionamento, o autor assume que as Representações Sociais possuem uma natureza convencional e prescritiva, à medida que:

a) Em primeiro lugar, elas **convencionalizam** os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Assim, nós passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação como decréscimo do valor do dinheiro. [...] b) Em segundo lugar, representações são **prescritivas**, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado. Uma criança nascida hoje em qual quer país ocidental encontrará a estrutura da psicanálise, por exemplo, nos gestos de sua mãe ou de seu médico, na afeição com que ela será cercada para ajudá-la através das provas e tribulações do conflito edípico, nas histórias em quadrinhos cômicas que ela lerá, nos textos escolares, nas conversações com os colegas de aula, ou mesmo em uma análise psicanalítica, se tiver de recorrer a isso, caso surjam problemas sociais ou educacionais Moscovici (2007, p. 34-36, grifo nosso).

Assim, as representações sociais convencionais, de forma breve, são entendidas como algo de forma imperativa, mesmo que de forma gradual, as alçando como modelo de algo, enquanto as prescritivas são entendidas como já existem e que fazem parte da estrutura social e das tradições antes do indivíduo existir/nascer, não havendo para o sujeito outra opção a não ser a seguir, “sempre foi assim e sempre vai ser”.

Tais naturezas não são entendidas como uma divisão da teoria, como modalidades diversas de representações sociais, mas sim, características das referidas representações.

De acordo com Doise (1993), Moscovici foi o responsável por elaborar uma “Grande Teoria” que estabeleceu conceitos-base para outras abordagens teóricas. Alguns desses conceitos são o universo consensual e o universo reificado, o familiar e o não-familiar, a ancoragem e a objetivação. Esses conceitos serão apresentados nos parágrafos subsequentes.

Ao tratar do lugar ocupado pelas representações sociais na sociedade, Moscovici (2007) define dois universos: o consensual e o reificado. Segundo o autor, “no universo consensual, a sociedade é uma criação visível, contínua, permeada com sentido e finalidade, possuindo uma voz humana [...]” (Moscovici, 2007, p. 49-50), enquanto que no universo reificado, “[...] é transformada em um sistema de entidades sólidas, básicas, invariáveis, que são indiferentes à individualidade e não possuem identidade.” (Moscovici, 2007, p. 50). Nesse universo, as ciências impõem sua autoridade no pensamento e experiência dos indivíduos definindo o que é verdadeiro e o que não é.

Entre os conceitos dos universos apresentados acima pelo autor, nota-se divergência paralelamente oposta entre eles, definições que serão aprofundadas a seguir.

No universo consensual, a sociedade é vista, então, como grupo de pessoas que gozam de igualdade e liberdade para falar em nome do grupo. Não há competência exclusiva a nenhum dos membros do grupo, mas todos podem adquirir a competência necessária através das circunstâncias (Moscovici, 2007).

Para melhor detalhar o mecanismo pelo qual qualquer membro deste universo consensual torna-se competente a falar em nome do grupo, Moscovici (2007, p. 50-51) escreve:

Sob este aspecto, cada um age como um “amador” responsável, ou como um “observador curioso” nas “frases feitas” e chavões do último século. Na maioria dos locais públicos de encontro, esses políticos amadores, doutores, educadores, sociólogos, astrônomos, etc. podem ser encontrados expressando suas opiniões, revelando seus pontos de vista e construindo a lei. Tal estado de coisas exige certa cumplicidade, isto é, convenções linguísticas, perguntas que não podem ser feitas, tópicos que podem, ou não podem, ser ignorados. Esses mundos são institucionalizados nos clubes, associações e bares de hoje, como eles foram nos “salões” e academias do passado. O que eles fazem prosperar é a arte declinante da conversação. É isso que os mantém em andamento e que encoraja relações sociais que, de outro modo, definhariam.

Em suma, o universo consensual consiste no cotidiano, na conversa, nos diálogos informais que não necessariamente detêm a profundidade ou complexidade do assunto abordado, não havendo necessariamente um rigor científico a ser respeitado para validação da conversação.

De forma contrastante, no universo reificado, a sociedade é concebida como um conjunto de membros desiguais entre si. Existe um sistema de papéis e classes, e o grau de participação de cada membro é definido por uma competência adquirida. Isto é, cada um participa de acordo com a competência que possui, “como médico”, “como psicólogo”, por exemplo. É a competência adquirida que define se um indivíduo poderá se posicionar ou abster-se de um posicionamento (Moscovici, 2007).

Logo, o universo reificado é o formal, científico, onde o que importa a qualificação do membro do grupo, sua hierarquia, titulação, ou seja, é onde se produz a ciência por meio de suas objetividades, metodologias e rigores, assim, para que algo seja validado, é preciso que cumpra, também, critérios formais já determinados.

Ao dissertar sobre o contraste entre os universos acima expostos, o mesmo autor diz que os limites entre os dois acabam por dividir a realidade coletiva, e também a realidade física, em duas. Enquanto que as ciências se ocupam de compreender o universo reificado, as representações sociais preocupam-se com o universo consensual (Moscovici, 2007).

O universo reificado tem como finalidade estabelecer um “mapa das forças, dos objetos e acontecimentos que são independentes de nossos desejos e fora de nossa consciência e aos quais nós devemos reagir de modo imparcial e submisso” e prima pela “precisão intelectual e evidência empírica” (Moscovici, 2007, p. 52).

Já o universo consensual ocupa-se de restaurar e dar forma à consciência coletiva, fornecendo explicações acerca dos objetos e acontecimentos de maneira acessível a qualquer pessoa (Moscovici, 2007).

Respeitada a importância de tais universos, fica claro que seus propósitos são completamente diferentes, enquanto um visa a parte científica, restringido a grupos específicos, o outro visa a acessibilidade aos integrantes de outros grupos, ficando também cristalino que ambos são indispensáveis para a organização social.

Outro par de conceitos importantes é o do familiar e não-familiar. Segundo o autor, toda representação tem a intenção de tornar familiar o não familiar ou a própria não-familiaridade. Toda representação é, então, resultado de um esforço por tornar comum e real o que, até o momento, é incomum. É por meio das representações que a questão se resolve: o que era não-familiar é integrado ao mundo mental e físico de quem as cria, é enriquecido e transformado (Moscovici, 2007). Sobre esse processo, Moscovici (2007, p. 58) acrescenta:

Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que parecia abstrato, torna-se concreto e quase normal. Ao criá-los, porém, não estamos sempre mais ou menos conscientes de nossas intenções, pois as imagens e idéias com as quais nós compreendemos o não-usual (incomum) apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e como qual nós já estávamos familiarizados há tempo e que, por isso, nos dá uma impressão segura de algo “já visto” (*déjà vu*) e já conhecido (*déjà connu*).

Assim, as representações sociais agem para tornar algo que não se é familiarizado em algo familiar, o que deve ser esclarecido aqui, é que tal objeto é conhecido, mesmo que não seja familiar, caso contrário, se não é conhecido ou não existe, sequer vão haver representações sociais sobre tanto.

Essa é a razão pela qual Moscovici (2007) assevera que para aprofundar e analisar uma representação, é preciso conhecer o que de não-familiar a motivou e foi absorvido por ela.

À primeira vista, após o exposto até este momento, pode parecer haver uma dicotomia entre a ciência e as representações sociais. No entanto, é Moscovici (2007, p. 60) mesmo que aponta, não para sua oposição, mas para sua complementaridade, apesar de suas diferenças, sendo que no âmago da própria ciência que surgem novas representações, ocorrendo este processo, segundo o autor, da seguinte maneira:

Nossos mundos reificados aumentam com a proliferação das ciências. Na medida em que as teorias, informações e acontecimentos se multiplicam, os mundos devem ser duplicados e reproduzidos a um nível mais imediato e acessível, através da aquisição de uma forma e energia próprias. Com outras palavras, são transferidos a um mundo consensual, circunscrito e re-apresentado. A ciência era antes baseada no senso comum e fazia o senso comum menos comum; mas agora senso comum é a ciência tornada comum.

Ou seja, o universo/mundo reificado e o consensual não são, na prática, opostos, apesar de seus conceitos serem, pois é com o seu funcionamento em conjunto e complementar que os conhecimentos científicos são proliferados para o cotidiano, fazendo com que o senso comum seja mais qualificado, por assim dizer, já que terá amparo em conhecimentos cientificamente rigorosos, não familiares, que foram transformados em acessíveis, familiarizados.

A relação estabelecida entre a ciência e as representações sociais, em que o não-familiar é transformado em familiar, se dá por dois mecanismos: a ancoragem e a objetivação. E aqui chega-se à última dupla de conceitos-base, anunciada anteriormente. Esses dois mecanismos operam juntos, primeiramente, transferindo o desconhecido a uma esfera particular, para que o indivíduo possa interpretá-lo, e depois reproduzi-lo em algo palpável (Moscovici, 2007).

Esse é o processo que forma as representações, razão pela qual suas definições foram desenvolvidas com precisão. Primeiramente, a ancoragem é definida como:

[...] processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada. [...] No momento em que determinado objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquire características dessa categoria e é reajustado para que se enquadre nela. Se a classificação, assim obtida, é geralmente aceita, então qualquer opinião que se relacione com a categoria irá se relacionar também com o objeto ou com a ideia. [...] Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras (Moscovici, 2007, p. 61).

Em outros termos, a ancoragem é a adequação de um objeto desconhecido por meio da comparação com objetos conhecidos, gerando o conhecimento do que outrora era familiar, mas também, determinando coligações do objeto que antes foi intrigante com os demais objetos do grupo paradigma apropriado.

Uma vez que nomear algo é o que o retira de um “anonimato perturbador” e permite que se torne comunicável e se ligue a outras imagens; e classificar algo é o ato de escolher um paradigma já conhecido para estabelecer com ele uma relação positiva ou negativa, esses são os aspectos fundamentais da ancoragem (Moscovici, 2007).

Assim, o ato de compreender o antes incompreendido o nomeado por meio de comparações com outros objetos conhecidos é o que define o conceito de ancoragem em apertada síntese.

Quanto ao mecanismo da objetivação, Moscovici (2007, p. 71) salienta que “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, um ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem”. Esse mecanismo junta a ideia de não-familiaridade com a de realidade. A objetivação deixa de ser unicamente intelectual e abstrata e passa a habitar o mundo físico, tornando-se acessível (Moscovici, 2007).

A objetivação seria, assim, a transformação da ideia, do abstrato, em algo material, concreto, em um objeto propriamente dito, realizando o exercício de pegar as ideias, as cristalizando, e as transformando em objetos, as materializando.

Quase encerrando este momento da conceituação, resta-se estabelecido que, frequentemente, as representações sociais surgem ligadas a objetos perenes, pontos de conflitos duradouros, utilizando-se de estruturas representacionais da própria cultura em que está inserida, e não sobre situações passageiras e que guardam relevância passageira e de pouco impacto. (Moscovici, 2007).

Assim, é plausível que representações sociais surjam, também, objetivando preencher brechas em situações eventuais e passageiras, específicas de determinados grupos sociais ou indivíduos, contudo, sua função encontra-se comumente empregada quando aplicada a situações de maior impacto e duração.

As representações sociais são divididas em três abordagens teóricas principais, existindo inúmeras outras, entretanto, sendo apenas três consideradas as principais, sendo elas a cultural, societal e estrutural, as quais podem ser utilizadas de forma cumulativa, ou não (SÁ, 1998), sendo, para esta pesquisa, necessária a utilização de apenas uma delas, a estrutural.

Como já mencionado, foi de Jodelet (2001) a preocupação em definir o fenômeno das representações sociais, de modo a torná-las mais objetivas em termos científicos. De acordo com Bertoni e Galinkin (2017) a autora, além de reforçar as concepções de Moscovici, liderou a abordagem cultural das Representações Sociais, a qual será abordada nos parágrafos subsequentes.

Por óbvio, isso não significa que Moscovici não desenvolveu os seus trabalhos de forma científica ou com esta preocupação, entretanto, foi Jodelet quem deu continuidade a tais pesquisas, desenvolvendo um conceito propriamente dito.

Por ser uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, as representações sociais, como fenômeno, diferenciam-se do conhecimento científico. No entanto, se configuram como “[...] um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais.”, ao passo que a teoria das representações sociais é científica, sendo as representações sociais como fenômenos estudadas a partir das representações sociais como teoria (Jodelet, 2001, p. 22).

Ganhando, então, as representações sociais importância no cotidiano (onde também surgem), pois permitem que os sujeitos definam aspectos, os interpretem conjuntamente e tomem decisões. Nas palavras da própria autora:

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos, ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva (Jodelet, 2001, p. 17).

Servindo as representações sociais como um mecanismo dos grupos para conseguir superar as situações desconhecidas ou de exigências e necessidades que eventualmente se impõem na vida cotidiana.

Essas representações têm grande influência na vida diária dos grupos e, conforme apontado por Jodelet (2001), se manifestam em discursos, são expressas em palavras, imagens, veiculadas nas mídias e cristalizadas nos comportamentos dos sujeitos.

Apesar de que, por estabelecerem íntima relação com o senso comum, possam despertar a percepção errônea de que se tratam de um fenômeno simples, sua dinâmica é bastante complexa, conforme aponta a própria autora.

Em seu âmago encontram-se elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, entre outros, que se apresentam como um saber sobre o estado da realidade. Assim, a investigação científica se ocupa dessa “totalidade significativa” a fim de analisá-la e descrevê-la (Jodelet, 2001).

Neste estudo, esta “totalidade significativa” objetivada para ser objeto de análise e descrição é o que os professores universitários ativos da UEPG esperam da sua aposentadoria, regida pelo RPPS, considerando o que têm por familiar.

Conforme dito anteriormente, para Jodelet (2001), uma representação sempre parte do sujeito que representa algo (um objeto) real ou imaginário. Para além desta premissa, no entanto, a autora elenca outros elementos e relações que serão expostos:

- a representação social tem como seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações). Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma construção e uma expressão do sujeito. Esta atividade pode remeter a processos cognitivos – o sujeito é então considerado de um ponto de vista epistêmico –, assim como a mecanismos intrapsíquicos (projeções fantasmáticas, investimentos pulsionais, identitários, motivações, etc.) – o sujeito é considerado de um ponto de vista psicológico. Mas a particularidade do estudo das representações sociais é o fato de integrar na análise desses processos a pertença e a participação, sociais ou culturais, do sujeito. É o que a distingue de uma perspectiva puramente cognitivista ou clínica. Por outro lado, ela também pode relacionar-se à atividade mental de um grupo ou de uma coletividade, ou considerar essa atividade como o efeito de processos ideológicos que atravessam os indivíduos. [...]
- forma de saber: a representação será apresentada como uma modelização do objeto diretamente legível em (ou inferida de) diversos suportes linguísticos, comportamentais ou materiais. Todo estudo de representação passará por uma análise das características ligadas ao fato de que ela é uma forma de conhecimento.
- qualificar esse saber de prático se refere à experiência a partir da qual ele é produzido, aos contextos e condições em que ele o é e, sobretudo, ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro, o que desemboca em suas funções e eficácia sociais. A posição ocupada pela representação no ajustamento prático do sujeito a seu meio fará com que seja qualificada por alguns de compromisso psicossocial (Jodelet, 2001, p. 27-28).

De modo a condensar as articulações oriundas desse conjunto de elementos, Jodelet (2001, p. 28) elabora três questões: "Quem sabe e de onde sabe?"; "O que e como sabe?"; e "Sobre o que sabe e com que efeitos?". Essas questões, por sua vez, abrem-se para três ordens de problemas: a) condições de produção e de circulação; b) processos e estados; c) estatuto epistemológico das representações sociais. Toda pesquisa que se ocupa das Representações Sociais precisa, necessariamente, ter claras as respostas a essas problemáticas.

Trazendo para o caso do presente estudo, as perguntas que serão apresentadas aos sujeitos da pesquisa buscam, justamente e inclusive, elucidar tais perguntas fundantes, considerando que se tratam de servidores públicos estaduais, professores universitários e vinculados ao respectivo RPPS.

Em um escrito de Jodelet datado do ano de 2011, a autora comenta o estado da arte das pesquisas brasileiras no campo das Representações Sociais e retoma uma referência já feita por ela própria em 2003 sobre uma “escola brasileira das representações sociais” e ao dissertar sobre esse campo de pesquisa e suas características, afirma:

No contexto brasileiro, como em outros contextos nacionais, os campos estudados devem levar em conta os sistemas de valores, ideologias específicas e provenientes do funcionamento destes próprios campos. [...] Especificar as características desses sistemas, como contextos de formação das representações próprias aos grupos profissionais ou sociais envolvidos, permitiria uma melhor aproximação da formação e das funções das representações ao nível categorial o ao nível individual. Assim poderíamos esclarecer a dinâmica social e simbólica que sustenta as tomadas de posições dos sujeitos da pesquisa. Poderíamos também aprofundar, via comparações interculturais, os processos de gênese social das representações sociais que entram em combinação com a experiência vivida dos sujeitos. Nos campos que se supõe uma formação dos agentes, como é o caso do trabalho social, da saúde, da educação; seria importante seguir o modelo usado pelos especialistas da formação profissional, que a nosso ver estabelece uma diferença entre três tipos de representações das tarefas profissionais: 1) as representações compartilhadas na sociedade que constituem o recurso mental dos agentes no momento de sua entrada na formação; 2) as representações sócio-profissionais que são delineadas no curso da formação e 3) as representações profissionais que são cristalizadas no momento onde o agente exerce uma atividade profissional concreta (Jodelet, 2011, p. 25).

Para fins desta pesquisa, apesar de já ser cristalino neste momento, será dada ênfase ao terceiro grupo de representações das tarefas profissionais, professores universitários, a saber: profissionais em exercício da profissão.

Doise (2002) foi outro teórico a expandir e aprofundar a teoria das Representações Sociais, fundando a abordagem societal. A esse respeito, ele escreve:

São, portanto, os estudos sobre as representações sociais, iniciados por Serge Moscovici (1961), que me parecem atualmente fornecer o quadro mais estimulante para construir uma psicologia societal imbricando o estudo dos sistemas cognitivos no nível do indivíduo no estudo dos sistemas relacionais e societais. O estudo das representações sociais preconizado por Moscovici necessita que se coloque em relação os sistemas cognitivos complexos do indivíduo com os metassistemas de relações simbólicas que caracterizam uma sociedade (Doise, 2002, p. 30).

Como feito por Jodellet, Doise também se utilizou da teoria desenvolvida por Moscovici, mas a modificou para que pudesse atingir novos “patamares”, objetivos, do que outrora era possível.

De acordo com Almeida (2009, p. 719), a corrente liderada por Doise “[...] articula as RS com uma perspectiva mais sociológica, enfatizando a inserção social dos indivíduos como fonte de variação dessas representações”.

O autor parte, então, da premissa de que a psicologia societal visa articular explicações de nível individual com explicações de nível social, de modo a mostrar como o indivíduo dispõe de processos que o auxiliam a funcionar em sociedade, como também a forma como dinâmicas sociais (interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais) guiam o funcionamento desses processos (Doise, 2002).

Nesta abordagem, é realizada uma dedução, partindo do geral, de nível social, para se explicar o individual, nível individual, demonstrando que a sociedade que envolve o indivíduo exerce sobre ele o auxiliando a integrar a referida sociedade.

Para que essa articulação seja possível, é necessário recorrer a quatro tipos de análise, quais sejam: “processos interindividuais” (relativos à forma como os indivíduos organizam suas experiências); “processos interindividuais e situacionais” (considera indivíduos intercambiáveis, cujo sistema de interação fornece os princípios explicativos deste nível); “diferentes posições que os atores sociais ocupam no tecido das relações sociais” (analisa como essas posições modulam os processos dos níveis anteriores); e “um quarto nível remete-nos aos sistemas de crenças, representações” (responsáveis por dar significado às condutas dos membros do grupo, assim como por criar diferenciações sociais) (Doise, 2002, p. 28).

Logo, na abordagem societal, entender tais tipos de análise é indispensável para se compreender as representações sociais estudadas, devendo manter em escopo que a análise nesta abordagem parte do mais abrangente, social, para o mais específico, sujeito.

Doise (2002), junto de Alain Clémence e Fabio Lorenzi-Cioldi, propôs um método de estudo quantitativo para as Representações Sociais, as quais foram definidas como “[...] princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos” (Doise, 2002, p. 30) e cujo estudo remete a três principais hipóteses:

Uma primeira hipótese é que os diferentes membros de uma população estudada partilham efetivamente certas crenças comuns concernentes a uma dada relação social. As representações sociais (RS) se constroem nas relações de comunicação que supõem referentes ou pontos de referência comuns aos indivíduos ou grupos implicados nessas trocas simbólicas. Uma segunda hipótese refere-se à natureza das tomadas de posições individuais em relação a um campo de (RS). A teoria das representações sociais deve explicar como e porquê os indivíduos diferenciam entre si nas

relações que eles mantêm com essas representações. Isto implica que essas variações nas tomadas de posição individuais são organizadas de uma maneira sistemática.

Uma terceira hipótese considera a ancoragem das tomadas de posição em outras realidades simbólicas coletivas, como as hierarquias de valores, as percepções que os indivíduos constroem das relações entre grupos e categorias e as experiências sociais que eles partilham com o outro (Doise, 2002, p. 30).

Independente da hipótese remetida, nota-se a manutenção da perspectiva primordial desta abordagem, que é a dedução para a viabilização do indivíduo atuar em sociedade.

Segundo Almeida (2009) as análises quantitativas das Representações Sociais valem-se, principalmente, de questionários e viabilizam a identificação de eixos ou fatores gerais que as organizam.

A seguir será definida a última abordagem das representações sociais, seguindo o elencado no início deste tópico, sendo, inclusive a utilizada neste trabalho, já que fornece a base sobre a qual a presente pesquisa se desenvolve.

De acordo com Mazzotti (2002), a abordagem estrutural é um dos desdobramentos atuais da teoria de Moscovici, proposta por Abric e incrementada por Flament, Guimelli, Moliner e outros colaboradores ao redor do mundo. O primeiro grupo a se ocupar dessa abordagem surgiu no Sul da França, na região do Mediterrâneo e ficou conhecido como “Grupo Midi”.

Abric (2000) foi o único que criou uma nova teoria, dentre os demais autores representantes das abordagens complementares já citadas. A esta teoria, deu o nome de Teoria do Núcleo Central. Apesar disso, seu entendimento de representações sociais coaduna com a teoria de Moscovici.

Ou seja, as demais abordagens não tomaram corpo de teorias, sendo apenas abordagens, por outro lado, Abric foi mais fundo e desenvolveu uma teoria paralela, mas que conversa, com a de Moscovici.

Duas características, à primeira vista contraditórias, estão na gênese da teoria de Abric: são rígidas ao mesmo tempo em que são flexíveis e consensuais ao mesmo tempo que marcadas por diferenças individuais. Essa aparente contradição, no entanto, surge de suas próprias características estruturais e seu funcionamento. (Mazzotti, 2002)

Para Abric (2000), as representações sociais são estruturas significantes e complexas, uma vez que são afetadas por fatores contingentes e por fatores globais,

que extrapolam a situação em si, tais como: contexto social e ideológico, posição ocupada pelo indivíduo na organização social, história individual e grupal, determinantes sociais e sistemas de valores. Nas palavras do autor:

A Representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas. A representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. Ela é um sistema de pré-decodificação da realidade porque ela determina um conjunto de antecipações e expectativas (Abric, 2000, p. 28).

Logo, segundo o autor acima elencado, as representações agem no indivíduo como um molde de como ele deve atuar, guiando suas ações e decisões, sendo um sistema já existente para entender a realidade e a ela reagir.

As representações sociais geram influência nas relações sociais e, segundo Abric (2000), possuem quatro funções bem definidas: Função de Saber, Função Identitária, Função Orientadora e Função Justificadora.

A função de saber trata de compreender e explicar a realidade. As representações sociais permitem que os atores sociais adquiram conhecimentos, e os agreguem a um quadro que lhes é compreensível e coerente com seu funcionamento cognitivo e seus valores (Abric, 2000). Para o autor, as representações sociais:

[...] definem o quadro de referência comum que permite as trocas sociais, a transmissão e a difusão deste saber “ingênuo”. Elas são a manifestação do esforço permanente do homem para compreender e comunicar, esforço, o qual, Moscovici (1981) acredita ser a essência mesma da cognição social (Abric, 2000, p. 28-29).

A função identitária, como sugere o próprio nome, define a identidade dos grupos e garante suas especificidades. Vai além da compreensão e explicação, posicionando os indivíduos e grupos no contexto social e assegurando uma identidade social e pessoal que esteja alinhada com o sistema de normas vigente. Seu objetivo é sustentar uma imagem positiva do grupo, por meio da valorização de aspectos que o representam (Abric, 2000).

Em resumo, o autor estabelece sobre esta função, “Por outro lado, a referência às representações que definem a identidade de um grupo terá um papel importante no controle social exercido pela coletividade sobre cada um de seus membros, e, em especial, nos processos de socialização.” (Abric, 2000, p. 29).

A função orientadora guia as condutas e práticas dos grupos com base em um sistema de pré-decodificação da realidade. Partindo dessa função orientadora, três fatores principais sofrem influência direta das representações sociais: 1) a definição do objetivo da situação, do tipo de relação relevante para o sujeito e, também, na formulação da estratégia cognitiva a ser empregada; 2) um sistema de antecipações e expectativas, onde, por meio da interpretação, seleção e filtragem das informações, procura-se ajustar a realidade a essa representação. A representação precede e determina a interação; 3) o estabelecimento do que é permitido, aceitável ou inadmissível em um dado contexto social (Abric, 2000).

Por fim, a função justificadora, justifica os comportamentos e escolhas no momento posterior à ação, o que lhe dá o atributo de uma função avaliadora, tanto na relação entre membros de um grupo, como também na relação entre grupos (Abric, 2000).

No que tange à relação entre grupos, o autor explica que “a representação tem por função preservar e justificar a diferenciação social, e ela pode estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para a discriminação ou para a manutenção da distância social entre eles” (Abric, 2000, p. 30).

Como mencionado anteriormente, apesar de não se afastar da concepção de representações sociais proposta por Moscovici, Abric fundou uma nova teoria, para a qual cunhou o nome de “Teoria do Núcleo Central”, a qual será exposta a partir deste momento.

A abordagem estrutural, desenvolvida por Abric (1998), entende uma representação social como uma estrutura, organizada em torno de um núcleo central e um sistema periférico, que é atravessada por diversas dimensões.

Em síntese, o núcleo central consiste na memória coletiva que é traduzida na significação, consistência e permanência da representação, sendo, dessa forma, estável e resistente a ocorrência de mudanças (Machado; Aniceto, 2010).

Logo, o núcleo central é o pilar fundante da representação, servindo não somente como representante, mas dando significação e organizando, detendo características específicas de um núcleo, como estabilidade, resistência a mudanças, coerência e rigidez (pouca sensibilidade aos eventos do contexto experienciado).

É preciso considerar também que a centralidade de um elemento não pode ser atribuída somente por critérios quantitativos. Ao contrário, o núcleo central possui, antes de tudo, uma dimensão qualitativa. Não é a presença maciça de um elemento que define sua centralidade, mas sim o fato que ele dá significado à representação. Pode-se, perfeitamente, identificar dois elementos, dos quais a importância quantitativa é idêntica e muito forte, que aparecem, por exemplo, muito frequentemente no discurso dos sujeitos, mas, um pode ser central e o outro não (Abric, 2000, p. 31).

Já as estruturas periféricas são as responsáveis pela adaptação à realidade e a proteção do núcleo central, por meio de atualizações e contextualizações, já que realizam a explicação das características contraditórias e complementares das representações sociais (Pavarino, 2003).

Sendo o inverso do núcleo central, o sistema periférico apresenta flexibilidade e não é necessariamente coerente, tendo espaço para contradições, servindo, assim, como protetor do núcleo central contra modificações, podendo, desta maneira, ser considerado a parte mais flexível das representações sociais.

Nas palavras de Abric (2000, p. 31), os elementos periféricos “[...] constituem o essencial da representação: seus componentes mais acessíveis, mais vivos e mais concretos”. Suas funções dizem respeito à concretização (formulação de representações em termos concretos), regulação (representam o aspecto móvel e evolutivo) e defesa (controlam mudanças, interpretações e contradições).

É possível que ocorram mudanças nos elementos periféricos e, ainda assim, os elementos centrais permaneçam imutáveis. O mesmo não é verdade, no entanto, para os elementos centrais. Se estes mudarem, toda a representação será transformada. Nesse sentido, o elemento de distinção entre uma representação e outra é o seu núcleo central (Abric, 2000).

Assim, a função de proteção dos elementos periféricos em relação ao núcleo central resta clara, assim como a interdependência deles, já que, se alterado o núcleo central, a mudança das estruturas periféricas é inevitável.

Os dois componentes das representações sociais, segundo Abric (2000, p. 33) “[...] funcionam exatamente como uma entidade, onde cada parte tem um papel específico e complementar da outra parte. Suas organizações, assim como seus funcionamentos, são regidas por um duplo sistema.”. O sistema central é a base social do grupo, enquanto que o sistema periférico pertence à esfera individual e depende do contexto imediato (Abric, 2000).

Retomando as “aparentes contradições” referidas no início da explanação da abordagem estrutural neste trabalho, o autor afirma que:

É a existência deste duplo sistema que permite compreender umas das características básicas das representações, que pode parecer contraditória: elas são, simultaneamente, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis. Estáveis e rígidas posto que determinadas por um núcleo central profundamente ancorado no sistema de valores partilhado pelos membros do grupo; móveis e flexíveis, posto que alimentando-se das experiências individuais, elas integram os dados do vivido e da situação específica, integram a evolução das relações e das práticas sociais nas quais se inserem os indivíduos ou os grupos (Abric, 2000, p. 34).

A dualidade do núcleo central e do sistema periférico viabiliza/facilita a compreensão de que as representações não são estáveis, ao passo que são, assim como são rígidas, ao mesmo tempo que não são, pois, isso irá depender do quão profunda/fundante for a representação, do quão inerente aquilo é para o grupo em que está inserida.

Para complementar seu pensamento sobre as aparentes contradições das representações, Abric (2000) também destaca que elas são consensuais, ao mesmo tempo em que são marcadas por diferenças individuais. E a esse respeito, o autor assinala que:

[...] a homogeneidade de uma população não é definida pelo consenso entre seus membros, mas sim pelo fato de que sua representação se organiza em torno do mesmo núcleo central, do mesmo princípio gerador do significado que eles dão à situação ou ao objeto com o qual são confrontados (Abric, 2000, p. 34).

Em outras palavras, as representações, para o referido autor, não exigem concordância entre os integrantes do grupo, pois cada um deterá as suas particularidades, entretanto, o que realmente importa para a manutenção desta representação é o fato do grupo se organizar em torno do mesmo núcleo central, ou não, ou seja, se dão o mesmo significado as situações ou objetos a eles dispostos.

Para melhor sintetizar as características de sua teoria e as diferenças entre os sistemas centrais e periféricos, Abric (2000, p. 34) elaborou um quadro que, por auxiliar como recurso visual para a compreensão do que foi apresentado, será ilustrado a seguir:

Quadro 3 – Características do sistema central e do sistema periférico de uma representação.

| <b>SISTEMA CENTRAL</b>                                                  | <b>SISTEMA PERIFÉRICO</b>                                                         |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| Ligado à memória coletiva e à história do grupo                         | Permite a integração de experiências e histórias individuais                      |
| Consensual - Define a homogeneidade do grupo                            | Tolera a heterogeneidade do grupo                                                 |
| Estável; Coerente; Rígido                                               | Flexível; Tolera contradições                                                     |
| Resiste às mudanças                                                     | Evolutivo                                                                         |
| Pouco sensível ao contexto imediato                                     | Sensível ao contexto imediato                                                     |
| Funções: gera o significado da representação; determina sua organização | Funções: permite a adaptação à realidade concreta; permite a diferença e conteúdo |

Fonte: ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. p. 34.

Neste quadro, ficam claras e visuais as informações tratadas até este momento sobre a abordagem estrutural, elencando as principais características de cada um destes sistemas que compõem as representações.

Para encerrar, ressalta-se as contribuições das Representações Sociais para a Psicologia Social na análise e interpretação da interação entre aspectos individuais e sociais e como ferramenta para a compreensão da realidade cotidiana e das características do meio social e ideológico (Abric, 2000).

Entendido o que são as representações sociais, este tópico já cumpriu a sua função, considerando que este é o tema central desta pesquisa, em conjunto com o entendimento da matéria legislativa tributária aplicável aos sujeitos do estudo.

No tópico seguinte, considerando o já compreendido sobre as representações sociais, serão exploradas peculiaridades dos sujeitos da pesquisa para que seja possível entender alguns dos fatores externos que lhes circundam e podem influenciar suas representações.

## 2.2 RELEVÂNCIA DA APLICAÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA ESTUDAR OS BENEFICIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Encaminhando para o final deste capítulo, e já bem desenvolvida a abordagem da Teoria das Representações Sociais, antes de seguir para a próxima etapa deste trabalho para coletar e analisar os dados colhidos dos sujeitos, mostra-se imperioso estudar/entender um pouco mais sobre uma das principais características dos sujeitos deste estudo, que é algo fundante e marcante em suas vidas (ao menos profissional), o fato deles seres servidores públicos e os impactos disso em suas

subjetividades, já que sobre as representações sociais e sobre a legislação que se aplica a eles já restou um grande debate.

Interessante iniciar já esclarecendo que o termo “servidor”, que compreende a expressão/função servidor público, originou-se da palavra “servo”, ou seja, aquele que serve a alguém em troca de algo, seja proteção ou favor, por exemplo (Campos, 2013).

Logo, nota-se um estigma perante o servidor público já em sua nomenclatura, como sendo aquele que serve o Estado para dele receber proteção ou favor, ato “benevolente” Estatal que é feito com dinheiro público.

Um exemplo desta “proteção” especial prestada ao servidor público, que em certa monta contribuiu para o estigma enfrentado até hoje, é o fato do servidor, no início da prestação de proteção social para esta classe, tinha garantida a concessão do benefício de aposentadoria no ato da passagem da atividade para a inatividade, ficando fácil encontrar este “favor” recompensador da servidão nesta situação (Nogueira, 2012).

Fato é que tal estigma de que o Estado “favorece”, “protege”, o servidor público de forma desproporcional, injusta, se comparada com a iniciativa privada, é de difícil esquivar/desvinculação uma vez imputada.

Entretanto, apesar de que, atualmente tal realidade não se mostra tão verdadeira como já foi, conforme já constatado na análise do sistema previdenciário que se aplica aos servidores públicos, logo, eles, historicamente, de fato encontram-se em uma posição privilegiada que os forneceu, junto ao Estado, um sistema de proteção mais generoso, e condições de trabalho também, em comparação ao trabalhador geral (Esping-Andersen, 1991).

Em outros termos, estes privilégios outrora mais evidentes e palpáveis pertencentes ao servidor público, atualmente concentrados em sua maior parte nas características do trabalho, como a estabilidade, apesar de não serem mais uma realidade como foram outrora, ao menos quando se trata de previdência, não se desvinculam da imagem já entendida como a do “servo” público.

De especial importância nesta tradição corporativista foi a instituição de benefícios previdenciários particularmente privilegiados para o funcionalismo público (Beamten). Este foi, em parte, um meio de recompensar a lealdade ao Estado e, em parte, uma forma de demarcar o status social singularmente elevado deste grupo. O modelo corporativista com diferenciação de status deriva principalmente da tradição das antigas corporações. Os autocratas

neo-absolutistas, como Bismarck, viam nesta tradição uma forma de combater os crescentes movimentos de trabalhadores. (Esping-Andersen, 1991).

Um status elevado, privilégios advindos dos recursos públicos, oriundo dos integrantes da sociedade, não é custoso entender o porquê de o estigma contra o servidor público ter se formado e se tornado tão forte e resistente, mesmo apesar da ocorrência de mudanças que desconstruíram um pouco do que justificava tais ideias.

Entretanto, saindo desta visão simplista, de que o servidor público é privilegiado sem razão lógica e prática de ser, é inimaginável a execução da função pública sem uma garantia mínima de segurança, caso contrário, não há como garantir que os princípios (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) da administração pública seriam cumpridos, logo, o vislumbre de um serviço público ineficaz, amoral e pessoal (no sentido de beneficiar determinados indivíduos) seria algo tido como regra (Marinela, 2016).

Dessa forma, para se adquirir tal segurança, necessária para garantir a segurança e retidão do serviço público, é inevitável que tal servidor venha a receber maior segurança e privilégios, caso contrário, não haveriam entraves/revés que o impediria de fomentar e participar de corrupção, fraudes. Nesta mesma linha de raciocínio, a estabilidade proporcionada ao servidor serve, justamente, para lhe garantir que não perderá o seu emprego, o seu meio de sustento, caso venha a adotar condutas corretas/morais visando o interesse público, mas que desagradam ou contrariam interesses de determinados grupos ou pessoas importantes/detentoras de poder na esfera pública ou privada (Marinela, 2016).

Ou seja, houve e há uma razão de existirem os privilégios/vantagens direcionados aos servidores públicos, pois, deles também, é exigida maior hígidez, zelo, moral, eficiência, dentre outras características nobres semelhantes, do que dos demais trabalhadores da esfera privada, até mesmo, porque, quem irá fiscalizar muitas vezes o particular será o mesmo servidor público que, caso não possuísse tais garantias, não optaria por manter sua conduta reta, já que poderia, inclusive, ao pensar no interesse público acima de seus interesses pessoais, sofrer reprimendas e perder o seu emprego.

Contudo, tal justificativa fática não altera a realidade que o serviço público é considerado ineficiente e muito oneroso, possuidor de uma imagem pejorativa, sendo inevitável que reestruturações fossem realizadas em decorrência destas

características que lhes foi marcada a ferro, sem necessariamente representar a realidade, já que a preocupação sequer era essa (Ribeiro, Mancebo, 2013).

Sem inevitável, desta maneira, que tais considerações atinjam a subjetividade do servidor público, já que, como visto, tais privilégios outrora detidos em maior número serviam um propósito, entretanto, após encarar a diluição de tais vantagens ao longo dos anos, com a não proporcional diminuição desta visão contrária ao serviço público, o servidor acaba por ter que enfrentar mais uma batalha em seu subjetivo.

Segundo Ribeiro e Mancebo (2013), também não se pode negar a parcela de culpa dos próprios servidores públicos para a criação, agravamento e manutenção desta imagem negativa, já que, de fato, existem muitos servidores que executam suas atividades de forma desengajada, descompromissada e ineficaz. Infelizmente, maus trabalhadores sempre irão existir, seja em qual classe for, entretanto, isso torna-se um grande trunfo contra os servidores públicos.

O motivo de ser buscada uma razão para atacar a referida classe, se dá, pois, o servidor público foi alvo de ataques durante muitos anos, contudo, a partir de 1995, com a reforma do Estado ocorrida no governo de Fernando Henrique Cardoso, as críticas se intensificaram como nunca antes visto, sendo, assim, imputado aos servidores públicos, após estereotipá-lo como sem ambição intelectual, despreocupado com resultados e ser privilegiado por ganhar muito e trabalhar pouco, a responsabilidade de todas as mazelas associadas ao governo/Estado (Ribeiro, Mancebo, 2013).

Dessa maneira, a busca por um culpado pelas dificuldades enfrentadas pelo país encontrou forte candidato/alvo no servidor público, pois, como já comentado, ele de fato possui/possuía muitos privilégios, contudo, tais benesses fundavam-se justamente no motivo de sua função e nas características e seguranças que eram/são necessárias para poder executá-la.

Todavia, mesmo após a diminuição destes privilégios (ainda que com a manutenção de muitos, como o principal a estabilidade) a imagem negativa não sofreu nenhuma diminuição ou foi deixada de lado, assim, o estigma de culpado e que trabalha pouco para receber muito, sem se preocupar com demissão, não foi algo que saiu do arredor do servidor público.

Doutro modo, sob outro prisma, a carreira de servidor público também é muito cobiçada justamente por tais privilégios que são tão criticados, aqui em especial a estabilidade, já que o mundo do trabalho passou por grande transformação e a

instabilidade, transformação, transitoriedade e descontinuidade, por conta do discurso em prol da flexibilidade e da versatilidade, passaram a ser guias das atividades realizadas no âmbito privado, em decorrência disso, um trabalho estável e de atraente remuneração torna-se irresistível para muitas pessoas (Ribeiro, Mancebo, 2013).

Ou seja, apesar das condições menos favoráveis do serviço público, que tendem apenas a perder os seus privilégios cada vez mais conforme a reforma da previdência confirmou, o setor privado também enfrenta a mesma realidade de maior instabilidade e dificuldade, não atendendo a crescente demanda de trabalho, por exemplo, logo, a segurança de tornar-se servidor público faz com que isto seja o sonho de inúmeras pessoas.

Nenhuma empresa, de qualquer porte ou setor, promete mais aos empregados mantê-los por toda a vida produtiva, como nas gerações passadas. E, claro, nas grandes empresas, as vagas são ultradisputadas. Não há lugar para todos. A frustração que resulta dessa aritmética ajuda a levar ao sonho do emprego público (Neves, 2007, p.75)

Assim, tem-se instituída uma dualidade quanto ao servidor público, que possui o trabalho almejado por muitos, pois há a presença do desejo de se tornar um, ao passo que recebe a responsabilidade, injustamente, de ser o culpado pelas dificuldades enfrentadas no país, isso tudo enquanto o estigma de não fazer jus aos privilégios que recebe e sofrendo diminuição em suas condições mais vantajosas de trabalho, e aposentadoria, outrora prometidas.

Entretanto, outro fator a ser considerado que contribui para a pressão e imagem negativa para o servidor público é a grande dificuldade atual de se tornar um, dada a frustração crescente dos trabalhadores com a sua inserção no setor privado, que vem em conjunto com o desejo crescente de fazer parte dos quadros públicos, o que gerou um aquecido mercado de cursos preparatórios para concursos, onde, dadas as condições necessárias para aprovações dos concursos, os concurseiros, como assim ficaram conhecidos os interessados em serem servidores públicos, precisam abdicar de qualidade de vida, momentos de lazer e com a família, o que nem sempre é recompensado com uma aprovação (Ribeiro, Mancebo, 2013).

Assim, o olhar preconceituoso direcionado pela sociedade ao servidor público encontra amparo tanto nos privilégios quando nas dificuldades de ingressar nos quadros do Estado, dado o crescente interesse na estabilidade encontrada neste

trabalho, gerando, dessa forma, também, uma revolta contra esta classe privilegiada, apesar de tais privilégios estarem sumindo com o passar do tempo.

Em síntese, é indissociável atualmente ao servidor público o senso comum de que é uma categoria preenchida por trabalhadores ineficientes e obsoletos, cheio de privilégios desmedidos e descabidos, ganhando muito e trabalhando pouco, sendo, além de tudo isso, estáveis. Não é de se espantar que o espaço do servidor público no mundo do trabalho diminuiu e vem diminuindo (Ribeiro, Mancebo, 2013).

O status de servidor público de fato trouxe/traz vantagens para o indivíduo que opta/optou por seguir tal carreira, entretanto, não sem também resultar em implicações negativas em sua subjetividade, ao passo que as mudanças sociais que vêm ocorrendo nos últimos tempos estão trazendo condições piores de trabalho e de expectativa de aposentadoria, não somente para esta classe, mas também, e principalmente, para ela.

Importante também se faz entender que existem batalhas internas travadas neste momento da aposentadoria, e também quando se aborda sobre este assunto, para que não corra uma perda de identidade social do aposentando, aqui professor, ainda mais quando o grupo como o abordado já vem enfrentando relevantes mudanças institucionais que refletem em suas imagens e identidades profissionais, se caracterizando pela contradição entre o “ser professor” e cumprir exigências impostas pela sua atuação no ensino superior, devendo cumprir com as necessidades de ensino, pesquisa, extensão e também gestão, ou seja, reunindo diversas atividades/tarefas/atribuições em uma única função (Lima, 2012).

Em outros termos, a realidade enfrentada pelo beneficiário em questão também deve ser levada em conta no momento da verificação da sua Representação Social em relação a previdência social, pois, isto implicará no entendimento de como se deu tal construção social.

Sem comentar que além das pressões e exigências expostas no parágrafo anterior, também recai sobre tais servidores a dúvida e incerteza decorrente das alterações legislativas desvantajosas que lhes foram impostas e que, ainda por cima, lhes forcem tomarem decisões para a sua aposentadoria que inevitavelmente lhes geram mais incertezas (como a escolha se realizam a migração para o Regime de Previdência Complementar, ou não).

Somado a tudo isso, também se deve considerar que o sujeito deste estudo está envolvido em outra contradição que implica em suas perspectivas e imaginações,

sendo relacionada com a valoração da Universidade (no sentido geral, não especificamente a UEPG, mas também ela) e as críticas direcionadas a ela, como perda de valores, pouca produtividade, entre outras nesta linha, enquanto, na realidade, a Universidade funda-se na produção de conhecimento, sendo, ali, o docente (sobre quem recai grande parte das críticas, ao passo que ele vê as suas condições de trabalho, e aposentadoria, serem precarizadas) um relevante agente que executa o seu papel social, cultural e político (Lima, 2012).

Logo, o servidor público, professor universitário, sujeito deste estudo, tem uma miríade de preocupações, deveres e exigências/expectativas a sua volta que deve cumprir, ao passo que também deve cumprir com as suas obrigações institucionais e de gestão, compondo, tudo isto, parte do seu cotidiano e fenômenos que os cercam e influenciam.

Isso posto, compreendido, agora, também sobre a parte prática/cotidiana do sujeito do estudo, e como isto influencia em suas decisões, objetivos, expectativas, imaginário e subjetividade, e somando ao já visto no capítulo anterior referente a situação previdenciária aplicável, passa-se a coleta de dados e a análise de tais conteúdos e de toda a metodologia aplicada.

### **3 CONTEXTUALIZAÇÃO CIENTÍFICA (REVISÃO SISTEMÁTICA) E CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA: ESCOLHAS METODOLÓGICAS**

Este capítulo foi estruturado para cumprir três finalidades principais, sendo elas, apresentar a contextualização científica do tema, descrever como os dados foram coletados, ou seja, o método utilizado e, por fim, explicar quais foram as técnicas escolhidas e aplicadas. Em síntese, neste capítulo será explorada a metodologia.

Inicialmente, foi realizada a contextualização científica do tema aqui pesquisado, com intuito de demonstrar a relevância da presente pesquisa no âmbito científico considerando as produções científicas já produzidas com foco na mesma temática/objetivo.

Entretanto, antes de seguir para os dois próximos objetivos deste capítulo, é importante utilizar-se dos estudos de Minayo (2009) para entender o que metodologia significa, assim, para tal autora, trata-se do caminho do pensamento e a prática exercida em uma pesquisa na abordagem da realidade, incluindo o método, as técnicas e a criatividade do pesquisador.

Assim, neste capítulo foi abordado o método utilizado para a coleta dos dados, desde a abordagem aos sujeitos (professores), até a realização das coletas de dados propriamente ditas (por meio de entrevistas), assim como a produção da documentação necessária para garantir a ética e segurança deste processo.

Por fim, foi abordada a forma que os dados colhidos foram tratados e analisados (explicitando o *Software* empregado) para que os resultados da pesquisa pudessem ser verificados, sendo, durante todo este capítulo, abordadas as ferramentas e metodologias escolhidas para a sua realização.

Sendo, nestes dois últimos momentos do capítulo, também abordada, de forma conjunta, a criatividade do pesquisador para justificar as escolhas feitas visando atingir o objetivo da presente pesquisa.

Quanto ao nível da pesquisa, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória, ou seja, o tema ainda é pouco explorado na literatura, viabilizando, assim, levantar problemas para pesquisas futuras.

Com tudo isso em escopo, importante também se mostra neste momento introdutório deste capítulo abordar os ensinamentos de Sá (1998), mais especificamente, a sistematização que ele elaborou, com intuito de realizar a

construção do objeto de pesquisa, que envolve o fenômeno a ser investigado, o campo de estudo, o referencial teórico utilizado e a eleição de métodos e técnicas adequados, articulando os estudos de Minayo e a Teoria das Representações Sociais.

Logo, importante se mostra entender a diferença entre objeto, que é o conteúdo da pesquisa científica, elaborado, de acordo com Moscovici no universo reificado da ciência, e fenômeno, que consiste em algo que não pode ser captado pela pesquisa científica de um modo completo, estando nas práticas sociais, sempre em movimento e sendo difuso e multifacetado, construído no universo consensual, segundo Moscovici, ou seja, é a Representação Social (Sá, 1998).

Nesta senda, é imprescindível para uma pesquisa científica transformar o fenômeno em um problema científico, o que, de acordo com Sá (1998), pode ser realizado por meio de um processo de simplificação pelo qual o fenômeno é simplificado até tornar-se compreensível pela teoria.

Este processo de simplificação, apesar da nomenclatura, é complexo, utilizando-se Sá (1998) da máxima de Jodelet, já abordada neste trabalho, que uma Representação Social é sempre de alguém (sujeito) e de alguma coisa (objeto), devendo, com base nisso, serem tomadas as seguintes decisões: decidir qual é o objeto exato da representação; decidir quais são os sujeitos cujas manifestações discursivas e comportamentais serão investigados os conteúdos e as estruturas da representação; e por fim, decidir de que forma, e quanto, do “contexto sociocultural” e da natureza serão considerados para entender as representações.

Da mesma maneira, sobre sua interpretação de Jodelet, Sá (1998, p.32) entende que as Representações Sociais são uma espécie de saber prático que vincula um sujeito a um objeto, devendo serem feitas três perguntas acerca deste saber: “Quem sabe e de onde sabe? [...] O que e como sabe? [...] Sobre o que se sabe e com que efeito?”.

Isso posto, como já abordado até aqui, e seguindo a sequência mais acima exposta, tem-se que o objeto de representação é a aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social, após a Emenda à Constituição do Estado do Paraná n.º 45 de 2019, e os sujeitos são os professores ativo e efetivos da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Já no que tange as respostas das perguntas, uma vez que os sujeitos são os professores ativos e efetivos na UEPG, estão todos submetidos ao RPPS que rege os seus futuros benefícios, assim, mesmo que haja diferenças legislativas e,

consequentemente, práticas quanto as condições que irão se aposentar, por serem todos regidos pelo mesmo regime e nas mesmas condições, no que se refere as atividades exercidas (todos professores universitários de uma instituição estadual), tal assunto é pertinente e relevante a todos, já que se aposentarão por tal instituto.

Apenas rememorando, agora utilizando-se dos estudos de Sá (1998) e de Minayo (2009), a teoria das Representações Sociais não possui um método entendido como único correto/viável de pesquisa, entretanto, foi possível estabelecer que o método de Jodelet é mais adequado a pesquisas qualitativas, o método de Doise é para tratamentos estatísticos correlacionais e o método de Abric, que foi o escolhido para esta pesquisa, é o experimental.

Importante destacar que a presente pesquisa é qualitativa, entretanto, isto não significa que deveria ter sido utilizada a abordagem de Jodelet, já que não há um método mais adequado para cada estudo envolvendo as representações sociais, não sendo restrita uma pesquisa qualitativa ao método de Jodelet, sendo, inclusive, reconhecido por Abric que a sua teoria do núcleo central possui dimensão qualitativa (Sá, 1998).

Isso posto, tem-se suficiente esta introdução quando a este capítulo, mostrando-se relevante, agora, analisar o quando a presente temática está sendo discutida no mundo científico/acadêmico (restringindo-se, por óbvio, as bases de dados analisadas que são devidamente indicadas e descritas).

### 3.1 REVISÃO SISTEMÁTICA

O objetivo deste primeiro tópico é realizar uma revisão sistemática, pelo método Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), com intuito de apresentar uma contextualização científica para a presente pesquisa, pois, assim, verificar-se-á quais são os demais trabalhos científicos já realizados sobre a presente temática, ou que guardem relação com ela, considerando que a busca exploratória inicial apontou certa escassez de produções.

Tem-se que o método da revisão sistemática possibilita a potencialização das buscas por produções de conhecimento científico, do tema desejado, de forma organizada, sistematizada e replicável, podendo os resultados serem expostos por meio de conclusão, análise ou síntese (Costa; Zoltowski, 2014; Gomes; Caminha, 2014).

Donato e Donato (2019) descrevem que existem quatro critérios essenciais para uma revisão sistemática: 1) deve ser exaustiva (devendo ser incluída toda a literatura relevante na área, tendo sido utilizadas seis bases de dados nesta pesquisa como será abordado logo a seguir); 2) deve ser seguida uma metodologia rigorosa (conforme *checklist* disposto a seguir); 3) definir a questão de investigação, escrever um protocolo, pesquisar a literatura, recolher e fazer a triagem e a análise da literatura (vide *checklist*); 4) pelo menos duas pessoas devem estar envolvidas na triagem de artigos e extração dos dados (os integrantes foram o autor desta pesquisa e o orientador). Nesse sentido, cumpridos os requisitos/critérios, é possível a realização de uma revisão sistemática, sendo este o objetivo deste tópico.

Mostra-se imperioso explicitar que a revisão sistemática da literatura foi focada na temática deste trabalho, Representações Sociais e Aposentadoria, isto vinculado a professores universitários, por intermédio do Método PRISMA, possuindo o referido *checklist* de 27 itens que garantem que o pesquisador cumpriu com todos os aspectos da revisão. No quadro a seguir encontram-se os itens do *checklist* PRISMA para verificação:

Quadro 4 – *Checklist* do Método PRISMA

(continua)

| <b>Seção/tópico</b>               | <b>n.º</b> | <b>Item do <i>checklist</i></b>                                                                                                                                                                                                              |
|-----------------------------------|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Título</b>                     | 1          | Identificado na capa como uma dissertação para pós-graduação <i>stricto sensu</i> .                                                                                                                                                          |
| <b>Resumo</b>                     | 2          | Resumo realizado no mesmo tópico incluindo: objetivo, critérios de elegibilidade, síntese dos métodos, resultados, limitações e conclusões.                                                                                                  |
| <b>INTRODUÇÃO</b>                 |            |                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Racional</b>                   | 3          | Descrita justificativa da revisão no contexto do que é conhecido.                                                                                                                                                                            |
| <b>Objetivos</b>                  | 4          | Apresentado afirmação explícita sobre a questão abordada com as comparações, resultados e delineamento do estudo.                                                                                                                            |
| <b>MÉTODOS</b>                    |            |                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Registro e protocolo</b>       | 5          | A revisão não foi registrada e não houve preparação de um protocolo.                                                                                                                                                                         |
| <b>Critérios de elegibilidade</b> | 6          | Especificadas as características do estudo e os critérios de elegibilidade na metodologia do estudo com a justificativa.                                                                                                                     |
| <b>Fontes de informação</b>       | 7          | Descrita as fontes de informações de busca (base de dados, palavras de busca, data da busca).                                                                                                                                                |
| <b>Estratégia de busca</b>        | 8          | Apresentada a estratégia de busca eletrônica para a base de dados (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Google Scholar, Instituto Brasileiro de Direito Público, OasisBr, Periódicos CAPES e SciELO), incluindo os limites |

Quadro 4 – Checklist do Método PRISMA

(continuação)

| Seção/tópico                                  | n.º | Item do <i>checklist</i>                                                                                                                                                                                                                     |
|-----------------------------------------------|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>MÉTODOS</b>                                |     |                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Estratégia de busca</b>                    | 8   | utilizados, de forma que possa ser repetida.                                                                                                                                                                                                 |
| <b>Processo de seleção</b>                    | 9   | Apresentado o processo de seleção de estudos (rastreados e excluídos).                                                                                                                                                                       |
| <b>Processo de coleta de dados</b>            | 10  | Descrito o método de extração de dados dos artigos e baixados os artigos completos.                                                                                                                                                          |
| <b>Lista dos dados</b>                        | 11  | Definida as variáveis obtidas (autores, <i>journals</i> , títulos, palavras-chave, resumos)                                                                                                                                                  |
| <b>Avaliação do risco de viés dos estudos</b> | 12  | Descrito os métodos usados para avaliar o risco em cada estudo (foi realizado a nível de estudo e não de resultados) e especificada qualquer avaliação do risco de viés que possa influenciar a evidência cumulativa (não apresentou viés).. |
| <b>Medidas de sumarização</b>                 | 13  | Definidas as principais medidas de sumarização dos resultados (limitada a base de dados, período analisado e palavras-chave utilizadas)                                                                                                      |
| <b>Avaliação de vieses de publicação</b>      | 14  | Especificada qualquer avaliação do risco de viés que possa influenciar a evidência cumulativa (não apresentou viés).                                                                                                                         |
| <b>Síntese dos resultados</b>                 | 15  | Descrito os métodos de análise dos dados e combinação de resultados dos estudos (coincidências e divergências).                                                                                                                              |
| <b>Análises adicionais</b>                    | 16  | Descrito os métodos de análise adicional (análise de subgrupos de temas e resultados dos estudos identificados).                                                                                                                             |
| <b>RESULTADOS</b>                             |     |                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Seleção de estudos</b>                     | 17  | Apresentados os números dos estudos rastreados, avaliados para elegibilidade e incluídos na revisão, razões de exclusão em cada etapa.                                                                                                       |
| <b>Características dos estudos</b>            | 18  | Para cada estudo é apresentado as características para extração dos dados com apresentação das citações.                                                                                                                                     |
| <b>Risco de viés nos estudos</b>              | 19  | Apresentado os dados sobre o risco de viés em cada estudo (não observado).                                                                                                                                                                   |
| <b>Resultados de estudos individuais</b>      | 20  | Apresentado para cada estudo: sumário com objetivos, resultados e conclusões (benefícios ou risco, se for o caso).                                                                                                                           |
| <b>Vieses de publicação</b>                   | 21  | Resultados da avaliação de risco de viés entre os estudos (item 1). Não apresentou viés.                                                                                                                                                     |
| <b>Síntese dos resultados</b>                 | 22  | Apresentado os resultados de cada meta-análise realizada.                                                                                                                                                                                    |
| <b>Análises adicionais</b>                    | 23  | Apresentados os resultados das análises adicionais (dos autores, instituições, citações dos estudos).                                                                                                                                        |
| <b>DISCUSSÃO</b>                              |     |                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Sumário da evidência</b>                   | 24  | Sumarizado os resultados principais, sua relevância e contribuições.                                                                                                                                                                         |
| <b>Limitações</b>                             | 25  | Discutidas as limitações a nível dos estudos e das contribuições.                                                                                                                                                                            |

Quadro 4 – Checklist do Método PRISMA

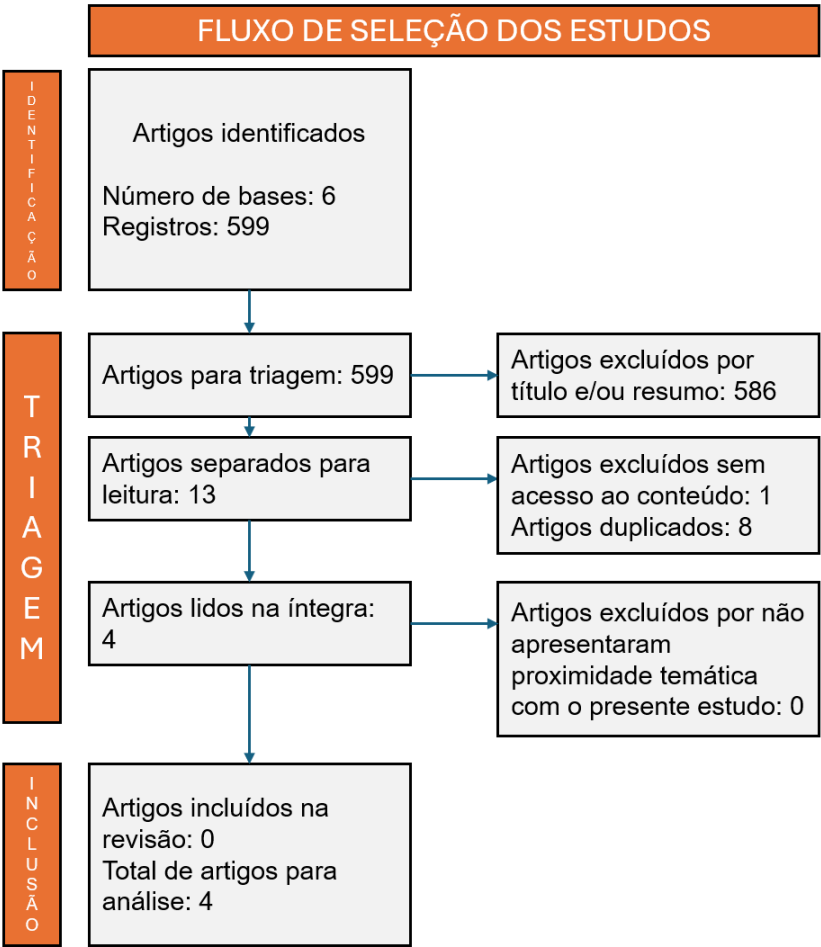
(conclusão)

|               |    |                                                                                                                         |
|---------------|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conclusões    | 26 | Apresentada a interpretação geral dos resultados no contexto de outras evidências e implicações para futuras pesquisas. |
| FINANCIAMENTO |    |                                                                                                                         |
| Financiamento | 27 | Esta pesquisa não conta com apoio financeiro                                                                            |

Fonte: adaptado de Liberati *et al.* (2009) e PRISMA (2024).

Considerando o *checklist* PRISMA, os artigos (que também abrangeram dissertações e teses) foram inseridos e selecionados para a triagem. Ao ter sido realizada a leitura dos seus títulos, resumos e palavras-chave, chegou-se ao seguinte diagrama:

Figura 1 – Diagrama PRISMA de pesquisa



Fonte: O autor.

As bases de dados nas quais as buscas foram realizadas são: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Google Scholar; Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP); OasisBr; Periódicos CAPES; e SciELO.

A pesquisa se deu no mês de fevereiro de 2025, abordando publicações até a data da busca, e foram utilizadas as seguintes palavras-chave, *string*: “social representations AND retirement AND professors”. As expressões descritas deveriam encontrar-se no título, resumo ou nas palavras-chave das produções científicas.

Como resultado, foram localizados 599 documentos, dos quais, após serem analisados os seus títulos e/ou resumos, foram excluídos 586 trabalhos científicos, restando 13 para a triagem.

As leituras foram realizadas com intuito de selecionar os trabalhos científicos que se enquadravam na temática desta pesquisa com os seguintes critérios de inclusão: 1) abordar a temática representações sociais; e 2) abordar a temática aposentadoria de docentes de universidades.

Durante a triagem, foram encontrados oito artigos duplicados e um com acesso restrito, os quais foram eliminados, restando quatro artigos para serem lidos na íntegra para esta revisão. Nenhum dos artigos selecionados foram retirados por não apresentarem proximidade temática e, também, nenhum foi acrescentado na revisão.

A escolha pelo protocolo PRISMA se deu com o intuito de melhor sistematizar a bibliografia dos artigos escolhidos na realização da presente revisão sistemática incluída neste tópico da presente pesquisa.

Em decorrência da aplicação do *checklist* PRISMA, também representado pelos resultados da Figura 1, foi desenvolvido o quadro a seguir com as produções científicas entendidas por pertinentes a esta pesquisa:

Quadro 5 – Artigos analisados Revisão Sistemática Método PRISMA

(continua)

| Número da produção | Base de dados    | Título do artigo                                                      | Autores e ano de publicação                             | Objetivo                                                                            | Metodologia                                                                                     | Resultados                                                         |
|--------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| 1                  | Periódicos CAPES | Representação social da aposentadoria para professores universitários | Amaral, Luana de Barros Campos; Torres, Tatiana Lucena, | Analisar as representações sociais da aposentadoria para professores universitários | Estudo descritivo de caráter predominantemente qualitativo, que utilizou entrevistas narrativas | Concluiu que para os professores, a aposentadoria é vista como uma |

Quadro 5 – Artigos analisados Revisão Sistemática Método PRISMA

(continuação)

| Número da produção | Base de dados    | Título do artigo                                                                              | Autores e ano de publicação            | Objetivo                                                                                                                                                                      | Metodologia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Resultados                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|--------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1                  |                  |                                                                                               | Lucena, 2018                           | com mais de 50 anos, que atuam em instituições públicas federais, destacando como as modificações sociais vêm trazendo alterações nas representações sociais desses sujeitos. | individuais, abordando o tema da aposentadoria, suas representações e medos. Corpus foi analisado por meio de técnicas quantitativas de tratamento com auxílio do software IRAMUTEQ.                                                                                                                                                           | balança de ganhos (relacionados a aproximação familiar e mais tempo livre) e perdas (relacionados a perda das relações advindas do trabalho, assim como impactos econômicos e sociais).                                                                                                    |
| 2                  | Periódicos CAPES | Representações sociais da aposentadoria para enfermeiras docentes de uma universidade pública | Liberatti, Vanessa Moraes et al., 2015 | Objetivou analisar as representações sociais da aposentadoria para enfermeiras docentes que se aposentaram após terem trabalhado na Universidade Estadual de Londrina (UEL).  | Pesquisa exploratória, descritiva, com abordagem qualitativa. Adotou-se como critérios de inclusão estar aposentado há no mínimo dois anos por tempo de serviço. Como critério de exclusão, os aposentados que voltaram para atividades laborativas remuneradas. Entrevistas realizadas até o momento em que ocorreu a convergência das falas. | A análise das falas levou à construção de cinco categorias temáticas: 1) representação de ruptura de vínculos; 2) representação de novas oportunidades; 3) representação de liberdade; 4) representação de missão cumprida; e 5) representação de frustração pela falta de reconhecimento. |
| 3                  | Google Scholar   | Representações sociais do trabalho docente e da                                               | Amaral, Luana de Barros Campos;        | Analisar as representações sociais da                                                                                                                                         | Pesquisa descritiva, compreensiva e                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | A dissertação mostrou que as                                                                                                                                                                                                                                                               |

Quadro 5 – Artigos analisados Revisão Sistemática Método PRISMA

(continuação)

| Número da produção | Base de dados  | Título do artigo                                                                             | Autores e ano de publicação                                 | Objetivo                                                                                                                                                                                                                           | Metodologia                                                                                                                                                                                                 | Resultados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|--------------------|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 3                  |                | aposentadoria para professores de duas universidades federais                                | Torres, Tatiana Lucena, 2016                                | aposentadoria para enfermeiras docentes, analisando possíveis associações entre representações sociais do trabalho docente e da aposentadoria, considerando as práticas sociais de professores de universidades públicas federais. | transversal, com abordagem mista, combinando as formas quantitativas e qualitativas. Foram realizadas entrevistas para as coletas dos dados. Os softwares utilizados foram SPSS, Evoc, openevoc e IRAMUTEQ. | representações sociais dos sujeitos interferem na formação das representações sociais da aposentadoria. As principais representações do trabalho docente indicam uma forte identificação do sujeito com a atividade profissional que exerce. As representações sociais da aposentadoria referem-se ao retorno ao lar e experiências relacionadas a isso. Foi constatado que há uniformidade nas representações entre as universidades. |
| 4                  | Google Scholar | Representações sociais da aposentadoria: um estudo com docentes e ex-docentes universitários | Nóbrega, Cléverson Vasconcelos; Helal, Diogo Henrique, 2017 | Compreender como se configuram as representações sociais da aposentadoria entre os docentes e ex-docentes universitários que atravessam o período de transição para a aposentadoria.                                               | Qualitativa apoiada por dois estudos de caso, realizados em sequência, sendo o primeiro em Lisboa-Portugal e o segundo em João Pessoa-PB, ambos caracterizados por uma pesquisa documental procedida da     | No contexto português, a aposentadoria costuma ser revestida de sentimentos negativos, uma espécie de morte social, algo íntimo e de difícil prospecção e foi verificada a relevância da solidariedade geracional. Quanto a investigação                                                                                                                                                                                               |

Quadro 5 – Artigos analisados Revisão Sistemática Método PRISMA

(conclusão)

| Número da produção | Base de dados | Título do artigo | Autores e ano de publicação | Objetivo | Metodologia                                                                      | Resultados                                                                                                                                                                      |
|--------------------|---------------|------------------|-----------------------------|----------|----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 4                  |               |                  |                             |          | realização de entrevistas. Software utilizado foi o Atlas.ti, em sua versão 6.2. | com docentes e ex-docentes no campus I da UFPB, pôde retratar com mais riqueza de detalhes as crenças, opiniões e atitudes dos sujeitos em relação ao processo de se aposentar. |

Fonte: dados da pesquisa.

Três dos artigos analisados utilizaram-se de *softwares* para a realização das análises dos dados, do *corpus*, enquanto um utilizou-se de outro método de análise, considerando a metodologia diferente aplicada.

Nota-se, também, que todos os trabalhos científicos foram produzidos e publicados antes de 2019, ano em que ocorreu a conhecida Reforma de Previdência, ou seja, antes de entrarem em vigência a Emenda Constitucional n.º 103 e a Emenda à Constituição do Estado do Paraná n.º 45 de 2019.

Isso posto, as representações apresentadas não consideram as alterações ocorridas em 2019 (e a partir desta data), que são posteriores às suas confecções, logo, não abarcam possíveis mudanças ou impactos que tais mudanças legislativas podem, ou não, ter acarretado nas representações sociais dos sujeitos. Devendo, claro, ser considerado que as Universidades Federais estão submetidas a outra legislação e não a Constituição Estadual do Paraná, não sendo impactadas pela Emenda à Constituição do Estado do Paraná n.º 45 de 2019.

Entretanto, apesar desta ressalva, as referidas produções científicas continuam sendo anteriores às alterações legislativas de 2019 e toda a discussão social que isto acarretou/gerou.

Um ponto em que todas as pesquisas tiveram em comum, foi o de que as representações sociais da aposentadoria são mistas entre expectativas boas, que seriam representadas por mais momentos com a família e livres para lazer e

desenvolver novas atividades, e ruins, que podem ser resumidas em perda de importância, representatividade social e poder econômico.

Nesse sentido, é possível inferir, inclusive, que as produções analisadas funcionam de forma a se complementarem (claro, não pode ser ignorado que o trabalho “1” trata-se de uma produção científica, artigo, desenvolvida a partir da dissertação que consta como produção 3).

Amaral e Torres (2018) explicam que a principal representação da aposentadoria foi de ser uma nova etapa da vida a ser vivenciada, sem prejuízo da representação de retorno à família, possibilidade de fazer viagens e praticar mais atividades de lazer, assim como, de algo a ser adiado diante da realidade social e econômica e receio do ócio em uma busca de continuar se mostrando útil para a sociedade.

Liberatti, et al. (2015) apontam que para as enfermeiras docentes da Universidade Estadual de Londrina a aposentadoria representa uma oportunidade de fazerem o que gostam, de aprenderem coisas novas, de viajarem, entre outras atividades semelhantes, assim como possuem a presença de sentimentos como frustração e decepção pela falta de reconhecimento por tudo que desenvolveram até ali durante o tempo que exerciam a docência.

Amaral e Torres (2016) concluem que os sujeitos possuem grande identificação com a atividade profissional que exercem, possuindo grande sensação de reconhecimento e gratificação nas relações estabelecidas com os alunos, ou seja, a pesquisa, além da abordagem às representações sociais, dedicou-se mais a estes aspectos da vida/profissão dos docentes. Isso tudo, além do que já foi mencionado sobre a produção das mesmas autoras já abordada mais acima que foi desenvolvida a partir desta (Amaral; Torres, 2018).

Nóbrega e Helal (2017), por fim, apresentam que: para os portugueses a aposentadoria costuma ser revestida de sentimentos negativos; que para os portugueses a solidariedade geracional tem papel importante na aposentadoria; que no campus I da UFPB os grupos concordam que as mulheres têm menos dificuldade para iniciar a transição para a aposentadoria, pois já possuem dupla jornada de trabalho em suas casas; que o abono permanência é fator relevante para a continuidade dos sujeitos na atividade, embora não seja o único fator; que os sujeitos acabam por abandonar suas atividades laborais mesmo durante o período do pagamento do abono permanência em decorrência de suas condições físicas e de

saúde, sendo, assim obrigados a não mais a exercerem à docência; e apresentou sugestões à Pró-reitora de Gestão de Pessoas da universidade onde o estudo foi realizado.

Em síntese, a presente revisão sistemática faz-se concluir que, ao menos nas bases de dados utilizadas, a produção científica sobre o tema abordado possui quatro pesquisas científicas, sendo dois deles correlacionados, uma vez que um trata de um estudo (artigo) produzido em decorrência do outro (dissertação).

### 3.2 METODOLOGIA

Tratando-se da metodologia aplicada para a coleta dos dados, envolvendo desde a preparação até a realização das entrevistas, o processo iniciou-se com a aprovação no Comitê de Ética, considerando que a pesquisa seria feita com seres humanos, sendo os sujeitos professores efetivos e ativos da UEPG que se enquadrassem nos requisitos de inclusão e exclusão já abordados neste trabalho.

A submissão do projeto ao Comitê de Ética foi realizada em 19 de abril de 2024 e a aprovação ocorreu no dia 20 de maio de 2024, por meio do Parecer Consubstanciado do Conselho de Ética e Pesquisa, Versão 3, de n.º 6.835.696, CAAE n.º 79261924.8.0000.0105 (Anexo A).

Inicialmente, foi realizada a submissão com a proposta de serem aplicadas entrevistas com 15 sujeitos, entretanto, considerando a evolução no andamento e na produção da pesquisa, durante a qualificação, foi constatado que alterações deveriam ser realizadas no projeto submetido e aprovado, principalmente quanto ao número de entrevistados, considerando que alguns dados submetidos não se mostravam mais adequados. Logo, seria necessário realizar uma emenda no projeto aprovado pelo Comitê.

A emenda foi submetida na data de 18 de outubro de 2024 e aprovada no dia 25 de outubro de 2024, por meio do Parecer Consubstanciado do Conselho de Ética e Pesquisa, Versão 4, de n.º 7.184.982, CAAE n.º 79261924.8.0000.0105 (Anexo B), ocorrendo, principalmente, as seguintes alterações: título; datas que representam os marcos de divisão do terceiro grupo dos sujeitos; número de entrevistados que passou de 15 para 45; acréscimo de novas categorias de análise; e novas perguntas a serem realizadas na entrevista.

Após a aprovação da emenda, foi dado início à pesquisa para localizar quais seriam os sujeitos a participarem da pesquisa, buscando diversificar os departamentos que os referidos professores pertenciam, ao passo que conciliava isso com o fato de muitos dos departamentos não disponibilizarem os e-mails dos respectivos professores em seus sites oficiais, o que acabou por limitar as possibilidades de diversificação.

Sobre esta situação, no que se refere aos e-mails ou demais dados sensíveis protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2020), foi enfrentado recusa pelo fornecimento de e-mail pela Pró-reitora de Planejamento (PROPLAN) e PROGESP, assim como pelos departamentos em contato e solicitação direta e isolada, desta forma, foi preciso se restringir aos departamentos que desmobilizavam os dados de contato necessário em suas páginas oficiais, ao passo que solicitação formal foi feita a Instituição, UEPG, para que fossem fornecidos tais dados.

Utilizando-se do cruzamento de dados realizado por este pesquisador entre as páginas dos departamentos, que necessitavam fornecer concomitantemente o nome e o e-mail dos professores para que fosse possível contatá-los, e do Portal Transparência do Governo do Paraná (Paraná, 2024), foi possível organizar uma tabela com aproximadamente 153 professores a serem contatados, já estando separados nos respectivos grupos, considerando que foi possível ter acesso aos seus anos de ingresso na UEPG por meio do Portal Transparência.

Este número de aproximadamente 153 professores foi escolhido considerando que o objetivo era realizar 45 entrevistas, logo, foram contatados 3,4 vezes a mais de professores do que o número de sujeitos objetivados, isso, considerando, também, o número de professores efetivos ativos existentes dentro de cada um dos grupos de divisão estabelecidos nesta pesquisa (Pró-Reitora, 2023).

Apenas a título de síntese, os grupos e o número total de professores em cada um deles de acordo com a UEPG (Pró-Reitora, 2023), são: 1) os que ingressaram até 31/12/2003, grupo que conta com 246 professores; 2) os que ingressaram após 31/12/2003 e antes de 04/12/2019, possuindo 357 professores neste grupo; e, por fim, 3) os que ingressaram após 04/12/2019, possuindo apenas 31 professores integrando este grupo.

Concomitante a esta busca autônoma realizada pelo pesquisador por professores dispostos a participar, e que se enquadravam nos critérios de exclusão, por meio dos sites dos departamentos que disponibilizavam dados necessários como

os e-mails e realizando o cruzamento dos dados com o Portal Transparência para verificar a data de ingresso na Instituição (UEPG), foi protocolado, na data de 04/11/2024, uma solicitação na PROPLAN, sob a orientação da própria PROPLAN, para que disponibilizassem 30 nomes e e-mails aleatórios de professores de cada um dos três grupos, totalizando 90 possíveis sujeitos.

O processo foi protocolado sob o n.º 24.000072344-6 e na data de 26/11/2024 foi proferido despacho informando que o requerimento foi indeferido, após reunião do Colegiado, e que seria necessário fazer novo requerimento ao PROGESP (MS-CSA, 2024, Anexo D).

Na data de 26/11/2024, sob o n.º 24.000078168-3 foi realizado novo protocolo, agora a PROGESP, seguindo a orientação do Colegiado, solicitando que fossem disponibilizados os nome e e-mails de todos os 31 professores do grupo 3 e de todos os professores dos seguintes departamentos: Contabilidade; Engenharia de Alimentos; História; Pedagogia; Química; Fitotecnia e Fitossanidade; Educação Física; e Artes (PROPLAN, 2024b). Tais departamentos foram escolhidos buscando dar maior diversidade às áreas do conhecimento que os sujeitos fazem parte, além de serem departamentos que os e-mails dos docentes não se encontram em sua página oficial.

Entretanto, até a data de conclusão das entrevistas, como será abordado a seguir, que foi em 15 de janeiro de 2025, não foi apresentado nenhum despacho ou resposta referente ao protocolo n.º 24.000078168-3, assim como, também não foi apresentada nenhuma resposta até a data da conclusão desta pesquisa que foi em 16 de março de 2025 (PROPLAN, 2024b).

Dessa forma, apesar do pronto e cordial atendimento da PROGESP e PROPLAN, considerando o cronograma de conclusão desta pesquisa, que tornava a necessidade dos dados urgentes, e a possibilidade de conseguir tais dados de outras formas, mesmo que mais morosas e alternativas, os protocolos acabaram por perder a sua finalidade/objeto.

Todos os 153 professores foram contatados por e-mail, entretanto, o número de respostas não foi relevante inicialmente, o que forçou ser necessários solicitar aos sujeitos entrevistados que indicassem/sugerissem novos participantes e, se possível, que comentassem com eles para participarem, utilizando-se, assim, da técnica “Bola de Neve” para conseguir novos participantes.

As sugestões fornecidas pelos entrevistados indicaram, quase na totalidade, sujeitos/professores que já haviam sido contatados por e-mail, mas que não haviam dado retorno, mas que ao serem contatados por outros meios fornecidos pelos entrevistados, como telefone celular, prontamente responderam e foi possível marcar as entrevistas.

Felizmente, 30 novos professores (que não haviam sido contatados e que seus dados não haviam sido localizados para contato) foram indicados pelos já entrevistados, os quais foram contatados imediatamente pelo meio de comunicação de preferência indicado pelo entrevistado que o indicou (mensagem telefônica ou e-mail).

Assim, totalizando 183 professores no total contatados, destes, 84 responderam, tendo destes, 74 aceitado participar, enquanto 3 expressamente informaram o seu desejo de não participar e sete apenas não deram mais notícias após a primeira resposta/interação. A proporção de entrevistas necessária e professores contatados, no final, resultou em 4,06 vezes a mais de possíveis sujeitos contatados do que os necessários para atingir o número desejado.

Do grupo 1, foram contatados 75 professores, do grupo 2, foram contatados 78 e do grupo 3, foram contatados 30 professores, não sendo localizado o único faltante para contato.

Para alguns professores, considerando a época do ano que o contato foi realizado (final de ano letivo) e o momento de suas carreiras (uma vez que o tema da pesquisa se trata de aposentadoria e professores recém ingressos não vislumbram grande proximidade com este tema), foi necessário realizar de três a seis abordagens para que uma resposta fosse obtida e uma data para que a realização da entrevista fosse marcada. Vale registrar que nenhum dos sujeitos contatados, mesmo os que não participaram, em nenhum momento faltaram com cortesia, sendo este pesquisador recebido de forma exemplar por todos os professores.

Realizadas as 45 entrevistas, com a colhida das assinaturas dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de forma anterior, posterior ou simultânea a realização das entrevistas (ficando a escolha do entrevistado), foi dado início às transcrições de todas as entrevistas realizadas, o que totalizou em, aproximadamente, 900 páginas de texto.

Em seguida, conforme foi informado/adiantado aos sujeitos durante a entrevista, após a confecção das transcrições, estes documentos foram enviados a

todos os entrevistados que teriam as entrevistas utilizadas na pesquisa para que verificassem a veracidade e precisão das transcrições e exarassem sua assinatura, cancelando que o que foi transcrito é fiel ao que foi falado em entrevista.

Por fim, importante informar que durante todas as entrevistas, foi realizada a constatação das impressões do entrevistador em um diário de campo, registrando as peculiaridades de cada sujeito entrevistado durante a coleta das informações.

### 3.3 DA COLETA DE DADOS

A Teoria das Representações Sociais não possui uma fórmula correta a ser seguida, entretanto, algumas técnicas se mostram mais utilizadas que outras, razão pela qual a entrevista e Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) foram as escolhidas como adequadas para este trabalho (Sá, 1998).

A ordem de aplicação foi, no início da entrevista, primeiro a TALP, para, somente então, serem abordados os quesitos da entrevista semiestruturada, pois, desta forma, não haveria contaminação das respostas da TALP em decorrência dos termos utilizados nas perguntas da entrevista e nem das respostas que tais perguntas demandariam dos entrevistados, o que poderia os “guiar” por um caminho que contaminaria as respostas da Associação Livre.

Sobre a aplicação da TALP, ela consistiu no questionamento dos entrevistados para que verbalizassem as cinco primeiras palavras que pensassem quando os termos predeterminados pelo entrevistador fossem lidos para eles. Os termos foram, respectivamente: Aposentadoria; Reforma da Previdência; e Benefício Previdenciário;

Após serem apresentadas quinze palavras pelos entrevistados, cinco para cada um dos termos, foi solicitado que ordenassem as palavras de cada um dos termos em ordem hierárquica de importância, sendo a palavra número um a mais importante e a palavra número cinco a menos importante. Feita tal enumeração, também foi solicitado que o entrevistado explicasse o motivo pelo qual a primeira palavra foi eleita como a mais importante.

Abric (1994) destaca que a TALP, ou evocação livre, é uma técnica de ampla utilização/aplicação com o intuito de ampliar os resultados de uma entrevista quando se trata de pesquisas sobre a Teoria das Representações Sociais, uma vez que tal associação livre viabiliza que elementos implícitos ou latentes, que existem no

repertório do entrevistado/indivíduo/sujeito, sejam verbalizados ao invés de perdidos ou mascarados em frases de produção discursiva mais complexa, onde o contexto ou organização frasal poderia fazer com que fossem suprimidas ou substituídas.

Após a aplicação da TALP, aplicada antes da entrevista para evitar induzir evocações aos sujeitos, foi realizada a entrevista, por meio da modalidade semiestruturada.

Triviños (1987) entende que a entrevista semiestruturada é caracterizada como aquela que possui questionamentos tidos como básicos, fundados em teorias e hipóteses vinculadas à pesquisa, enquanto não se limita a isto, viabilizando uma vasta possibilidade de novas perguntas serem feitas, possibilitando que novas hipóteses surjam à medida que os entrevistados apresentam as suas respostas e desenvolvem, espontaneamente, sua linha de raciocínio, participando da elaboração do conteúdo da pesquisa, sem, claro, sair do foco principal abordado pelo entrevistador.

Em outras palavras, na entrevista semiestruturada, apesar de haver um roteiro a ser seguido, tal estrutura não é sólida e limitante, existindo margem para que o entrevistado desenvolva e siga o seu raciocínio, desde que vinculado ao tema da pesquisa, na explanação de suas respostas aos questionamentos.

Sobre o mérito quanto à utilização da entrevista semiestruturada em pesquisa qualitativa, entende Triviños (1987) que tal técnica se mostra um dos principais meios de coleta para tal modalidade de trabalho realizado, uma vez que aborda a individualidade/criatividade do pesquisado, enquanto objetiva respostas livres e espontâneas do entrevistado (sujeito).

O roteiro da entrevista, incluindo tanto a TALP, quanto a entrevista semiestruturada (com perguntas abertas e fechadas), aplicada nesta pesquisa encontra-se demonstrada a seguir:

Quadro 6 – Roteiro da Entrevista semiestruturada aplicada aos Professores efetivos e ativos da UEPG.  
(continua)

| <b>Roteiro da Entrevista</b>   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|--------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Associação de palavras:</b> | Considerando a sua experiência e vivência, fale 5 (cinco) palavras que te vêm à mente relacionadas a cada um dos seguintes termos:<br>– 1º Aposentadoria<br>– 2º Reforma da Previdência<br>– 3º Benefício previdenciário<br>Agora ordene as palavras ditas em relação aos termos conforme a importância que atribui a cada palavra pronunciada referente ao |

Quadro 6 – Roteiro da Entrevista semiestruturada aplicada aos Professores efetivos e ativos da UEPG. (conclusão)

| <b>Roteiro da Entrevista</b>   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Associação de palavras:</b> | termo, sendo a primeira a mais importante e a quinta a menos importante dentre as cinco palavras ditas.<br>Justifique a escolha apenas da primeira palavra de cada termo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>Informações iniciais:</b>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>– Qual a sua formação acadêmica?</li> <li>– Qual a sua data de nascimento?</li> <li>– Em que ano ingressou como docente estatutário na Universidade Estadual de Ponta Grossa? Possuiu outro vínculo de emprego anteriormente? Em caso positivo, qual o ano de ingresso e de saída?</li> <li>– Pretende se aposentar assim que cumprir os requisitos legais ou deseja exercer a profissão de docente até quando conseguir? Ou nunca pensou nisso?</li> <li>– Participou do Progesp Itinerante?</li> <li>– Era funcionário público estatutário anteriormente ao ingresso na UEPG como professor estatutário? Caso tenha sido, qual foi o ano de ingresso e houve interrupção entre seu antigo vínculo e o atual?</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>Perguntas abertas:</b>      | <p>A partir de sua experiência e vivência, responda as perguntas a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Tem conhecimento sobre quais são os requisitos que precisa cumprir para conseguir se aposentar e qual é a base de cálculo para o valor do seu benefício? Caso não tenha tais conhecimentos, poderia nos explicar o porquê?</li> <li>– Tem conhecimento se as alterações da Reforma da Previdência ocorridas a partir de 2019 afetaram a sua aposentadoria? Caso não tenha tais conhecimentos, poderia nos explicar o porquê?</li> <li>– Possui fontes de renda alternativas que lhe garantirão após a aposentadoria, além do benefício previdenciário que receberá? Poderia comentar quais alternativas de renda são conhecidas? Qual sua opinião sobre ter uma? Alguma seria considerada adequada para sua situação de aposentadoria?</li> <li>– A necessidade de fontes renda alternativas, ou a desnecessidade delas, surgiu em decorrência da sua remuneração como docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa?</li> <li>– Quais as suas expectativas para a sua aposentadoria, que tipo de vida espera ter?</li> <li>– Poderia comentar se tem se preparado para a sua aposentadoria, e como tem feito isso em caso de estar se preparando, tanto em termos financeiros, quanto emocionais?</li> <li>– Qual sua percepção sobre o RPPS? Sua percepção é de segurança e estabilidade? Por quê? Como se sente quanto ao seu futuro em relação as possíveis mudanças de regras? Estas mudanças, se ocorressem, poderiam, na sua percepção, afetar a estabilidade e segurança?</li> <li>– As recentes reformas previdenciárias afetaram sua confiança no sistema de aposentadoria? Por quê? Essas mudanças alteraram suas expectativas sobre a aposentadoria e seu planejamento para o futuro? Por quê?</li> </ul> |

Fonte: O autor.

Já quanto aos sujeitos, visando preservar as suas identidades, já que o anonimato foi uma premissa para a aprovação da presente pesquisa no Comitê e consta de forma expressa tal comprometimento no TCLE, não foram indicados os seus nomes e o departamento que os referidos sujeitos pertencem na UEPG, assim como será indicado apenas o ano de seu ingresso e não a data completa.

Quanto à ordem que aparecem no quadro a seguir, estão ordenados pela data da realização da entrevista e não por tempo na instituição, ordem alfabética ou pelos grupos, apesar desta última informação constar.

No que se refere ao número de entrevistados, Triviños (2001) sugere que nas pesquisas sociais um grupo inferior a cinco sujeitos não é adequado, nesse sentido, o grupo desta pesquisa, composto por 45 entrevistados (20 homens e 25 mulheres), mostra-se superior a tal estipulação.

Ademais, tem-se que todos os entrevistados encontravam-se aptos a participar da pesquisa, enquadrando-se nos critérios de inclusão, e inevitavelmente, são professores ativos e efetivos na UEPG, logo, tal informação também será omitida, já que é comum a todos.

Quadro 7 – Sujeitos entrevistados.

(continua)

| <b>Grupo que se enquadra</b> | <b>Ano de ingresso na UEPG</b> | <b>Grau de escolaridade</b> | <b>Sexo</b> |
|------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|-------------|
| 1                            | 2002                           | Mestre                      | Masculino   |
| 2                            | 2010                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 2                            | 2007                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 3                            | 2024                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 3                            | 2021                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 1                            | 1994                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 1                            | 1991                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 2                            | 2018                           | Mestrado                    | Masculino   |
| 1                            | 1994                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 3                            | 2020                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 2                            | 2012                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 1                            | 1991                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 2                            | 2013                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 2                            | 2010                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 1                            | 2000                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 1                            | 1999                           | Mestrado                    | Masculino   |

Quadro 7 – Sujeitos entrevistados.

(conclusão)

| <b>Grupo que se enquadra</b> | <b>Ano de ingresso na UEPG</b> | <b>Grau de escolaridade</b> | <b>Sexo</b> |
|------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|-------------|
| 2                            | 2013                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 1                            | 1989                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 2                            | 2013                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 3                            | 2021                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 1                            | 1996                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 3                            | 2024                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 2                            | 2012                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 2                            | 2013                           | Mestrado                    | Feminino    |
| 2                            | 2018                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 3                            | 2020                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 2                            | 2014                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 3                            | 2020                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 3                            | 2021                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 3                            | 2022                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 2                            | 2015                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 2                            | 2007                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 1                            | 2012                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 2                            | 2008                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 3                            | 2022                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 3                            | 2022                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 1                            | 1998                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 1                            | 1991                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 1                            | 1998                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 3                            | 2021                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 1                            | 1994                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 3                            | 2022                           | Doutorado                   | Masculino   |
| 1                            | 1994                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 3                            | 2020                           | Doutorado                   | Feminino    |
| 3                            | 2022                           | Doutorado                   | Masculino   |

Fonte: O autor

Importante reforçar o compromisso prestado ao Comitê de Ética no que se refere às entrevistas não apresentarem riscos significativos aos sujeitos, haja vista a sua temática abordar tema presente no cotidiano dos professores e inerente ao seu próprio vínculo como funcionários públicos (trabalhadores). Sendo, por óbvio, respeitado e resguardado o direito dos entrevistados de não responderem às perguntas que não desejassem e de decidirem encerrar a sua participação a qualquer momento.

Sobre os benefícios trazidos aos entrevistados em decorrência de suas participações, antes de iniciar as entrevistas não eram previstos benefícios diretos, entretanto, após o término das entrevistas, em conversas informais, alguns dos sujeitos mencionaram que o fato de terem participado da entrevista lhes despertou o interesse de buscarem mais informações sobre as suas aposentadorias e de estudarem mais e se dedicarem mais a sua preparação financeira.

### 3.4 DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Quando a Análise de Conteúdo (Bardin, 2004), esta foi a técnica escolhida para analisar os dados colhidos por meio das entrevistas (TALP e entrevista semiestruturada) realizadas com os sujeitos.

Logo, considerando que a entrevista foi a técnica escolhida para a coleta dos dados dos sujeitos, é importante lembrar que Jodelet (2001) entende que a comunicação transmite e é a portadora das Representações Sociais, logo, a forma com que tais “comunicações” são analisadas é de grande relevância para a Teoria das Representações Sociais.

Sobre a utilização da Análise de Conteúdo em conjunto com a Teoria das Representações sociais, tal união é plenamente possível, inclusive, existe, nacionalmente, um grande exemplo de produção científica neste sentido realizado por Franco (2005), autora esta que é considerada referência a respeito da utilização da técnica aqui abordada.

De acordo com Franco (2005), para a análise de conteúdo, é de extrema valia a mensagem passada pelo sujeito, seja ela verbal, escrita, documental, gestual, que o silêncio pode transmitir (não se limitando, então, apenas a mensagem “direta”, já que uma não resposta também passa uma mensagem) ou figurativa.

Para Bardin (2004), a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas que objetivam analisar a comunicação com intuito de obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que podem ser quantitativos ou qualitativos, que possibilitem realizar a inferência sobre a matéria que está sendo abordada na base de dados, nas mensagens passadas.

Assim, a análise de conteúdo viabiliza que sejam verificados, por meio das mais variadas formas de se comunicar e transmitir uma mensagem, os conteúdos das mensagens e, por meio disto, inferências sejam produzidas.

Entretanto, considerando a importância deste momento para a pesquisa, serão abordados nos dois subtópicos a seguir a forma com que a análise de conteúdo foi utilizada para a estruturação e interpretação dos resultados obtidos neste estudo.

#### 3.4.1 Do uso da metodologia escolhida

Segundo Bardin (2004), quando se trata do momento da análise, existem três momentos a serem cumpridos/respeitados, sendo eles: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados; e a inferência e a interpretação.

Isso posto, a seguir serão abordados cada um dos momentos de análise fixados por Bardin com objetivo de esclarecer o caminho traçado nesta pesquisa durante a análise de conteúdo.

Bardin (2004) estabelece que a primeira fase, a pré-análise, é entendida como o momento de organização com intuito de tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais de uma forma que viabilize o desenvolvimento das próximas operações analíticas.

Ou seja, cada uma das fases tem uma função específica que, ao final, se complementam, logo, a primeira fase objetiva viabilizar a correta realização da análise nas próximas etapas.

Em ato contínuo, Bardin (2004) descreve quais ações devem ser tomadas nesta primeira fase, sendo elas: Leitura Flutuante; Escolha dos documentos; Formulação das hipóteses; Referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores; e Preparação do material. A seguir, cada uma destas ações será melhor abordada.

A primeira ação, Leitura Flutuante, pode ser resumida em um primeiro contato com os documentos da análise, enquanto a segunda ação, a Escolha dos documentos visa cumprir as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, enquanto a terceira ação, Formulação das hipóteses, consiste no que sua nomenclatura sugere, entretanto, nem sempre será necessário ou possível ter hipóteses (Bardin, 2004).

No presente estudo, não foram desenvolvidas hipóteses, mas sim, consideradas categorias de análise, sendo elas: 1) o conhecimento dos integrantes do grupo sobre as regras previdenciárias que estão submetidos; 2) o conhecimento se as regras que estão submetidos sofreram alterações decorrentes da reforma da previdência ou não; 3) se possuem ou estão construindo fontes de renda alternativas além do benefício que receberão após a aposentadoria ou não; 4) se o trabalho como docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa é sua principal fonte de renda ou apenas complementar, não representando algo decisório para sua qualidade de vida ser mantida ou alterada caso sofra diminuição; 5) qual é a percepção dos professores sobre o RPPS, se acreditam que ele oferece segurança e estabilidade para o futuro ou que as mudanças nas regras, como as reformas previdenciárias, podem prejudicar seus direitos; 6) de que forma as recentes reformas afetam, e se afetaram, a confiança dos professores em relação à sua aposentadoria; e 7) as expectativas do referido integrante para a aposentadoria.

Seguindo sobre as ações, a quarta, Referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores, é onde são organizados os índices (menção de um tema na mensagem) e os indicadores (frequência de aparição dos temas) e, por fim, a quinta ação, Preparação do material, momento em que o material será preparado (Bardin, 2004).

Sobre a quinta ação, a forma de preparação do material irá depender de acordo com o material que será utilizado, ou seja, nesta pesquisa, o material trata-se de transcrições das entrevistas, logo, a preparação consiste na adequação dos referidos textos, *corpus* textual, para serem analisados pelo *Software* escolhido, o Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ).

Encerrada a primeira fase, ocorre o segundo momento, a exploração do material, que pode ser definido como o momento em que é realizada a administração sistemática das decisões tomadas até este momento, sejam elas manualmente praticadas ou executadas por um computador, em síntese, é uma fase longa e trabalhosa e consiste na codificação, desconto ou enumeração de acordo com regras pré-estabelecidas (Bardin, 2004).

Nesse sentido, nesta segunda fase, Franco (2005) dispõe que é preciso escolher entre as unidades de análise existentes na codificação, sendo elas duas, Unidades de Registro e Unidades de Contexto.

Bardin (2004) aponta a existência de seis Unidades de Registro, as quais são: a Palavra; o Tema; o Objeto ou Referente; o Personagem; o Acontecimento; e o Documento. Assim, deve o pesquisador escolher entre tais modalidades de Unidades de Registro para realizar a sua codificação.

Como nesta pesquisa será utilizado o Tema, a explicação esmiuçada do significado das modalidades será restrita a Unidade de Registro escolhida. Nesse sentido, Franco (2005) esclarece que a referida unidade de registro é uma asserção, proposição, sobre determinado assunto, incorporando, em maior ou menor grau, os aspectos pessoais do entrevistado/sujeito acerca do significado de uma palavra ou de um conceito. Logo, inúmeros significados irão surgir.

Abric (2000) e Doise (2002) entendem que tal número elevado de significados não é um problema, já que as Representações Sociais apesar de consensuais, são marcadas por diferenças individuais, cabendo, assim, ao pesquisador interpretar tal interesse individual com o social.

A escolha pela Unidade de Registro Tema se deu em decorrência de sua proximidade com o objetivo da pesquisa, como relata Franco (2005) que considera que tal unidade é a mais útil quando se trata de análise de conteúdo, sendo, inclusive, indispensável em estudos sobre Representações Sociais.

Entretanto, como dito, inúmeras Unidades de Registro serão geradas, sendo necessárias as Unidades de Contexto para compreender e codificar as Unidades de Registro, viabilizando, assim, a compreensão do significado exato destas unidades (Bardin, 2004).

Imperiosa é a realização da contextualização em que surgem as Unidade de Registro para as análises avaliativas e de contingência, haja vista que algumas palavras ou termos necessitam de um contexto para que seu sentido seja corretamente compreendido/interpretado, pois, afinal, estão sendo abordadas situações concretamente vivenciadas, logo, para que a mensagem seja corretamente entendida, é preciso de tais informações contextuais (Bardin, 2004).

Feito isto, Bardin (2004) estabelece que é preciso definir as categorias, apesar de não ser uma etapa obrigatória em toda realização de análise de conteúdo, entretanto, na maioria das vezes tal modalidade de análise se organiza em torno de um processo de categorização, assim, entende as categorias como responsáveis por reunir os elementos (lê-se unidades de registro no presente caso) em um grupo específico com características em comum.

Quanto aos critérios de categorização (adianta-se aqui que considerando que o *Software* utilizado é o IRAMUTEQ, impõem-se a utilização do critério de classificação lexical, haja vista que esta é a categoria utilizada por tal sistema), Bardin (2004, p. 111 – 112) expõe:

Semântico (categorias temáticas: por exemplo, todos os temas que significam a ansiedade ficam agrupados na categoria <ansiedade>, enquanto que os que significam a descontração ficam agrupados sob o título conceitual <descontração>), sintático (os verbos, os adjetivos), lexical (classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinônimos e dos sentidos próximos) e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem).

Isso posto, encaminhando-se para o fim deste subtópico, para que seja abordado o *Software* que foi utilizado, encerrada a exploração do material, importante se faz abordar a última fase, o último momento, que é a inferência e a interpretação dos resultados.

Considerando que a análise do conteúdo objetiva em última instância a produção de inferências, é neste último momento que elas são realizadas e, caso existam hipóteses, elas seriam confirmadas ou não, o que não é o caso deste estudo que não possui hipóteses, mas sim categorias de análise, haja vista ter sido optado pelo procedimento exploratório que viabiliza a construção de novas hipóteses futuramente (Bardin, 2004).

Isso posto, e neste último momento que a análise propriamente dita é realizada, produzindo as inferências e interpretações dos resultados de toda a pesquisa realizada. Nesse sentido, passa-se ao estudo sobre o *Software* (IRAMUTEQ) utilizado.

### 3.4.2 Do *Software* escolhido, IRAMUTEQ

O *Software* escolhido para auxiliar na realização da análise de conteúdo, como já informado, foi o *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ), que, a propósito, é gratuito.

Tendo sido utilizado no Brasil a partir de 2013 (Camargo; Justo, 2013), ganhando muita notoriedade desde então, o referido *Software* tem origem francesa, sendo desenvolvido por Pierre Ratinaud, e permite a realização de análises textuais tão ou ainda mais sofisticadas, complexas, do que as possíveis em *Softwares*

concorrentes, por assim dizer, além de apresentar outras vantagens como utilizar-se de análises lexicais preservando o contexto em que as palavras aparecem, viabilizando maior objetividade às interpretações.

Consequentemente, ao ser viável a realização de análises lexicais, preservando o contexto, e considerando ser exatamente isto o que esta pesquisa pretende, o *Software* IRAMUTEQ permite realizar a análise em níveis qualitativos e quantitativos.

Camargo e Justo (2013) explicam que o referido *Software* é capaz de realizar desde uma análise simples, lexicográfica básica, por exemplo, até uma análise multivariada, entregando a organização do vocabulário de uma forma compreensível e clara. Ainda sobre isto, Camargo e Justo (2013, p. 515-516) continuam:

Nas análises lexicais clássicas, o programa identifica e reformata as unidades de texto, transformando Unidades de Contexto Iniciais (UCI) em Unidades de Contexto Elementares (UCE); identifica a quantidade de palavras, frequência média e número de hapax (palavras com frequência um); pesquisa o vocabulário e reduz das palavras com base em suas raízes (lematização); cria dicionário de formas reduzidas, identifica formas ativas e suplementares. Na análise de especificidades, é possível associar diretamente os textos do banco de dados com variáveis descritoras dos seus produtores; é possível analisar a produção textual em função das variáveis de caracterização. Trata-se de uma análise de contrastes, na qual o corpus é dividido em função de uma variável escolhida pelo pesquisador.

[...] também fornece outra forma de apresentação dos resultados, por meio de uma análise fatorial de correspondência feita a partir da CHD (Análise PósFatorial) que representa num plano cartesiano as diferentes palavras e variáveis associadas a cada uma das classes da CHD. A interface possibilita que se recuperem, no corpus original, os segmentos de texto associados a cada classe, momento em que se obtém o contexto das palavras estatisticamente significativas, possibilitando uma análise mais qualitativa dos dados.

O referido sistema realiza as análises solicitadas a partir do *corpus* preparado pelo pesquisador, neste estudo a preparação foi realizada por meio de arquivos de texto, para os dados textuais das entrevistas e em planilhas, os dados da TALP.

Para as análises dos dados textuais, o pesquisador utilizou de: nuvens de palavras, haja vista que consiste em uma análise lexical simples que agrupa e organiza as palavras de acordo com a frequência que apareceram, permitindo a percepção das palavras-chave do *corpus*; análise estatística, que consiste na contagem de aparições de determinadas evocações, para os *corpus* que a categoria em análise não demanda complexidade para a verificação da representação e quando inviável a realização da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e

desnecessária/irrelevante a realização da análise de similitude; e análise por CHD, também denominada Método Reinert (1990), que é uma prática considerada uma das mais importantes para os estudos das representações sociais (Camargo; Justo, 2013), a qual classifica o *corpus* textual em classes e permite visualizar os segmentos de texto associados, viabilizando a recuperação do contexto das palavras estatisticamente significativas, possibilitando um olhar qualitativo sobre os dados.

Por fim, quanto as planilhas referentes a TALP, estas foram analisadas através de análise de frequência (possibilita a visualização do número de vezes que cada palavra foi utilizada e também possibilita identificar a presença bruta em relação ao número de palavras que foram faladas e frequência em relação ao número de sujeitos) e análise prototípica (serviu para identificar a estrutura representacional, utilizando-se da frequência e da ordem das evocações como critério).

Quanto a análise CHD, imperioso destacar que nesta análise, é preciso que haja um aproveitamento dos segmentos maior do que 70% para que a análise seja considerada significativa, ou seja, para que seja válida tal análise, e utilizada em uma pesquisa, é necessário que tal parâmetro seja cumprido/alcançado. No mesmo sentido, apenas serão utilizadas as palavras com  $\chi^2 > 3,80^{23}$ , salvo quando apresentar grande significância com as demais evocações.

Na preparação do *corpus* da TALP, foi realizado o agrupamento, de forma criteriosa, dos termos com mesmo significado, mas evocados pelos sujeitos de forma distinta, sendo os critérios para o agrupamento: 1) possuírem o mesmo significado, independente de quantas palavras o compõem, mesmo que se trate de frases de expressão (exemplo: tempo livre de trabalho, não ter o que fazer e tempo livre foram agrupados em tempo livre; família e tempo com a família foram agrupados em tempo com a família; e saúde boa e saúde foram agrupadas em saúde); e 2) possuam a mesma finalidade/objetivo na retórica do sujeito (exemplo: perda de direitos e perda de garantias foram agrupadas em perda de direitos; medo e insegurança foram agrupados em insegurança; viagem e viagens foram agrupados para viajar; e alegria, diversão e gozar a vida foram agrupadas em aproveitar a vida). No mesmo sentido, foram aplicadas as regras de redução, transformando os verbos à sua forma infinitiva e reduzindo as palavras à sua forma masculina singular (Rosenberg; & Jones, 1972).

Isso posto, tem-se encerrado este subtópico e este capítulo que objetivou, e realizou, a explicação da metodologia e técnicas aplicadas, além da contextualização científica da presente pesquisa.

#### **4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA APOSENTADORIA, REGIDA PELO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, PARA OS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS**

Buscando articulação entre teoria e prática, vê-se mister destacar de forma sintética, neste tópico, alguns conceitos que já foram abordados anteriormente nesta pesquisa.

A Teoria das Representações Sociais na presente pesquisa é abordada por meio da abordagem estrutural, a qual foi desenvolvida por Abric (2000, p. 37) e que possibilitou “a compreensão e a evolução das mentalidades, a ação sobre as atitudes e opiniões, a influência social (seja ela minoritária ou majoritária) e, enfim, a organização interna e as regras de transformação social”.

Logo, o responsável por desenvolver a abordagem aqui utilizada entende que as representações atuam como uma maneira de interpretar a realidade, acabando, assim, por influenciar as relações individuais, uma vez que age como um padrão a ser seguido pelas ações dos sujeitos, orientando tais ações e as relações sociais.

Abric (2000) esclarece que isso ocorre em decorrência das representações sociais desempenharem quatro funções importantes, sendo elas a função: de saber; identitária; de orientação; e justificadora. A seguir tais funções serão estudadas:

A função de saber pode ser resumida por permitir que o sujeito compreenda e explique a realidade, considerando que ele possui acesso a um conhecimento, que é assimilado de modo que se torna compreensível para ele e o permite conversar sobre, momento em que ocorre a difusão dos saberes. Já a função identitária, esta define e protege a identidade e especificidades dos grupos sociais (Abric, 2000).

Já a função de orientação, atua como um guia aos comportamentos e práticas em decorrência de três principais fatores: 1) as representações serem relevantes para a definição da finalidade de uma situação pertinente e na elaboração de estratégias; 2) são as representações que permitem a produção de um sistema de antecipação e expectativas de determinadas realidades; e 3) as representações definem o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um determinado contexto social (Abric, 2000).

Por fim, a função justificadora é utilizada para legitimar as posições e comportamentos adotados pelos sujeitos, já que são por meio das representações que tais ações são explicadas/justificadas (Abric, 2000).

Ou seja, as funções das representações sociais são o que viabilizam, e que de certa forma constroem, a coexistência dos grupos na sociedade e a forma com que os seus sujeitos integrantes agem e se posicionam.

Abric (2000) entende que as representações sociais possuem dois componentes, o Núcleo Central e os Elementos Periféricos. O Núcleo Central desempenha função geradora e organizadora, possibilitando a atribuição de significado aos demais elementos e unificando e estabilizando a representação, sendo, assim, o elemento mais estável e menos suscetível à mudança em decorrência de variados contextos enfrentados. Já os Elementos Periféricos desempenham papel de concretização, regulação e defesa, sendo mais influenciados pelas características individuais, contextos e experiências cotidianas, logo, são mais flexíveis e heterogêneos.

Vide quadro 3, do tópico 2.1. desta pesquisa, construído por Abric (2000, p. 34), as características do Sistema Central, são: ligado à memória coletiva e à história do grupo; consensual, define a homogeneidade do grupo; estável; coerente; rígido; resiste às mudanças; pouco sensível ao contexto imediato; função de gerar o significado da representação; determina sua organização.

De acordo com o mesmo quadro de Abric (2000, p. 34), as características do Sistema Periférico, são: permite a integração de experiências e histórias individuais; tolera a heterogeneidade do grupo; flexível, tolera contradições; evolutivo; sensível ao contexto imediato; função de permitir a adaptação à realidade concreta; permite a diferença de conteúdo.

Entendido isso, para Abric (2000, p. 34), os Elementos Periféricos são “um indicador bastante pertinente de futuras modificações ou um sintoma indiscutível de uma evolução nas situações nas quais a transformação de uma representação está em andamento”, assim, as interações entre os Núcleos Centrais e os Elementos Periféricos resultam em processos de atualização, evolução e transformação das representações.

Abric (2000, p. 35-36) explica que práticas sociais contraditórias podem influenciar tais transformações, havendo situações reversíveis, onde o sistema periférico sofre alterações, mas o Núcleo Central não, e irreversíveis, onde o impacto é maior e resulta em uma das três consequências a seguir expostas:

1) **Transformação “resistente”**. É o caso onde as práticas novas e contraditórias podem ainda ser gerenciadas pelo sistema periférico e por mecanismos clássicos de defesa: interpretação e justificação ad hoc, racionalização, referência e normas externas à representação etc. A representação se caracterizará então pelo aparecimento, no sistema periférico de “esquemas estranhos” [...]. Estes esquemas estranhos evitam o questionamento do núcleo central, permitindo assim uma transformação que implica somente o sistema periférico, ao menos durante um certo tempo, pois a multiplicação de esquemas estranhos acaba por induzir a transformação do núcleo central, consequentemente da representação no seu conjunto.

2) **Transformação progressiva da representação**. Este tipo ocorre quando as práticas novas não são totalmente contraditórias com o núcleo central. A transformação da representação vai então se efetivar sem ruptura, ou seja, sem explosão do núcleo central. Os esquemas ativados pelas práticas novas vão, progressivamente, se integrar aos esquemas do núcleo central e fundir com estes para constituir um novo núcleo e assim uma nova representação. [...]

3) **Transformação brutal**. Enfim, quando as novas práticas atacam diretamente o significado central da representação, sem a possibilidade de se fazer uso dos mecanismos defensivos do sistema periférico. Neste caso, a importância das novas práticas, sua permanência e seu caráter irreversível provocam uma transformação direta e completa do núcleo central, e consequentemente, de toda a representação.

Isso posto, a presente pesquisa, neste capítulo, objetiva analisar a estrutura organizacional da representação social dos professores, efetivos e ativos, da UEPG sobre a sua aposentadoria (considerando o regime jurídico ao qual estão submetidos), com base na abordagem estrutural, e identificar o Núcleo Central e possíveis transformações (que podem ser resistentes, progressivas ou brutais) do Sistema Periférico.

Entendido sobre a aplicação da Teoria das Representações Sociais neste estudo, que é um dos pilares teóricos desta pesquisa, imperioso se faz lembrar quais são os três grupos em que os sujeitos, professores universitários efetivos e ativos, foram divididos considerando a legislação que estão submetidos, em decorrência disto acarretar na criação de diferentes possibilidades de aposentadoria em decorrência desta situação legislativa, logo, fazendo com que diferentes realidades sejam esperadas pelos indivíduos no momento da sua aposentadoria que, inicialmente, seriam semelhantes já que o trabalho executado é o mesmo (docência em nível superior), mas que acabam não sendo por consequência da legislação (Paraná, 1989):

O Primeiro Grupo é composto pelos professores universitários ativos e efetivos da UEPG que ingressaram até 31/12/2003, que podem receber seu benefício pela integralidade e paridade (Paraná, 1989).

O Segundo Grupo é composto pelos professores universitários ativos e efetivos da UEPG que ingressaram após 31/12/2003 e antes de 04/12/2019, que terão os seus proventos calculados pela média aritmética simples de todos os salários desde 1994, recebendo 60% desta média mais 2% por ano de contribuição acima de 20 anos, para ambos os sexos, mas podem se enquadrar nas regras provisórias (Paraná, 1989).

E, por fim, o Terceiro Grupo é composto pelos professores universitários ativos e efetivos da UEPG que ingressaram após 04/12/2019, que terão os seus proventos calculados pela média aritmética simples de todos os salários desde 1994, recebendo 60% desta média mais 2% por ano de contribuição acima de 20 anos, para ambos os sexos e com limite ao teto do RGPS para os que ingressaram após 22/09/2022 (Paraná, 2019).

Vale ressaltar que os grupos foram divididos dessa maneira considerando que, em decorrência de diferentes aposentadorias possíveis a depender da legislação aplicável ao sujeito, logo, a existência de diferentes Representações Sociais em decorrência da regra de aposentadoria que fosse aplicada poderia, caso tal fator não fosse considerado, causar equívocos ou uma falsa Representação Social.

Importante destacar que após a realização das entrevistas, verificou-se que a participação dos sujeitos no PROGESP Itinerante não atingiu níveis onde pudesse ser analisada a sua relevância, diferente do que era esperado no momento da idealização da pesquisa, uma vez que dos 45 entrevistados, apenas quatro sujeitos participaram do referido Projeto, sendo destes, três do Primeiro Grupo, um do Segundo Grupo e nenhum do Terceiro Grupo. Em decorrência disto, a análise considerando a participação dos sujeitos no PROGESP Itinerante não foi realizada.

Isso posto, a seguir apresentam-se as análises quanto às Representações Sociais dos professores universitários ativos e efetivos da UEPG referente à sua aposentadoria, regida pelo RPPS, após as alterações legislativas ocorridas a partir de 2019, considerando os grupos em que foram divididos, haja vista as diferentes possibilidades de aposentadoria em decorrência das diferentes leis aplicáveis. A primeira análise a ser abordada será a da Técnica de Associação Livre de Palavras e a segunda será a das entrevistas realizadas.

#### 4.1 REPRESENTAÇÃO SOCIAL APRESENTADA PELOS GRUPOS REFERENTE A APLICAÇÃO TÉCNICA DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS

Neste tópico, será realizada a análise das representações sociais dos grupos referente às palavras/termos indutores, “Aposentadoria”, “Reforma da Previdência” e “Benefício previdenciário”, por meio do resultado da aplicação da Técnica de Associação Livre de Palavras.

Quanto a preparação do *corpus*, planilhas, foram aplicadas regras de redução (Rosenberg; & Jones, 1972) e estabelecida frequência mínima de inclusão no quadro de análise em 2 para realização da análise prototípica (Wachelke; Wolter, 2011).

Referente as regras de redução utilizadas, estas consistiram em reduzir as palavras à forma masculina singular e transformar os verbos para a sua forma infinitiva, quando o sentido não seria prejudicado (Rosenberg; & Jones, 1972).

Por fim, sobre a frequência mínima para inclusão no quadro de análise, esta foi definida em 2 para os quadros onde são apresentadas as análises gerais (incluindo todos os três grupos), considerando que tal frequência representa 4,4% dos sujeitos da pesquisa, ou seja, pouco mais de 3% (que é 1,35) do tamanho da amostra, que foi de 45 entrevistados, logo, configurando, assim, a frequência mínima adequada. Para os quadros onde é apresentada a análise de cada um dos grupos em separado, de forma isolada, a frequência foi definida de 1, ou seja, incluindo todas as palavras evocadas, já que cada sujeito representa 6,66% da amostra (Wachelke; Wolter, 2011).

Importante frisar que o número de evocações ditas, para cada um dos termos indutores, foi de cinco, considerando ser um número usualmente utilizado e dentro das recomendações de três a cinco termos (Wachelke; Wolter, 2011).

Isso posto, passa-se à análise das representações sociais dos sujeitos, que foram divididos em grupos, sobre as palavras/termos escolhidos por este pesquisador visando entender a Representação Social dos professores, ativos e efetivos da UEPG, referente à sua aposentadoria.

##### 4.1.1 Estrutura organizacional das Representações Sociais sobre Aposentadoria (Primeiro termo indutor)

O primeiro termo indutor apresentado na aplicação da TALP foi “Aposentadoria”, sendo, assim, coletados os dados referentes às evocações

realizadas pelos sujeitos, que consistiram nas cinco primeiras palavras que lhes viessem à mente.

Após as evocações, foi solicitado que os entrevistados ordenassem as palavras ditas em ordem hierárquica de importância, de um a cinco, sendo a um a mais importante para eles e a cinco a de menor importância dentre as proferidas/evocadas.

Participaram da coleta de dados 45 professores ativos e efetivos da UEPG, que se enquadram nos critérios de exclusão previamente estabelecidos para esta pesquisa, totalizando 225 evocações.

Quanto ao primeiro termo, no total foram evocadas 118 palavras distintas, sendo 85 palavras evocadas somente uma vez (consequentemente, por apenas um sujeito) e 33 palavras foram evocadas duas ou mais vezes (consequentemente, por dois ou mais sujeitos, já que o mesmo sujeito não poderia repetir a mesma palavra). Na tabela a seguir, estão as palavras mais evocadas:

Tabela 1 – Principais termos evocados pelos três grupos sobre o primeiro termo indutor, “Aposentadoria”.

| Grupo                             | Termos evocados     | N          |
|-----------------------------------|---------------------|------------|
| <b>Todos os participantes: 45</b> | Descanso            | 16 (7,11%) |
|                                   | Viajar              | 10 (4,44%) |
|                                   | Tempo com a família | 8 (3,56%)  |
|                                   | Segurança           | 8 (3,56%)  |
|                                   | Tempo livre         | 7 (3,11%)  |
|                                   | Velhice             | 7 (3,11%)  |
|                                   | Novas oportunidade  | 7 (3,11%)  |
|                                   | Saúde               | 7 (3,11%)  |

Fonte: dados do autor

Como pode ser analisado na Tabela 1, os termos mais evocados, respectivamente, foram: “Descanso”; “Viajar”; “Tempo com a família”; “Segurança”; “Tempo livre”; “Velhice”; “Novas oportunidades”; e “Saúde”. Nota-se que as evocações “Tempo livre”, “Velhice”, “Novas oportunidades” e “Saúde” foram evocadas o mesmo número de vezes, razão pela qual ao invés de ter sido exposto as cinco principais palavras/termos, foram expostas oito.

Na tabela a seguir, serão elencadas as cinco (quando não houver empate) principais palavras/termos evocados por cada um dos grupos de forma separada em relação ao termo indutor abordado neste tópico:

Tabela 2 – Principais termos evocados por cada um dos três grupos sobre o primeiro termo indutor, “Aposentadoria”.

| Grupo                        | Termos evocados     | N         |
|------------------------------|---------------------|-----------|
| <b>1º Grupo: 15 docentes</b> | Novas oportunidades | 7 (9,33%) |
|                              | Tempo livre         | 4 (5,33%) |
|                              | Viajar              | 4 (5,33%) |
|                              | Aproveitar a vida   | 3 (4%)    |
|                              | Tempo com a família | 3 (4%)    |
| <b>2º Grupo: 15 docentes</b> | Descanso            | 9 (12%)   |
|                              | Viajar              | 4 (5,33%) |
|                              | Velhice             | 3 (4%)    |
|                              | Tempo com a família | 3 (4%)    |
|                              | Longe               | 2 (2,67%) |
|                              | Difícil             | 2 (2,67%) |
|                              | Liberdade           | 2 (2,67%) |
|                              | Fim de um trabalho  | 2 (2,67%) |
|                              | Paz                 | 2 (2,67%) |
|                              | Segurança           | 2 (2,67%) |
|                              | Incerteza           | 2 (2,67%) |
|                              | Tempo               | 2 (2,67%) |
|                              | Lazer               | 2 (2,67%) |
| <b>3º Grupo: 15 docentes</b> | Descanso            | 6 (8%)    |
|                              | Segurança           | 5 (6,67%) |
|                              | Saúde               | 4 (5,33%) |
|                              | Tranquilidade       | 3 (4%)    |
|                              | Bem estar           | 3 (4%)    |
|                              | Velhice             | 3 (4%)    |

Fonte: dados do autor

Realizando um comparativo entre os cinco princípios (ou mais, quando houve empate) termos evocados pelos três grupos em conjunto, observa-se que nenhum dos grupos, de forma isolada, apresentam grande semelhança com o resultado da somatória geral.

O Primeiro Grupo, que é o que apresenta maior semelhança com o quadro geral, apresenta uma evocação, “Aproveitar a vida”, que não consta na tabela geral, enquanto concentra todas as sete evocações do termo “Novas oportunidades” e quatro das sete evocações do termo “Tempo livre”.

Já o Segundo Grupo, que apresentou o maior número de empates, o que resultou na apresentação de treze palavras ao invés de cinco, conta com oito palavras que não apareceram no geral (também em decorrência do número de empates) e possui nove das dezesseis evocações de “Descanso”.

Por fim, o Terceiro Grupo conta com seis evocações, duas não aparecendo na tabela geral, “Tranquilidade” e “Bem estar”, enquanto possui seis das dezesseis evocações de “Descanso”, cinco das oito evocações de “Segurança” e quatro das sete de “Saúde”.

Analisando as principais evocações entre os grupos, nota-se semelhanças, mas percebe-se que são majoritariamente diferentes, considerando que nenhuma evocação apareceu, de forma concomitante, como as cinco principais nos três grupos.

Isso posto, apesar de que visualizar a frequência das evocações seja útil para adquirir uma noção geral, apenas identificar tais conteúdos não é o suficiente para a teoria das representações sociais (Abric, 2000).

Dessa maneira, a análise prototípica mostra-se uma das análises mais utilizadas para compreensão da representação social, haja vista que viabiliza a visualização de suas estruturas, uma vez que parte do princípio de que os elementos mais importantes são mais facilmente lembrados, ou seja, são padrões/prototípicos (Wachelke; Wolter, 2011).

Para se entender e interpretar a análise prototípica, é preciso compreender os seguintes fundamentos: 1) é dividida em quatro quadrantes (Elementos Centrais; 1ª Periferia; Elementos de Contraste; e 2ª Periferia); 2) a Ordem Média de Evocação (OME) representa a ordem com que o termo foi evocado, logo, quanto mais baixa, mais importante foi o termo para quem evocou, já que as evocações foram enumeradas de forma hierárquica conforme o nível de importância da mais importante, um, a menos importante, cinco, por cada sujeito; 3) o primeiro quadrante, superior esquerdo, encontram-se os Elementos Centrais, com alta frequência e OME mais baixa; 4) o segundo quadrante, superior direito, indica a 1ª Periferia e lista os termos que foram frequentemente citados, porém com OME mais alta; 5) o terceiro quadrante, inferior esquerdo, encontram-se os Elementos de Contraste, termos que foram evocados com pouca frequência, porém, foram considerados importantes por quem evocou, resultando em uma OME baixa; e, por fim, 6) o quarto quadrante, inferior direito, sendo a 2ª Periferia, com os termos evocados poucas vezes e com OME mais alta, em outros termos, são evocações que não apresentaram tanta importância após a organização hierárquica.

Na tabela a seguir, é apresentada a análise prototípica referente às evocações dos 45 docentes, correspondente aos três grupos, respeitando o limite de inclusão já delimitado neste capítulo:

Tabela 3 – Análise prototípica das representações sociais dos três grupos referente ao termo indutor “Aposentadoria”.

| PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 45 DOCENTES |            |      |                               |            |      |
|-------------------------------------------------------------------|------------|------|-------------------------------|------------|------|
| Elementos Centrais                                                | Frequência | OME  | 1ª Periferia                  | Frequência | OME  |
| Descanso                                                          | 16         | 2.9  | Viajar                        | 10         | 4.2  |
| Tempo com a família                                               | 8          | 3    | Tempo livre                   | 7          | 3.14 |
| Segurança                                                         | 8          | 1.75 | Velhice                       | 7          | 4    |
| Novas oportunidades                                               | 7          | 2.71 | Saúde                         | 7          | 3.29 |
| Liberdade                                                         | 5          | 2.6  |                               |            |      |
| Longe                                                             | 5          | 2.6  |                               |            |      |
| Elementos de Contraste                                            | Frequência | OME  | 2ª Periferia                  | Frequência | OME  |
| Direito                                                           | 3          | 1.67 | Difícil                       | 4          | 3.5  |
| Fim de um trabalho                                                | 3          | 2.33 | Tranquilidade                 | 4          | 4.25 |
| Garantia                                                          | 3          | 2    | Inatividade                   | 3          | 3.67 |
| Preocupação                                                       | 3          | 2    | Aproveitar a vida             | 3          | 3.67 |
| Incerteza                                                         | 3          | 2.67 | Estabilidade financeira       | 3          | 3.67 |
| Lazer                                                             | 3          | 3    | Tempo livre                   | 3          | 3.67 |
| Bem estar                                                         | 3          | 2.67 | Trabalho voluntário           | 2          | 3.5  |
| Plano de saúde                                                    | 2          | 3    | Medo                          | 2          | 4    |
| Praia                                                             | 2          | 2.5  | Férias                        | 2          | 5    |
| Salário                                                           | 2          | 3    | Satisfação por dever cumprido | 2          | 4    |
| Paz                                                               | 2          | 2    | Renda                         | 2          | 4    |
| Trabalho                                                          | 2          | 2    |                               |            |      |

Fonte: dados do autor

Interessante notar que os termos “Viajar” (2º quadrante), “Tempo livre” (2º quadrante), “Velhice” (2º quadrante) e “Saúde” (2º quadrante), apesar de estarem entre as evocações mais frequentes, não constam como Elementos Centrais, enquanto “Liberdade” e “Longe”, que sequer constam como as principais evocações, encontram-se no Primeiro Quadrante.

Tal ocorrência é possível, pois, como explica Abric (2000), o fato de um termo configurar como um dos mais evocados não necessariamente indica que seja um Elemento Central, pois, sua presença maciça (quantitativa) não define a sua centralidade, mas o que define tal característica é o fato que ele dá significado à representação (qualitativa).

Interessante, também, notar que no 2º quadrante, que consiste na 1ª Periferia, os termos constantes remetem tanto a ações que os sujeitos buscam realizar, como

também remetem a preocupações, como a chegada da velhice e quais condições de saúde serão enfrentadas, configurando, tais preocupações na periferia, discrepâncias quanto aos termos localizados no núcleo.

A seguir serão apresentadas as tabelas que compreendem as análises prototípicas de cada um dos grupos em apartado, seguindo a ordem numérica dos grupos, começando pelo 1º Grupo:

Tabela 4 – Análise prototípica das representações sociais do 1º Grupo referente ao termo indutor “Aposentadoria”.

(continua)

| <b>PRIMEIRO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES</b> |                   |            |                                      |                   |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------|--------------------------------------|-------------------|------------|
| <b>Elementos Centrais</b>                                                                 | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> | <b>1ª Periferia</b>                  | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> |
| Novas oportunidades                                                                       | 7                 | 2.71       | Viajar                               | 4                 | 4.5        |
| Tempo livre                                                                               | 4                 | 3          | Aproveitar a vida                    | 3                 | 3.67       |
| Plano de saúde                                                                            | 2                 | 3          | Tempo com a família                  | 3                 | 3.33       |
| Inatividade                                                                               | 2                 | 2.5        | Férias                               | 2                 | 5          |
| Liberdade                                                                                 | 2                 | 2.5        |                                      |                   |            |
| Saúde                                                                                     | 2                 | 3          |                                      |                   |            |
| <b>Elementos de Contraste</b>                                                             | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> | <b>2ª Periferia</b>                  | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> |
| Academia                                                                                  | 1                 | 2          | Praia                                | 1                 | 4          |
| Volta para a cidade natal                                                                 | 1                 | 1          | Velhice                              | 1                 | 5          |
| São Lourenço                                                                              | 1                 | 2          | Meditação                            | 1                 | 4          |
| Trabalho voluntário                                                                       | 1                 | 3          | Fase alegre                          | 1                 | 5          |
| Direito                                                                                   | 1                 | 1          | Envelhecer                           | 1                 | 5          |
| Saudades do trabalho                                                                      | 1                 | 2          | Colheita                             | 1                 | 4          |
| Fase triste                                                                               | 1                 | 3          | Medo                                 | 1                 | 4          |
| Doméstico                                                                                 | 1                 | 3          | Espera que a renda seja o suficiente | 1                 | 5          |
| Descanso                                                                                  | 1                 | 1          | Perspectivas                         | 1                 | 4          |
| Injustiça                                                                                 | 1                 | 1          | Trabalho diletante                   | 1                 | 4          |
| Quero muito                                                                               | 1                 | 2          | Estresse                             | 1                 | 4          |
| Ansiedade                                                                                 | 1                 | 3          | Cansaço                              | 1                 | 5          |
| Período sem estar vinculado ao trabalho                                                   | 1                 | 1          | Mérito                               | 1                 | 4          |
| Estabilidade financeira                                                                   | 1                 | 2          | Saudades                             | 1                 | 5          |
| Indefinição                                                                               | 1                 | 3          | Mudança de vida                      | 1                 | 4          |
| Serenidade                                                                                | 1                 | 1          |                                      |                   |            |
| Estar mais presente                                                                       | 1                 | 2          |                                      |                   |            |
| Viver                                                                                     | 1                 | 3          |                                      |                   |            |
| Longe                                                                                     | 1                 | 1          |                                      |                   |            |

Tabela 4 – Análise prototípica das representações sociais do 1º Grupo referente ao termo indutor “Aposentadoria”.

(conclusão)

| PRIMEIRO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES |            |     |              |            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|--------------|------------|-----|
| Elementos de Contraste                                                             | Frequência | OME | 2ª Periferia | Frequência | OME |
| Precarização                                                                       | 1          | 3   |              |            |     |
| Salário                                                                            | 1          | 1   |              |            |     |
| Segurança                                                                          | 1          | 2   |              |            |     |
| Tempo para si                                                                      | 1          | 1   |              |            |     |
| Satisfação por dever cumprido                                                      | 1          | 3   |              |            |     |
| Fim de um trabalho                                                                 | 1          | 1   |              |            |     |
| Nova fase                                                                          | 1          | 1   |              |            |     |
| Cerâmica                                                                           | 1          | 2   |              |            |     |
| Continuidade dos estudos                                                           | 1          | 3   |              |            |     |

Fonte: dados do autor

A seguir, será apresentada a tabela referente à análise prototípica do 2º Grupo de docentes que na presente pesquisa figuram como sujeitos, seguindo cumprindo com a apresentação das análises dos três grupos:

Tabela 5 – Análise prototípica das representações sociais do 2º Grupo referente ao termo indutor “Aposentadoria”.

(continua)

| SEGUNDO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES |            |      |              |            |      |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|------|--------------|------------|------|
| Elementos Centrais                                                                | Frequência | OME  | 1ª Periferia | Frequência | OME  |
| Descanso                                                                          | 9          | 2.11 | Viajar       | 4          | 4    |
| Tempo com a família                                                               | 3          | 2.67 | Velhice      | 3          | 3.33 |
| Longe                                                                             | 2          | 3    | Difícil      | 2          | 3.5  |
| Liberdade                                                                         | 2          | 3    | Tempo        | 2          | 4.5  |
| Fim de um trabalho                                                                | 2          | 3    |              |            |      |
| Paz                                                                               | 2          | 2    |              |            |      |
| Segurança                                                                         | 2          | 1.5  |              |            |      |
| Incerteza                                                                         | 2          | 3    |              |            |      |
| Lazer                                                                             | 2          | 2.5  |              |            |      |

| SEGUNDO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES |            |     |                 |            |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|-----------------|------------|-----|
| Elementos de Contraste                                                            | Frequência | OME | 2ª Periferia    | Frequência | OME |
| Maceió                                                                            | 1          | 2   | Projeto de vida | 1          | 5   |
| Garantia                                                                          | 1          | 1   | Inatividade     | 1          | 5   |
| Instabilidade                                                                     | 1          | 2   | Dormir          | 1          | 4   |

Tabela 5 – Análise prototípica das representações sociais do 2º Grupo referente ao termo indutor “Aposentadoria”.

(conclusão)

| SEGUNDO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES |            |     |                               |            |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|-------------------------------|------------|-----|
| Elementos de Contraste                                                            | Frequência | OME | 2ª Periferia                  | Frequência | OME |
| Incertezas                                                                        | 1          | 3   | Final de semana               | 1          | 5   |
| Remuneração                                                                       | 1          | 2   | Estabilidade financeira       | 1          | 4   |
| Compensação                                                                       | 1          | 3   | Tempo de vida                 | 1          | 5   |
| Curtir a vida                                                                     | 1          | 3   | Medo                          | 1          | 4   |
| Dignidade                                                                         | 1          | 1   | Trabalho voluntário           | 1          | 4   |
| Tranquilidade                                                                     | 1          | 3   | Satisfação por dever cumprido | 1          | 5   |
| Expectativa                                                                       | 1          | 2   | Cuidar dos netos              | 1          | 4   |
| Renda                                                                             | 1          | 3   | Talvez                        | 1          | 5   |
| Preocupação                                                                       | 1          | 1   | Risco                         | 1          | 4   |
| Direito                                                                           | 1          | 1   | Novidade                      | 1          | 5   |
| Processo                                                                          | 1          | 2   | Saúde                         | 1          | 5   |
| Imprevisível                                                                      | 1          | 3   | Planejamento                  | 1          | 4   |
| Praia                                                                             | 1          | 1   | Remédio                       | 1          | 5   |
| Diversão                                                                          | 1          | 3   |                               |            |     |
| Parar de trabalhar                                                                | 1          | 1   |                               |            |     |
| Tempo livre                                                                       | 1          | 2   |                               |            |     |
| Outras atividades                                                                 | 1          | 3   |                               |            |     |
| Vida saudável                                                                     | 1          | 2   |                               |            |     |
| Ócio                                                                              | 1          | 3   |                               |            |     |

Fonte: dados do autor

Por fim, a seguir encontra-se a tabela referente à análise prototípica do 3º Grupo composto pelos sujeitos deste estudo, organizados em decorrência da legislação que estão submetidos:

Tabela 6 – Análise prototípica das representações sociais do 3º Grupo referente ao termo indutor “Aposentadoria”.

(continua)

| TERCEIRO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES |            |     |               |            |      |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|---------------|------------|------|
| Elementos Centrais                                                                 | Frequência | OME | 1ª Periferia  | Frequência | OME  |
| Descanso                                                                           | 6          | 2.5 | Tranquilidade | 3          | 4.67 |
| Segurança                                                                          | 5          | 1.8 | Velhice       | 3          | 4.33 |
| Saúde                                                                              | 4          | 3   | Difícil       | 2          | 3.5  |

Tabela 6 – Análise prototípica das representações sociais do 3º Grupo referente ao termo indutor “Aposentadoria”.

(conclusão)

| TERCEIRO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES |            |      |                             |            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------|------|-----------------------------|------------|-----|
| Elementos Centrais                                                                 | Frequência | OME  | 1ª Periferia                | Frequência | OME |
| Bem estar                                                                          | 3          | 2.67 | Tempo livre                 | 2          | 4   |
| Preocupação                                                                        | 2          | 2.5  | Viajar                      | 2          | 4   |
| Tempo com a família                                                                | 2          | 3    |                             |            |     |
| Trabalho                                                                           | 2          | 2    |                             |            |     |
| Longe                                                                              | 2          | 3    |                             |            |     |
| Garantia                                                                           | 2          | 2.5  |                             |            |     |
| Elementos de Contraste                                                             | Frequência | OME  | 2ª Periferia                | Frequência | OME |
| Sossego                                                                            | 1          | 3    | Salário                     | 1          | 5   |
| Futuro                                                                             | 1          | 2    | Redução                     | 1          | 5   |
| Rendimento                                                                         | 1          | 3    | Reforma                     | 1          | 4   |
| Nem penso sobre isso                                                               | 1          | 1    | Lei Geral das Universidades | 1          | 5   |
| Longo prazo                                                                        | 1          | 3    | Folga                       | 1          | 4   |
| Interrupção                                                                        | 1          | 1    | Poderia ser agora           | 1          | 4   |
| Retirada                                                                           | 1          | 3    | Aporte financeiro           | 1          | 4   |
| Desinformação                                                                      | 1          | 1    | Esperança                   | 1          | 5   |
| Previdência complementar                                                           | 1          | 1    | Benefício                   | 1          | 5   |
| Complementariedade                                                                 | 1          | 2    | Lazer                       | 1          | 4   |
| Retrocesso                                                                         | 1          | 1    | Estabilidade financeira     | 1          | 5   |
| Incerteza                                                                          | 1          | 2    | Vida                        | 1          | 4   |
| Longo prazo                                                                        | 1          | 1    | Mudança                     | 1          | 5   |
| Recompensa                                                                         | 1          | 1    | Renda                       | 1          | 5   |
| Liberdade                                                                          | 1          | 2    |                             |            |     |
| Não penso                                                                          | 1          | 1    |                             |            |     |
| Fim de carreira                                                                    | 1          | 2    |                             |            |     |
| Tempo de qualidade                                                                 | 1          | 3    |                             |            |     |
| Direito                                                                            | 1          | 3    |                             |            |     |
| Dinheiro                                                                           | 1          | 2    |                             |            |     |
| Sonho                                                                              | 1          | 3    |                             |            |     |

Fonte: dados do autor

Utilizando como parâmetro a tabela 3, tabela geral, onde foi realizada a análise prototípica dos três grupos em conjunto, é possível notar certas diferenças entre os grupos. Considerando a tabela 3 em relação a tabela 4, análise prototípica do 1º Grupo, nota-se que apenas o termo “Novas oportunidades” consta em ambas como Elemento central. Em relação à tabela 5, nota-se a presença de todos os

Elementos Centrais presentes na tabela geral, com exceção do termo “Novas oportunidades”. Por fim, referente a tabela 6, apenas os termos “Novas oportunidades” e “Liberdade” não estão presentes em ambos os Primeiros Quadrantes. Nesse sentido, nota-se que apenas para o Primeiro Grupo a aposentadoria é vista como uma possibilidade para novas oportunidades.

Analisando os termos entre os grupos, verifica-se que o primeiro Elemento Central para o Primeiro e Segundo grupo é “Descanso”, com 2.11 e 2.5 de OME respectivamente, enquanto para o Primeiro Grupo o principal Elemento Central é “Novas oportunidades” e o termo “Descanso” consta como Elemento de Contrate, com OME baixo (o que demonstra importância) de 1. Quanto ao termo “Tempo com a família”, que se encontra no 1º Quadrante da tabela geral e para o Segundo e Terceiro grupo, enquanto para o Primeiro Grupo ele se localiza na 1ª Periferia.

Superado o fato de que o Primeiro grupo possui diferenças gritantes quanto aos Elementos Centrais em relação aos demais grupos, interessante notar que o Segundo e o Terceiro grupo possuem cinco termos diferentes dos nove que compõem os seus Elementos Centrais (os termos em comum são: “Descanso”, “Tempo com a família”, “Longe” e “Segurança”), o que também demonstra uma certa diferença entre as representações entre tais grupos.

Quanto aos Elementos Centrais, tem-se que não há nenhum termo que aparece de forma constante em comum para os três grupos. O termo “Viajar” é constantemente presente na 1ª Periferia dos três grupos, e da tabela geral, como primeiro termo, com exceção do Terceiro Grupo. Os termos “Velhice” e “Tempo livre” encontram-se na 1ª Periferia na tabela geral e para os grupos 2 e 3, enquanto para o Primeiro Grupo, “Tempo livre” classifica-se como Elemento Central e “Velhice” como 2ª Periferia.

Por fim, interessante verificar que para o Segundo e Terceiro Grupo, no 2º quadrante, 1ª Periferia, o termo “Difícil” aparece em contrate aos termos encontrados na 1ª Periferia, assim como dos Elementos Centrais, do Primeiro Grupo, mas coadunando com os Termos Centrais de seus próprios grupos, que também trazem termos de significado semelhante, como “Incerteza” e “Preocupação”, respectivamente. Nesse ponto, curiosa esta análise de que há esta conversa entre os núcleos e as periferias de forma distinta em cada um dos grupos, a depender da legislação que os atinge/regula.

Isso posto, imperioso destacar que se os sujeitos não tivessem sido separados/agrupados em decorrência da legislação aplicável a cada um deles após a reforma de 2019 e anteriores (Paraná, 1989), não seria possível verificar a grande discrepância existente, como entre os Elementos Centrais do Primeiro Grupo com a tabela geral, possuindo apenas dois elementos em comum dos seis constantes (“Novas oportunidades”, OME de 2.71 e “Liberdade”, OME 2.5), enquanto o Segundo Grupo possui cinco dos seis termos constantes na tabela geral e o Terceiro Grupo possui quatro dos seis termos da tabela geral. Quanto ao Primeiro Grupo, este possui apenas um termo dos Elementos Centrais em comum com o Segundo Grupo (“Liberdade”, com OME de 2.5 e 3, respectivamente), e um termo com o Terceiro Grupo (“Saúde”, ambos com OME de 3), enquanto o Segundo e o Terceiro grupo possuem em comum quatro dos nove termos que compõe seus respectivos Primeiros Quadrantes.

Dessa forma, Moscovici (1988) estabelece que a depender de como as relações são estabelecidas entre os membros de um grupo, as representações em circulação podem ser classificadas de três formas: 1) hegemônicas, que reflete a homogeneidade e estabilidade; 2) emancipadas, representam certo nível de autonomia; e 3) polêmicas, representam relações antagônicas, oposições ou lutas entre os grupos.

Isso posto, com base nos dados coletados, no que se refere ao termo indutor “Aposentadoria”, percebe-se que não há termo hegemônico dentre os grupos, enquanto os termos “Novas oportunidades”, “Tempo livre”, “Plano de saúde”, “Inatividade”, “Liberdade” e “Saúde” representam representações emancipadas, ao passo que se encontra o termo “Incerteza”, presente no Segundo Grupo com OME 3, como representações polêmicas. Assim, tem-se que a aposentadoria é vista, em geral pelos grupos, como um momento de novas possibilidades e mais tempo e liberdade, sendo a saúde uma preocupação, ao mesmo tempo que o Segundo Grupo vê incerteza nesta nova fase como elemento central, diferente dos demais grupos.

Logo, tem-se que em decorrência das diferenças legislativas, o que implica em regras diversas de aposentadoria, o que, por sua vez, resulta em tempo de serviço e remunerações diversas, resultam em diferentes representações sociais quanto a aposentadoria dos sujeitos (Paraná, 1989).

#### 4.1.2 Estrutura organizacional das Representações Sociais sobre Reforma da Previdência (Segundo termo indutor)

O segundo termo indutor foi “Reforma da Previdência”. No total foram evocadas 139 palavras distintas, sendo 111 palavras evocadas somente uma vez e 28 palavras foram evocadas duas ou mais vezes. Palavras mais evocadas:

Tabela 7 – Principais termos evocados pelos três grupos sobre o segundo termo indutor, “Reforma da Previdência”.

| Grupo                             | Termos evocados   | N          |
|-----------------------------------|-------------------|------------|
| <b>Todos os participantes: 45</b> | Prejudicial       | 16 (7,11%) |
|                                   | Insegurança       | 11 (5,33%) |
|                                   | Injustiça         | 10 (4,44%) |
|                                   | Perda de direitos | 8 (3,56%)  |
|                                   | Dificuldade       | 7 (3,11%)  |
|                                   | Necessária        | 7 (3,11%)  |

Fonte: dados do autor

Como pode ser analisado na Tabela 7, os termos mais evocados, respectivamente, foram: “Prejudicial”; “Insegurança”; “Injustiça”; “Perda de direitos”; “Dificuldade” e “Necessária”. Nota-se que as evocações “Dificuldade” e “Necessária” foram evocadas o mesmo número de vezes, razão pela qual ou invés de ter sido exposto as cinco principais palavras/termos, foram expostas seis.

Na tabela a seguir, serão elencadas as cinco (quando não houver empate) principais palavras/termos evocados por cada um dos grupos de forma separada em relação ao termo indutor abordado neste tópico:

Tabela 8 – Principais termos evocados por cada um dos três grupos sobre o segundo termo indutor, “Reforma da Previdência”.

(continua)

| Grupo                        | Termos evocados    | N          |
|------------------------------|--------------------|------------|
| <b>1º Grupo: 15 docentes</b> | Injustiça          | 5 (6,67%)  |
|                              | Prejudicial        | 4 (5,33%)  |
|                              | Perda de direitos  | 4 (5,33%)  |
|                              | Poucas informações | 3 (4%)     |
|                              | Desconhecimento    | 3 (4%)     |
|                              | Insegurança        | 3 (4%)     |
| <b>2º Grupo: 15 docentes</b> | Prejudicial        | 8 (10,67%) |
|                              | Insegurança        | 4 (6,67%)  |
|                              | Precarização       | 3 (4%)     |

Tabela 8 – Principais termos evocados por cada um dos três grupos sobre o segundo termo indutor, “Reforma da Previdência”.

(conclusão)

| Grupo                        | Termos evocados           | N         |
|------------------------------|---------------------------|-----------|
| <b>2º Grupo: 15 docentes</b> | Dificuldade               | 3 (4%)    |
|                              | Injustiça                 | 2 (2,67%) |
|                              | Necessária                | 2 (2,67%) |
| <b>3º Grupo: 15 docentes</b> | Prejudicial               | 4 (5,33%) |
|                              | Dificuldade               | 3 (4%)    |
|                              | Ocorrerão outras reformas | 2 (2,67%) |
|                              | Necessária                | 2 (2,67%) |
|                              | Importante                | 2 (2,67%) |
|                              | Injustiça                 | 2 (2,67%) |
|                              | Desconhecimento           | 2 (2,67%) |
|                              | Distante                  | 2 (2,67%) |
|                              | Perda de direitos         | 2 (2,67%) |
|                              | Política                  | 2 (2,67%) |

Fonte: dados do autor

Realizando um comparativo entre os cinco principais (ou mais, quando houve empate) termos evocados pelos três grupos em conjunto, observa-se que todos os grupos apresentam grande semelhança com o resultado da somatória geral.

O Primeiro Grupo, que conta com seis termos, é o que apresenta menor semelhança com o quadro geral, apresentando quatro das seis principais evocações, apenas não contando com “Dificuldade” e “Necessária”.

Já o Segundo Grupo, que conta com seis palavras, possui cinco das seis evocações que constam como principais na tabela geral, não contando apenas com “Perda de direitos”.

Por fim, o Terceiro Grupo, que apresentou o maior número de empates, contando com onze evocações, é o grupo com maior semelhança com a tabela geral, já que conta com todas as principais evocações gerais.

Logo, nota-se certa semelhança entre os grupos, considerando que três evocações (sendo: “Injustiça”; “Prejudicial”; e “Insegurança”) apareceram, de forma concomitante, entre as cinco principais nos três grupos.

Na tabela a seguir, é apresentada a análise prototípica referente as evocações dos 45 docentes, correspondente aos três grupos, respeitando o limite de inclusão já delimitado neste capítulo:

Tabela 9 – Análise prototípica das representações sociais dos três grupos referente ao termo indutor “Reforma da Previdência”.

| PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 45 DOCENTES |            |      |                                      |            |      |
|-------------------------------------------------------------------|------------|------|--------------------------------------|------------|------|
| Elementos Centrais                                                | Frequência | OME  | 1ª Periferia                         | Frequência | OME  |
| Prejudicial                                                       | 16         | 2.38 | Insegurança                          | 12         | 3.08 |
| Injustiça                                                         | 10         | 2    | Dificuldade                          | 7          | 3.71 |
| Perda de direitos                                                 | 8          | 2.38 | Desconhecimento                      | 5          | 3.6  |
| Necessária                                                        | 7          | 2.29 |                                      |            |      |
| Elementos de Contraste                                            | Frequência | OME  | 2ª Periferia                         | Frequência | OME  |
| Poucas informações                                                | 3          | 2.33 | Frustração                           | 4          | 3    |
| Instabilidade                                                     | 3          | 2.67 | Economia para o Estado               | 3          | 3.33 |
| Precarização                                                      | 3          | 2.67 | Ampliação de tempo de trabalho       | 3          | 3.67 |
| Adaptação                                                         | 2          | 5    | Ocorrerão outras reformas            | 3          | 4.67 |
| Obscuridade                                                       | 2          | 2    | Direitos                             | 2          | 3    |
| Concordo                                                          | 2          | 1.5  | Traição                              | 2          | 3    |
| Preocupação                                                       | 2          | 1    | Dificuldades no planejamento         | 2          | 4    |
| Política                                                          | 2          | 2    | Apressada                            | 2          | 3    |
|                                                                   |            |      | Redução de renda                     | 2          | 4    |
|                                                                   |            |      | Dúvidas quanto à previdência pública | 2          | 5    |
|                                                                   |            |      | Mudanças                             | 2          | 3.5  |
|                                                                   |            |      | Importante                           | 2          | 3.5  |
|                                                                   |            |      | Distante                             | 2          | 5    |

Fonte: dados do autor

Interessante notar que os termos “Dificuldade” (2º quadrante) e “Insegurança” (2º quadrante), apesar de estarem entre as evocações mais frequentes, não constam como Elementos Centrais, ao passo que não há outras evocações no 1º quadrante que não constavam como as mais frequentes.

Relevante é destacar que os termos da 1ª Periferia se mostram semelhantes, complementares em significado, aos termos existentes nos Elementos Centrais, não havendo uma aparição de novas representações na periferia, mas sim, reforços ao núcleo.

A seguir serão apresentadas as tabelas que compreendem as análises prototípicas de cada um dos grupos em apartado, seguindo a ordem numérica dos grupos, começando pelo 1º Grupo:

Tabela 10 – Análise prototípica das representações sociais do 1º Grupo referente ao termo indutor “Reforma da Previdência”.

(continua)

| <b>PRIMEIRO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES</b> |                   |            |                                |                   |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------|--------------------------------|-------------------|------------|
| <b>Elementos Centrais</b>                                                                 | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> | <b>1ª Periferia</b>            | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> |
| Injustiça                                                                                 | 5                 | 1.6        | Prejudicial                    | 4                 | 3.25       |
| Poucas informações                                                                        | 3                 | 2.33       | Perda de direitos              | 4                 | 3.25       |
| Insegurança                                                                               | 3                 | 2.33       | Desconhecimento                | 3                 | 4          |
| Economia para o Estado                                                                    | 2                 | 2.5        | Dificuldades no planejamento   | 2                 | 4          |
| Frustração                                                                                | 2                 | 3          | Necessária                     | 2                 | 4.5        |
| Traição                                                                                   | 2                 | 3          |                                |                   |            |
| Adaptação                                                                                 | 2                 | 2.5        |                                |                   |            |
| <b>Elementos de Contraste</b>                                                             | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> | <b>2ª Periferia</b>            | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> |
| Continuidade do trabalho                                                                  | 1                 | 1          | Maior dificuldade              | 1                 | 4          |
| Dificuldade                                                                               | 1                 | 2          | Maior idade                    | 1                 | 5          |
| Acredita poder se aposentar                                                               | 1                 | 3          | Possui informações             | 1                 | 4          |
| Não discussão                                                                             | 1                 | 1          | Sem preocupações               | 1                 | 5          |
| Legislação                                                                                | 1                 | 2          | Trabalhador                    | 1                 | 4          |
| Desrespeito                                                                               | 1                 | 1          | Direitos                       | 1                 | 5          |
| Isonomia com o INSS                                                                       | 1                 | 3          | Esmagadora                     | 1                 | 4          |
| Decepção                                                                                  | 1                 | 3          | Dolorosa                       | 1                 | 5          |
| Insatisfatória                                                                            | 1                 | 3          | Apressada                      | 1                 | 4          |
| Instabilidade                                                                             | 1                 | 1          | Penalização                    | 1                 | 5          |
| Temporalidade                                                                             | 1                 | 3          | Insanidade                     | 1                 | 5          |
| UEPG não esclareceu                                                                       | 1                 | 1          | Ampliação de tempo de trabalho | 1                 | 4          |
| Vazio                                                                                     | 1                 | 2          | Pensão                         | 1                 | 5          |
| Terceira vez que ocorre                                                                   | 1                 | 3          | Incoerente                     | 1                 | 5          |
| Desigualdade                                                                              | 1                 | 2          | Continuidade                   | 1                 | 5          |
| Desafios                                                                                  | 1                 | 3          |                                |                   |            |
| Falta de respeito                                                                         | 1                 | 2          |                                |                   |            |
| Descaso                                                                                   | 1                 | 3          |                                |                   |            |
| Estresse                                                                                  | 1                 | 3          |                                |                   |            |
| Idade                                                                                     | 1                 | 3          |                                |                   |            |
| Pesada                                                                                    | 1                 | 1          |                                |                   |            |

Tabela 10 – Análise prototípica das representações sociais do 1º Grupo referente ao termo indutor “Reforma da Previdência”.

(conclusão)

| PRIMEIRO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES |            |     |              |            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|--------------|------------|-----|
| Elementos de Contraste                                                             | Frequência | OME | 2ª Periferia | Frequência | OME |
| Contragosto                                                                        | 1          | 2   |              |            |     |
| Perda da liberdade                                                                 | 1          | 3   |              |            |     |
| Problema                                                                           | 1          | 2   |              |            |     |
| Pedágio                                                                            | 1          | 3   |              |            |     |
| Interrupção de projetos                                                            | 1          | 1   |              |            |     |

Fonte: dados do autor

A seguir, será apresentada a tabela referente à análise prototípica do 2º Grupo de docentes que na presente pesquisa figuram como sujeitos, seguindo cumprindo com a apresentação das análises dos três grupos:

Tabela 11 – Análise prototípica das representações sociais do 2º Grupo referente ao termo indutor “Reforma da Previdência”.

(continua)

| SEGUNDO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES |            |      |                                      |            |      |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|------|--------------------------------------|------------|------|
| Elementos Centrais                                                                | Frequência | OME  | 1ª Periferia                         | Frequência | OME  |
| Prejudicial                                                                       | 8          | 2.25 | Dificuldade                          | 3          | 4.33 |
| Insegurança                                                                       | 5          | 3    | Instabilidade                        | 2          | 3.5  |
| Precarização                                                                      | 3          | 2.67 | Ampliação do tempo de trabalho       | 2          | 3.5  |
| Injustiça                                                                         | 3          | 1.67 | Dúvidas quanto à previdência pública | 2          | 5    |
| Necessária                                                                        | 3          | 1.33 |                                      |            |      |
| Obscuridade                                                                       | 2          | 2    |                                      |            |      |
| Concordo                                                                          | 2          | 1.5  |                                      |            |      |
| Perda de direitos                                                                 | 2          | 2    |                                      |            |      |
| Elementos de Contraste                                                            | Frequência | OME  | 2ª Periferia                         | Frequência | OME  |
| Detestável                                                                        | 1          | 2    | Escravizante                         | 1          | 4    |
| Odiosa                                                                            | 1          | 3    | Nojenta                              | 1          | 5    |
| Restrição                                                                         | 1          | 1    | Drama                                | 1          | 5    |
| Limitação                                                                         | 1          | 2    | Bloqueio                             | 1          | 4    |
| Reorganização                                                                     | 1          | 3    | Surpresa                             | 1          | 5    |
| Indigna                                                                           | 1          | 2    | Desconfiança                         | 1          | 4    |
| Deprimente                                                                        | 1          | 3    | Redução de renda                     | 1          | 4    |
| Insegurança financeira                                                            | 1          | 3    | Retrocesso                           | 1          | 5    |

Tabela 11 – Análise prototípica das representações sociais do 2º Grupo referente ao termo indutor “Reforma da Previdência”.

(conclusão)

| SEGUNDO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES |            |     |                           |            |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|---------------------------|------------|-----|
| Elementos de Contraste                                                            | Frequência | OME | 2ª Periferia              | Frequência | OME |
| Interesse de uma minoria                                                          | 1          | 1   | Indignação                | 1          | 5   |
| Consequências para o futuro                                                       | 1          | 3   | Frustração                | 1          | 4   |
| Apressada                                                                         | 1          | 2   | Má recepção               | 1          | 5   |
| Dificuldade de se aposentar                                                       | 1          | 3   | Ocorrerão outras reformas | 1          | 4   |
| Dados                                                                             | 1          | 1   | Crise                     | 1          | 4   |
| Estatística                                                                       | 1          | 2   | Apreensão                 | 1          | 5   |
| Demora                                                                            | 1          | 3   | Mudança                   | 1          | 5   |
| Preocupação                                                                       | 1          | 1   | Complicado                | 1          | 5   |
| Incômodo                                                                          | 1          | 2   | Desequilíbrio             | 1          | 4   |
| Desentendimento                                                                   | 1          | 2   | Desigualdade              | 1          | 5   |
| Confusa                                                                           | 1          | 3   |                           |            |     |
| Desconsideração                                                                   | 1          | 3   |                           |            |     |

Fonte: dados do autor

Por fim, a seguir encontra-se a tabela referente à análise prototípica do 3º Grupo composto pelos sujeitos deste estudo, organizados em decorrência da legislação que estão submetidos:

Tabela 12 – Análise prototípica das representações sociais do 3º Grupo referente ao termo indutor “Reforma da Previdência”.

(continua)

| TERCEIRO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES |            |      |                              |            |      |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------|------|------------------------------|------------|------|
| Elementos Centrais                                                                 | Frequência | OME  | 1ª Periferia                 | Frequência | OME  |
| Prejudicial                                                                        | 4          | 1.75 | Insegurança                  | 4          | 3.75 |
| Necessária                                                                         | 2          | 1.5  | Dificuldade                  | 3          | 3.67 |
| Desconhecimento                                                                    | 2          | 3    | Ocorrerão outras reformas    | 2          | 5    |
| Perda de direitos                                                                  | 2          | 1    | Importante                   | 2          | 3.5  |
| Política                                                                           | 2          | 2    | Injustiça                    | 2          | 3.5  |
|                                                                                    |            |      | Distante                     | 2          | 5    |
| Elementos de Contraste                                                             | Frequência | OME  | 2ª Periferia                 | Frequência | OME  |
| Preocupação                                                                        | 1          | 1    | Dificuldade na aposentadoria | 1          | 4    |

Tabela 12 – Análise prototípica das representações sociais do 3º Grupo referente ao termo indutor “Reforma da Previdência”.

(conclusão)

| TERCEIRO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES |            |     |                                  |            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|----------------------------------|------------|-----|
| Elementos de Contraste                                                             | Frequência | OME | 2ª Periferia                     | Frequência | OME |
| Prevenir                                                                           | 1          | 1   | Imprescindível                   | 1          | 4   |
| Inevitável                                                                         | 1          | 3   | Atingir                          | 1          | 5   |
| Falta de reconhecimento                                                            | 1          | 1   | Busca por outras fontes de renda | 1          | 4   |
| Frustração                                                                         | 1          | 2   | Incapacidade funcional           | 1          | 4   |
| Educação financeira dos filhos                                                     | 1          | 3   | Curiosidade                      | 1          | 4   |
| Direitos                                                                           | 1          | 1   | Aflição                          | 1          | 5   |
| Equívoco                                                                           | 1          | 2   | Redução de renda                 | 1          | 4   |
| Envelhecimento                                                                     | 1          | 3   | Complementariedade               | 1          | 4   |
| Confuso                                                                            | 1          | 1   | Garantia                         | 1          | 4   |
| Burocrático                                                                        | 1          | 3   | Transição                        | 1          | 5   |
| Preocupada                                                                         | 1          | 1   | Ajuste financeiro                | 1          | 4   |
| Complexa                                                                           | 1          | 2   | Dinheiro                         | 1          | 5   |
| Discordância                                                                       | 1          | 2   | Novidade                         | 1          | 4   |
| Insatisfação                                                                       | 1          | 3   | Aposentadoria                    | 1          | 4   |
| Não faz a garantia esperada                                                        | 1          | 2   | Economia para o Estado           | 1          | 5   |
| Redução da remuneração                                                             | 1          | 3   | Desanimo                         | 1          | 5   |
| Arrocho                                                                            | 1          | 1   | Dívida                           | 1          | 4   |
| Insuficiência                                                                      | 1          | 2   | Pesadelo                         | 1          | 5   |
| Trabalho                                                                           | 1          | 3   |                                  |            |     |
| Expectativa de vida                                                                | 1          | 3   |                                  |            |     |
| Mudanças                                                                           | 1          | 2   |                                  |            |     |
| Mais anos de trabalho                                                              | 1          | 1   |                                  |            |     |
| Ajuste fiscal                                                                      | 1          | 2   |                                  |            |     |
| Contribuição                                                                       | 1          | 3   |                                  |            |     |
| Revolta                                                                            | 1          | 2   |                                  |            |     |
| Raiva                                                                              | 1          | 3   |                                  |            |     |
| Redução da remuneração                                                             | 1          | 1   |                                  |            |     |
| Tempo                                                                              | 1          | 3   |                                  |            |     |

Fonte: dados do autor

Utilizando como parâmetro a tabela 9, tabela geral, onde foi realizada a análise prototípica dos três grupos em conjunto, é possível notar semelhanças entre os grupos. Considerando a tabela 9 em relação a tabela 10, análise prototípica do 1º

Grupo, nota-se que apenas o termo “Injustiça” consta em ambas como Elemento Central. Em relação as tabelas 11, nota-se a presença de todos os Elementos Centrais presentes na tabela geral. Por fim, referente a tabela 12, das quatro evocações principais, apenas “Injustiça” não está presente em ambos os Primeiros Quadrantes. Nesse sentido, nota-se que apenas o Primeiro Grupo se distancia um pouco da tabela geral, mesmo possuindo semelhança.

Analisando os termos entre os grupos, verifica-se que o primeiro Elemento Central para o Segundo e para o Terceiro grupo é “Prejudicial”, com 2.25 e 1.75 de OME, respectivamente, enquanto para o Primeiro Grupo o principal Elemento Central é “Injustiça” e o termo “Prejudicial” consta como 1ª Periferia, com OME intermediário (o que não demonstra tanta importância) de 3.25, assim como os termos “Perda de direitos” e “Necessária”.

Superado o fato de que o Primeiro Grupo possui relevantes diferenças quanto aos Elementos Centrais em relação aos demais grupos, sendo, assim, o grupo divergente dos demais, uma vez que possui apenas um termo em comum neste quadrante com os outros grupos de forma concomitante, interessante notar que o Segundo e o Terceiro grupo possuem três termos em comum dos cinco principais que compõem os seus Elementos Centrais (os termos em comum são: “Prejudicial”, “Necessária” e “Perda de direitos”), o que também demonstra uma certa diferença entre as representações entre tais grupos se considerar o número total de termos presentes são oito e cinco, respectivamente, já que houve empates, entretanto, considerando o objetivo de cinco principais termos, verifica-se a semelhança entre os grupos.

Quanto a Elementos Centrais e 1ª Periferia, tem-se que não há nenhum termo que aparece de forma constante em comum para os três grupos. Entretanto, isto ocorre em decorrência do Primeiro Grupo, que é o que mais se distancia dos demais. Quanto ao Segundo e ao Terceiro grupo, os Elementos Centrais em comum são três, como já citado no parágrafo anterior (sendo eles: “Prejudicial”, “Necessária” e “Perda de direitos”), e na 1ª Periferia possuem o termo “Dificuldade” em comum, se aproximando ambos muito da tabela geral, enquanto o Primeiro Grupo não.

Válida também é a análise de que os Elementos Centrais e as 1ª Periferias, em todos os grupos quanto ao segundo termo indutor, agem de forma complementar, servindo a periferia como uma extensão, reforço, do núcleo das representações sociais, em que pese a suposta aparente contradição com o termo “Necessária” e

termos como “Injustiça”, “Prejudicial” e “Insegurança”, pois, há o entendimento quase que geral entre os sujeitos que apesar de tal reforma ser algo indesejado, ela se mostrava indispensável para viabilizar a manutenção do sistema previdenciário em decorrência da má gestão estatal.

Isso posto, imperioso destacar que se os sujeitos não tivessem sido separados/agrupados em decorrência da legislação aplicável a cada um deles após a reforma de 2019 e anteriores (Paraná, 1989), não seria possível verificar a discrepância existente (principalmente entre o Primeiro Grupo e os demais), como entre os Elementos Centrais do Primeiro Grupo com a tabela geral, possuindo apenas um elemento em comum dos quatro constantes (“Injustiça”, OME de 1.6), enquanto o Segundo Grupo possui quatro de quatro e o Terceiro Grupo possui três dos quatro termos. Quanto ao Primeiro Grupo, este possui dois termos dos Elementos Centrais em comum com o Segundo Grupo (“Injustiça”, com OME de 1.6 e 1.67, respectivamente, e “Insegurança”, OME 2.33 e 3), e nenhuma com o Terceiro Grupo, enquanto o Segundo e o Terceiro grupo possuem em comum três dos termos que compõem seus respectivos Primeiros Quadrantes (sendo eles: “Prejudicial”; “Necessária”; e “Perda de direitos”), que podem ser cinco termos em ambos os grupos, se contar os repetidos como um, ou oito termos para o Segundo Grupo, se os repetidos forem contados de forma independente, e cinco termos para o Terceiro Grupo.

Isso posto, com base nos dados coletados, no que se refere ao termo indutor “Reforma da Previdência”, percebe-se que não há termo hegemônico dentre os grupos, enquanto os termos “Injustiça”, “Prejudicial”, “Perda de direitos”, “Necessária”, “Inatividade”, “Liberdade” e “Saúde” representam representações emancipadas, também não havendo representações polêmicas. Assim, tem-se que a reforma da previdência é vista, em geral pelos grupos, como injusta e prejudicial, causadora de perda de direitos e geradora de preocupações quanto a saúde (psicológica e física) dos beneficiários, ao passo que também é vista como necessária na conjuntura atual do país.

Logo, tem-se que em decorrência das diferenças legislativas, o que implica em regras diversas de aposentadoria, o que, por sua vez, resulta em tempo de serviço e remunerações diversas, resulta em diferentes representações sociais quanto a aposentadoria dos sujeitos e os impactos da reforma da previdência em suas aposentadorias (consequentemente, o que significou a reforma da previdência de

2019), principalmente uma diferenciação entre o Primeiro Grupo dos demais, sendo que o Primeiro Grupo é o com as regras previdenciárias mais vantajosas e que mais se distancia dos outros dois grupos, que possuem regras com maior semelhança, assim como foi o grupo menos afetado pelas reformas (Paraná, 1989).

#### 4.1.3 Estrutura organizacional das Representações Sociais sobre Benefício previdenciário (Terceiro termo indutor)

O terceiro termo indutor foi “Benefício previdenciário”. No total foram evocadas 146 palavras distintas, sendo 117 palavras evocadas somente uma vez e 29 palavras foram evocadas duas ou mais vezes. Palavras mais evocadas:

Tabela 13 – Principais termos evocados pelos três grupos sobre o terceiro termo indutor, “Benefício previdenciário”.

| Grupo                             | Termos evocados | N          |
|-----------------------------------|-----------------|------------|
| <b>Todos os participantes: 45</b> | Necessário      | 13 (5,78%) |
|                                   | Direitos        | 9 (4%)     |
|                                   | Ruim            | 8 (3,56%)  |
|                                   | Injustiça       | 8 (3,56%)  |
|                                   | Segurança       | 8 (3,56%)  |

Fonte: dados do autor

Como pode ser analisado na Tabela 13, os termos mais evocados, respectivamente, foram: “Necessário”; “Direitos”; “Ruim”; “Injustiça”; e “Segurança”. Na tabela a seguir, serão elencadas as cinco (quando não houver empate) principais palavras/termos evocados por cada um dos grupos de forma separada em relação ao termo indutor abordado neste tópico:

Tabela 14 – Principais termos evocados por cada um dos três grupos sobre o terceiro termo indutor, “Benefício previdenciário”.

(continua)

| Grupo                        | Termos evocados | N         |
|------------------------------|-----------------|-----------|
| <b>1º Grupo: 15 docentes</b> | Necessário      | 4 (5,33%) |
|                              | Insuficiente    | 3 (4%)    |
|                              | Ruim            | 3 (4%)    |
|                              | Desconhecimento | 3 (4%)    |
|                              | Justo           | 3 (4%)    |
| <b>2º Grupo: 15 docentes</b> | Segurança       | 4 (5,33%) |

Tabela 14 – Principais termos evocados por cada um dos três grupos sobre o terceiro termo indutor, “Benefício previdenciário”.

(conclusão)

| Grupo                        | Termos evocados | N         |
|------------------------------|-----------------|-----------|
| <b>2º Grupo: 15 docentes</b> | Necessário      | 4 (5,33%) |
|                              | Injustiça       | 3 (4%)    |
|                              | Ruim            | 3 (4%)    |
|                              | Direitos        | 3 (4%)    |
| <b>3º Grupo: 15 docentes</b> | Necessário      | 5 (6,67%) |
|                              | Direitos        | 4 (5,33%) |
|                              | Injustiça       | 3 (4%)    |
|                              | Dificuldade     | 2 (2,67%) |
|                              | Ruim            | 2 (2,67%) |
|                              | Complementação  | 2 (2,67%) |
|                              | Segurança       | 2 (2,67%) |
|                              | Contribuição    | 2 (2,67%) |
|                              | Política        | 2 (2,67%) |

Fonte: dados do autor

Realizando um comparativo entre os cinco principais (ou mais, quando houve empate) termos evocados pelos três grupos em conjunto, observa-se que o Segundo e o Terceiro grupo apresentam grande semelhança com o resultado da somatória geral, enquanto o Primeiro Grupo apresenta uma leve semelhança, distanciando dos outros grupos novamente.

O Primeiro Grupo, que conta com cinco termos, é o que apresenta menor semelhança com o quadro geral, apresentando dois das cinco principais evocações, contando apenas com “Necessário” e “Ruim”.

Já o Segundo Grupo, que conta com cinco palavras, possui exatamente todas as evocações que constam como principais na tabela geral, representando a quadro geral com maior exatidão dentre os grupos.

Por fim, o Terceiro Grupo, que apresentou o maior número de empates, contando com nove evocações, também possui todas as cinco principais evocações do quadro geral.

Logo, nota-se de forma incontestável certa semelhança entre os grupos, principalmente entre o Segundo e o Terceiro grupo, considerando que três evocações (sendo: “Necessário”; e “Ruim”) apareceram, de forma concomitante, entre as cinco principais nos três grupos.

Na tabela a seguir, é apresentada a análise prototípica referente às evocações dos 45 docentes, correspondente aos três grupos, respeitando o limite de inclusão já delimitado neste capítulo:

Tabela 15 – Análise prototípica das representações sociais dos três grupos referente ao termo indutor “Benefício previdenciário”.

| PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 45 DOCENTES |            |      |                              |            |      |
|-------------------------------------------------------------------|------------|------|------------------------------|------------|------|
| Elementos Centrais                                                | Frequência | OME  | 1ª Periferia                 | Frequência | OME  |
| Necessário                                                        | 13         | 2.46 | Ruim                         | 8          | 3.25 |
| Direitos                                                          | 9          | 2.33 | Desconhecimento              | 4          | 3.75 |
| Injustiça                                                         | 8          | 2.38 |                              |            |      |
| Segurança                                                         | 8          | 2.5  |                              |            |      |
| Insuficiente                                                      | 6          | 2.17 |                              |            |      |
| Garantia                                                          | 5          | 2.4  |                              |            |      |
| Elementos de Contraste                                            | Frequência | OME  | 2ª Periferia                 | Frequência | OME  |
| Justo                                                             | 3          | 2    | Dificuldades no planejamento | 3          | 3    |
| Conquista                                                         | 3          | 2.67 | Meio de sobrevivência        | 3          | 3.67 |
| Auxílio                                                           | 2          | 2.5  | Valor                        | 3          | 3.33 |
| Importante                                                        | 2          | 1.5  | Aposentadoria                | 2          | 3.5  |
| Expectativa                                                       | 2          | 1    | Qualidade de vida            | 2          | 4.5  |
| Renda                                                             | 2          | 2.5  | Remuneração                  | 2          | 5    |
| Necessidade                                                       | 2          | 2.5  | Instabilidade                | 2          | 4    |
| Trabalho                                                          | 2          | 2.5  | Compensação                  | 2          | 5    |
| Retribuição                                                       | 2          | 1.5  | Prejudicial                  | 2          | 4    |
|                                                                   |            |      | Complementação               | 2          | 3    |
|                                                                   |            |      | Contribuição                 | 2          | 3.5  |
|                                                                   |            |      | Política                     | 2          | 3.5  |

Fonte: dados do autor

Interessante notar que o termo “Ruim” (2º quadrante), apesar de estar entre as evocações mais frequentes, não consta como Elemento Central, ao passo que há outras evocações no 1º quadrante que não constavam como as mais frequentes, como “Insuficiente” e “Garantia”.

Curiosa, também, é a análise de que quanto aos termos localizados no 2º quadrante, sendo eles “Ruim” e “Desconhecimento”, é possível perceber que há uma presunção de que o benefício previdenciário será aquém do esperado, apesar de não se ter, de fato, conhecimento sobre como ele é calculado e o que justificaria a sua

diminuição em comparação ao concedido aos seus antecessores, ao passo que há a conversa/complementação entre os termos do núcleo e da periferia, como pelos termos “Injustiça” e “Insuficiente”.

A seguir serão apresentadas as tabelas que compreendem as análises prototípicas de cada um dos grupos em apartado, seguindo a ordem numérica dos grupos, começando pelo 1º Grupo:

Tabela 16 – Análise prototípica das representações sociais do 1º Grupo referente ao termo indutor “Benefício previdenciário”.

(continua)

| <b>PRIMEIRO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES</b> |                   |            |                                                             |                   |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------|-------------------------------------------------------------|-------------------|------------|
| <b>Elementos Centrais</b>                                                                 | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> | <b>1ª Periferia</b>                                         | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> |
| Necessário                                                                                | 4                 | 2.75       | Ruim                                                        | 3                 | 3.33       |
| Insuficiente                                                                              | 3                 | 1.67       | Desconhecimento                                             | 3                 | 3.33       |
| Justo                                                                                     | 3                 | 2          | Garantia                                                    | 2                 | 2.35       |
| Valor                                                                                     | 2                 | 2          | Segurança                                                   | 2                 | 4          |
| Direitos                                                                                  | 2                 | 3          |                                                             |                   |            |
| Injustiça                                                                                 | 2                 | 3          |                                                             |                   |            |
| Conquista                                                                                 | 2                 | 2.5        |                                                             |                   |            |
| <b>Elementos de Contraste</b>                                                             | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> | <b>2ª Periferia</b>                                         | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> |
| Burocracia                                                                                | 1                 | 3          | Atenção                                                     | 1                 | 5          |
| Desinteressado                                                                            | 1                 | 1          | Não sei                                                     | 1                 | 4          |
| Despreocupação                                                                            | 1                 | 2          | Dificuldade                                                 | 1                 | 5          |
| Meio de sobrevivência                                                                     | 1                 | 1          | Continuidade                                                | 1                 | 4          |
| Aposentadoria                                                                             | 1                 | 3          | Auxílio                                                     | 1                 | 4          |
| Desrespeito                                                                               | 1                 | 2          | Qualidade de vida                                           | 1                 | 5          |
| Frustrante                                                                                | 1                 | 3          | Decepcionante                                               | 1                 | 4          |
| Necessária a mudança de lei para melhor para o trabalhador                                | 1                 | 1          | Desigualdade                                                | 1                 | 5          |
| Inconsistência                                                                            | 1                 | 2          | Renda condicionada a situação específicas                   | 1                 | 4          |
| Merecido                                                                                  | 1                 | 3          | Renda suficiente                                            | 1                 | 5          |
| Repagamento                                                                               | 1                 | 1          | Não sabe se acompanha a inflação                            | 1                 | 4          |
| Poupança para o futuro                                                                    | 1                 | 2          | Não sabe se acompanhará o vencimento dos que estão na ativa | 1                 | 5          |
| Renda futura                                                                              | 1                 | 3          | Boas expectativas                                           | 1                 | 5          |
| Acredita que será abaixo das expectativas                                                 | 1                 | 1          | Marco                                                       | 1                 | 4          |

Tabela 16 – Análise prototípica das representações sociais do 1º Grupo referente ao termo indutor “Benefício previdenciário”.

(conclusão)

| <b>PRIMEIRO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES</b> |                   |            |                                |                   |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------|--------------------------------|-------------------|------------|
| <b>Elementos de Contraste</b>                                                             | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> | <b>2ª Periferia</b>            | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> |
| Não sabe o valor                                                                          | 1                 | 3          | Ampliação                      | 1                 | 5          |
| Privilégio                                                                                | 1                 | 1          | Remuneração                    | 1                 | 5          |
| Suficiente                                                                                | 1                 | 2          | Algo acabado                   | 1                 | 5          |
| Reconhecimento                                                                            | 1                 | 2          | Cada vez mais crítico          | 1                 | 4          |
| Valorização                                                                               | 1                 | 3          | Adequado para o padrão de vida | 1                 | 4          |
| De acordo com a lei                                                                       | 1                 | 1          | Indecisão                      | 1                 | 5          |
| Integral                                                                                  | 1                 | 2          |                                |                   |            |
| Igualitário                                                                               | 1                 | 3          |                                |                   |            |
| Satisfação                                                                                | 1                 | 1          |                                |                   |            |
| Realização                                                                                | 1                 | 2          |                                |                   |            |
| Importante                                                                                | 1                 | 1          |                                |                   |            |
| Sem alterações                                                                            | 1                 | 2          |                                |                   |            |
| Incompletude                                                                              | 1                 | 3          |                                |                   |            |

Fonte: dados do autor

A seguir, será apresentada a tabela referente à análise prototípica do 2º Grupo de docentes que na presente pesquisa figuram como sujeitos, seguindo cumprindo com a apresentação das análises dos três grupos:

Tabela 17 – Análise prototípica das representações sociais do 2º Grupo referente ao termo indutor “Benefício previdenciário”.

(continua)

| <b>SEGUNDO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES</b> |                   |            |                       |                   |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------|-----------------------|-------------------|------------|
| <b>Elementos Centrais</b>                                                                | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> | <b>1ª Periferia</b>   | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> |
| Segurança                                                                                | 4                 | 2.25       | Instabilidade         | 2                 | 4          |
| Necessário                                                                               | 4                 | 2          | Compensação           | 2                 | 5          |
| Injustiça                                                                                | 3                 | 1          | Meio de sobrevivência | 2                 | 5          |
| Ruim                                                                                     | 3                 | 2.33       | Insuficiente          | 2                 | 3.5        |
| Direitos                                                                                 | 3                 | 1          |                       |                   |            |
| Garantia                                                                                 | 2                 | 2          |                       |                   |            |
| Expectativa                                                                              | 2                 | 1          |                       |                   |            |
| <b>Elementos de Contraste</b>                                                            | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> | <b>2ª Periferia</b>   | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> |
| Distopia                                                                                 | 1                 | 3          | Cruel                 | 1                 | 4          |
| Imprevisibilidade                                                                        | 1                 | 3          | Lamentável            | 1                 | 5          |
| Dever                                                                                    | 1                 | 2          | Incoerente            | 1                 | 4          |

Tabela 17 – Análise prototípica das representações sociais do 2º Grupo referente ao termo indutor “Benefício previdenciário”.

(conclusão)

| SEGUNDO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES |            |     |                               |            |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|-------------------------------|------------|-----|
| Elementos de Contraste                                                            | Frequência | OME | 2ª Periferia                  | Frequência | OME |
| Conquista                                                                         | 1          | 3   | Indigno                       | 1          | 5   |
| Dúvida                                                                            | 1          | 2   | Velhice                       | 1          | 4   |
| Dependente                                                                        | 1          | 2   | Dignidade                     | 1          | 5   |
| Auxílio                                                                           | 1          | 1   | Renda                         | 1          | 4   |
| Necessidade                                                                       | 1          | 3   | Morte                         | 1          | 4   |
| Objetivos das pessoas                                                             | 1          | 1   | Doença                        | 1          | 5   |
| Diminuiu                                                                          | 1          | 2   | Expectativa de sustento       | 1          | 4   |
| Prejudicial                                                                       | 1          | 3   | Deveria ser melhor comunicado | 1          | 4   |
| Deveria ser melhor gerenciado                                                     | 1          | 3   | Serem revistos periodicamente | 1          | 5   |
| Trabalho                                                                          | 1          | 1   | Estatística                   | 1          | 4   |
| Justificativas                                                                    | 1          | 2   | Recursos                      | 1          | 5   |
| Informações                                                                       | 1          | 3   | Conta corrente                | 1          | 4   |
| Poder de compra                                                                   | 1          | 1   | Estabilidade                  | 1          | 5   |
| Consumo                                                                           | 1          | 2   | Defesa                        | 1          | 4   |
| Planejamento                                                                      | 1          | 3   | Advogado                      | 1          | 5   |
| Necessidade complementação                                                        | 1          | 3   | Impreciso                     | 1          | 4   |
| Moroso                                                                            | 1          | 2   | Não é benefício               | 1          | 5   |
| Caro                                                                              | 1          | 3   | Qualidade de vida             | 1          | 4   |
| Retribuição                                                                       | 1          | 2   | Organização                   | 1          | 5   |
| Falta de segurança                                                                | 1          | 3   |                               |            |     |
| Organização do Estado                                                             | 1          | 3   |                               |            |     |

Fonte: dados do autor

Por fim, em seguida encontra-se a tabela referente à análise prototípica do 3º Grupo composto pelos sujeitos deste estudo, organizados em decorrência da legislação que estão submetidos:

Tabela 18 – Análise prototípica das representações sociais do 3º Grupo referente ao termo indutor “Benefício previdenciário”.

(continua)

| TERCEIRO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES |            |     |              |            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|--------------|------------|-----|
| Elementos Centrais                                                                 | Frequência | OME | 1ª Periferia | Frequência | OME |
| Necessário                                                                         | 5          | 2.6 | Injustiça    | 3          | 3   |
| Direitos                                                                           | 4          | 3   | Ruim         | 2          | 4.5 |
| Dificuldade                                                                        | 2          | 2   | Contribuição | 2          | 3.5 |

Tabela 18 – Análise prototípica das representações sociais do 3º Grupo referente ao termo indutor “Benefício previdenciário”.

(conclusão)

| <b>TERCEIRO GRUPO — PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ATIVOS E EFETIVOS DA UEPG: 15 DOCENTES</b> |                   |            |                                |                   |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------|--------------------------------|-------------------|------------|
| <b>Elementos Centrais</b>                                                                 | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> | <b>1ª Periferia</b>            | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> |
| Complementação                                                                            | 2                 | 3          | Política                       | 2                 | 3.5        |
| Segurança                                                                                 | 2                 | 1.5        |                                |                   |            |
| <b>Elementos de Contraste</b>                                                             | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> | <b>2ª Periferia</b>            | <b>Frequência</b> | <b>OME</b> |
| Salário baixo                                                                             | 1                 | 3          | Reforma                        | 1                 | 4          |
| Retribuição                                                                               | 1                 | 1          | Valor                          | 1                 | 4          |
| Necessidade                                                                               | 1                 | 2          | Desincentivo                   | 1                 | 4          |
| Adequado                                                                                  | 1                 | 3          | Aquém do esperado              | 1                 | 5          |
| Aumento de tempo de serviço                                                               | 1                 | 2          | Demanda                        | 1                 | 4          |
| Perspectiva de melhora                                                                    | 1                 | 3          | Abusivo                        | 1                 | 4          |
| Trabalho realizado                                                                        | 1                 | 1          | Burocrático                    | 1                 | 5          |
| INSS                                                                                      | 1                 | 2          | Esperado                       | 1                 | 4          |
| Desconto em folha                                                                         | 1                 | 3          | Pouca informação sobre o tema  | 1                 | 4          |
| Opção extra                                                                               | 1                 | 2          | Desconhecimento                | 1                 | 5          |
| Aguardado                                                                                 | 1                 | 2          | Aposentadoria                  | 1                 | 4          |
| Complexo                                                                                  | 1                 | 3          | Objetivo                       | 1                 | 5          |
| Relevância                                                                                | 1                 | 2          | Trabalho                       | 1                 | 4          |
| Garantia                                                                                  | 1                 | 1          | Média salarial                 | 1                 | 4          |
| Insuficiência                                                                             | 1                 | 1          | redução a longo prazo          | 1                 | 5          |
| Preocupação                                                                               | 1                 | 2          | Remuneração                    | 1                 | 5          |
| Renda                                                                                     | 1                 | 1          | Resultado de anos de dedicação | 1                 | 5          |
| Sustentabilidade                                                                          | 1                 | 2          | Suporte                        | 1                 | 5          |
| Desvalorização                                                                            | 1                 | 3          | Desigualdades                  | 1                 | 4          |
| Importante                                                                                | 1                 | 2          | Prejudicial                    | 1                 | 5          |
| Direito adquirido                                                                         | 1                 | 1          | Removido                       | 1                 | 5          |
| Deveria ser possível para todos                                                           | 1                 | 2          |                                |                   |            |
| Legislação                                                                                | 1                 | 3          |                                |                   |            |
| Insuficiente                                                                              | 1                 | 1          |                                |                   |            |
| Baixa qualidade de vida                                                                   | 1                 | 2          |                                |                   |            |
| Fim de carreira                                                                           | 1                 | 3          |                                |                   |            |
| Falta de reconhecimento do trabalho                                                       | 1                 | 1          |                                |                   |            |
| Merecimento                                                                               | 1                 | 1          |                                |                   |            |
| Prêmio                                                                                    | 1                 | 2          |                                |                   |            |
| Dano                                                                                      | 1                 | 3          |                                |                   |            |

Fonte: dados do autor

Utilizando como parâmetro a Tabela 15, tabela geral, onde foi realizada a análise prototípica dos três grupos em conjunto, é possível notar semelhanças entre os grupos. Considerando à Tabela 15 em relação a Tabela 16 (Primeiro Grupo), análise prototípica do 1º Grupo, nota-se que os termos “Necessário”, “Direitos”, “Injustiça” e “Insuficiente” constam em ambas como Elementos Centrais, não contando apenas com “Segurança” e “Garantia” das evocações, demonstrando grande semelhança com o grupo geral, diferente do que ocorreu com as tabelas das principais evocações.

Em relação às Tabelas 15 (geral) e 17 (Segundo Grupo), nota-se a presença de todos os Elementos Centrais presentes na tabela geral, com exceção de “Insuficiente” que passou a localizar-se na 1ª Periferia. Por fim, referente a tabela 18, das seis evocações principais, apenas três estão presentes em ambos os Primeiros Quadrantes, “Necessário”, “Direitos” e “Segurança”. Nesse sentido, nota-se que o Terceiro Grupo é o que mais se distancia da tabela geral.

Analisando os termos entre os grupos, verifica-se que o primeiro Elemento Central para o Primeiro e Terceiro grupo é “Necessário”, com 2.75 e 2.6 de OME respectivamente, enquanto para o Segundo Grupo o principal/primeiro Elemento Central é “Segurança”, o qual consta como 1ª Periferia para o Primeiro Grupo e Elemento Central para o Terceiro Grupo, e o termo “Necessário” consta como segundo Elemento Central, com OME baixo (o que demonstra importância) de 2.

Os grupos apresentam certa semelhança entre si no que se refere aos seus Elementos Centrais, entretanto, apenas duas evocações são constantes em todos os Primeiros Quadrantes, sendo elas “Necessário” e “Direitos”. Interessante também destacar que dentre os grupos, os que mais se distanciam são o Primeiro e o Terceiro, com apenas duas evocações constantes, “Necessário” e “Direito”. O Segundo e o Terceiro grupo possuem três termos em comum dos que compõem os seus Elementos Centrais (os termos em comum são: “Necessário”, “Direitos” e “Segurança”), assim como o Primeiro e o Segundo grupo também possuem três termos em comum (os quais são: “Necessário”; “Direito”; e “Injustiça”), não podendo ser ignorado o fato de que o Primeiro e o Segundo grupo possuem sete Elementos Centrais em decorrência dos empates, enquanto o Terceiro Grupo possui cinco.

Quanto aos Elementos Centrais e 1ª Periferia, tem-se que apesar de existirem apenas dois Elementos Centrais constantes (sendo eles: “Necessário”; e “Direitos”) e não haver nenhuma evocação constante na 1ª Periferia dos três grupos (apenas o

termo “Ruim” se repete entre o Primeiro e o Terceiro Grupo, não havendo semelhança do Segundo Grupo com nenhum outro), nota-se certa semelhança entre a tabela geral e os grupos. Entretanto, tal inexistência de termos em comum na 1ª Periferia e a baixa quantidade de termos constantes nos Elementos Centrais ocorre em decorrência do Segundo Grupo.

Por fim, quanto à inter-relação entre o núcleo e a periferia, nota-se que a análise dos grupos de forma individual, em separado, foi bem representada pela análise de todos os dados dos três grupos em conjunto, não havendo grandes discrepâncias entre os sujeitos de diferentes grupos.

Isso posto, a separação/agrupamento dos sujeitos em decorrência da legislação aplicável a cada um deles possibilitou verificar a semelhança entre os grupos, assim como a leve maior diferença entre o Primeiro e Terceiro Grupo e do Terceiro Grupo com a tabela geral, mas sem que haja uma grande diferenciação na representação dos grupos (Paraná, 1989).

Válida também é a realização da comparação entre os Elementos Centrais e 1ª Periferia de cada um dos grupos para verificar quais termos são exclusivos de cada um dos grupos. O Primeiro Grupo é o único a possuir os termos “Justo”, “Valor” e “Conquista” nos Elementos Centrais e o termo “Desconhecimento” na 1ª Periferia. Já o Segundo Grupo é o único a possuir o termo “Expectativa” nos Elementos Centrais e os termos “Instabilidade”, “Compensação” e “Meio de sobrevivência” na 1ª Periferia. Por fim, o Terceiro Grupo é o único a possuir o termo “Complementação” nos Elementos Centrais e o termo “Contribuição Política” na 1ª Periferia.

Isso posto, com base nos dados coletados, no que se refere ao termo indutor “Benefício previdenciário”, percebe-se que “Necessário” e “Direitos” e são representações hegemônicas dentre os grupos, enquanto os termos “Injustiça”, “Ruim” e “Segurança” representam representações emancipadas, enquanto “Justo” é uma representação polêmica. Assim, tem-se que o benefício previdenciário é visto de forma unânime entre os grupos como necessário e um direito, enquanto a questão de injustiça em decorrência das reformas e ainda tratar-se de um gerador de segurança é uma representação flutuante entre os sujeitos, ao mesmo passo que ser considerado justo é uma representação presente apenas no Primeiro Grupo e conflitante com a representação dos demais sujeitos, justamente em decorrência das consequências/reverberações legislativas.

Logo, tem-se que em decorrência das diferenças legislativas, o que implica em regras diversas de aposentadoria, o que, por sua vez, resulta em tempo de serviço e remunerações diversas, resulta em diferentes representações sociais quanto ao que o benefício previdenciário representa aos sujeitos, apesar de tais representações não serem tão distintas, havendo, entretanto, a presença de uma perspectiva diferente pelo Primeiro Grupo em decorrência das regras mais vantajosas que lhes são aplicadas (Paraná, 1989).

#### 4.2 REPRESENTAÇÃO SOCIAL APRESENTADA PELOS GRUPOS REFERENTE A APLICAÇÃO DA ENTREVISTA

Neste tópico, serão abordados/analizados os dados colhidos por intermédio das entrevistas, sendo tais dados divididos em categorias de análise que foram estabelecidas antes da confecção das perguntas da entrevista, categorias que foram transformadas em quesitos a serem indagados aos sujeitos. No total foram estabelecidas sete categorias.

Dentro de cada uma das categorias, que representam subtópicos neste tópico, serão analisados cada um dos três grupos de forma individual, considerando as diferentes possibilidades de aposentadorias dos sujeitos, assim como as diferenças do que cada um deles espera em decorrência dos impactos das legislações aplicáveis e a certa incerteza (sobre se sabem, ou não, as regras que regem as suas aposentadorias) que estas variedades de possibilidades geram em cada um dos docentes/contribuintes (Paraná, 1989).

De forma anterior à realização das análises divididas pelas categorias e pelos grupos, foi organizado um *corpus* que abrangeu todas as referidas subdivisões em categorias de análise com intuito de ser realizada uma análise preliminar por meio de nuvem de palavras.

No *corpus* geral, o qual compreendeu todos os dados advindos das entrevistas e que posteriormente foi sedimentado em diversos outros *corpus* para viabilizar a análise por categorias e grupos, existem três textos (cada texto representa um grupo), 377 segmentos de texto (ST), cada segmento corresponde a aproximadamente três linhas, existindo 13551 ocorrências, sendo 2023 formas diferentes (palavras diferentes) e 1052 palavras que apareceram apenas uma única vez (o que representa 52% das formas e 7,76% das ocorrências).

Isso posto, a seguir consta a ilustração da nuvem de palavras formada considerando todos os dados colhidos pelas entrevistas e que permitirá, em uma análise preliminar, verificar as principais palavras evocadas/proferidas pelos sujeitos entrevistados, desconsiderando, aqui, as subdivisões realizadas de grupos e categorias:

Figura 2 – Nuvem de palavras referente aos dados obtidos dos três grupos nas entrevistas.



Fonte: dados do autor

Percebe-se que a palavra mais significativa foi “aposentadoria”, o que é esperado considerando que o tema central da entrevista é a aposentadoria dos docentes universitários ativos e efetivos da UEPG, logo, desnecessárias são maiores justificativas sobre o aparecimento de tal evocação.

Outras palavras significativas, dentre outras que tiveram um pouco menos de incidências, foram “mudança”, “acreditar”, “afetar”, “reforma”, “renda”, “conhecimento”, “preparar”, “fonte”, “segurança”, “expectativa”, “financeiro” e “futuro”. Nota-se que das doze principais evocações, oito (“mudança”, “afetar”, “reforma”, “renda”, “conhecimento” e “preparar”, “fonte”, “financeiro”) guardam relação com as reformas ocorridas a partir de 2019 (Paraná, 1989). Não se ignora que a palavra “mudança” aborda tanto a mudança de vida advinda da aposentadoria, quanto a mudança legislativa efetuada.

Isso, pois, por serem recentes as alterações e novas alterações serem esperadas, considerando o histórico de reformas, tais mudanças ainda estão sendo digeridas e entrando no campo do conhecimento dos sujeitos, os quais não somente se preocupam, mas também sabem, em grande parte, de que forma e que foram afetados.

Logo, nas representações sociais dos entrevistados, ao menos nesta análise preliminar, percebe-se influências das reformas (Paraná, 2019) ocorridas a partir de 2019 e das alterações práticas (vivenciadas no presente, mais tempo de trabalho, e no futuro, expectativa de rendimentos menores) suportadas pelos docentes.

No que se refere às demais evocações, “acreditar”, “renda” e “futuro”, percebe-se que a função da aposentadoria na maioria dos casos é ser a fonte principal de renda, enquanto a aposentadoria também é vista como algo distante e que ainda não é sabido de forma exata como será e se será em melhores ou piores condições.

Isso posto, passa-se, desta forma, após a análise preliminar realizada por meio da nuvem de palavras, as análises dos dados segregados em categorias e de forma individual para cada grupo.

#### 4.2.1 Representações Sociais Primeira Categoria de Análise: o conhecimento dos integrantes do grupo sobre as regras previdenciárias que estão submetidos

Nesta primeira categoria, inviável foi a realização da análise CHD, considerando a extensão do corpus formado pelas respostas dos 45 sujeitos que compunham os três grupos de 15 docentes, não sendo o sistema capaz de gerar a análise pretendida.

Em sentido semelhante, a realização de análise de similitude, apesar de possível, não se mostrou adequada para a finalidade da análise desta categoria,

considerando que poucas eram as evocações relevantes e que comporiam a análise, já que as respostas sobre tal categoria foram pouco variadas.

Nesse sentido, foi realizada uma análise estatística das respostas de cada um dos grupos, para que seja possível constatar se os referidos grupos detêm o conhecimento quanto as regras previdenciárias que estão submetidos.

Quanto ao Primeiro Grupo, foram verificadas 62 ocorrências de palavras dentro do *corpus*, sendo 35 formas/palavras diferentes, enquanto 22 aparecem apenas uma vez (o que corresponde a 35,48% das palavras dentro do texto, ocorrências, e 62,86% das palavras distintas. Exemplos destas palavras que apareceram uma única vez: “Acreditar”; “Contratar”; e “Advogado”). Organizando os resultados, tem-se a Tabela 19:

Tabela 19 – Resultado da análise de similitude referente Primeira Categoria do Primeiro Grupo.

| <b>Resposta</b>                                                                   | <b>Número de sujeitos</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| <b>Possuem conhecimento das regras</b>                                            | 8                         |
| <b>Não possuem conhecimento das regras</b>                                        | 4                         |
| <b>Acreditam que possuem conhecimento das regras, apesar de não terem certeza</b> | 2                         |
| <b>Possuem parcial conhecimento das regras</b>                                    | 1                         |

Fonte: dados do autor

Isso posto, conforme a Tabela 19, dos sujeitos que compõem o Primeiro Grupo, oito responderam que têm conhecimento das regras (legislação) que regem a sua aposentadoria, quatro afirmaram não possuem conhecimento quanto às normas que regulam as suas aposentadorias, dois afirmaram que acreditam que sabem as regras, apesar de não terem certeza, e um afirmou que tem apenas parcial conhecimento.

No Segundo Grupo, foram verificadas 253 ocorrências de palavras dentro do *corpus*, sendo 123 formas/palavras diferentes, enquanto 80 aparecem apenas uma

vez (o que corresponde a 31,62% das palavras dentro do texto, ocorrências, e 65,04% das palavras distintas. Exemplos destas palavras que apareceram uma única vez: “Baixo”; “Preferir”; e “Base”). Organizando os resultados, tem-se a Tabela 20:

Tabela 20 – Resultado da análise de similitude referente Primeira Categoria do Segundo Grupo.

| <b>Resposta</b>                                                                   | <b>Número de sujeitos</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| <b>Possuem conhecimento das regras</b>                                            | 5                         |
| <b>Não possuem conhecimento das regras</b>                                        | 5                         |
| <b>Acreditam que conhecem as regras quase na totalidade</b>                       | 1                         |
| <b>Acreditam que possuem conhecimento superficial</b>                             | 3                         |
| <b>Acreditam que possuem conhecimento das regras, apesar de não terem certeza</b> | 1                         |

Fonte: dados do autor

Isso posto, conforme a Tabela 20, dos sujeitos que compõem o Segundo Grupo, cinco responderam que têm conhecimento das regras (legislação) que regem a sua aposentadoria, cinco afirmaram não possuírem conhecimento quanto às normas que regulam as suas aposentadorias, três afirmaram terem um conhecimento apenas superficial, um afirmou que acredita que sabe as regras, apesar de não terem certeza, e um afirmou que possui quase todo o conhecimento quanto às regras previdenciárias que lhe guardam pertinência, uma vez que não sabe a base de cálculo de forma exata.

Por fim, no Terceiro Grupo, foram verificadas 380 ocorrências de palavras dentro do *corpus*, sendo 156 formas/palavras diferentes, enquanto 97 aparecem apenas uma vez (o que corresponde a 25,53% das palavras dentro do texto, ocorrências, e 62,18% das palavras distintas. Exemplos destas palavras que apareceram uma única vez: “Lembrar”; “Cabeça”; e “Cálculo”). Organizando os resultados, tem-se a Tabela 21:

Tabela 21 – Resultado da análise de similitude referente Primeira Categoria do Terceiro Grupo.

| <b>Resposta</b>                                       | <b>Número de sujeitos</b> |
|-------------------------------------------------------|---------------------------|
| <b>Possuem conhecimento das regras</b>                | 3                         |
| <b>Não possuem conhecimento das regras</b>            | 9                         |
| <b>Acreditam que possuem conhecimento superficial</b> | 2                         |
| <b>Possui conhecimento, mas não se recorda</b>        | 1                         |

Fonte: dados do autor

Conforme a Tabela 21, dos que compõem o Terceiro Grupo, três responderam que têm conhecimento das regras (legislação) que regem a sua aposentadoria, nove afirmaram não possuírem conhecimento quanto às normas, dois afirmaram terem um conhecimento apenas superficial, e um afirmou que possui o conhecimento, pois se preocupa com a sua aposentadoria, mas não se recorda para falar sobre (para fins de análise, será considerado que este sujeito afirmou que sabe sobre as regras de sua aposentadoria, o que totaliza quatro respostas neste sentido).

Considerando o exposto, nota-se que o Primeiro Grupo é o que mais conta com sujeitos que conhecem as regras previdenciários que regem as suas aposentadorias, oito dos entrevistados, enquanto o Segundo Grupo conta com cinco e o Terceiro grupo é o que possui menos docentes que sabem as regras que estão submetidos, sendo apenas quatro que afirmaram conhecer.

Neste mesmo sentido, o número de docentes que afirmam não ter conhecimento das leis que regulam as regras de como será a sua aposentadoria dos referidos grupos, em ordem crescente, quatro, cinco e nove, respectivamente, ou seja, apresentaram um crescimento quase que equivalente à diminuição do número de sujeitos que afirmaram que tinham ciência das normas que lhes são aplicadas.

Justificando tais resultados, os segmentos de texto mais representativos de cada um dos grupos, considerando as justificativas de seus integrantes em suas respostas foram:

Tenho conhecimento (Docente 2, 1º Grupo).

Não tenho conhecimento, sei que será baixo e prefiro deixar para me decepcionar depois (Docente 1, 2º Grupo).

Não tenho conhecimento tão específico, pois as leis mudam e só se tem o direito adquirido quando o Estado decide que sim. Acredito que, quando chegar minha aposentadoria, as regras terão mudado novamente (Docente 15, 2º Grupo).

Não tenho conhecimento, pois este tema para mim é muito novo. Não era algo que eu imaginava pensando, pois é algo que ocorrerá a longo prazo, então nunca me interessei de fato em saber os caminhos e os detalhes (Docente 5, 3º Grupo).

Não tenho conhecimento sobre isso, pois me considero jovem e isso não é uma preocupação tão emergencial para mim. Imagino que essa preocupação vá aparecer com o tempo. Estou no começo da carreira e sou jovem (Docente 9, 3º Grupo).

Dessa forma, entende-se o Primeiro Grupo, por ser composto por docentes que ingressaram há mais tempo, até 31/12/2003, detém o maior número de conhecedores das regras, já que a aposentadoria é uma realidade mais próxima e palpável para os seus integrantes, ao passo que para os classificados no Segundo Grupo, a aposentadoria é algo que apesar de não estar tão longe, ainda não é uma realidade iminente e em decorrência das mudanças de leis, certo desestímulo em conhecer se instaurou, já que é sabido que cada vez as possibilidades serão piores, então deixar para tomar ciência posteriormente causa menos sofrimento, já que nada poderá ser feito. Por fim, para o Terceiro grupo, por ser composto de docentes que ingressaram após 04/12/2019, os seus integrantes são majoritariamente mais jovens, ou seja, veem a aposentadoria como um futuro distante e remoto, não dando atenção, importância e não dedicando muito tempo para pensar sobre isso.

**4.2.2 Representações Sociais Segunda Categoria de Análise: o conhecimento se as regras que estão submetidos sofreram alterações decorrentes da reforma da previdência ou não**

Nesta segunda categoria, assim como na primeira, inviável foi a realização da análise CHD, considerando a extensão do corpus formado pelas respostas dos 45 sujeitos que compunham os três grupos de 15 docentes, não sendo o sistema capaz de gerar a análise pretendida.

Em sentido semelhante, a realização de análise de similitude, apesar de possível, não se mostrou adequada para a finalidade da análise desta categoria, considerando que poucas eram as evocações relevantes e que comporiam a análise, já que as respostas sobre tal categoria foram pouco variadas.

Nesse sentido, foi realizada uma análise estatística das respostas de cada um dos grupos, para que seja possível constatar se os referidos grupos detêm o conhecimento quanto às regras previdenciárias a que estão submetidos.

Quanto ao Primeiro Grupo, foram verificadas 243 ocorrências de palavras dentro do *corpus*, sendo 100 formas/palavras diferentes, enquanto 65 aparecem apenas uma vez (o que corresponde a 26,75% das palavras dentro do texto, ocorrências, e 65% das palavras distintas. Exemplos destas palavras que apareceram uma única vez: “Apenas”; “Vantagem”; e “Entrar”). Organizando os resultados, tem-se a Tabela 22:

Tabela 22 – Resultado da análise de similitude referente Segunda Categoria do Primeiro Grupo.

| <b>Resposta</b>                                                                                                 | <b>Número de sujeitos</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| <b>Possuem conhecimento de que a reforma os afetou</b>                                                          | 10                        |
| <b>Não possuem conhecimento se a reforma os afetou</b>                                                          | 1                         |
| <b>Não possuem completo conhecimento se a reforma os afetou, mas possuem certo entendimento sobre o assunto</b> | 4                         |

Fonte: dados do autor

Isso posto, conforme a Tabela 22, dos sujeitos que compõem o Primeiro Grupo, dez responderam que têm conhecimento se a reforma afetou, ou não, a sua aposentadoria, quatro afirmaram não possuírem conhecimento de forma exata, mas possuem certo entendimento e um afirmou que não tem conhecimento se a sua aposentadoria foi afetada ou não pela reforma.

No Segundo Grupo, foram verificadas 351 ocorrências de palavras dentro do *corpus*, sendo 148 formas/palavras diferentes, enquanto 90 aparecem apenas uma vez (o que corresponde a 25,64% das palavras dentro do texto, ocorrências, e 60,81% das palavras distintas. Exemplos destas palavras que apareceram uma única vez: “Baixo”; “Deixar”; e “Decepcionar”). Organizando os resultados, tem-se a Tabela 23:

Tabela 23 – Resultado da análise de similitude referente Segunda Categoria do Segundo Grupo.

| <b>Resposta</b>                                                                                                 | <b>Número de sujeitos</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| <b>Possuem conhecimento de que a reforma os afetou</b>                                                          | 11                        |
| <b>Não possuem conhecimento se a reforma os afetou</b>                                                          | 3                         |
| <b>Não possuem completo conhecimento se a reforma os afetou, mas possuem certo entendimento sobre o assunto</b> | 1                         |

Fonte: dados do autor

Isso posto, conforme a Tabela 23, dos sujeitos que compõem o Segundo Grupo, onze responderam que têm conhecimento se a reforma afetou, ou não, a sua aposentadoria, um afirmou não possuir conhecimento de forma exata, mas possuem certo entendimento e três afirmaram que não têm conhecimento se a sua aposentadoria foi afetada ou não pela reforma.

Por fim, no Terceiro Grupo, foram verificadas 410 ocorrências de palavras dentro do *corpus*, sendo 163 formas/palavras diferentes, enquanto 109 aparecem apenas uma vez (o que corresponde a 25,59% das palavras dentro do texto, ocorrências, e 66,87% das palavras distintas. Exemplos destas palavras que apareceram uma única vez: “Relação”; “Pegar”; e “Federal”). Organizando os resultados, tem-se a Tabela 24:

Tabela 24 – Resultado da análise de similitude referente Segunda Categoria do Terceiro Grupo.

| <b>Resposta</b>                                        | <b>Número de sujeitos</b> |
|--------------------------------------------------------|---------------------------|
| <b>Possuem conhecimento de que a reforma os afetou</b> | 9                         |
| <b>Não possuem conhecimento se a reforma os afetou</b> | 1                         |
| <b>Possuem parcial conhecimento das regras</b>         | 5                         |

Fonte: dados do autor

Isso posto, conforme a Tabela 24, dos sujeitos que compõem o Terceiro Grupo, nove responderam que tem conhecimento se a reforma afetou, ou não, a sua aposentadoria, cinco afirmaram não possuírem conhecimento de forma exata, mas possuem certo entendimento e um afirmou que não têm conhecimento se a sua aposentadoria foi afetada ou não pela reforma.

Considerando o exposto, nota-se que o Segundo Grupo é o que mais conta com sujeitos tem conhecimento se as regras que regem a sua aposentadoria foram, ou não, afetadas pela reforma da previdência de 2019 (Paraná, 2019), seguido do Primeiro Grupo e, por último, o Terceiro Grupo.

Diferente do que ocorreu na primeira categoria, onde a diferença era grande entre o número de sujeitos de cada grupo que têm o conhecimento sobre o indagado e os que não tinham, nesta categoria a diferença é pequena, de apenas um sujeito entre os grupos.

Neste mesmo sentido, o número de docentes que afirmam não ter conhecimento se as regras que regem a sua aposentadoria foram, ou não, afetadas pela reforma da previdência foram cinco do Terceiro Grupo, quatro do Primeiro Grupo e um do Segundo Grupo.

Infere-se que tais resultados se apresentam em decorrência das justificativas representadas pelos segmentos de texto mais representativos de cada um dos grupos, que foram:

Tenho conhecimento, no meu caso, estendeu o tempo de trabalho em 3 anos para ter direito a me aposentar de forma integral (Docente 9, 1º Grupo).

Não tenho conhecimento exato, sei que afetaram, pois sei que poderia me aposentar em 2025, entretanto, com a reforma, essa data mudou, mas não sei para quando (Docente 10, 1º Grupo).

Tenho conhecimento de que afetaram. Usei a calculadora, fiz o cálculo dos pontos e, inclusive, me aposentaria com 55 anos, mas agora será mais tarde e com um valor inferior (Docente 4, 2º Grupo).

Não tenho conhecimento. Preciso fazer uma nova consulta, não tenho certeza se afetaram ou não. Acredito que sim, mas não sei a dimensão do impacto (Docente 13, 2º Grupo).

Não tenho conhecimento exato. Tenho informação de que a reforma afetou minha aposentadoria, mas não sei dizer exatamente de que forma (Docente 9, 3º Grupo).

Tenho conhecimento que afetaram, pois quando ingressei já estava no novo regime, e entendo que a principal novidade é que irei receber com o teto do RGPS/INSS (Docente 10, 3º Grupo).

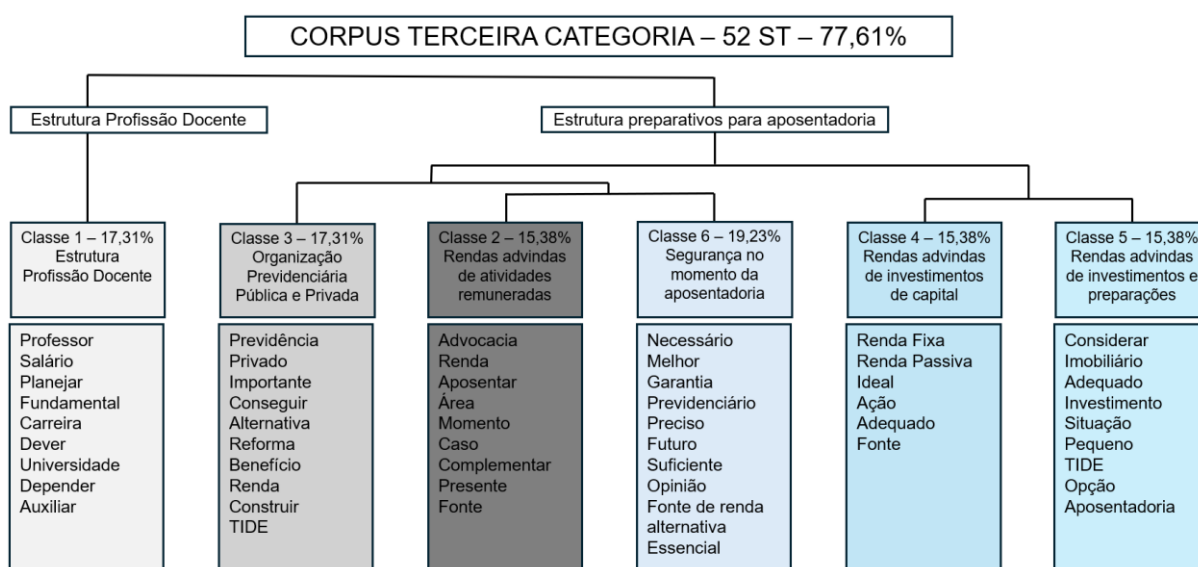
Dessa forma, entende-se que o Segundo Grupo tem por certo que houve alterações, mesmo que não saibam de forma exata o que foi, e quando sabem, confirmam tal situação de que foram atingidos. Quanto ao Primeiro Grupo, estes informam que sabem que foram atingidos, mas reconhecem que de forma mais branda em comparação aos seus colegas que se enquadram em outras regras, conseqüentemente, outros grupos. Por fim, o Terceiro Grupo também tem ciência de que foram afetados, até porque, alguns ingressaram após as alterações, então sequer tinham expectativas de usufruírem dos regimes anteriores, entretanto, não é localizado grande preocupação em saber o que alterou, já que os impactos disso serão em um futuro distante.

**4.2.3 Representações Sociais Terceira Categoria de Análise:** se possuem ou estão construindo fontes de renda alternativas além do benefício que receberão após a aposentadoria ou não

Realizada as análises das categorias anteriores por meio da análise estatística, nesta categoria, será realizada a primeira análise por meio da Classificação Hierárquica Descendente, o que será feito nas demais cinco categorias, uma vez que a análise CHD apresenta-se como uma das análises mais importantes e utilizadas.

Como é sabido, participaram desta pesquisa 45 docentes ativos e efetivos da UEPG, sendo separado para o *corpus* analisado neste tópico, apenas as respostas pertinentes à terceira categoria, o que resultou em 67 segmentos de texto, 2519 ocorrências, 688 formas e 422 formas que apareceram apenas uma vez (representando 61,34% das formas e 16,75% das ocorrências. Exemplos destas palavras que apareceram uma única vez: “Prevenir”; “Preparar”; e “RDB”). Após a realização da análise CHD, foram aproveitados 67 segmentos, correspondendo a 77,61%, estando acima dos 70% de aproveitamento, sendo, assim, considerada relevante a presente análise.

Figura 3 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente da Terceira Categoria para os docentes ativos e efetivos da UEPG.



Fonte: dados do autor

Na Figura 3, é possível verificar a divisão do *corpus* em dois *subcorpus*, os quais são subdivididos em classes, totalizando seis classes. Um *subcorpus* conta com uma classe e outro conta com cinco classes.

A partir da análise CHD, serão abordados cada um dos *subcorpus* e suas classes, assim como os segmentos de textos mais significativos que integram cada uma das classes. Os segmentos utilizados serão os três mais significativos, ou seja, não necessariamente os com maior *score*, mas tal pontuação será considerada.

O Primeiro *subcorpus* foi denominado “Estrutura Profissão Docente” e contém apenas a classe 1, a qual foi denominada “Estrutura Profissão Docente”, contendo

nove segmentos de texto, o que corresponde a 17,31% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado.

A referida classe é composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Professor ( $x^2 = 20,70$ ); Salário ( $x^2 = 15,21$ ); Planejar ( $x^2 = 15,21$ ); Carreira ( $x^2 = 15,21$ ); Universidade ( $x^2 = 5,41$ ); e Auxiliar ( $x^2 = 5,41$ ). As evocações que predominaram foram do Primeiro Grupo, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Tenho outra aposentadoria pelo RGPS e um escritório de advocacia ao qual pretendo retornar quando me aposentar da faculdade. Além disso, possuo alguns imóveis que poderei alugar ou vender e uma previdência privada, pensando em a utilizar para pagar o plano de saúde. Entendo que é muito importante possuir uma fonte de renda alternativa e acredito que essa deveria ser uma indicação da própria universidade ou do sindicato. Sinto que planejei mal minha carreira dentro da universidade por falta de apoio e que a Pró Reitoria deveria ter um projeto para auxiliar os professores a se planejarem financeiramente (Docente 5, Grupo 1).

Não me garantiria integralmente, mas esses dois imóveis podem me auxiliar na aposentadoria. Talvez também exerça alguma atividade em perícia ou no direito. Pensando no sistema atual, entendo que é fundamental ter uma fonte alternativa de renda, mas isso deve ser planejado desde o início da carreira. Para mim, a opção mais adequada seria investir em imóveis (Docente 7, Grupo 1).

Sou TIDE, então não possuo fonte de renda alternativa, mas me preocupo com minha aposentadoria, por isso tenho investimentos. Invisto em ações, bolsa de valores e no mercado financeiro, sempre pensando no longo prazo, para garantir uma aposentadoria mais segura. Essas rendas alternativas também me possibilitarão avaliar, quando chegar o momento de me aposentar, se valerá a pena continuar trabalhando para alcançar 100% ou se já será viável me aposentar. Dependendo da situação, até mesmo a exoneração pode ser uma opção. Acredito que ter uma fonte de renda alternativa é essencial, já que minha carreira é controlada por decisões políticas. Todos os professores deveriam buscar fontes de renda alternativas. As opções que considero mais adequadas são fundos imobiliários, investimentos no Tesouro Direto com juros semestrais e algumas ações que pagam dividendos mensais, além de proteção em ouro (Docente 13, Grupo 3).

O Segundo *subcorpus* foi denominado “Estrutura preparativos para aposentadoria” e contém cinco classes, sendo elas as classes: 3, “Organização Previdenciária Pública e Privada”; 2, “Rendas Advindas de atividades remuneradas”; 6, “Segurança no momento da aposentadoria”; 4, “Rendas advindas de investimentos de capital”; e 5, “Rendas advindas de investimentos e preparações”. As classes serão abordadas nesta ordem, considerando que estão dispostas de acordo com a relação que guardam entre elas.

A Classe 3, contendo nove segmentos de texto, o que corresponde a 17,31% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, é composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Previdência ( $x^2 = 26,43$ ); Privado ( $x^2 = 15,21$ ); Importante ( $x^2 = 15,21$ ); Alternativa ( $x^2 = 10,07$ ); Reforma ( $x^2 = 5,41$ ); Benefício ( $x^2 = 5,41$ ); e Renda ( $x^2 = 3,84$ ). As evocações que predominaram foram as do Segundo Grupo, sendo os seguintes segmentos de texto, abaixo destacados, os mais representativos desta classe de análise:

Somente a renda da aposentadoria não me deixa seguro, então procuro alternativas e penso em uma previdência privada. Pretendo construir patrimônio em imóveis para consolidar minha segurança financeira e, quem sabe, investir em previdência privada (Docente 4, Grupo 2).

Tenho renda da advocacia e pretendo intensificar minha atuação exatamente por conta da reforma que ocorreu e das que ainda ocorrerão. Não tenho TIDE exatamente porque busco outras fontes de renda para garantir meu sustento (Docente 3, Grupo 2).

Não terei outra fonte de renda além do benefício previdenciário, pois não consegui contribuir para uma previdência privada. Sendo assim, o benefício será minha única fonte de renda. Entendo que ter uma alternativa seria importante, pois, como não terei proventos integrais na aposentadoria, meu padrão de vida automaticamente diminuirá. Penso que poderia trabalhar com questões acadêmicas, iniciativas privadas, editoriais de revistas ou até voltar ao exercício profissional (Docente 9, Grupo 2).

A Classe 2, contendo oito segmentos de texto, o que corresponde a 15,38% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Advocacia ( $x^2 = 17,74$ ); Renda ( $x^2 = 10,21$ ); Aposentar ( $x^2 = 8,45$ ); Momento ( $x^2 = 6,43$ ); e Complementar ( $x^2 = 3,98$ ). Não houve grupo que predominou nesta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Antes de ingressar na UEPG, já atuava como advogado e continuo exercendo essa função. Inclusive, uma das razões que me impede de entrar no TIDE é que economicamente não seria vantajoso. Pretendo exercer a advocacia enquanto for possível, se tornando, assim, uma fonte de renda complementar. No momento, não penso em fontes de renda passivas. Minha opinião sobre ter uma fonte de renda alternativa é que, atualmente, isso se tornou uma necessidade. Para minha aposentadoria, considero a advocacia a fonte de renda mais adequada (Docente 9, Grupo 3).

Tenho um cargo comissionado, mas sei que meu rendimento cessará quando me aposentar. Não tenho fontes de renda alternativas, já que terei integralidade e paridade (Docente 4, Grupo 1).

Tenho expectativa de ter outra fonte de renda, atuando na área artística como ator ou diretor, pois sou ator e diretor profissional. No entanto, não espero

muita coisa dessa fonte. Não possuo renda passiva, pois venho de uma família humilde e tudo que consegui construir na vida utilizei para minha sobrevivência. Meu trabalho não me permitiu acumular dinheiro. Minha opinião sobre fontes de renda alternativas é que são extremamente importantes e, para a maioria dos brasileiros, necessárias. Na minha situação, considero que a aposentadoria da minha esposa será um complemento adequado para minha aposentadoria (Docente 14, Grupo 2).

A Classe 6, contendo dez segmentos de texto, o que corresponde a 19,23% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Necessário ( $x^2 = 18,93$ ); Melhor ( $x^2 = 13,15$ ); Garantir ( $x^2 = 11,39$ ); Previdenciário ( $x^2 = 4,61$ ); Futuro ( $x^2 = 4,61$ ); Suficiente ( $x^2 = 4,12$ ); e Fonte de Renda Alternativa ( $x^2 = 3,43$ ). Não houve grupo que predominou nesta classe de análise, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos destacados desta classe:

Não tenho renda ativa e minha renda passiva inclui imóveis, aplicações em poupança, Tesouro Direto e CDB ou CDI. No entanto, esses investimentos não são suficientes para me sustentar integralmente. Entendo que é importante ter rendas alternativas, pois, com as constantes mudanças na previdência, nunca se sabe o que pode acontecer. Mesmo tendo direitos adquiridos, é necessário lutar judicialmente para os garantir. Ainda não sei qual seria a melhor fonte de renda para mim (Docente 14, Grupo 1).

Possuo investimentos em bolsa de valores e renda fixa. Minha opinião é que isso é extremamente importante, pois não sabemos como serão as próximas reformas da previdência e se o sistema continuará sendo suficiente para pagar os benefícios. Acredito que a fonte adequada seria a junção de todas, pois é necessário pensar no longo prazo e diversificar para garantir uma margem de lucro suficiente para manter um bom padrão de vida. Sei onde investir (Docente 11, Grupo 3).

Não possuo nenhuma fonte de renda alternativa, mas buscarei uma, caso seja necessário. Poderia atuar tanto em atividades vinculadas ao ensino superior quanto em outras áreas, como jardinagem e cultivo de plantas e flores. Acredito que será necessário ter uma alternativa, mas pretendo pensar melhor nisso depois, se for preciso. Não possuo imóveis nem previdência privada, mas tenho uma modesta aplicação em ativos e mercado financeiro, que enxergo como minha previdência privada. Quando avaliei fazer uma previdência privada, percebi que não valeria a pena no meu caso (Docente 10, Grupo 2).

A Classe 4, contendo oito segmentos de texto, o que corresponde a 15,38% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Renda ativa ( $x^2 = 37,30$ ); Renda passiva ( $x^2 = 30,73$ ); Ideal ( $x^2 = 6,43$ ); e Ação ( $x^2 = 3,98$ ). As evocações que predominaram foram do Primeiro Grupo, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe de análise:

Não possuo fontes de renda passiva nem renda ativa e dependerei da minha aposentadoria integral. Em minha opinião, o ideal seria ter uma fonte de renda baseada em rendimentos. Considero que os investimentos mais adequados seriam em imóveis ou ativos financeiros, como ações, pois qualquer opção que permita viver de lucro de capital é a ideal (Docente 9, Grupo 1).

Possuo renda passiva por meio de investimentos em imóveis. Para mim, ter uma fonte de renda alternativa é essencial, considerando a instabilidade do país e fatores como a alta carga tributária. No meu caso, a estratégia mais adequada seria diversificar entre fontes de renda ativa e renda passiva (Docente 13, Grupo 1).

Não possuo nenhuma outra fonte de renda, nem renda ativa nem renda passiva, pois preciso entender o que posso e o que não posso fazer como funcionária pública. Minha opinião sobre ter uma alternativa é que é algo válido, pois o serviço público, apesar de não ser um trabalho tão pesado e não exigir todo o meu tempo, permite isso, desde que seja compatível. Também acho importante porque o salário de professor não recebe reajustes como deveria. A fonte adequada não sei dizer, pois não tenho conhecimento do que posso fazer como funcionária pública (Docente 5, Grupo 3).

A Classe 5, contendo oito segmentos de texto, o que corresponde a 15,38% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Considerar ( $x^2 = 32,54$ ); Imobiliário ( $x^2 = 30,42$ ); Adequado ( $x^2 = 19,69$ ); Investimento ( $x^2 = 13,49$ ); e TIDE ( $x^2 = 3,98$ ). As evocações que predominaram foram do Terceiro Grupo, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Não possuo fonte de renda alternativa e, atualmente, também não possuo imóveis. Minha opinião é que ter fontes de renda alternativas é importante para todos, se possível. Na minha situação, considero que o investimento em imóveis seria a opção mais adequada para minha aposentadoria, seja por meio de aluguel ou especulação imobiliária (Docente 12, Grupo 3).

Sou TIDE, então não possuo fonte de renda alternativa, mas me preocupo com minha aposentadoria, por isso tenho investimentos. Invisto em ações, bolsa de valores e no mercado financeiro, sempre pensando no longo prazo, para garantir uma aposentadoria mais segura. Essas rendas alternativas também me possibilitarão avaliar, quando chegar o momento de me aposentar, se valerá a pena continuar trabalhando para alcançar 100% ou se já será viável me aposentar. Dependendo da situação, até mesmo a exoneração pode ser uma opção. Acredito que ter uma fonte de renda alternativa é essencial, já que minha carreira é controlada por decisões políticas. Todos os professores deveriam buscar fontes de renda alternativas. As opções que considero mais adequadas são fundos imobiliários, investimentos no Tesouro Direto com juros semestrais e algumas ações que pagam dividendos mensais, além de proteção em ouro (Docente 13, Grupo 3).

Antes de ingressar na UEPG, já atuava como advogado e continuo exercendo essa função. Inclusive, uma das razões que me impede de entrar no TIDE é que economicamente não seria vantajoso. Pretendo exercer a advocacia

enquanto for possível, se tornando, assim, uma fonte de renda complementar. No momento, não penso em fontes de renda passivas. Minha opinião sobre ter uma fonte de renda alternativa é que, atualmente, isso se tornou uma necessidade. Para minha aposentadoria, considero a advocacia a fonte de renda mais adequada (Docente 9, Grupo 3).

Isso posto, chega-se o momento de dialogar tais resultados com a teoria das representações sociais. Considerando que a Classe 1 não apresenta evocações decisórias para a análise da presente categoria, já que apenas apresenta características dos sujeitos, tem-se que das cinco classes restantes, duas não há prevalência de nenhum grupo e três possuem prevalência de um grupo específico, sendo um de cada um dos três grupos que os sujeitos estão divididos. Nesse sentido, nota-se que há uma homogeneidade entre os grupos quanto à construção de fontes de renda alternativas além do benefício que receberão após a aposentadoria, ficando constatado que mesmo quando não estão construindo no momento, ou mesmo que tenham decidido não construir, entendem a sua importância e julgam ser a decisão mais correta considerando o cenário atual e o cenário que prospectam/esperam para o futuro.

Sob a ótica de Abric (2000), tem-se que os elementos constituintes do núcleo central das representações sobre a presente categoria, se os docentes possuem ou estão construindo fontes de renda alternativas além do benefício que receberão após a aposentadoria ou não, são semelhantes entre os grupos abordados, apesar das diferenças fáticas que irão encontrar na aposentadoria em decorrência das legislações respectivamente aplicáveis, apresentando os *subcorpus* a mesma representação, já que um apenas descreve os sujeitos, enquanto o outro conversa com a categoria de análise.

Abordando as funções das representações sociais estabelecidas por Abric (2000), nota-se que a função de saber e a função orientadora foram as que se destacaram. A função de saber se destaca considerando que ao longo de suas carreiras como professores e das alterações legislativas que vivenciaram, ou que tomaram conhecimento que ocorreram, utilizam-se de tal conhecimento para se preparar para o seu momento de aposentadoria, ou compreenderem que não se prepararam da forma que deveriam. Já a função orientadora, tem protagonismo no sentido que é sabido pelos docentes que a sua aposentadoria está sendo “desidratada” e que tende a igualar-se com o RGPS, o que lhes faz ter pré-concebido que se dependerem apenas da renda de seus futuros benefícios previdenciários, terão

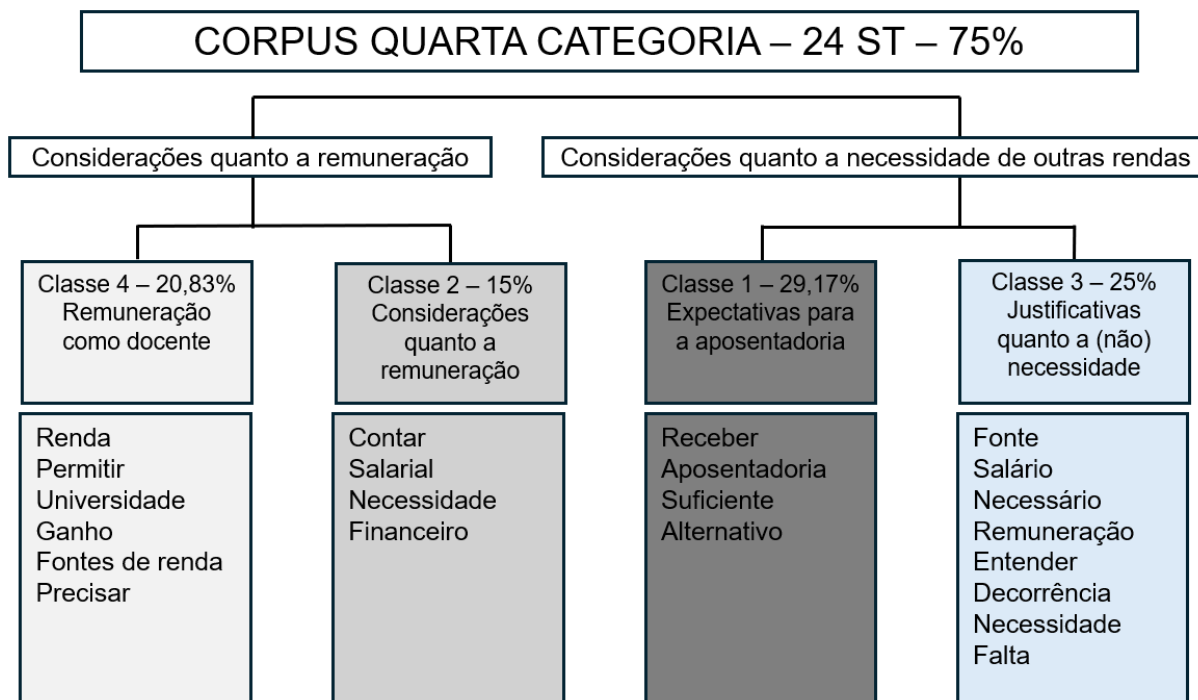
uma drástica diminuição da qualidade de vida e do poder de compra, o que desejam evitar, logo, buscam criar/desenvolver, ou idealizar de no futuro o fazer, fontes de renda alternativas.

Nesse sentido, pode-se inferir que os docentes tendem a desenvolver outras fontes de renda para o momento da aposentadoria para complementar o benefício previdenciário que receberão, e quando não o desenvolvem, o que ocorre tão frequentemente quanto o desenvolvimento, não o fazem não por acharem desnecessárias ou irrelevantes, mas sim, por não ter sido viável dentre as suas possibilidades.

4.2.4 Representações Sociais Quarta Categoria de Análise: se o trabalho como docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa é sua principal fonte de renda ou apenas complementar, não representando algo decisório para sua qualidade de vida ser mantida ou alterada caso sofra diminuição

Para esta análise, foi preparado um *corpus* contendo apenas as respostas pertinentes à quarta categoria de análise dos 45 sujeitos entrevistados, o que resultou em 32 segmentos de texto, 1113 ocorrências, 360 formas e 212 formas que apareceram apenas uma vez (representando 58,89% das formas e 19,02% das ocorrências. Exemplos destas palavras que apareceram uma única vez são: “Investimento”; “Impactar”; e “Negativamente”). Após a realização da análise CHD, foram aproveitados 24 segmentos, o que corresponde a 75%, estando, desta maneira, acima dos 70% de aproveitamento, sendo, assim, considerada relevante a presente análise.

Figura 4 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente da Quarta Categoria para os docentes ativos e efetivos da UEPG.



Fonte: dados do autor

Na Figura 4, é possível verificar a divisão do *corpus* em dois *subcorpus*, os quais são subdivididos em classes, totalizando quatro classes. Um *subcorpus* conta com duas classes e outro conta com outras duas classes.

A partir da análise CHD, serão abordados cada um dos *subcorpus* e suas classes, assim como os segmentos de texto mais significativos que integram cada uma das classes. Os segmentos utilizados serão os três mais significativos, ou seja, não necessariamente os com maior *score*, mas tal pontuação será considerada.

O Primeiro *subcorpus* foi denominado “Considerações quanto a remuneração”, o qual contém duas classes, a primeira é a classe 4, denominada “Remuneração como docente” e a segunda é a Classe 2, denominada “Considerações quanto a remuneração”.

A Classe 4 contém cinco segmentos de texto, o que corresponde a 20,83% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Renda ( $x^2 = 7,46$ ); Permitir ( $x^2 = 4,36$ ); Universidade ( $x^2 = 4,36$ ); Ganho ( $x^2 = 4,36$ ); Fonte de renda ( $x^2 = 4,36$ ); e Precisar ( $x^2 = 3,81$ ). Não houve predominância de nenhum grupo nas evocações desta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Desde o início, sempre considerei que precisaria de uma renda extra devido ao salário. Não acho que ganho pouco pelo que faço, mas considero insuficiente para garantir uma velhice tranquila (Docente 3, Grupo 1).

Minha remuneração atual está defasada, enquanto as demandas financeiras aumentam, como, por exemplo, ter filhos. No entanto, a renda da universidade me permitiu não precisar de rendas alternativas (Docente 4, Grupo 3).

Acredito que minha remuneração na universidade será suficiente para me manter. No entanto, tenho um filho com deficiência, o que significa que ele não terá uma perspectiva de renda própria (Docente 7, Grupo 1).

A Classe 2 contém seis segmentos de texto, o que corresponde a 25% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Contar ( $x^2 = 10,28$ ); Salarial ( $x^2 = 6,4$ ); Necessidade ( $x^2 = 4$ ); e Financeiro ( $x^2 = 3,17$ ). As evocações que predominaram foram do Primeiro Grupo, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Reconheço que precisaria de outras fontes de renda, mas simplesmente não tenho tempo. Estou há 12 anos enfrentando uma defasagem salarial de 40% (Docente 8, Grupo 1).

Minha necessidade não surgiu por conta da remuneração, pois sou bem remunerado, mas sim, ela surgiu por causa da instabilidade das regras da previdência (Docente 6, Grupo 2).

Me permitiu não ter outras fontes de renda. Fiz o doutorado com o objetivo de aumentar minha remuneração, já que me aposentarei com paridade e integralidade (Docente 4, Grupo 1).

O Segundo *subcorpus* foi denominado “Considerações quanto a necessidade de outras rendas” e contém duas classes, sendo elas a Classe 1, denominada “Expectativas para a aposentadoria”, e a Classe 3, denominada “Justificativas quanto a (não) necessidade”.

A Classe 1, contendo sete segmentos de texto, o que corresponde a 29,17% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Previdência ( $x^2 = 26,43$ ); Privado ( $x^2 = 15,21$ ); Importante ( $x^2 = 15,21$ ); Alternativa ( $x^2 = 10,07$ ); Reforma ( $x^2 = 5,41$ ); Benefício ( $x^2 = 5,41$ ); e Renda ( $x^2 = 3,84$ ). Não houve predominância de nenhum grupo nas evocações desta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe de análise:

Atualmente, meu salário é adequado e faz com que eu não precise de outras fontes de renda. Tanto que, hoje, não tenho nenhuma outra. No entanto, na aposentadoria, caso eu recebesse o mesmo que recebo hoje, também não precisaria. Entretanto, como sei que isso não acontecerá e as leis tendem a piorar, provavelmente vou precisar buscar uma alternativa (Docente 15, Grupo 2).

A necessidade surgiu da expectativa de queda nos valores que receberei na aposentadoria, pois espero que meu benefício seja bem menor do que o que recebo enquanto estou na ativa (Docente 12, Grupo 2).

A necessidade surgiu com certeza absoluta. Apesar de entender que recebo bem, não acredito que seja ou será o suficiente (Docente 14, Grupo 3).

A Classe 3, contendo seis segmentos de texto, o que corresponde a 25% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Fonte ( $\chi^2 = 10,28$ ); Salário ( $\chi^2 = 7,40$ ); Necessário ( $\chi^2 = 6,4$ ); Remuneração ( $\chi^2 = 4,53$ ); Necessidade ( $\chi^2 = 4$ ); e Falta ( $\chi^2 = 3,17$ ). Não houve grupo que predominou nesta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Não possuo outras fontes de renda, mas entendo que seriam necessárias, já que me aposentarei pagando pedágio e considerando todas as minhas contribuições (Docente 4, Grupo 2).

A necessidade surgiu em decorrência da perspectiva de redução dos valores obtidos (Docente 4, Grupo 3).

A falta de necessidade de outra fonte de renda veio da remuneração que recebo (Docente 14, Grupo 2).

Isso posto, chega-se o momento de dialogar tais resultados com a teoria das representações sociais. Tem-se que das quatro classes que compõem esta análise, as quais são subdivididas igualmente entre dois *subcorpus*, apenas a denominada Classe 2 houve a predominação de um grupo, sendo do Primeiro Grupo, enquanto as outras três não houve nenhuma predominância dos grupos em que os sujeitos foram subdivididos.

Nesse sentido, nota-se que há uma homogeneidade entre os grupos quanto a ideia de o trabalho como docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa ser sua principal fonte de renda ou dever ser algo complementar, não representando algo decisivo para sua qualidade de vida ser mantida ou alterada caso sofra diminuição e a representação social que disso decorre, ficando constatado que os docentes entendem por necessária a construção de fontes de renda alternativas, se

preocupando com a renda no momento da aposentadoria, mesmo que o salário como docente seja a sua única fonte de renda atualmente e que tenha permitido, neste momento, não necessitar de outras fontes, isso, pois, o que mais os preocupa é a defasagem salarial que enfrentam e as diminuições que esperam que vão ter no benefício em relação ao que recebem atualmente como vencimento.

Sob a ótica de Abric (2000), tem-se que os elementos constituintes do núcleo central das representações sobre a presente categoria, se o trabalho como docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa pode ser a sua principal fonte de renda ou deve ser transformada em algo complementar, não representando algo decisório para sua qualidade de vida ser mantida ou alterada caso sofra diminuição, são semelhantes entre os grupos, apesar das diferenças que irão encontrar na aposentadoria em decorrência das legislações aplicáveis, apresentando os *subcorpus* a mesma representação. A situação das diferentes realidades enfrentadas na aposentadoria em decorrência da mudança legislativa, e a possibilidade de novas, é algo que pode ser notado com facilidade nesta categoria (Paraná, 1989).

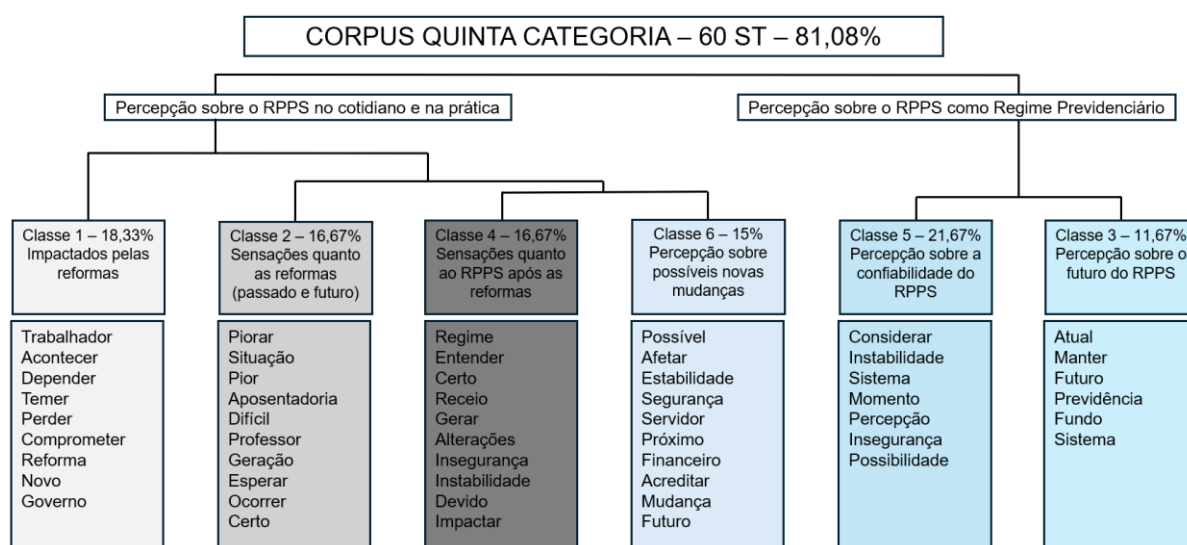
Abordando as funções das representações sociais estabelecidas por Abric (2000), nota-se que a função de saber e a função orientadora se destacam, da mesma forma que foi constatado na Terceira Categoria. Em síntese, a função de saber se destaca considerando que ao longo de suas carreiras e das alterações legislativas que vivenciaram, ou que tomaram conhecimento que ocorreram, logo, entendem que apenas a aposentadoria pode não ser o suficiente, já a função orientadora tem protagonismo no sentido que é sabido pelos docentes que a sua aposentadoria está menos vantajosa, tanto em tempo para a adquirir quanto do valor que perceberão, do que a das gerações anteriores, logo, a possibilidade de precisarem a complementar.

Nesse sentido, pode-se inferir que, apesar da atividade como docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa ser a principal fonte de renda na maioria dos casos, os docentes tendem a desenvolver outras fontes de renda para o momento da aposentadoria para complementar o benefício previdenciário que receberão, fazendo com que a aposentadoria advinda do RPPS não seja mais a protagonista em suas finanças, e quando não desenvolvem outras fontes, o que ocorre tão frequentemente quanto o desenvolvimento, não o fazem não por achar que seriam desnecessárias ou irrelevantes, mas sim, por não ter sido viável dentre as suas possibilidades.

4.2.5 Representações Sociais Quinta Categoria de Análise: qual é a percepção dos professores sobre o RPPS, se acreditam que ele oferece segurança e estabilidade para o futuro ou que as mudanças nas regras, como as reformas previdenciárias, podem prejudicar seus direitos

Aqui, foi preparado um *corpus* com apenas as respostas pertinentes à quinta categoria dos 45 entrevistados, o que resultou em 74 segmentos de texto, 2631 ocorrências, 668 formas e 406 formas que apareceram apenas uma vez (representando 60,78% das formas e 15,43% das ocorrências. Exemplos destas palavras: “Data”; “Ingresso”; e “Proporcionar”). Após a realização da análise CHD, foram aproveitados 60 segmentos, correspondendo a 81,08%, estando acima dos 70% de aproveitamento, sendo, assim, considerada relevante a presente análise.

Figura 5 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente da Quinta Categoria para os docentes ativos e efetivos da UEPG.



Fonte: dados do autor

Na Figura 5, é possível verificar a divisão do *corpus* em dois *subcorpus*, os quais são subdivididos em classes, totalizando seis classes. Um *subcorpus* conta com quatro classes e outro conta com duas classes.

A partir da análise CHD, serão abordados cada um dos *subcorpus* e suas classes, assim como os segmentos de textos mais significativos que integram cada uma das classes. Os segmentos utilizados serão os três mais significativos, ou seja, não necessariamente os com maior *score*, mas tal pontuação será considerada.

O Primeiro *subcorpus* foi denominado “Percepção sobre o RPPS no cotidiano e na prática”, o qual contém quatro classes, as quais são: Classe 1, denominada “Impactados pelas reformas”; Classe 2, denominada “Sensações quanto as reformas (passado e futuro)”; Classe 4, denominada “Sensações quanto ao RPPS após as reformas”; e Classe 6, denominada “Percepção sobre possíveis novas mudanças”.

A Classe 1 contém onze segmentos de texto, o que corresponde a 18,33% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Trabalhador ( $x^2 = 35,3$ ); Acontecer ( $x^2 = 13,85$ ); Dependente ( $x^2 = 9,19$ ); Temer ( $x^2 = 4,92$ ); Perder ( $x^2 = 4,92$ ); Comprometer ( $x^2 = 4,92$ ); e Reforma ( $x^2 = 4,82$ ). Não houve predominância de nenhum grupo nas evocações desta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Acho interessante a existência do RPPS, entretanto, não o considero tão bom, pois entendo que pode chegar um momento em que não haverá tantas pessoas contribuindo para o sustentar. Também não sei dizer se ele será suficiente. Quanto às mudanças, não tenho ideia de como me sentir em relação a elas (Docente 11, Grupo 3).

Vejo o RPPS como um sistema instável e inseguro, pois os gestores públicos têm acesso facilitado ao fundo previdenciário e desviam sua finalidade. As mudanças que já ocorreram afetaram minha percepção de estabilidade, pois significaram perdas de direitos que antes eram considerados adquiridos. Acredito que novas alterações podem acontecer e que elas impactariam diretamente a qualidade de vida do trabalhador. Me arrependo de não ter investido em outras fontes de renda, pois perdi a crença no direito adquirido. Se houver novas mudanças, minha percepção será ainda mais negativa, pois não acredito que seriam feitas para beneficiar os trabalhadores (Docente 15, Grupo 1).

Na teoria, o RPPS deveria garantir segurança ao servidor. Na prática, porém, vejo que ele não oferece condições concretas e efetivas para que o trabalhador desempenhe sua função de forma plena e tranquila, pois pode perder direitos a qualquer momento. Tenho a sensação de que, ao me aposentar, o sistema não terá recursos suficientes para cobrir minha aposentadoria. Em resumo, minha percepção é de insegurança e instabilidade. Em relação às possíveis mudanças, acredito que afetariam negativamente a estabilidade e a segurança, assim como já afetaram antes. Isso coloca os servidores em um cenário de insegurança absoluta e desgaste físico e mental (Docente 10, Grupo 1).

A Classe 2 contém dez segmentos de texto, o que corresponde a 16,67% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Piorar ( $x^2 = 21,42$ ); Situação ( $x^2 = 21,33$ ); Pior ( $x^2 = 21,33$ ); Aposentadoria ( $x^2 = 9,34$ ); Difícil ( $x^2 = 5,68$ ); e Esperar ( $x^2 = 5,68$ ). Não houve predominância de nenhum grupo nas evocações desta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Minha percepção é de insegurança e instabilidade, considerando tanto as reformas já feitas quanto as que virão. Além disso, ao analisar o cenário econômico do Brasil e do mundo, sinto uma completa insegurança em relação ao regime de previdência. Imagino que novas mudanças virão e que elas piorarão a situação (Docente 3, Grupo 2).

Não sei responder isso com clareza, pois não tenho pensado muito sobre o assunto. Para me preservar emocionalmente, evito acompanhar de perto, para não me decepcionar. Sei que minha geração de professores enfrenta uma situação pior do que a anterior, tanto em relação ao trabalho quanto à aposentadoria. Não sei se o PRPREV ainda é superavitário. Quanto às possíveis mudanças de regras, estou me preparando para não depender delas e fazer meu próprio percurso, independentemente do que acontecer. No geral, percebo que as mudanças não têm sido favoráveis aos trabalhadores (Docente 12, Grupo 2).

Não tenho uma percepção clara sobre o RPPS, mas acredito que será injusto, pois contribuirei muito e não usufruirei na mesma medida. Entretanto, ainda é melhor do que não ter nada. Considero o sistema financeiramente inseguro. Quanto a mudanças futuras, me sinto preocupado, pois acredito que elas ocorrerão. No que diz respeito à segurança financeira, a situação pode piorar ainda mais. Acredito que haverá reduções nos benefícios, mas espero que se mantenham dentro de um certo patamar. O que mais me preocupa é a instabilidade, que poderá ser comprometida ainda mais (Docente 15, Grupo 3).

A Classe 4 contém dez segmentos de texto, o que corresponde a 16,67% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Regime ( $x^2 = 24,57$ ); Entender ( $x^2 = 24,57$ ); Certo ( $x^2 = 9,34$ ); Receio ( $x^2 = 7,37$ ); Alteração ( $x^2 = 5,33$ ); Insegurança ( $x^2 = 4,45$ ); Instabilidade ( $x^2 = 4$ ); Impactar ( $x^2 = 3,42$ ). As evocações que predominaram foram do Terceiro Grupo, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Não tenho conhecimento suficiente sobre o regime para dizer se considero seguro ou não. Sobre mudanças, também não tenho informações para opinar, mas, com base nas reformas anteriores, percebo que todas as alterações prejudicaram os trabalhadores. Isso me gera receio, mas não consigo comentar de forma específica (Docente 7, Grupo 3).

Minha percepção é de que o RPPS é uma incógnita. Me sinto relativamente tranquila, mas, ao mesmo tempo, não sei se estarei viva para ver como as mudanças me afetarão. Entendo que podem ocorrer modificações e que elas podem impactar a estabilidade e segurança do sistema (Docente 10, Grupo 2).

Não conheço o RPPS o suficiente para formar uma opinião. Quanto às mudanças de regras, me sinto inseguro de forma geral, pois as novas legislações nunca favorecem os trabalhadores. Sempre há um desequilíbrio nas alterações (Docente 12, Grupo 3).

A Classe 6 contém nove segmentos de texto, o que corresponde a 15% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas

seguintes palavras: Possível ( $x^2 = 19,79$ ); Afetar ( $x^2 = 14,14$ ); Estabilidade ( $x^2 = 13,51$ ); Segurança ( $x^2 = 7,58$ ); Próximo ( $x^2 = 6,61$ ); Financeiro ( $x^2 = 6,61$ ); Mudança ( $x^2 = 3,31$ ); e Futuro ( $x^2 = 2,63$ ). Não houve predominância de nenhum grupo nas evocações desta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Na minha percepção, o RPPS é instável, pois as pessoas estão se aposentando cada vez mais tarde. Em resumo, vejo um cenário de insegurança e instabilidade, pois os direitos e leis que valem são os do momento da aposentadoria, não os da entrada no serviço público. Considero o sistema insuficiente. Em relação às possíveis mudanças, acredito que poderiam afetar ainda mais a estabilidade e a segurança. No entanto, como devo me aposentar antes da próxima reforma, não me preocupo tanto com isso, mas não sei como será para os futuros servidores (Docente 7, Grupo 1).

Na teoria, o RPPS deveria garantir segurança ao servidor. Na prática, porém, vejo que ele não oferece condições concretas e efetivas para que o trabalhador desempenhe sua função de forma plena e tranquila, pois pode perder direitos a qualquer momento. Tenho a sensação de que, ao me aposentar, o sistema não terá recursos suficientes para cobrir minha aposentadoria. Em resumo, minha percepção é de insegurança e instabilidade. Em relação às possíveis mudanças, acredito que afetariam negativamente a estabilidade e a segurança, assim como já afetaram antes. Isso coloca os servidores em um cenário de insegurança absoluta e desgaste físico e mental (Docente 10, Grupo 1).

Não sei qual é a minha percepção sobre o RPPS. Quanto a possíveis mudanças de regras, acredito que podem afetar a estabilidade e a segurança, assim como penso que tais mudanças são prováveis. Vejo a possibilidade de uma influência negativa (Docente 6, Grupo 3).

O Segundo *subcorpus* foi denominado “Percepção sobre o RPPS como Regime Previdenciário” e contém duas classes, sendo elas a Classe 5, denominada “Percepção sobre a confiabilidade do RPPS”, e a Classe 3, denominada “Percepção sobre o futuro do RPPS”.

A Classe 5, contendo treze segmentos de texto, o que corresponde a 21,67% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Considerar ( $x^2 = 19,15$ ); Instabilidade ( $x^2 = 11,81$ ); Momento ( $x^2 = 7,95$ ); Percepção ( $x^2 = 6,70$ ); e Insegurança ( $x^2 = 3,77$ ). Não houve predominância de nenhum grupo nas evocações desta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Na minha percepção, o RPPS é instável, pois as pessoas estão se aposentando cada vez mais tarde. Em resumo, vejo um cenário de insegurança e instabilidade, pois os direitos e leis que valem são os do momento da aposentadoria, não os da entrada no serviço público. Considero o sistema insuficiente. Em relação às possíveis mudanças, acredito que poderiam afetar ainda mais a estabilidade e a segurança. No entanto, como

devo me aposentar antes da próxima reforma, não me preocupo tanto com isso, mas não sei como será para os futuros servidores (Docente 7, Grupo 1).

Minha percepção é de insegurança e instabilidade, considerando tanto as reformas já feitas quanto as que virão. Além disso, ao analisar o cenário econômico do Brasil e do mundo, sinto uma completa insegurança em relação ao regime de previdência. Imagino que novas mudanças virão e que elas piorarão a situação (Docente 3, Grupo 2).

Vejo o RPPS como um sistema instável e inseguro, pois os gestores públicos têm acesso facilitado ao fundo previdenciário e desviam sua finalidade. As mudanças que já ocorreram afetaram minha percepção de estabilidade, pois significaram perdas de direitos que antes eram considerados adquiridos. Acredito que novas alterações podem acontecer e que elas impactariam diretamente a qualidade de vida do trabalhador. Me arrependo de não ter investido em outras fontes de renda, pois perdi a crença no direito adquirido. Se houver novas mudanças, minha percepção será ainda mais negativa, pois não acredito que seriam feitas para beneficiar os trabalhadores (Docente 15, Grupo 1).

A Classe 3, contendo sete segmentos de texto, o que corresponde a 11,67% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Atual ( $\chi^2 = 32,44$ ); Manter ( $\chi^2 = 19,56$ ); Futuro ( $\chi^2 = 17,23$ ); Previdência ( $\chi^2 = 9,26$ ); Fundo ( $\chi^2 = 6,11$ ); e Sistema ( $\chi^2 = 3,76$ ). Não houve grupo que predominou nesta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Entendo que o regime próprio tem mais segurança e estabilidade do que a previdência privada, mas acredito que é preciso estar prevenido, pois a tendência é que ambos se aproximem, se tornando menos seguros. Não vejo esse sistema como algo que vá manter a qualidade e a segurança no futuro. As mudanças podem afetar negativamente a estabilidade e a segurança (Docente 2, Grupo 3).

Minha percepção atual é de segurança e estabilidade, pois se trata de um fundo de previdência mantido pelo Estado. No entanto, entendo que podem haver flutuações devido a mudanças na legislação. Minha principal preocupação é com o cenário político brasileiro. Se houver uma guinada para a extrema direita ou extrema esquerda, sinto que o sistema pode se tornar instável. Caso contrário, vejo a previdência pública como relativamente segura. Quanto às mudanças de regras, acredito que elas ocorrerão, mas espero que não comprometam minha dignidade no futuro (Docente 14, Grupo 2).

Tenho uma percepção de segurança e estabilidade no RPPS. Quanto a futuras mudanças de regras, como não conheço muito bem o sistema atual, se houverem mudanças, provavelmente não sentirei tanto impacto. Sendo assim, é algo com que me preocuparei futuramente (Docente 5, Grupo 3).

Isso posto, chega-se o momento de dialogar tais resultados com a teoria das representações sociais. Nota-se que das seis classes que compõem a presente

análise CHD, apenas uma, a Classe 4, há a prevalência de um grupo, o Terceiro Grupo, sobre os demais, logo, percebe-se que há uma homogeneidade entre os grupos quanto à representação dos professores sobre as suas percepções quanto ao RPPS, se acreditam que ele oferece segurança e estabilidade para o futuro ou que as mudanças nas regras, como as reformas previdenciárias, podem prejudicar seus direitos no futuro, quando forem usufruir das contribuições que realizaram e do sistema que contribuíram, sendo verificado que apenas por depositarem certa confiança no RPPS e possuírem determinada segurança, que é limitada e com ressalvas, assim como prejudicada pela instabilidade visualizada e insegurança em consequência disso, acreditam que novas alterações legislativas ocorrerão e que serão prejudiciais ao trabalhador, futuro beneficiário.

Sob a ótica de Abric (2000), tem-se que os elementos constituintes do núcleo central das representações sobre a presente categoria, qual é a percepção dos professores sobre o RPPS, se acreditam que ele oferece segurança e estabilidade para o futuro ou que as mudanças nas regras, como as reformas previdenciárias, podem prejudicar seus direitos, são semelhantes entre os grupos, apesar das diferenças que irão encontrar na aposentadoria em decorrência das legislações aplicáveis, apresentando os *subcorpus* a mesma representação.

Abordando as funções das representações sociais estabelecidas por Abric (2000), nota-se que a função de saber e a função orientadora foram as que se destacaram, novamente, como na Terceira e Quarta Categoria. A função de saber se destaca considerando que ao longo dos anos ocupando o cargo de docente de instituição estadual, ou apenas tomando conhecimento das sucessivas reformas que afligiram tal classe, os docentes por meio deste conhecimento deixam de nutrir sentimentos de segurança e estabilidade do regime previdenciário que deveria lhes garantir, haja vista as inúmeras situações ocorridas que guardam relação com o RPPS que lhes imprimiram/geraram desconfiança, insegurança e denotaram instabilidade do sistema. Já a função orientadora, tem protagonismo no sentido que é sabido pelos docentes que a sua aposentadoria está sendo “desidratada” e que tende a igualar-se com o RGPS, o que lhes faz ter pré-concebido que se dependerem apenas da renda de seus futuros benefícios previdenciários, terão uma drástica diminuição da qualidade de vida e do poder de compra, sendo justamente isto, inclusive, o que acaba por direcionar e fomentar o que foi comentado e constatado na

Terceira e Quarta Categoria, sendo, tais respostas, semelhantes, pois acabam por ser complementares e interligadas.

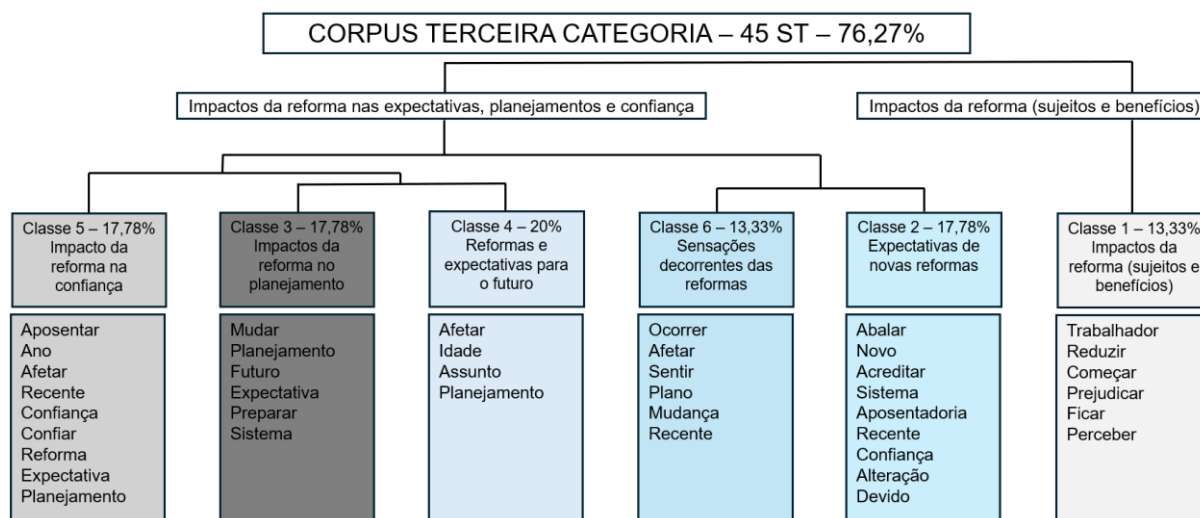
Interessante notar que a função identitária não tem grande relevância/posição de destaque nos relatos, o que vai contra o que se pode esperar que aparecesse, já que o RPPS é algo dedicado aos servidores públicos e uma das principais diferenciações deles para os demais trabalhadores que se enquadram no RGPS (Abric, 2000). Infere-se que isto se dá pelas recorrentes reformas em detrimento dos privilégios e benefícios que outrora eram concedidos a esta classe, conforme já comentado no capítulo sobre o direito previdenciário e como pode ser constatado na leitura das leis revogadas e das atualmente vigentes (Paraná, 1989).

Nesse sentido, pode-se inferir que os docentes, em decorrência das reformas ocorridas e das que vão ocorrer em detrimento de seus direitos, sendo ao menos isto o esperado pelos sujeitos, os docentes não mais enxergam o RPPS com a segurança e a estabilidade que ele deveria deter e possuir, ao passo que a iminência de novas reformas age como um fator ainda mais instável e hábil a abalar a tênue segurança e estabilidade que ainda vestem o RPPS. Interessante comentar, também, que dentre os grupos, considerando as benesses que o Primeiro Grupo possui em comparação aos demais, apesar de não ter sido tão prejudicado quanto aos demais, possui a mesma representação que os seus colegas.

4.2.6 Representações Sociais Sexta Categoria de Análise: de que forma as recentes reformas afetam, e se afetaram, a confiança dos professores em relação à sua aposentadoria

Para esta análise, foi preparado um *corpus* contendo apenas as respostas pertinentes à sexta categoria dos 45 sujeitos entrevistados, o que resultou em 59 segmentos de texto, 2066 ocorrências, 537 formas e 333 formas que apareceram apenas uma vez (representando 62,01% das formas e 16,12% das ocorrências. Exemplos destas palavras que apareceram uma única vez: “Tentar”; “Adaptar”; e “Aceitar”). Após a realização da análise CHD, foram aproveitados 45 segmentos, correspondendo a 76,27%, estando acima dos 70% de aproveitamento, sendo, assim, considerada relevante a presente análise.

Figura 6 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente da Sexta Categoria para os docentes ativos e efetivos da UEPG.



Fonte: dados do autor

Na Figura 6, é possível verificar a divisão do *corpus* em dois *subcorpus*, os quais são subdivididos em classes, totalizando seis classes. Um *subcorpus* conta com cinco classes e outro conta com apenas uma classe.

A partir da análise CHD, serão abordados cada um dos *subcorpus* e suas classes, assim como os segmentos de textos mais significativos que integram cada uma das classes. Os segmentos utilizados serão os três mais significativos, ou seja, não necessariamente os com maior *score*, mas tal pontuação será considerada.

O Primeiro *subcorpus* foi denominado “Impactos da reforma nas expectativas, planejamentos e confiança”, o qual contém cinco classes, as quais são: Classe 5, denominada “Impacto da reforma na confiança”; Classe 3, denominada “Impactos da reforma no planejamento”; Classe 4, denominada “Reformas e expectativas para o futuro”; Classe 6, denominada “Sensações decorrentes das reformas”; e Classe 2, denominada “Expectativas de novas reformas”.

A Classe 5 contém oito segmentos de texto, o que corresponde a 17,78% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Aposentar ( $x^2 = 18,39$ ); Ano ( $x^2 = 14,86$ ); Afetar ( $x^2 = 10,17$ ); Recente ( $x^2 = 9,14$ ); Confiança ( $x^2 = 8,17$ ); Confiar ( $x^2 = 6,86$ ); Reforma ( $x^2 = 4,86$ ); Expectativa ( $x^2 = 3,06$ ); e Planejamento ( $x^2 = 2,22$ ). Não houve predominância de nenhum grupo nas evocações desta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

As reformas afetaram minha confiança na aposentadoria, pois não confio nos políticos, que podem mudar as regras a qualquer momento. Eu tinha a expectativa de me aposentar pelo regime antigo, com 35 anos de contribuição, mas as reformas alteraram isso. Diante dessas mudanças, decidi fazer uma previdência privada, pois temo que minha aposentadoria não acompanhe a inflação (Docente 2, Grupo 1).

As reformas me afetaram, pois estou tendo que trabalhar cada vez mais. Antes, poderia me aposentar aos 47 anos, agora já tenho 54 e ainda preciso continuar trabalhando. Meu plano de morar na praia está sendo adiado (Docente 13, Grupo 2).

As recentes reformas não afetaram minha confiança, pois nunca confiei totalmente no sistema. No entanto, as mudanças alteraram um pouco minhas expectativas e meu planejamento para o futuro, pois sei que, para me aposentar melhor, terei que trabalhar mais e por mais tempo. A ideia de aproveitar a vida viajando após a aposentadoria parece cada vez mais distante, pois sei que estarei mais velho e sem as mesmas condições para isso (Docente 12, Grupo 3).

A Classe 3 contém oito segmentos de texto, o que corresponde a 17,78% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Mudar ( $x^2 = 16,32$ ); Planejamento ( $x^2 = 9,3$ ); Futuro ( $x^2 = 8,17$ ); Expectativa ( $x^2 = 6,48$ ); e Preparar ( $x^2 = 5,25$ ). Não houve predominância de nenhum grupo nas evocações desta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

As reformas recentes afetaram minha confiança no sistema de aposentadoria. Eu havia me preparado para me aposentar de uma forma, mas, no meio do percurso, as regras mudaram drasticamente. Isso alterou minhas expectativas e meu planejamento para o futuro, me obrigando a refazer todos os meus planos. Essas mudanças repentinas, além de frustrantes, também são prejudiciais para a saúde (Docente 10, Grupo 1).

As recentes reformas afetaram minha confiança no sistema de aposentadoria devido à fragilidade do Estado. Vejo que a balança entre ativos e inativos está ficando desequilibrada, e acredito que novas alterações prejudicarão ainda mais os segurados. As mudanças alteraram minhas expectativas e planejamento para o futuro (Docente 10, Grupo 3).

Minha confiança no sistema de aposentadoria não foi afetada, pois sei que terei uma aposentadoria. No entanto, o que realmente mudou foram minhas expectativas e planejamentos, pois não tenho certeza de qual será o valor e como será minha vida no futuro (Docente 8, Grupo 3).

A Classe 4 contém nove segmentos de texto, o que corresponde a 20% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Alterar ( $x^2 = 12,85$ ); Idade ( $x^2 = 4,37$ ); Assunto ( $x^2 = 4,37$ ); e Planejamento ( $x^2 = 3,2$ ). Não houve predominância de nenhum grupo nas evocações

desta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

As mudanças não afetaram minha confiança, pois já não acreditava muito no sistema. Tenho convicção de que, de tempos em tempos, ele será reformado e ficará cada vez mais desvantajoso em relação ao cenário de quando comecei a trabalhar. Não aprovo isso, mas também não me surpreende. As mudanças não alteraram minhas expectativas, pois nunca fui ambicioso em relação à aposentadoria. O que me fez começar a pensar no assunto foi minha idade, independentemente das reformas (Docente 15, Grupo 3).

Posso afirmar com certeza que as reformas me afetaram, pois mesmo sem ter informações específicas, sinto uma constante sensação de desconfiança. As mudanças alteraram minhas expectativas sobre a aposentadoria e meu planejamento para o futuro, mesmo sem um conhecimento técnico detalhado sobre o assunto (Docente 7, Grupo 3).

No meu caso, as reformas afetaram a idade mínima para aposentadoria, mas não alteraram o valor que irei receber. Minhas expectativas não foram impactadas, pois continuaria trabalhando de qualquer forma. Além disso, as reformas não abalaram minha confiança, pois entendo que mudanças são previsíveis e dificilmente serão benéficas (Docente 3, Grupo 1).

A Classe 6 contém seis segmentos de texto, o que corresponde a 13,33% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Ocorrer ( $\chi^2 = 7,91$ ); Afetar ( $\chi^2 = 7,23$ ); Sentir ( $\chi^2 = 5,1$ ); Plano ( $\chi^2 = 5,1$ ); e Mudança ( $\chi^2 = 2,8$ ). Não houve predominância de nenhum grupo nas evocações desta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

As reformas recentes me afetaram, pois não me sinto segura de que novas mudanças não ocorrerão e temo que sejam ainda piores. Essas alterações mudaram minhas expectativas e meu planejamento para o futuro. Quando soube das consequências dessas mudanças, fiquei extremamente irritada, a ponto de rasgar os documentos que tinha sobre o assunto (Docente 5, Grupo 1).

As reformas afetaram minhas expectativas e planos, além de minarem minha confiança no sistema. Me sinto roubada (Docente 4, Grupo 2).

Não sei exatamente quando ocorreu a última reforma no RPPS e, se ainda não houve, sei que acontecerá. Mas as recentes mudanças não afetaram minha confiança de forma significativa, pois ela já era baixa. Me sinto desvalorizado ao ver que juízes, delegados e outros cargos, têm um sistema de aposentadoria diferenciado. As mudanças alteraram minhas expectativas e planejamento para o futuro, por isso busco investimentos e fontes de renda passiva (Docente 13, Grupo 3).

A Classe 2 contém oito segmentos de texto, o que corresponde a 17,78% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas

seguintes palavras: Abalar ( $x^2 = 20,35$ ); Novo ( $x^2 = 14,89$ ); Acreditar ( $x^2 = 13,31$ ); Sistema ( $x^2 = 10,23$ ); Aposentadoria ( $x^2 = 7,3$ ); Recente ( $x^2 = 4,96$ ); Confiança ( $x^2 = 4,28$ ); e Alteração ( $x^2 = 3,56$ ). Não houve predominância de nenhum grupo nas evocações desta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Acredito que o modelo é insustentável e, a princípio, não me afetará devido à minha idade e expectativa de vida. Sei que novas mudanças virão. As reformas recentes não abalaram minha confiança no sistema, nem alteraram minha aposentadoria ou meu planejamento para o futuro (Docente 9, Grupo 2).

As reformas recentes abalaram minha confiança, pois alteraram principalmente a renda do segurado. Essas mudanças modificaram minhas expectativas de aposentadoria e meu planejamento para o futuro, e acredito que novas alterações ainda virão (Docente 6, Grupo 2).

As recentes reformas afetaram minha confiança. Tenho a impressão de que a intenção é fazer as pessoas trabalharem até a morte para reduzir os gastos públicos. Depende muito da reforma, pois entendo que algumas mudanças são necessárias, mas percebo que todas as alterações acabam reduzindo os direitos dos trabalhadores. A cada reforma, fico menos otimista, pois os trabalhadores perdem cada vez mais, até o ponto em que ninguém conseguirá se aposentar. Em relação às minhas expectativas sobre a aposentadoria e meu planejamento para o futuro, as mudanças tiveram um grande impacto (Docente 4, Grupo 3).

O Segundo *subcorpus* foi denominado “Impactos da reforma (sujeitos e benefícios)” e contém uma classe, sendo ela a Classe 1, denominada “Impactos da reforma (sujeitos e benefícios)”.

A Classe 1, contendo seis segmentos de texto, o que corresponde a 13,33% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Trabalhador ( $x^2 = 20,89$ ); Reduzir ( $x^2 = 7,91$ ); Começar ( $x^2 = 7,91$ ); Prejudicar ( $x^2 = 5,1$ ); e Ficar ( $x^2 = 5,1$ ). As evocações que predominaram foram do Terceiro Grupo, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

As recentes reformas afetaram minha confiança. Tenho a impressão de que a intenção é fazer as pessoas trabalharem até a morte para reduzir os gastos públicos. Depende muito da reforma, pois entendo que algumas mudanças são necessárias, mas percebo que todas as alterações acabam reduzindo os direitos dos trabalhadores. A cada reforma, fico menos otimista, pois os trabalhadores perdem cada vez mais, até o ponto em que ninguém conseguirá se aposentar. Em relação às minhas expectativas sobre a aposentadoria e meu planejamento para o futuro, as mudanças tiveram um grande impacto (Docente 4, Grupo 3).

As mudanças não afetaram minha confiança, pois já não acreditava muito no sistema. Tenho convicção de que, de tempos em tempos, ele será reformado e ficará cada vez mais desvantajoso em relação ao cenário de quando comecei a trabalhar. Não aprovo isso, mas também não me surpreende. As mudanças não alteraram minhas expectativas, pois nunca fui ambicioso em relação à aposentadoria. O que me fez começar a pensar no assunto foi minha idade, independentemente das reformas (Docente 15, Grupo 3).

As recentes reformas me afetaram, pois, como sempre percebi, as mudanças nunca favorecem os trabalhadores, apenas os prejudicam. Desde que comecei a trabalhar, nenhuma reforma me beneficiou. Agora, terei que trabalhar mais e me organizar melhor, pois não há garantias de que conseguirei me aposentar bem, mesmo sendo dedicado e honesto (Docente 14, Grupo 3).

Isso posto, chega-se o momento de dialogar tais resultados com a teoria das representações sociais. Inicialmente, insta destacar que Classe 1, que possui um *subcorpus* específico onde apenas ela está localizada, possui a predominância do Terceiro Grupo, entretanto, todos as demais cinco classes não apresentam nenhuma predominância, o que resulta no fato de que há homogeneidade entre os grupos quanto de que forma as recentes reformas afetam, e se afetaram, a confiança dos professores em relação à sua aposentadoria. Entretanto, não se pode ignorar que a Classe 1 foi predominantemente composta de evocações do Terceiro Grupo, nesse sentido, infere-se que o fato gerador disto é que este é o grupo mais afetado/impactado pela reforma, logo, são os mais expostos e “prejudicados” pelas reformas ocorridas e as que vão ocorrer. Por fim, insta ressaltar que tal representação também está presente nos demais grupos, mesmo tendo se destacado mais no Terceiro Grupo.

Sob a ótica de Abric (2000), tem-se que os elementos constituintes do núcleo central das representações sobre de que forma as recentes reformas afetam, e se afetaram, a confiança dos professores em relação à sua aposentadoria, são semelhantes entre os grupos, apesar das diferenças que irão encontrar na aposentadoria em decorrência das legislações aplicáveis, apresentando os *subcorpus* a mesma representação. Entretanto, justamente em decorrência das consequências da Reforma de 2019 (Paraná, 2019) e das anteriores, que alguns grupos, no caso, o Terceiro Grupo, possuem uma representação mais forte do que outros quanto aos impactos sofridos (Paraná, 1989).

Abordando às funções das representações sociais estabelecidas por Abric (2000), nota-se que a função de saber e a função orientadora foram as funções que se destacaram. A primeira, a função de saber, considerando que conforme as

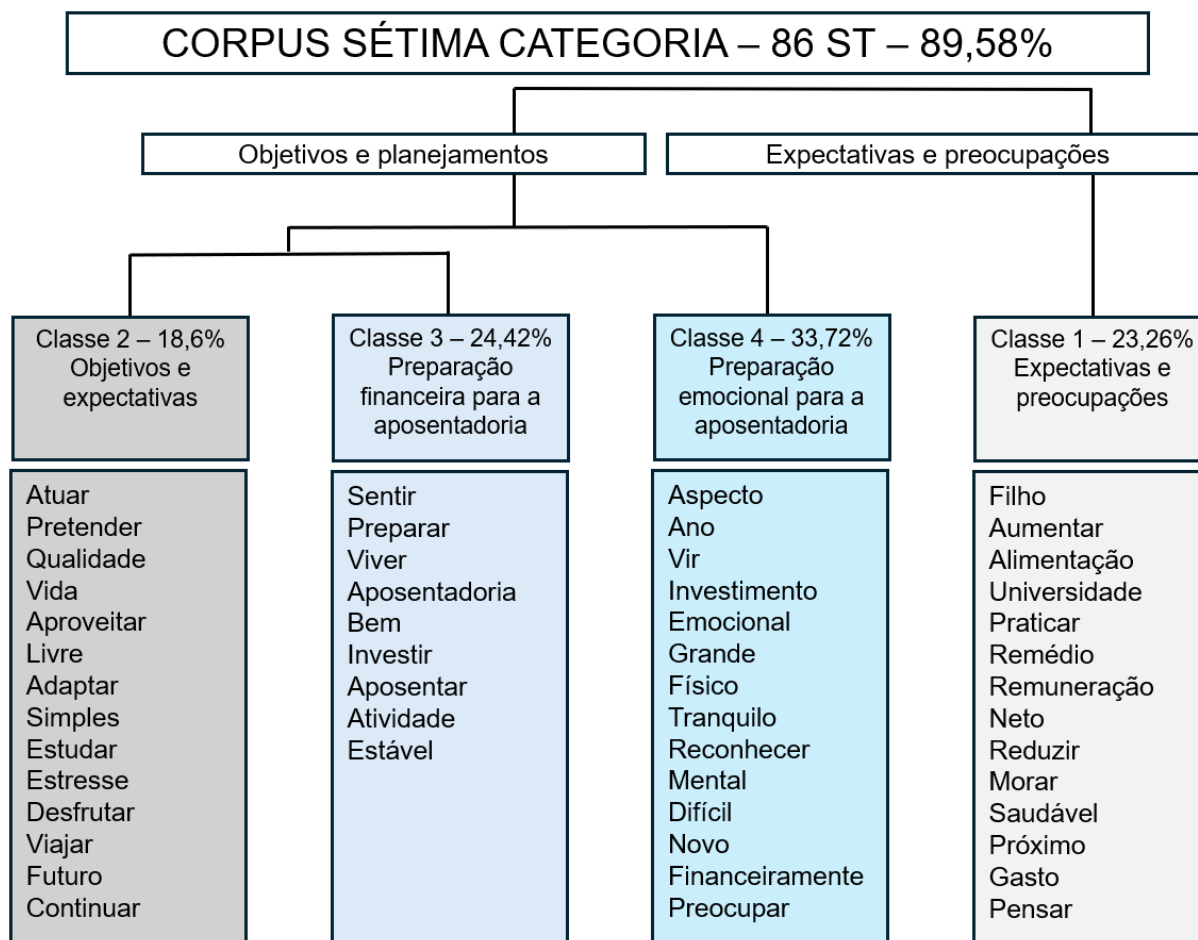
reformas foram sendo realizadas, ou foram realizadas (caso o docente ainda não fizesse parte dos quadros públicos ele veria desta forma), foi sendo entendido pelos sujeitos que as reformas afetam a confiança na medida que sempre são sempre prejudiciais ao trabalhador e benéficas ao Estado, já que o tempo de serviço é aumentado e as benesses e seguranças providas/oferecidas são diminuídas. A segunda, é a função orientadora, que, em decorrência da confiança no sistema ter sido afetada, os docentes não mais contam com o benefício previdenciário como único, ou principal, meio de sustento na aposentadoria, já que caso as reformas continuem ocorrendo, com impactos semelhantes às anteriores, os sujeitos antecipam que a situação tende a tornar-se ainda menos capaz de prover segurança, confiança e amparo.

Nesse sentido, pode-se concluir que as reformas afetaram a confiança dos professores em relação à sua aposentadoria na medida que conforme as reformas vão/foram sendo efetivadas, os benefícios vão/foram sendo minguados e os futuros beneficiários tornam-se cada vez mais desprotegidos (em relação aos seus antecessores e em relação as promessas que lhes foram feitas no momento do ingresso ao serviço público), o que impacta de forma direta a confiança no RPPS, diminuindo gradativamente a confiança depositada no referido sistema, o que, de certo modo, esvazia até mesmo o significado do referido regime na perspectiva dos docentes.

#### 4.2.7 Representações Sociais Sétima Categoria de Análise: as expectativas do referido integrante para a aposentadoria

Para esta análise, foi preparado um *corpus* contendo apenas as respostas pertinentes à sétima categoria dos 45 sujeitos entrevistados, o que resultou em 96 segmentos de texto, 3467 ocorrências, 894 formas e 534 formas que apareceram apenas uma vez (representando 59,73% das formas e 15,40% das ocorrências. Exemplos destas palavras que apareceram apenas nos relatos uma única vez, são: “Material”; “Simplificar”; e “Acúmulo”). Após a realização da análise CHD, foram aproveitados 86 segmentos, correspondendo a 89,58%, estando acima dos 70% de aproveitamento utilizados como parâmetro, sendo, assim, considerada relevante a presente análise.

Figura 7 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente da Sétima Categoria para os docentes ativos e efetivos da UEPG.



Fonte: dados do autor

Na Figura 7, é possível verificar a divisão do *corpus* em dois *subcorpus*, os quais são subdivididos em classes, totalizando quatro classes. Um *subcorpus* conta com três classes e outro conta com apenas uma classe.

A partir da análise CHD, serão abordados cada um dos *subcorpus* e suas classes, assim como os segmentos de textos mais significativos que integram cada uma das classes. Os segmentos utilizados serão os três mais significativos, ou seja, não necessariamente os com maior *score*, mas tal pontuação será considerada.

O Primeiro *subcorpus* foi denominado “Objetivos e planejamentos”, o qual contém três classes, a primeira é a classe 2, denominada “Objetivos e expectativas”, a segunda é a Classe 3, denominada “Preparação financeira para a aposentadoria” e a terceira é a Classe 4, denominada “Preparação emocional para a aposentadoria”.

A Classe 2 contém dezesseis segmentos de texto, o que corresponde a 18,6% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente,

pelas seguintes palavras: Atuar ( $x^2 = 23,22$ ); Pretender ( $x^2 = 18,39$ ); Qualidade ( $x^2 = 18,35$ ); Vida ( $x^2 = 9,53$ ); Aproveitar ( $x^2 = 6$ ); Livre ( $x^2 = 4,74$ ); Adaptar ( $x^2 = 4,74$ ); Simples ( $x^2 = 4,74$ ); Estudar ( $x^2 = 4,74$ ); Estresse ( $x^2 = 4,74$ ); Desfrutar ( $x^2 = 4,74$ ); Viajar ( $x^2 = 4,63$ ); Futuro ( $x^2 = 4,43$ ); e Continuar ( $x^2 = 3,89$ ). Não houve predominância de nenhum grupo nas evocações desta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Quero ingressar em outra carreira profissional, para a qual já estou me preparando. Sempre quis seguir esse caminho e atuarei meio período. Também pretendo viajar mais, aproveitando minha cidadania portuguesa e espanhola para passar mais tempo no exterior e curtir a vida. Financeiramente, venho me organizando para garantir uma boa renda. Profissionalmente, estou me capacitando para essa nova carreira. Emocionalmente, sei que será um desafio, pois é difícil se preparar para algo incerto, mas acredito que estou no caminho certo (Docente 13, Grupo 1).

Espero que minha vida na aposentadoria seja semelhante à que tenho hoje, tranquila. Financeiramente, venho me preparando há muito tempo, investindo e planejando ter uma renda alternativa. Emocionalmente, ainda não me preparei, pois, mesmo no presente, sinto que não estou bem emocionalmente, e quem dirá para a aposentadoria. Vejo que minha geração tem uma forte ligação com o trabalho (Docente 11, Grupo 3).

Quero ter uma vida muito boa, com saúde e uma casa na praia. Pretendo continuar trabalhando, comprando mais imóveis para alugar e atuando no setor hoteleiro, mudando de área. Meu objetivo é montar algo no litoral norte de São Paulo para ficar próxima da minha família, filha e netos que moram lá. Financeiramente, tenho um apartamento em São Paulo que está alugado e estou considerando usar esse dinheiro para montar meu negócio. Emocionalmente, comecei a pensar nisso há alguns meses, pois sou muito ativa e gosto do que faço. Acredito que abrir esse hotel seria uma forma interessante de me manter ocupada, pois parar completamente seria complicado (Docente 13, Grupo 2).

A Classe 3 contém 21 segmentos de texto, o que corresponde a 24,42% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Contar ( $x^2 = 10,28$ ); Salarial ( $x^2 = 6,4$ ); Necessidade ( $x^2 = 4$ ); e Financeiro ( $x^2 = 3,17$ ). Não houve predominância de nenhum grupo nas evocações desta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Espero que minha vida na aposentadoria seja semelhante à que tenho hoje, tranquila. Financeiramente, venho me preparando há muito tempo, investindo e planejando ter uma renda alternativa. Emocionalmente, ainda não me preparei, pois, mesmo no presente, sinto que não estou bem emocionalmente, e quem dirá para a aposentadoria. Vejo que minha geração tem uma forte ligação com o trabalho (Docente 11, Grupo 3).

Imagino uma situação financeira estável, talvez um pouco abaixo do que tenho hoje, mas suficiente para manter minha rotina, viajar, comer bem e viver com dignidade. Ainda não comecei a me preparar para a aposentadoria, pois sinto que está muito distante (Docente 8, Grupo 3).

Ainda vejo minha aposentadoria como uma incógnita. Tenho pensado em atividades que tornem minha vida mais animada, mas não me interesso por trabalho voluntário. Talvez opte por algo na iniciativa privada. Sinto que me preparei pouco, mas financeiramente venho me organizando desde os 18 anos. No aspecto emocional, confesso que não tenho me preparado tanto. No físico, faço exercícios regularmente e acredito que isso ajudará meu bem estar emocional (Docente 3, Grupo 1).

A Classe 4 contém vinte e nove segmentos de texto, o que corresponde a 33,72% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Contar ( $x^2 = 10,28$ ); Salarial ( $x^2 = 6,4$ ); Necessidade ( $x^2 = 4$ ); e Financeiro ( $x^2 = 3,17$ ). As evocações que predominaram foram do Primeiro Grupo, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Ainda vejo minha aposentadoria como uma incógnita. Tenho pensado em atividades que tornem minha vida mais animada, mas não me interesso por trabalho voluntário. Talvez opte por algo na iniciativa privada. Sinto que me preparei pouco, mas financeiramente venho me organizando desde os 18 anos. No aspecto emocional, confesso que não tenho me preparado tanto. No físico, faço exercícios regularmente e acredito que isso ajudará meu bem estar emocional (Docente 3, Grupo 1).

Espero ter uma vida com menos pressão e responsabilidade, sem o estresse que tenho hoje. Quero qualidade de vida, viver bem e manter um nível de conforto semelhante ao atual. Quero poder cuidar da minha saúde, viajar eventualmente e fazer coisas interessantes. Não tenho um grande plano. Em termos financeiros, estou me preparando com investimentos e reserva financeira. No aspecto emocional, vejo a aposentadoria como uma fase interessante, em que poderei fazer o que gosto com mais liberdade (Docente 12, Grupo 2).

Não vejo o futuro com bons olhos, pois acredito que enfrentarei muitas dificuldades financeiras devido à defasagem salarial. Imagino que precisarei recorrer a fonte alternativa de renda para conseguir me manter. Não me vejo aposentado desfrutando de tempo livre, viajando ou aproveitando a família. Pelo contrário, acredito que terei uma vida de trabalho intenso até o fim. Esse cenário me parece resultado das desigualdades estruturais que vejo em várias áreas, como fiscal e econômica. Financeiramente, não tenho feito nenhum preparo específico, não possuo previdência privada e não faço investimentos voltados para a aposentadoria. No aspecto psicológico, venho me preparando para uma realidade onde o trabalho será uma constante, aceitando que precisarei lidar com uma carga de trabalho extenuante e prolongada (Docente 9, Grupo 3).

O Segundo *subcorpus* foi denominado “Expectativas e preocupações” e contém apenas uma classe, sendo ela a Classe 1, denominada “Expectativas e preocupações”.

A Classe 1, contendo vinte segmentos de texto, o que corresponde a 23,26% dos segmentos de texto do *corpus* total analisado, sendo composta, principalmente, pelas seguintes palavras: Previdência ( $\chi^2 = 26,43$ ); Privado ( $\chi^2 = 15,21$ ); Importante ( $\chi^2 = 15,21$ ); Alternativa ( $\chi^2 = 10,07$ ); Reforma ( $\chi^2 = 5,41$ ); Benefício ( $\chi^2 = 5,41$ ); e Renda ( $\chi^2 = 3,84$ ). Não houve predominância de nenhum grupo nas evocações desta classe, sendo os seguintes segmentos de texto mais representativos desta classe:

Sou muito otimista e me vejo no futuro como uma idosa ativa, saudável e independente, praticando atividades físicas, viajando e mantendo uma rotina produtiva. Quero conhecer e cuidar dos meus netos e bisnetos, se possível, e continuar trabalhando com o que gosto. No entanto, sei que o benefício previdenciário não será suficiente, então venho me preparando para isso. Sempre me preocupei com essa questão e venho tomando medidas financeiras, como pagar o INSS, investir em imóveis e buscar formas de trabalhar menos e ganhar mais. Minha meta para 2025 é justamente essa: reduzir a carga de trabalho, aumentar minha renda e praticar mais autocuidado. Emocionalmente, também estou me preparando ao melhorar meus relacionamentos, manter uma alimentação saudável, praticar atividades voluntárias, fazer terapia e cuidar da minha saúde com check ups regulares. Além disso, me preocupo muito com as mudanças climáticas e já penso em como me preparar para os impactos ambientais das próximas décadas (Docente 14, Grupo 3).

Espero ter uma queda de remuneração e precisar voltar a trabalhar na empresa da minha esposa, mas sem cobrança ou compromisso. Sei que precisarei procurar algo para complementar a renda, pois os gastos com remédios tendem a aumentar, especialmente os do meu filho PCD. Venho me preparando desde 2008, quando decidi entrar na UEPG, e meu planejamento sempre foi me aposentar como professor. Emocionalmente, ainda não sei dizer como será, apenas que venho pensando nisso desde a pandemia. Acredito que trabalhar na empresa me ajudará a ter ocupação (Docente 9, Grupo 2).

Espero ter uma vida longa e saudável, com lazer, boa alimentação e tempo para cuidar dos meus filhos. Em relação à parte financeira, não sei responder, nunca pensei muito nisso e não me preparei de forma adequada. Nos últimos anos, venho cuidando mais da minha saúde física, mas emocionalmente ainda não me preparei. Quero me aposentar, mas continuar produzindo artigos. Financeiramente, com certeza, não me preparei bem (Docente 12, Grupo 1).

Isso posto, chega-se o momento de dialogar tais resultados com a teoria das representações sociais. Insta ressaltar que das quatro classes que compuseram os *subcorpus*, apenas uma, a Classe 4, teve prevalência de um dos grupos, tendo, neste caso, prevalecido o Terceiro Grupo. Nesse sentido, nota-se que há uma

homogeneidade entre os grupos quanto as suas expectativas para a aposentadoria. Esta categoria, no momento das perguntas aos sujeitos, foi indagada destacando que o entrevistado deveria indicar quais as suas expectativas e como tem se preparado para a aposentadoria tanto financeiramente, sendo este um aspecto, quanto emocionalmente/psicologicamente, sendo este outro aspecto a ser abordado na resposta.

Assim, restaram constatadas as expectativas dos docentes para as suas aposentadorias, havendo homogeneidade quanto aos objetivos e expectativas do que fazer com as novas possibilidades de aproveitamento do tempo, “tempo livre”, assim como certa semelhança quanto aos preparativos financeiros, emocionais e preocupações, no sentido que financeiramente, em geral, acreditam estar preparados, emocionalmente há certa preocupação, mas também há determinado preparo. Quanto as preocupações, estas também se mostram semelhantes entre os grupos, aparecendo, em geral, más expectativas quanto ao futuro, tanto no sentido de tempo a ser trabalhado até poder se aposentar, quanto de valor a ser percebido futuramente por meio do benefício previdenciário.

Sob a ótica de Abric (2000), tem-se que os elementos constituintes do núcleo central das representações sobre a presente categoria, quanto as expectativas do referido integrante para a aposentadoria, são semelhantes entre os grupos, apesar das diferenças que irão encontrar na aposentadoria em decorrência das legislações aplicáveis, apresentando os *subcorpus* a mesma representação, apesar da Classe 4 ter tido prevalência do Primeiro Grupo e sendo esta a única classe deste *subcorpus*, pois, apesar de tal prevalência, ao analisar os segmentos, nota-se homogeneidade, vide respostas anteriormente expostas nas páginas 164 e 165.

Abordando às funções das representações sociais estabelecidas por Abric (2000), nota-se que a função de saber e a função orientadora se destacam. A função de saber ocupa posição de importância considerando que conforme a aposentadoria vai passando de um futuro para uma realidade próxima, ou ao menos não tão distante, novas perspectivas e prioridades vão surgindo na vida dos docentes, que podem fazer-lhe agir para buscar melhores condições financeiras e emocionais na fase da aposentadoria ou ao menos pensar sobre isso para uma possível futura ação, que mesmo que não ocorra, surge como um arrependimento de não ter feito. Seguindo, quanto a função orientadora, esta se destaca no sentido que como já sabido pelos docentes, em decorrência do senso comum instaurado após reformas, que a

aposentadoria tornou-se algo mais distante e provedora de remuneração menor do que a percebida durante a ativa, tanto as expectativas de modo e qualidade de vida dos futuros beneficiários são alteradas e moldadas desde logo para se adaptarem a realidade que esperam ser a que encontrarão, assim como os impele a agir buscando preparar-se financeiramente para diminuir tais impactos. Novamente é curioso notar que a função identitária não assume posição de destaque, não havendo orgulho ou imagem positiva que o grupo deseje expor ou sustentar por fazer parte do RPPS.

Nesse sentido, pode-se inferir que os docentes possuem boas expectativas para a sua aposentadoria, incluindo viajar, passar mais tempo com a família e realizar outras atividades de cunho econômico ou voluntário, mas sem que haja tanta cobrança e responsabilidade quanto a atividade que exerceram de docente universitário de instituição estadual até então, no mesmo sentido, também se destaca a importância que dão para a preparação financeira e emocional para este momento, mesmo que nem sempre entendam que se preparam ou se prepararam corretamente para tal momento.

#### 4.3 IMPLICAÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS POSICIONAMENTOS E DECISÕES QUE PODEM SER ADOTADAS PELOS GRUPOS

Realizadas as análises nos tópicos anteriores deste capítulo, o intuito deste tópico final é reunir às informações acima constatadas ao analisar os dados da pesquisa, com base nos marcos teóricos, e realizar inferência quanto as implicações de tais representações sociais nas ações do grupo analisado, que em razão das legislações aplicáveis, que geram possibilidades diferentes de aposentadorias, foram separados em três grupos distintos.

Antes de atingir a proposta deste tópico, é importante abordar que Moscovici (2012) propõe que na análise dos “universos de opiniões”, três dimensões devem ser consideradas, sendo elas: informação; campo de representação (ou imagem); e atitude. A primeira dimensão, informação, refere-se ao conhecimento que o grupo possui sobre o objeto em questão. A segunda dimensão, campo de representação, refere-se a ideia de imagem, modelo social, à impressão concreta, limitada e específica das proposições que demonstram um aspecto determinado do objeto da representação. E, por fim, a dimensão atitude refere-se à orientação em relação ao objeto analisado.

Entendido isto, de forma anterior à realização do enquadramento das representações nas dimensões e a realização das inferências, válida é a análise dos resultados obtidos a partir das entrevistas, e percorridos durante todo o tópico 4.2., em uma quadro síntese:

Quadro 8 – Síntese dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas.

(continua)

| Termos Indutores                     | Grupos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1º - Aposentadoria</b>            | Não há termo hegemônico dentre os grupos, enquanto os termos “Novas oportunidades”, “Tempo livre”, “Plano de saúde”, “Inatividade”, “Liberdade” e “Saúde” representam representações emancipadas, ao passo que se encontra o termo “Incerteza” como representações polêmicas. Assim, tem-se que a aposentadoria é vista, em geral, pelos grupos como um momento de novas possibilidades e mais tempo e liberdade, sendo a saúde uma preocupação, ao mesmo tempo que o Segundo Grupo vê incerteza nesta nova fase como elemento central, diferente dos demais grupos. Logo, tem-se que em decorrência das diferenças legislativas, o que implica em regras diversas de aposentadoria, o que, por sua vez, resulta em tempo de serviço e remunerações diversas, foram localizadas diferentes representações sociais quanto a aposentadoria dos sujeitos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>2º - Reforma da Previdência</b>   | Não há termo hegemônico dentre os grupos, enquanto os termos “Novas oportunidades”, “Tempo livre”, “Plano de saúde”, “Inatividade”, “Liberdade” e “Saúde” representam representações emancipadas, ao passo que se encontra o termo “Incerteza”, presente no Segundo Grupo com OME 3, como representações polêmicas. Assim, tem-se que a aposentadoria é vista, em geral pelos grupos, como um momento de novas possibilidades e mais tempo e liberdade, sendo a saúde uma preocupação, ao mesmo tempo que o Segundo Grupo vê incerteza nesta nova fase como elemento central, diferente dos demais grupos. Logo, tem-se que em decorrência das diferenças legislativas, o que implica em regras diversas de aposentadoria, o que, por sua vez, resulta em tempo de serviço e remunerações diversas, foram localizadas diferentes representações sociais quanto a aposentadoria dos sujeitos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>3º - Benefício previdenciário</b> | As representações hegemônicas dentre os grupos, enquanto os termos “Injustiça”, “Ruim” e “Segurança” representam representações emancipadas, enquanto “Justo” é uma representação polêmica. Assim, tem-se que o benefício previdenciário é visto de forma unânime entre os grupos como necessário e um direito, enquanto a questão de injustiça em decorrência das reformas e ainda tratar-se de um gerador de segurança é uma representação flutuante entre os sujeitos, ao mesmo passo que ser considerado justo é uma representação presente apenas no Primeiro Grupo e conflitante com a representação dos demais sujeitos, justamente em decorrência das consequências/reverberações legislativas. Ou seja, tem-se que em decorrência das diferenças legislativas, o que implica em regras diversas de aposentadoria, o que, por sua vez, resulta em tempo de serviço e remunerações diversas, formam-se diferentes representações sociais quanto ao que o benefício previdenciário representa aos sujeitos, apesar de tais representações não serem tão distintas, havendo, entretendo, a presença de uma perspectiva diferente pelo Primeiro Grupo em decorrência das regras mais vantajosas que lhes são aplicadas. |

Quadro 8 – Síntese dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas.

(continuação)

| <b>Categorias de Análise</b>                                                                                                         | <b>Grupo 1</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <b>Grupo 2</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <b>Grupo 3</b>                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1ª - O conhecimento dos integrantes do grupo sobre as regras previdenciárias que estão submetidos</b>                             | Pelos integrantes serem os que estão mais próximos da aposentadoria, são só que detém o maior número de conhecedores das regras.                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Os integrantes não estão tão longe de se aposentar, mas a aposentadoria ainda não é uma realidade iminente, assim, isto aliado as consequências das mudanças de leis, certo desestímulo em conhecer as regras se instaurou, já que é sabido que cada vez as possibilidades serão piores, então deixar para tomar ciência posteriormente causa menos sofrimento, já que nada poderá ser feito. | Pelos integrantes serem majoritariamente mais jovens, ou seja, veem a aposentadoria como um futuro distante e remoto, não dando atenção, importância e não dedicando muito tempo para pensar sobre isso.                                                                                   |
| <b>2ª - O conhecimento se as regras que estão submetidos sofreram alterações decorrentes da reforma da previdência ou não</b>        | Informam que sabem que foram atingidos, mas reconhecem que de forma mais branda em comparação aos seus colegas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Tem por certo que houve alterações, mesmo que não saibam de forma exata o que foi, e quando sabem, confirmam tal situação de que foram atingidos.                                                                                                                                                                                                                                             | Tem ciência de que foram afetados, até porque, alguns ingressaram após as alterações, então sequer tinham expectativas de usufruírem dos regimes anteriores, entretanto, não é localizada grande preocupação em saber o que alterou, já que os impactos disso serão em um futuro distante. |
| <b>3ª - Se possuem ou estão construindo fontes de renda alternativas além do benefício que receberão após a aposentadoria ou não</b> | A representação verificada nos três grupos foi a mesma, no sentido de que os docentes tendem a desenvolver outras fontes de renda para o momento da aposentadoria para complementar o benefício previdenciário que receberão, e quando não o desenvolvem, o que ocorre tão frequentemente quanto o desenvolvimento, não o fazem não por acharem desnecessárias ou irrelevantes, mas sim, por não ter sido viável dentre as suas possibilidades |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                            |

Quadro 8 – Síntese dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas.

(continuação)

| <b>Categorias de Análise</b>                                                                                                                                                                                                                     | <b>Grupo 1</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <b>Grupo 2</b> | <b>Grupo 3</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| <b>4ª - Se o trabalho como docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa é sua principal fonte de renda ou apenas complementar, não representando algo decisório para sua qualidade de vida ser mantida ou alterada caso sofra diminuição</b> | A representação verificada nos três grupos foi a mesma, no sentido de que apesar da atividade como docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa ser a principal fonte de renda na maioria dos casos, os docentes tendem a desenvolver outras fontes de renda para o momento da aposentadoria para complementar o benefício previdenciário que receberão, fazendo com que a aposentadoria advinda do RPPS não seja mais a protagonista em suas finanças, e quando não desenvolvem outras fontes, o que ocorre tão frequentemente quanto o desenvolvimento, não o fazem não por achar que seriam desnecessárias ou irrelevantes, mas sim, por não ter sido viável dentre as suas possibilidades.                          |                |                |
| <b>5ª - Qual é a percepção dos professores sobre o RPPS, se acreditam que ele oferece segurança e estabilidade para o futuro ou que as mudanças nas regras, como as reformas previdenciárias, podem prejudicar seus direitos</b>                 | A representação verificada nos três grupos foi a mesma, no sentido de que em decorrência das reformas ocorridas e das que vão ocorrer em detrimento de seus direitos, sendo ao menos isto o esperado pelos sujeitos, não mais enxergam o RPPS com a segurança e a estabilidade que ele deveria deter e possuir, ao passo que a iminência de novas reformas age como um fator ainda mais instável e hábil a abalar a tênue segurança e estabilidade que ainda vestem o RPPS. Interessante comentar, também, que dentre os grupos, considerando as benesses que o Primeiro Grupo possui em comparação aos demais, apesar de não ter sido tão prejudicado quanto aos demais, possui a mesma representação que os seus colegas. |                |                |
| <b>6ª - De que forma as recentes reformas afetam, e se afetaram, a confiança dos professores em relação à sua aposentadoria</b>                                                                                                                  | A representação verificada nos três grupos foi a mesma, no sentido de que as reformas afetaram a confiança dos professores em relação à sua aposentadoria na medida que conforme as reformas vão sendo efetivadas, os benefícios vão sendo minguados e os futuros beneficiários tornam-se cada vez mais desprotegidos, o que impacta de forma direta a confiança no RPPS, diminuindo gradativamente a confiança depositada no referido sistema, o que, de certo modo, esvazia até mesmo o significado do referido regime na perspectiva dos docentes.                                                                                                                                                                       |                |                |
| <b>7ª - As expectativas do referido integrante para a aposentadoria</b>                                                                                                                                                                          | A representação verificada nos três grupos foi a mesma, no sentido de que os docentes possuem boas expectativas para a sua aposentadoria, incluindo viajar, passar mais tempo com a família e realizar outras atividades de cunho econômico ou voluntário, mas sem que haja tanta cobrança e responsabilidade quanto a atividade que exerceram de docente universitário de instituição estadual até então, no mesmo sentido, também se destaca a importância que dão para a preparação financeira e emocional para este momento, mesmo que                                                                                                                                                                                  |                |                |

Quadro 8 – Síntese dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas.

(conclusão)

| <b>Categorias de Análise</b>                                            | <b>Grupo 1</b>                                                                      | <b>Grupo 2</b> | <b>Grupo 3</b> |
|-------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| <b>7ª - As expectativas do referido integrante para a aposentadoria</b> | nem sempre entendam que se preparam ou se prepararam corretamente para tal momento. |                |                |

Fonte: dados do autor

Dessa forma, com base nos resultados da presente pesquisa sintetizados na Tabela 25, entende-se que as representações dos docentes referem-se à dimensão da informação, sofrendo influência ao passo que alterações são feitas na legislação previdenciária e tais novidades são noticiadas, percebidas e estudadas pelos sujeitos ou pelos órgãos encarregados, como sindicatos e Recursos Humanos, implicando na alteração, seja para melhor ou para pior (no sentido de tornar o futuro auspicioso ou temido pelos sujeitos), das representações a depender dos impactos da reforma nos benefícios previdenciários e requisitos para a utilização de tais benefícios (Moscovici, 2012).

Moscovici (2015) também destaca que não se deve julgar as representações como melhores ou piores que as outras, mas sim, deve ser objetivado entender o porquê das diferenças, uma vez que para os sujeitos, alguns elementos são mais representativos do que outros, o que depende da realidade em que estão inseridos e convivem, assim como em decorrência, no presente caso, das alterações que tomam conhecimento que serão realizadas pelos legisladores, ou ato de administração pelos responsáveis, que acabam por impactar nas possibilidades e formas com que os benéficos previdenciários lhes guarnecerá (Paraná, 1989).

Apenas a título de desenvolvimento científico com base nos dados colhidos, considerando isto não ter surgido nas respostas dos sujeitos, em uma busca de identificar a imagem (campo de representação) do objeto estudado para os docentes, conclui-se que a aposentadoria é para os sujeitos um pilar base central ruindo, com trincas que indicam que novas trincas irão surgir, até que a ruína finalmente chegue e atinja não somente quem estava sustentando aquele pilar, mas também aqueles que já estavam usufruindo da estabilidade que ele provinha depois de tanto contribuir para a sua existência, apesar de ser impossível quantificar quanto tempo demorará para isso ocorrer (Moscovici, 2012).

Dessa maneira, realizando a objetivação do objeto da representação, tem-se que a forma com que o grupo representa visualmente, ou simbolicamente, a sua aposentadoria foi alterada pela última reforma que destacou a tendência de outras reformas ocorrerem na mesma linha desta, diminuindo os direitos outrora prometidos, em prol da manutenção/subsistência do sistema.

Quanto a atitude, que é a última dimensão, isto será melhor abordado a seguir nas inferências, mas para que tais inferências de fato sejam lógicas e façam sentido, é imperioso entender que as atitudes dos sujeitos serão negativas (mas que poderiam ser positivas ou ambivalentes a depender da forma que o objeto é observado) perante ao objeto representado, haja vista que os sujeitos o observam como algo não mais digno de confiança e de estabilidade, mas que outrora já possuiu tais características que eram indispensáveis para que tal sistema pudesse cumprir com o seu objetivo e função social (Moscovici, 2012).

Nesse sentido, a consequência prática da atitude dos sujeitos ser negativa perante ao RPPS, resulta em ações/attitudes de não defesa desse sistema, assim como de não crença nele e não depósito de confiança e expectativa de contribuir com ele de bom grado ou de buscar com que tal sistema torne-se mais forte e valorizado com o tempo.

Isso posto, a seguir, após a reprise das legislações aplicáveis a cada um dos grupos, será realizado um resumo das representações para cada um dos grupos, conforme o analisado no tópico anterior, e Tabela 25, e demonstrado nos segmentos de texto mais significativos, para, em seguida, serem inferidas as implicações nas atitudes de cada um dos grupos.

Quadro 9 – Pontos principais quanto as regras de aposentadoria do Primeiro Grupo.

(continua)

| Possibilidades de aposentadoria      | Requisitos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Cálculo dos proventos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|--------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Regra Permanente</b>              | Idade mínima de 65 anos para homem e 62 anos para mulher e 25 anos de contribuição para ambos os sexos, tendo cumprido 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Média aritmética simples das remunerações adotada como base para as contribuições para o regime próprio de previdência social, atualizados monetariamente, do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, sendo o valor dos proventos de aposentadoria correspondente a 60% da média aritmética, com acréscimo de 2% para cada ano que exceder o tempo de 20 anos de contribuição. |
| <b>Regra de Transição por pontos</b> | Preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos: 56 anos de idade, se mulher, e 61 anos de idade, se homem; 30 anos de contribuição, se mulher, e 35 anos de contribuição, se homem; 20 anos de efetivo exercício no serviço público; 5 anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 pontos, se mulher, e 96 pontos, se homem. Após a data de 1º de janeiro de 2022, a idade mínima a que se refere será elevada para 57 anos de idade, se mulher, e 62 anos de idade, se homem, assim como, a partir de 1º de janeiro de 2020, a pontuação será acrescida a cada ano de 1 ponto, até atingir o limite de 100 pontos, se mulher, e de 105 pontos, se homem. Requisitos complementares para concessão da totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se aposentar: se aposente aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem. | O cálculo será da regra permanente se não cumprido com os requisitos complementares de idade mínima e, se cumprir, terá direito a integralidade e paridade, desde que não faça a opção do artigo 35, §16, da Constituição Estadual.                                                                                                                                                                                                 |

Quadro 9 – Pontos principais quanto as regras de aposentadoria do Primeiro Grupo.

(conclusão)

| Possibilidades de aposentadoria       | Requisitos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Cálculo dos proventos                                                                                                                                       |
|---------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Regra de Transição por pedágio</b> | Preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos: 57 anos de idade, se mulher, e 60 anos de idade, se homem; 30 anos de contribuição, se mulher, e 35 anos de contribuição, se homem; 20 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, para os servidores públicos; e o período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição necessário. | À totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, desde que não tenha feito a opção do §16 do artigo 35 da Constituição Estadual. |

Fonte: O autor (Paraná, 2019).

Em síntese, o Primeiro Grupo concentra os docentes que se encontram mais perto de se aposentarem, assim como, os que possuem as possibilidades mais vantajosas de aposentadoria, podendo incluir em seu benefício a paridade e a integralidade, os quais, em geral, trazem ou arrependimento de não terem se preparado o suficiente para a aposentadoria, ou apresentam satisfação por terem se preparado, assim como, também estão no processo de continuidade das preparações. Nesse sentido, as inferências quanto às atitudes a serem tomadas por tais sujeitos, é de continuidade dos atos preparatórios que já realizam, que em geral são de conseguirem majoração salarial em decorrência da sua qualificação acadêmica (mestrado ou doutorado), cumprir os requisitos para a implementação do Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE) no vencimento e realização de investimentos mais conservadores, ou seja, com menores riscos.

Continuando sobre as inferências, conclui-se que o referido grupo, em decorrência de estarem cientes sobre as condições em que se aposentarão, em que pese terem sido obrigados pela reforma a trabalharem por mais tempo, possui boas expectativas dos proventos que receberão, não apresentando, assim, grandes preocupações em desenvolverem fontes de rendas alternativas que, necessariamente, deverão servir como complementos à aposentadoria pelo RPPS.

Assim, nota-se que as preparações, consequentemente as ações a serem adotadas, na esfera financeira, realizadas pelos integrantes deste grupo estão intimamente relacionadas à sua possibilidade de se aposentar com o benefício/provento com a aplicação da integralidade e paridade, ou seja, o valor que receberão a título de aposentadoria não irá sofrer diminuição em relação ao valor que recebiam, e estavam acostumados a receber, durante os anos em atividade. Claro, conforme o Quadro 9, é necessário que optem pelas regras de transição e cumpram certos requisitos, caso contrário, aposentar-se-ão pela regra permanente.

Quadro 10 – Pontos principais quanto as regras de aposentadoria do Segundo Grupo.

(continua)

| Possibilidades de aposentadoria      | Requisitos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Cálculo dos proventos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Regra Permanente</b>              | Idade mínima de 65 anos para homem e 62 anos para mulher e 25 anos de contribuição para ambos os sexos, tendo cumprido 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Média aritmética simples das remunerações adotada como base para as contribuições para o regime próprio de previdência social, atualizados monetariamente, do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, sendo o valor dos proventos de aposentadoria correspondente a 60% da média aritmética, com acréscimo de 2% para cada ano que exceder o tempo de 20 anos de contribuição. |
| <b>Regra de Transição por pontos</b> | Preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos: 56 anos de idade, se mulher, e 61 anos de idade, se homem; 30 anos de contribuição, se mulher, e 35 anos de contribuição, se homem; 20 anos de efetivo exercício no serviço público; 5 anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 pontos, se mulher, e 96 pontos, se homem. Após a data de 1º de janeiro de 2022, a idade mínima a que se refere será elevada para 57 anos de idade, se mulher, e 62 anos de idade, se homem, assim como, a partir de 1º de janeiro de 2020, a pontuação será acrescida a cada ano de 1 ponto, até atingir o limite de 100 pontos, se mulher, e de 105 pontos, se homem. | O cálculo será da regra permanente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |

Quadro 10 – Pontos principais quanto as regras de aposentadoria do Segundo Grupo.

(conclusão)

| Possibilidades de aposentadoria       | Requisitos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Cálculo dos proventos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|---------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Regra de Transição por pedágio</b> | Preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos: 57 anos de idade, se mulher, e 60 anos de idade, se homem; 30 anos de contribuição, se mulher, e 35 anos de contribuição, se homem; 20 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, para os servidores públicos; e o período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição necessário. | Média aritmética simples das remunerações adotada como base para as contribuições para o regime próprio de previdência social, atualizados monetariamente, correspondentes 100% do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, desde que não faça a opção de que trata o §16 do artigo 35 da Constituição Estadual. |

Fonte: O autor (Paraná, 2019).

O Segundo Grupo, encontra-se “no meio do caminho”, ou seja, não estão no começo da carreira de docentes, mas também não estão próximos da aposentadoria, assim como, foram afetados pela reforma da previdência de 2019, mas ainda possuem algumas melhores possibilidades de aposentadoria do que os integrantes do Terceiro Grupo. Nesse sentido, as inferências sobre os integrantes do Segundo Grupo são no sentido de que intensificarão as buscas de meios alternativos de auferirem renda, seja por investimentos (quanto a natureza destes investimentos, os dados coletados indicam que são majoritariamente em imóveis) ou outras atividades que sejam compatíveis com o TIDE, caso optem, ou com as suas rotinas e responsabilidades.

Logo, já considerando que as suas possibilidades de aposentadoria serão menos propensas a proporcionar seguridade em relação aos seus antecessores, este grupo tende a buscar meios de desenvolver fontes de rendas alternativas passivas e ativas, até mesmo contemporâneas ao exercício dos cargos de servidor público, desde que compatíveis com o TIDE, para que estejam melhor guarnecidos no momento de se aposentarem.

Dessa maneira, esta situação os faz analisar o RPPS como insuficiente e injusto, apesar de entenderem que se encontram melhor que as gerações mais novas e futuras de servidores que ingressaram após a reforma, logo, e considerando que em

geral ainda possuem tempo para se prepararem para o momento de aposentadoria, adotam ações que permitam estarem melhor guarnecidos para a posteridade e que os possibilitem colocar em prática os seus planos de como passarão esta nova fase.

Quadro 11 – Pontos principais quanto as regras de aposentadoria do Terceiro Grupo.

| Possibilidades de aposentadoria       | Requisitos                                                                                                                                                                                                                        | Cálculo dos proventos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|---------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Regra Permanente</b>               | Idade mínima de 65 anos para homem e 62 anos para mulher e 25 anos de contribuição para ambos os sexos, tendo cumprido 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria. | Média aritmética simples das remunerações adotada como base para as contribuições para o regime próprio de previdência social, atualizados monetariamente, do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, sendo o valor dos proventos de aposentadoria correspondente a 60% da média aritmética, com acréscimo de 2% para cada ano que exceder o tempo de 20 anos de contribuição. Aos ingressos após 22/09/2022, os proventos estarão limitados ao teto do RGPS. |
| <b>Regra de Transição por pontos</b>  | Não se enquadra.                                                                                                                                                                                                                  | Não se enquadra.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>Regra de Transição por pedágio</b> | Não se enquadra.                                                                                                                                                                                                                  | Não se enquadra.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

Fonte: O autor (Paraná, 2019).

Quanto ao Terceiro Grupo, este é o mais afetado pela reforma da previdência de 2019, uma vez que estão regidos integralmente por ela no que se refere ao seu regime previdenciário. Nesse sentido, é o grupo mais motivado (ou impelido) a organizar e produzir fontes de rendas alternativas para a sua aposentadoria, já que o benefício que perceberão será menor que o de seus antecessores e o tempo trabalhado será superior, sendo isto uma realidade já conhecida e percebida pelos referidos docentes, que, apesar de lidarem com isso a contragosto, têm por certo que novas reformas ocorrerão e sua situação será apenas prejudicada ainda mais.

Nesse sentido, considerando esta realidade, os integrantes deste grupo visam, respeitando os limites do TIDE, desenvolver fontes de rendas alternativas ativas e aprender sobre fontes de rendas passivas de forma mais ávida, enquanto desenvolvem as suas atividades regulares, ou seja, são forçados dedicarem mais

tempo, desde o início de suas carreiras, ao planejamento financeiro para a posteridade, o que, em regra, gera maior desgaste psicológico.

Logo, a alteração legislativa implicou em possibilidades de aposentadorias menos auspiciosas, o que cumulado com a distância que tal fase se encontra, implica em falta de interesse de conhecer o RPPS, considerando a falta de confiança e esperança nele, já que entendem que novas reformas ocorrerão e implicarão em pioras ainda mais consideráveis no sistema atual do que as já ocorridas.

Realizando um contraponto em relação às inferências constatadas com os resultados das produções científicas relacionadas com o tema deste estudo encontradas e elencadas na revisão sistemática no tópico 3.1., tem-se significativa semelhança com os resultados verificados nos estudos de Amaral e Torres (2016, 2018) no que se refere às expectativas dos professores quanto às suas vidas pessoais, em que pese o novo cenário econômico que foi imposto em decorrência da reforma previdenciária.

Quanto às consequências da reforma em relação ao planejamento financeiro e profissional após a aposentadoria, apesar da correlação entre os estudos, já que as preocupações econômicas provocadas pela reforma se somaram, intensificando, as já existentes, não é possível e/ou vantajoso traçar-se um paralelo em decorrência do fato que os receios enfrentados antes da reforma compõem apenas parte do que foi analisado nesta pesquisa, considerando que novos receios foram acrescentados pela reforma e o intuito daquele estudo não era a verificação da representação social da aposentadoria também no âmbito econômico e preparações financeiras para este momento de aposentadoria.

Tal semelhança quanto às expectativas e planos no âmbito da vida pessoal/social dos professores, aqui não se abordando a esfera e ordem financeira devido à justificativa já explicitada no parágrafo anterior, encontra-se nos ganhos (maior convívio familiar, lidar de forma diferente com o tempo, não ter que trabalhar sob pressão, ter tempo para lazer, viagens, amigos e autocuidado) e nas perdas (importância do trabalho realizado como docente, ao sentimento de pertencimento e a aspectos macrosociais, como questões econômicas e sociais que interferem na vida dos sujeitos) verificadas como expectativas dos sujeitos naquela esfera (Amaral; Torres, 2016, 2018).

Em relação ao estudo desenvolvido por Liberatti, et al. (2015), em que pese a diferente forma de análise utilizada, e objetivos de tais análises, verifica-se

semelhança quanto às categorias encontradas no referido artigo (categorias: de ruptura de vínculos, representação de novas oportunidades, representação de liberdade, representação de missão cumprida e representação de frustração pela falta de reconhecimento) e as verificadas nesta pesquisa, haja vista a localização nos discursos dos sujeitos quanto ao que esperam de suas aposentadorias, consequentemente, levando a inferências semelhantes neste âmbito, em que pese as consequências impostas pela reforma previdenciária na esfera econômica, que não foram foco no referido estudo abordado na revisão sistemática.

Quanto ao artigo de Nóbrega e Helal (2017), não é possível realizar um paralelo entre os resultados de tal estudo com os da presente pesquisa, apesar da sua semelhança temática, haja vista que os seus objetivos e objetos de análises foram distintos, não sendo abordado nesta dissertação quanto a maior, ou menor, dificuldade das mulheres têm menos dificuldades para o início da aposentadoria.

Por fim, algo que é presente em todos os grupos, e que implica nas futuras ações de forma geral de todos, é a diminuição da confiança no RPPS por parte dos docentes, que não mais contam com a aposentadoria do referido regime como o único meio de se sustentarem durante a aposentadoria, com exceção do primeiro grupo que ainda goza de regras mais vantajosas o que lhes permite contar apenas com os proventos do benefício de aposentadoria, entretanto, mesmo dentre este grupo, a confiança em relação ao RPPS encontra-se abalada, assim como dos demais grupos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi desenvolvida com o objetivo de analisar quais são as Representações Sociais na perspectiva dos professores universitários estaduais que não se encontram aposentados e nem em gozo de algum benefício previdenciário, vinculados à Universidade Estadual de Ponta Grossa, sobre sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social.

No primeiro capítulo, foi apresentada uma síntese histórica da previdência social, em âmbito internacional e nacional, com posterior afunilamento para o Paraná, abordando as alterações legislativas com o passar dos anos até chegar à ocorrida em 2019 (Paraná, 2019), sendo tratado com maior atenção e foco às alterações/regras previdenciárias que atingiram/refletiram em alterações para os sujeitos deste estudo, os professores universitários da UEPG.

No último tópico do primeiro capítulo, foi realizada uma explicação de quem são os sujeitos abordados no estudo, professores ativos e efetivos da UEPG, e quais foram os grupos em que foram divididos, considerando as diferentes legislações aplicáveis: 1) os que ingressaram até 31/12/2003, que podem receber seu benefício pela integralidade e paridade; 2) os que ingressaram após 31/12/2003 e antes de 04/12/2019, que terão os seus proventos calculados pela média aritmética simples de todos os salários desde 1994, recebendo 60% desta média mais 2% por ano de contribuição acima de 20 anos, para ambos os sexos, mas podem se enquadrar nas regras provisórias; e 3) os que ingressaram após 04/12/2019, que terão os seus proventos calculados pela média aritmética simples de todos os salários desde 1994, recebendo 60% desta média mais 2% por ano de contribuição acima de 20 anos, para ambos os sexos e com limite ao teto do RGPS para os que ingressaram após 22/09/2022.

Já no segundo capítulo, o conteúdo abordado passou a ser as Representações Sociais, temática que teve seu histórico, conceito e abordagens comentadas e posteriormente correlacionadas com o objeto do presente estudo, assim como, também foi realizada outra abordagem sobre os sujeitos deste estudo, mas agora não pela ótica jurídica anteriormente vista no primeiro capítulo, mas sim, analisando a subjetividade deles, pela perspectiva social/interdisciplinar. Sendo destacado que o método de análise das representações sociais escolhido foi o estrutural.

No terceiro capítulo, apresentou-se a contextualização do tema aqui pesquisado, com intuito de aprofundá-lo. Apresentaram-se, também, as escolhas metodológicas e como elas interagiram e auxiliaram a chegar no objetivo deste estudo, do mesmo modo que foi discorrido sobre a coleta de dados, que se deu por meio de TALP e entrevista, sobre a análise de conteúdo que foi realizada e o *Software* utilizado para a análise, IRAMUTEQ, o qual viabilizou a realização de análise de frequência, análise prototípica, nuvem de palavras, análise estatística e Classificação Hierárquica Descendente.

Ainda no terceiro capítulo, foram apresentadas as categorias de análise que foram abordadas no último capítulo durante a análise dos dados, sendo elas: 1) o conhecimento dos integrantes do grupo sobre as regras previdenciárias que estão submetidos; 2) o conhecimento se as regras que estão submetidos sofreram alterações decorrentes da reforma da previdência ou não; 3) se possuem ou estão construindo fontes de renda alternativas além do benefício que receberão após a aposentadoria ou não; 4) se o trabalho como docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa é sua principal fonte de renda ou apenas complementar, não representando algo decisório para sua qualidade de vida ser mantida ou alterada caso sofra diminuição; 5) qual é a percepção dos professores sobre o RPPS, se acreditam que ele oferece segurança e estabilidade para o futuro ou que as mudanças nas regras, como as reformas previdenciárias, podem prejudicar seus direitos; 6) de que forma as recentes reformas afetam, e se afetaram, a confiança dos professores em relação à sua aposentadoria; e 7) as expectativas do referido integrante para a aposentadoria.

Por fim, no quarto e último capítulo, todas as informações anteriormente apresentadas e discorridas foram unidas para ser possível atingir o objetivo desta pesquisa, que foi identificar as Representações Sociais do grupo estudado, referente à sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social, e também identificar, o que foi realizado no último tópico, quais são os possíveis posicionamentos e decisões que podem ser adotadas pelo grupo em decorrência da Emenda Constitucional n. 45 de 2019.

No presente estudo, não foram desenvolvidas hipóteses, mas sim, consideradas categorias de análise, conforme explicitado no terceiro capítulo e realizada a análise no quarto capítulo. Nesse sentido, não há que se falar em confirmação ou refutação da hipótese.

Quanto aos termos indutores da TALP, os resultados encontram-se resumidos a seguir. No que se refere ao termo indutor “Aposentadoria”, percebeu-se que não há termo hegemônico dentre os grupos, enquanto os termos “Novas oportunidades”, “Tempo livre”, “Plano de saúde”, “Inatividade”, “Liberdade” e “Saúde” representam representações emancipadas, ao passo que se encontra o termo “Incerteza”, presente no Segundo Grupo com OME 3, como representações polêmicas. Assim, tem-se que a aposentadoria é vista, em geral pelos grupos, como um momento de novas possibilidades e mais tempo e liberdade, sendo a saúde uma preocupação, ao mesmo tempo que o Segundo Grupo vê incerteza nesta nova fase como elemento central, diferente dos demais grupos. Logo, tem-se que em decorrência das diferenças legislativas, o que implica em regras diversas de aposentadoria, o que, por sua vez, resulta em tempo de serviço e remunerações diversas, foram localizadas diferentes representações sociais quanto a aposentadoria dos sujeitos (Paraná, 1989).

Quanto ao termo indutor “Reforma da Previdência”, percebeu-se que não há termo hegemônico dentre os grupos, enquanto os termos “Injustiça”, “Prejudicial”, “Perda de direitos”, “Necessária”, “Inatividade”, “Liberdade” e “Saúde” representam representações emancipadas, também não havendo representações polêmicas. Assim, tem-se que a reforma da previdência é vista, em geral pelos grupos, como injusta e prejudicial, causadora de perda de direitos e preocupações quanto à saúde dos beneficiários, ao passo que também é vista como necessária na conjuntura atual do país. Dessa maneira, tem-se que em decorrência das diferenças legislativas, o que implica em regras diversas de aposentadoria, o que, por sua vez, resulta em tempo de serviço e remunerações diversas, surgem diferentes representações sociais quanto à aposentadoria dos sujeitos e os impactos da reforma da previdência em suas aposentadorias (consequentemente, o que significou a reforma da previdência de 2019), principalmente uma diferenciação entre o Primeiro Grupo dos demais, sendo que o Primeiro Grupo é o com as regras previdenciárias mais vantajosas e que mais se distancia dos outros dois grupos, que possuem regras com maior semelhança, assim como foi o grupo menos afetado pelas reformas (Paraná, 1989).

Por fim, quanto ao termo indutor “Benefício previdenciário”, percebeu-se que “Necessário” e “Direitos” são representações hegemônicas dentre os grupos, enquanto os termos “Injustiça”, “Ruim” e “Segurança” representam representações emancipadas, enquanto “Justo” é uma representação polêmica. Assim, tem-se que o benefício previdenciário é visto de forma unânime entre os grupos como necessário e

um direito, enquanto a questão de injustiça em decorrência das reformas e ainda tratar-se de um gerador de segurança é uma representação flutuante entre os sujeitos, ao mesmo passo que ser considerado justo é uma representação presente apenas no Primeiro Grupo e conflitante com a representação dos demais sujeitos, justamente em decorrência das consequências/reverberações legislativas. Ou seja, tem-se que em decorrência das diferenças legislativas, o que implica em regras diversas de aposentadoria, o que, por sua vez, resulta em tempo de serviço e remunerações diversas, formam-se diferentes representações sociais quanto ao que o benefício previdenciário representa aos sujeitos, apesar de tais representações não serem tão distintas, havendo, entretanto, a presença de uma perspectiva diferente pelo Primeiro Grupo em decorrência das regras mais vantajosas que lhes são aplicadas (Paraná, 1989).

Dessa maneira, nota-se certa discrepância entre os grupos quanto às representações sociais em relação aos termos indutores, entretanto, quando se passou a análise das categorias, conforme será exposto, tal distanciamento dos grupos em relação ao núcleo central não mais se fez presente.

Como resultado da análise da primeira categoria, concluiu-se que o Primeiro Grupo, por ser composto por docentes que ingressaram há mais tempo, até 31/12/2003, detém o maior número de conhecedores das regras, já que a aposentadoria é uma realidade mais próxima e palpável para os seus integrantes, ao passo que para os classificados no Segundo Grupo, a aposentadoria é algo que apesar de não estar tão longe, ainda não é uma realidade iminente e em decorrência das mudanças de leis, certo desestímulo em conhecer se instaurou, já que é sabido que cada vez as possibilidades serão piores, então deixar para tomar ciência posteriormente causa menos sofrimento, já que nada poderá ser feito. Por fim, para o Terceiro Grupo, por ser composto de docentes que ingressaram após 04/12/2019, os seus integrantes são majoritariamente mais jovens, ou seja, veem a aposentadoria como um futuro distante e remoto, não dando atenção, importância e não dedicando muito tempo para pensar sobre isso.

Na segunda categoria, verificou-se que o Segundo Grupo tem por certo que houve alterações, mesmo que não saibam de forma exata o que foi, e quando sabem, confirmam tal situação de que foram atingidos. Quanto ao Primeiro Grupo, estes informam que sabem que foram atingidos, mas reconhecem que de forma mais branda em comparação aos seus colegas que se enquadram em outras regras,

consequentemente, outros grupos. Por fim, o Terceiro Grupo também tem ciência de que foram afetados, até porque, alguns ingressaram após as alterações, então sequer tinham expectativas de usufruírem dos regimes anteriores, entretanto, não é localizado grande preocupação em saber o que alterou, já que os impactos disso serão em um futuro distante.

Referente a terceira categoria, a análise resultou que se pode inferir que os docentes tendem a desenvolver outras fontes de renda para o momento da aposentadoria para complementar o benefício previdenciário que receberão, e quando não o desenvolvem, o que ocorre tão frequentemente quanto o desenvolvimento, não o fazem não por acharem desnecessárias ou irrelevantes, mas sim, por não ter sido viável dentre as suas possibilidades.

Quanto à quarta categoria, pode-se inferir que, apesar da atividade como docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa ser a principal fonte de renda na maioria dos casos, os docentes tendem a desenvolver outras fontes de renda para o momento da aposentadoria para complementar o benefício previdenciário que receberão, fazendo com que a aposentadoria advinda do RPPS não seja mais a protagonista em suas finanças, e quando não desenvolvem outras fontes, o que ocorre tão frequentemente quanto o desenvolvimento, não o fazem não por achar que seriam desnecessárias ou irrelevantes, mas sim, por não ter sido viável dentre as suas possibilidades.

Na quinta categoria, concluiu-se que os docentes, em decorrência das reformas ocorridas e das que vão ocorrer em detrimento de seus direitos, sendo ao menos isto o esperado pelos sujeitos, não mais enxergam o RPPS com a segurança e a estabilidade que ele deveria deter e possuir, ao passo que a iminência de novas reformas age como um fator ainda mais instável e hábil a abalar a tênue segurança e estabilidade que ainda vestem o RPPS. Interessante comentar, também, que dentre os grupos, considerando as benesses que o Primeiro Grupo possui em comparação aos demais, apesar de não ter sido tão prejudicado quanto aos demais, possui a mesma representação que os seus colegas.

Como resultado da análise da sexta categoria, verificou-se que as reformas afetaram a confiança dos professores em relação à sua aposentadoria na medida em que, conforme as reformas vão sendo efetivadas, os benefícios vão sendo minguados e os futuros beneficiários tornam-se cada vez mais desprotegidos, o que impacta de forma direta a confiança no RPPS, diminuindo gradativamente a confiança depositada

no referido sistema, o que, de certo modo, esvazia até mesmo o significado do referido regime na perspectiva dos docentes.

E, por fim, referente à sétima categoria pode-se inferir que os docentes possuem boas expectativas para a sua aposentadoria, incluindo viajar, passar mais tempo com a família e realizar outras atividades de cunho econômico ou voluntário, mas sem que haja tanta cobrança e responsabilidade quanto a atividade que exerceram de docente universitário de instituição estadual até então, no mesmo sentido, também se destaca a importância que dão para a preparação financeira e emocional para este momento, mesmo que nem sempre entendam que se preparam ou se prepararam corretamente para tal momento.

Quanto às inferências em relação às ações futuras dos sujeitos que compõem os grupos, o Primeiro Grupo concentra os docentes que se encontram mais perto de se aposentarem, assim como, os que possuem as possibilidades mais vantajosas de aposentadoria, podendo, incluir em seu benefício a paridade e a integralidade. Em geral, ou trazem arrependimento de não terem se preparado o suficiente para a aposentadoria, ou apresentam satisfação por terem se preparado, ou estão no processo de continuidade das preparações. Nesse sentido, as inferências quanto às atitudes a serem tomadas por tais sujeitos, são de continuidade dos atos preparatórios que já realizam, que em geral são de conseguirem majoração salarial em decorrência da sua qualificação acadêmica (mestrado ou doutorado), cumprir os requisitos para a implementação do Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE) no vencimento e realização de investimentos mais conservadores, ou seja, com menores riscos de desvalorização.

O Segundo Grupo, encontra-se “no meio do caminho”, ou seja, não estão no começo da carreira de docentes, mas também não estão próximos da aposentadoria, assim como, foram afetados pela reforma da previdência de 2019, mas ainda possuem algumas melhores possibilidades de aposentadoria do que os integrantes do Terceiro Grupo. Nesse sentido, as inferências sobre os integrantes do Segundo Grupo são no sentido de que intensificarão as buscas de meios alternativos de auferirem renda, seja por investimentos (quanto a natureza destes investimentos, os dados coletados indicam que são majoritariamente em imóveis) ou outras atividades que sejam compatíveis com o TIDE, caso optem, ou com as suas rotinas e responsabilidades.

Quanto ao Terceiro Grupo, este é o mais afetado pela reforma da previdência de 2019, uma vez que estão regidos integralmente por ela no que se refere ao seu regime previdenciário. Nesse sentido, é o grupo mais motivado (ou impelido) a organizar e produzir fontes de renda alternativas para a sua aposentadoria, já que o benefício previdenciário que perceberão será menor que o de seus antecessores e o tempo trabalhado será superior, sendo isto uma realidade já conhecida e percebida pelos referidos docentes, que, apesar de lidarem com isso a contragosto, têm por certo que novas reformas ocorrerão e sua situação será apenas prejudicada ainda mais.

Por fim, algo que foi constatado de forma unânime nos grupos, e que implica nas futuras ações de forma geral de todos, é a diminuição da confiança no RPPS por parte dos docentes, que não mais contam com a aposentadoria do referido regime como o único meio de se sustentarem durante a aposentadoria, com exceção do primeiro grupo que ainda goza de regras mais vantajosas o que lhes permite contar apenas com os proventos do benefício de aposentadoria, entretanto, mesmo dentre este grupo, a confiança em relação ao RPPS encontra-se abalada, assim como dos demais grupos.

Assim, tem-se cumprido o objetivo da presente pesquisa, que resultou na análise da representação social dos professores ativos e efetivos da UEPG em relação à sua aposentadoria, regida pelo RPPS, sendo utilizado, para este estudo, a TALP e de entrevistas semiestruturadas (o que viabilizou a construção das categorias de análise).

Ao pesquisador, mestrando, a construção deste trabalho significou uma grande evolução e expansão quanto aos conhecimentos e capacidades de produção de estudos científicos, considerando a interdisciplinaridade deste estudo na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, envolvendo sua área principal, o Direito, e a Teoria das Representações Sociais, da Psicologia Social, o que forçou uma maior exposição deste autor a estudos que fogem da área de domínio inicial, o que implicou em um importante amadurecimento como pesquisador.

Ocorrendo, também, durante esta pesquisa, grande aproximação do referido autor aos estudos da psicologia e métodos científicos mais comumente utilizados nesta área, como o *software* IRAMUTEQ, assim como o aprofundamento do pesquisador nos estudos de leis, jurisprudências e do direito em geral, que consiste em sua área principal e de concentração, com aplicação de conhecimentos e técnicas

jurídicas em outras áreas do conhecimento. Tais experiências mostraram-se muito importantes e reveladoras, pois, durante a sua formação na área de Direito, e nas produções científicas comumente realizadas e encontradas nesta referida área, a produção de artigos e estudos científicos por meio das técnicas e metodologias aqui aplicadas são pouco usuais, logo, houve relevante ampliação do leque de experiências e oportunidades de estudos que este autor já foi outrora submetido ou possuía à sua disposição.

Neste estudo, os resultados/achados permitem que os sujeitos, aqui leia-se, todos os professores ativos e efetivos da UEPG, e até mesmo aqueles futuros docentes (atualmente prestadores de concursos, “concurseiros”, ou acadêmicos que estão em processo de preparação) que pretendem fazer parte do quadro docente da referida Universidade ou de instituições semelhantes, tenham acesso facilitado por meio desta pesquisa a informações tão importantes, que consistem em uma compilação das principais alterações legislativas e como isto impactou, tem impactado e impactará, as suas aposentadorias. Haja vista que ter conhecimento de tal tendência previdenciária é algo de extrema relevância quando se fala em planejamento de carreira. Do mesmo modo, para que possam verificar como seus colegas têm enfrentado ou planejam enfrentar tais alterações, tanto no aspecto financeiro quanto emocional.

Assim, espera-se que este trabalho sirva aos sujeitos estudados como um facilitador e paradigma para que possam, considerando seus valores, objetivos de vida e peculiaridades de suas realidades (devendo tudo isto ser ponderado por cada um dos docentes antes das tomadas de decisões com base no que se constatou e verificou nesta pesquisa), preparar-se da forma que julguem melhor para atingirem suas expectativas para suas aposentadorias. Por óbvio, não se pretende aqui inferir aos referidos docentes o que é melhor ou pior fazer, qual decisão é “certa” ou qual é “errada”, já que o melhor indivíduo para conceituar e optar e julgar tais decisões com tais termos são os próprios docentes, mas sim, objetiva-se fornecer informações, por meio de relatos e experiências de outros docentes, que podem ser úteis para suas reflexões ou tomadas de decisões visando atingirem seus objetivos próprios e particulares, buscando, este estudo, servir como oportunidade do leitor não ser influenciado, no momento da tomada de decisão, por expectativas ou informações que não encontram amparo na realidade e na legislação atual.

Sugere-se que sejam realizados novos estudos sobre as representações sociais dos docentes da UEPG em relação à aposentadoria, utilizando professores já aposentados como grupo de controle, para ver se as representações sociais das expectativas encontram amparo na realidade enfrentada e se as novas gerações de docentes, que não mais farão jus a normas previdenciárias tão benéficas, serão, de fato, tão impactadas como restou concluído neste estudo que é a perspectiva dos sujeitos, ou se tratou-se de uma falsa expectativa que, na prática, trouxe pouco ou nenhum impacto significativo.

## REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000.

ABRIC, Jean Claude. **Représentations sociales**: aspects théoriques. In: ABRIC, J. C. (Org.). *Pratiques Sociales et Représentations*. Paris: PUF, 1994.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. **Abordagem societal das representações sociais**. *Sociedade e estado*, v. 24, p. 713-737, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/rHhKVKfRWRCyyfqVfrzLX9x/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 ago. 2024.

AMARAL, Luana de Barros Campos do, TORRES, Tatiana Lucena. **Representação Social Da Aposentadoria Para Professores Universitários**. *Psicologia E Saber Social* 6.2 (2018): *Psicologia E Saber Social*, 2018, Vol.6 (2). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/psi-sabersocial/article/view/23594/23862>. Acesso em: 20 jan. 2025.

AMARAL, Luana de Barros Campos do, TORRES, Tatiana Lucena. **Representações sociais do trabalho docente e da aposentadoria para professores de duas universidades federais**. 2016. 247f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22360>. Acesso em: 20 jan. 2025

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BERTONI, Luci Mara; GALINKIN, Ana Lúcia. **Teoria e métodos em representações sociais Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias**. 2017, p. 101-122. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yjxdq/pdf/mororo-9788574554938-05.pdf>. Acesso em 20 ago. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942. **Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro** (1942). Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del4657compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm). Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003. **Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm). Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019. **Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Brasília, DF, Presidência da República, 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 07 jan. 2025.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**, STF, ADI 3297, Relator Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, Data de Julgamento: 11/10/2019, Data de Publicação: 25/10/2019. Disponível em:  
<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=751243586>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**, TRF-4, Apelação Cível nº 5013162-62.2023.4.04.7100/RS, Relator Desembargador Federal Cândido Alfredo Silva Leal Junior, Data da Decisão: 23/04/2024. Disponível em:  
[https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro\\_teor.php?orgao=1&numero\\_gproc=40004404176&versao\\_gproc=4&crc\\_gproc=e4495191](https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numero_gproc=40004404176&versao_gproc=4&crc_gproc=e4495191). Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**, TRF-4, Apelação Cível nº 5006826-38.2020.4.04.7200/SC, Relator Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida, Data da Decisão: 06/12/2022. Disponível em:  
[https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro\\_teor.php?orgao=1&numero\\_gproc=40003626886&versao\\_gproc=3&crc\\_gproc=7b033237](https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numero_gproc=40003626886&versao_gproc=3&crc_gproc=7b033237). Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**, TRF-4, Apelação Cível nº 5001100-49.2017.4.04.7116/RS, Relator Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida, Data da Decisão: 11/12/2018. Disponível em:  
[https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro\\_teor.php?orgao=1&numero\\_gproc=40000775555&versao\\_gproc=5&crc\\_gproc=b77d0ad8](https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numero_gproc=40000775555&versao_gproc=5&crc_gproc=b77d0ad8). Acesso em: 28 set. 2024.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v.21, n.2, p. 513-518, dez. 2013. Disponível em:  
[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 fev. 2025.

CAMPOS, Marcelo Barroso Lima Brito. **Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos**. 4 ed. Curitiba: Juruá, 2013.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In Sílvia H. Koller, Maria Clara P. de Paula Couto, Jean Von

Hohendorff (Orgs.), **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Penso (p. 55-70), Porto Alegre: Penso, 2014. p. 55-70.

DONATO, Helena; DONATO, Mariana. Stages for Undertaking a Systematic Review. **Acta Médica Portuguesa**, n. 32, v.3, p. 227-235, 2019. Disponível em: <https://www.actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/article/view/11923>. Acesso em: 20 nov. 2024.

DOISE, Willem. **Da Psicologia Social à Psicologia Societal**. Psic. Teor. e Pesq., Brasília, v.18, p. 27-35, jan./abr. 2002. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n1/a04v18n1>. Acesso em: 26 jun. 2017. Acesso em: 20 ago. 2024.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As Três Economias Políticas do Welfare State**. Revista Lua Nova, São Paulo, n. 24, set. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/99DPRg4vVqLrQ4XbpBRHc5H/?lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2024.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GOMES, Isabelle Sena; CAMINHA, Iraquiton de Oliveira. **Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as ciências do movimento humano**. Movimento (ESEFID/UFRGS), Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 395-411, dez. 2013, v. 20, n. 1, jan./mar. 2014. ISSN 1982-8918. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/41542>. Acesso em: 20 nov. 2024.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário** – 20. ed. – Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

JODELET, Denise. **Representações sociais**: um domínio em expansão. IN: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 17-44.

JODELET, Denise. **Ponto de vista: sobre o movimento das representações sociais na comunidade científica brasileira**. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 19, n. 1, p. 19-26, jul. 2011. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2011000100003](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000100003). Acesso em: 21 ago. 2024.

LARA, Hellen Pereira. **Sistema de seguridade social**: a previdência social. Curitiba: InterSaberes, 2021. 296p.

LAZZARI, João Batista, [et al.]. **Prática processual previdenciária**: administrativa e judicial. 14. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

LIBERATI, Alessandro. et al. **The PRISMA Statement for Reporting Systematic Reviews and Meta-Analyses of Studies That Evaluate Health Care Interventions**: Explanation and Elaboration. PLoS Med, n. 6, v. 7: e1000100, 2009. Disponível em:

<https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1000100>. Acesso em: 1 fev. 2025.

LIBERATTI, Vanessa Moraes; MARTINS, Julia Trevisan; ROBAZZI, Maria Lucia do Carmo Cruz; CARDELLI, Alexandrina Aparecida Maciel; GVOZD, Raquel; TREVISAN, Gabriela Schimitt. **Representações sociais da aposentadoria para enfermeiras docentes de uma universidade pública**. Revista de Enfermagem UFPE on line, Recife, v. 9, n. 11, p. 9699–9705, 2015. DOI: 10.5205/1981-8963-v9i11a10758p9699-9705-2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/10758>. Acesso em: 20 jan. 2025

LIMA, Maria do Socorro Carneiro de. **Imagem e identidade: estudo sobre o professor universitário**. Tese de Doutorado, Repositório da Universidade de Lisboa, Portugal, 2012. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7626/1/ulsd064413\\_td\\_tese.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7626/1/ulsd064413_td_tese.pdf). Acesso em: 22 jul. 2024.

MACHADO, Laêda Bezerra, ANICETO, Rosimere de Almeida. **Núcleo Central e periferia das representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 345-364, 2010.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MAZZOTTI, Alda Jucith Alves. **A abordagem estrutural das representações sociais**. Psic. Da Ed., São Paulo, 14/15, 1º e 2º sem. de 2002, p. 17-37. 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/31913>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, Serge. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. Notes towards a description of social representations. **European Journal of Social Psychology**, v. 18, p. 211-250, 1988. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/ejsp.2420180303>. Acesso em: 02 fev. 2025.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MELO, José Tarcízio de Almeida. **Direito Constitucional Brasileiro**. Editora Del Rey, 1996.

MS-CSA. Universidade Estadual de Ponta Grossa, MS-CSA, Ponta Grossa, 2024. **Despacho processo n.º 24.000072344-6**. 26 nov. 2024.

NEVES, Ricardo. **Apertem os cérebros, o emprego sumiu**. Revista Época, n.º 496, 75-76, 2007.

NÓBREGA, Cleverson Vasconcelos; HELAL, Diogo Henrique. **Representações sociais da aposentadoria: um estudo com docentes e ex-docentes universitários**. Tese de doutorado. Paraíba: Universidade Federal de João Pessoa; 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14632>. Acesso em: 20 jan. 2025

NOGUEIRA, Narlon Gutierre. **O Equilíbrio Financeiro e Atuarial dos RPPS: de Princípio Constitucional a Política Pública de Estado**. Coleção Previdência Social, v. 34. Brasília: MPS, 2012.

PAVARINO, Rosana Nantes. **Teoria das Representações Sociais**: Pertinência para as pesquisas em Comunicação de massa. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG (p. 20), 2003. Universidade Católica de Brasília: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

PARANÁ. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Paraná**. Curitiba, PR. 1989. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=9779&codItemAto=97783>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PARANÁ. Decreto n.º 3.188 (2023). **Decreto n.º 3.188, de 21 de agosto de 2023**. Curitiba, PR. 2023. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-3188-2023-parana-regulamenta-nas-questoes-em-que-especifica-a-lei-no-20-777-de-16-de-novembro-de-2021-que-instituiu-o-regime-de-previdencia-complementar-no-ambito-do-estado-do-parana-e-dispoe-sobre-medidas-referentes-aos-efeitos-da-portaria-previc-no-1184-de-22-de-novembro-de-2022>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PARANÁ. Emenda Constitucional n.º 45, de 04 de dezembro de 2019. **Altera os arts. 35 e 129 da Constituição do Estado do Paraná, e dá outras providências**. Curitiba, PR, 2019. Disponível em: < <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=230636&indice=1&totalRegistros=1&dt=5.1.2020.14.39.24.12>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PARANÁ. Lei Complementar 233 (2021). **Lei Complementar n.º 233, de 10 de março de 2021**. Curitiba, PR, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 2021. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-complementar-n-233-2021-parana-regulamenta-no-ambito-do-regime-proprio-de-previdencia-social-do-estado-do-parana-as-regras-permanentes-do-art-35-da-constituicao-estadual-com-redacao-dada-pela-emenda-constitucional-no-45-de-4-de-dezembro-de-2019-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PARANÁ. Lei n.º 10.219 (1992). **Lei n.º 10.219, de 21 de dezembro de 1992**. Curitiba, PR, Palácio do Governo em Curitiba. 1992. Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=6343&codItemAto=48874#:~:text=Lei%2010219%20%2D%2021%20de%20Dezembro%20de%201992&text=S%C3%BAmula%3A%20Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20PREVID%C3%8ANCIA,ESTADO%20e%20adota%20outras%20provid%C3%A>  
Ancias. Acesso em: 06 set. 2024.

PARANÁ. Lei n.º 6.174 (1970). **Lei n.º 6.174, de 20 de novembro de 1970**. Curitiba, PR, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 1970. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-6174-1970-parana-estabelece-o-regime-juridico-dos-funcionarios-civis-do-poder-executivo-do-estado-do-parana>. Acesso em: 06 set. 2024.

PARANÁ. Lei Ordinária n.º 20.777 (2021). **Lei Ordinária n.º 20.777, de 16 de novembro de 2021**. Curitiba, PR, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 2021. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-20777-2021-parana-institui-o-regime-de-previdencia-complementar-no-ambito-do-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PARANÁ. **Portal Transparência**, 2024. Disponível em: <https://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pessoal/servidores/poderexecutivo/remuneracao?windowId=543>. Acesso em: 20 jul. 2024.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2006. v. 1.

PRISMA. **PRISMA 2020 statement**. 2024. Disponível em: <https://www.prisma-statement.org/>. Acesso em: 1 fev. 2025.

PRÓ-REITORIA de Gestão de Pessoas UEPG tem foco no atendimento aos servidores. **Universidade Estadual de Ponta Grossa**, 2023. Disponível em: <https://www.uepg.br/mudanca-pro-servidores/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

PROPLAN. Universidade Estadual de Ponta Grossa, PROPLAN, Ponta Grossa, 2024a. **Despacho processo n.º 24.000057415-7**. 13 set. 2024.

PROPLAN. Universidade Estadual de Ponta Grossa, PROPLAN, Ponta Grossa, 2024b. **Processo n.º 24.000078168-3**. 26 nov. 2024.

REINERT, Max. Alceste, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de G. de Nerval. **Bulletin de Méthodologie Sociologique**, v. 28, n. 1, p. 24-54, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/075910639002600103>. Acesso em: 11 fev. 2025.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; MANCEBO, Deise. **O servidor público no mundo do trabalho do século XXI**. Scielo. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/wt4yyKk3N5ZGRV977Z8ZyVn/?format=html>. Acesso em: 17 ago. 2024.

ROSENBERG, Seymour, & JONES, Russell. **A method for investigating and representing a person's implicit theory of personality**: Theodore Dreiser's view of

people. *Journal of Personality & Social Psychology*, 22(3), 372-386. 1972. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1972-31559-001>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Bases Teórico Metodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**: Ideias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. 2. ed. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WACHELKE, João; WOLTER, Rafael. Critérios de Construção e Relato da Análise Prototípica para Representações Sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27 n. 4, pp. 521-526, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/bdqVHwLbSD8gyWcZwrJHqGr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2025.

WACHELKE, João; WOLTER, Rafael; RODRIGUES MATOS, Fabíola. Efeito do tamanho da amostra na análise de evocações para representações sociais. **Liberabit**, Lima, v. 22, n. 2, p. 153-160, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1729-48272016000200003](http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1729-48272016000200003). Acesso em: 28 jan. 2025.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA  
GROSSA PRÓ-REITORIA DE  
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS

#### **Associação de palavras:**

Considerando a sua experiência e vivência, fale 5 (cinco) palavras que te vêm à mente relacionadas a cada um dos seguintes termos:

- 1º Aposentadoria
- 2º Reforma da Previdência
- 3º Benefício previdenciário

Agora ordene as palavras ditas em relação aos termos conforme a importância que atribui a cada palavra pronunciada referente ao termo, sendo a primeira a mais importante e a quinta a menos importante dentre as cinco palavras ditas.

Justifique a escolha apenas da primeira palavra de cada termo.

#### **Informações iniciais:**

- Qual a sua formação acadêmica?
- Qual a sua data de nascimento?
- Em que ano ingressou como docente estatutário na Universidade Estadual de Ponta Grossa? Possuiu outro vínculo de emprego anteriormente? Em caso positivo, qual o ano de ingresso e de saída?
- Pretende se aposentar assim que cumprir os requisitos legais ou deseja exercer a profissão de docente até quando conseguir? Ou nunca pensou nisso?
- Participou do Progesp Itinerante?
- Era funcionário público estatutário anteriormente ao ingresso na UEPG como professor estatutário? Caso tenha sido, qual foi o ano de ingresso e houve interrupção entre seu antigo vínculo e o atual?

**Perguntas abertas:**

A partir de sua experiência e vivência, responda as perguntas a seguir:

- Tem conhecimento sobre quais são os requisitos que precisa cumprir para conseguir se aposentar e qual é a base de cálculo para o valor do seu benefício? Caso não tenha tais conhecimentos, poderia nos explicar o porquê?
- Tem conhecimento se as alterações da Reforma da Previdência ocorridas a partir de 2019 afetaram a sua aposentadoria? Caso não tenha tais conhecimentos, poderia nos explicar o porquê?
- Possui fontes de renda alternativas que lhe garantirão após a aposentadoria, além do benefício previdenciário que receberá? Poderia comentar quais alternativas de renda são conhecidas? Qual sua opinião sobre ter uma? Alguma seria considerada adequada para sua situação de aposentadoria?
- A necessidade de fontes renda alternativas, ou a desnecessidade delas, surgiu em decorrência da sua remuneração como docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa?
- Quais as suas expectativas para a sua aposentadoria, que tipo de vida espera ter?
- Poderia comentar se tem se preparado para a sua aposentadoria, e como tem feito isso em caso de estar se preparando, tanto em termos financeiros, quanto emocionais?
- Qual sua percepção sobre o RPPS? Sua percepção é de segurança e estabilidade? Por quê? Como se sente quanto ao seu futuro em relação as possíveis mudanças de regras? Estas mudanças, se ocorressem, poderiam, na sua percepção, afetar a estabilidade e segurança?
- As recentes reformas previdenciárias afetaram sua confiança no sistema de aposentadoria? Por quê? Essas mudanças alteraram suas expectativas sobre a aposentadoria e seu planejamento para o futuro? Por quê?

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA  
E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES  
HUMANOS**

Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas.  
Bloco da Reitoria, Sala 22 - CEP: 84030-900 - Ponta Grossa/PR.  
Fone: (42)3220-3282 - E-mail: [propespsecretaria@uepg.br](mailto:propespsecretaria@uepg.br)

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O Senhor(a), \_\_\_\_\_, professor(a) universitário(a), está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de dissertação “A representação social de professores universitários na ativa da Universidade Estadual de Ponta Grossa sobre sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social, após a Emenda à Constituição do Estado do Paraná n.º 45 de 2019” tendo como pesquisador responsável **Leonardo de Almeida Fillus** e orientação do Professor Dr. **Constantino Ribeiro de Oliveira Junior**, da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR.

Esta pesquisa tem por objetivo: analisar quais são as Representações Sociais na perspectiva dos professores universitários estaduais que não se encontram aposentados e nem em gozo de algum benefício previdenciário, vinculados a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) que fazem parte.

Sua participação é muito valiosa e imprescindível, pois somente por meio dela será possível a realização deste estudo. A pesquisa apresenta riscos mínimos, pelo fato de que os dados fornecidos serão tratados com zelo pela privacidade dos informantes, sem os identificar, mantendo o sigilo e o caráter confidencial das informações, utilizados única e exclusivamente na realização da referida pesquisa, evitando o risco de vazamento de qualquer informação.

Os benefícios esperados com o estudo são: a) fornecer dados para pesquisas futuras em relação as representações sociais de professores universitários sobre sua aposentadoria; e b) viabilizar programas da UEPG que objetivem abordar esta temática.

O relatório final da pesquisa (dissertação) ficará disponível no site [http://sites.uepg.br/ppgcsa/?page\\_id=1758](http://sites.uepg.br/ppgcsa/?page_id=1758) após sua aprovação. Se desejar receber por e-mail os dados resultantes da pesquisa solicite pelo endereço abaixo exposto.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável pelo prontuário da pesquisa e a outra será fornecida ao Senhor(a) participante no ato da entrevista, devidamente assinada e rubricada.

De acordo com a Resolução CNS 466/2012 “Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variados. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes”. Caso sinta-se desconfortável em responder determinada questão, não precisa responder.

Após as análises dos dados, o Senhor(a) será informado(a) dos resultados desta pesquisa da qual participa. Sua participação é voluntária, ou seja, não implica custos aos participantes, portanto não recebe valores e nem precisa pagar para participar. Sendo garantido o livre acesso a todas as informações e retirada de dúvidas sobre o estudo, tudo o que desejar saber antes, durante e depois da participação na pesquisa.

O Senhor(a) poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem apresentar justificativas e, também, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido. Em caso de dúvidas, poderá entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa ou com a Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG.

**Leonardo de Almeida Fillus.**

Rua Professor Vitor do Amaral, n.º 747, Centro, Irati/PR.

E-mail: leonardofillus@gmail.com

Telefone: (45) 99911-1346.

**Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior.**

**Comitê de Ética em Pesquisa.**

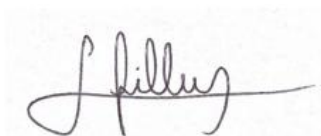
UEPG Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, Sala 22.

E-mail: coep@uepg.br

Telefone: (42)3220-3282.

---

Assinatura do(a) Convidado(a) para a Pesquisa



**Leonardo de Almeida Fillus  
Junior**

Pesquisador Responsável



**Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira**

Pesquisador/Professor Orientador

Ponta Grossa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**APÊNDICE C – ENTREVISTAS REALIZADAS**

Considerando que as transcrições, ao todo, somam 869 páginas, tais documentos/registros serão fornecidos mediante solicitação.

## ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICAS VERSÃO 3

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DA EMENDA

**Título da Pesquisa:** A representação social de professores universitários na ativa da Universidade Estadual de Ponta Grossa sobre sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social, após a Emenda à Constituição do Estado do Paraná n.º 45 de 2019

**Pesquisador:** Leonardo de Almeida Fillus

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 79261924.8.0000.0105

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Ponta Grossa

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 7.184.982

#### Apresentação do Projeto:

Solicitação de emenda ao Projeto de Pesquisa:

A representação social de professores universitários na ativa da Universidade Estadual de Ponta Grossa sobre sua aposentadoria, regida pelo

Regime Próprio de Previdência Social, após a Emenda à Constituição do Estado do Paraná n.º 45 de 2019.

Justificativa da Emenda:

O título da pesquisa foi alterado com intuito de especificar melhor a lei que implicou em alterações no Regime Próprio de Previdência Social dos professores universitários. A Lei anteriormente utilizada referiase a alteração Federal, agora, foi alterada para a Lei Estadual. As implicações são basicamente as mesmas, não havendo, assim, alteração da proposta da pesquisa ou de seu intuito, mas sim, apenas uma adequação legal. Consequentemente a alteração do título, foi preciso fazer adequações nos objetivos e demais tópicos com a indicação da lei agora utilizada. O título anterior era: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

**Bairro:** Uvaranas

**CEP:** 84.030-900

**UF:** PR

**Município:** PONTA GROSSA

**Telefone:** (42)3220-3282

**E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG**

Continuação do Parecer: 7.184.982

DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NA ATIVA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 103 DE 2019, SOBRE SUA APOSENTADORIA, REGIDA PELO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL Passou a ser: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NA ATIVA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA SOBRE SUA APOSENTADORIA, REGIDA PELO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, APÓS A EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ N.º 45 DE 2019. Foram acrescentadas duas novas categorias de análise, sendo: qual é a percepção dos professores sobre o RPPS, se acreditam que ele oferece segurança e estabilidade para o futuro ou que as mudanças nas regras, como as reformas previdenciárias, podem prejudicar seus direitos; de que forma as recentes reformas afetam, e se afetaram, a confiança dos professores em relação à sua aposentadoria. Também foram alterados alguns dos critérios para a divisão dos grupos, nada que descaracterize a pesquisa, apenas foi feita uma adequação legal, acompanhando a alteração da Lei utilizada no título. Grupos anteriormente: os que ingressaram até 31/12/2003, que podem receber seu benefício pela integralidade e paridade; os que ingressaram depois de 31/12/2003 até 13/11/2019, que terão seus vencimentos calculados por 80% das maiores remunerações, corrigidas monetariamente, sem fator previdenciário, desde que completo os requisitos antes de 13/11/2019; e os que ingressaram ou completaram os requisitos após 13/11/2019, será realizada média de todos dos salários desde 1994, desta média, será recebido 60% mais 2% por ano de contribuição acima de 20 anos para ambos os sexos, entretanto, os que ingressaram após a instituição de Previdência Complementar pelo ente federativo, a aposentadoria será limitada ao Teto do INSS. Passou a ser: 1) os que ingressaram até 31/12/2003, que podem receber seu benefício

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22  
**Bairro:** Uvaranas **CEP:** 84.030-900  
**UF:** PR **Município:** PONTA GROSSA  
**Telefone:** (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 7.184.982

pela

integralidade e paridade; 2) os que ingressaram após 31/12/2003 e antes de 04/12/2019, que terão os seus proventos calculados pela média aritmética simples de todos dos salários desde 1994, recebendo 60% desta média mais 2% por ano de contribuição acima de 20 anos, para ambos os sexos, mas podem se enquadrar nas regras provisórias; e 3) os que ingressaram após 04/12/2019, que terão os seus proventos calculados pela média aritmética simples de todos dos salários desde 1994, recebendo 60% desta média mais 2% por ano de contribuição acima de 20 anos, para ambos os sexos e com limite ao teto do RGPS para os que ingressaram após 22/09/2022. A ordem que a TALP (Técnica de Associação Livre de palavras) aparece no questionário foi alterada, passando ser a primeira. Duas novas perguntas foram acrescentadas as perguntas abertas, sendo elas: ¿ Qual sua percepção sobre o RPPS? Sua percepção é de segurança e estabilidade? Por quê? Como se sente quanto ao seu futuro em relação as possíveis mudanças de regras? Estas mudanças, se ocorressem, poderiam, na sua percepção, afetar a estabilidade e segurança? ¿ As recentes reformas previdenciárias afetaram sua confiança no sistema de aposentadoria? Por quê? Essas mudanças alteraram suas expectativas sobre a aposentadoria e seu planejamento para o futuro? Por quê? Por fim, também foi aumentado o número de entrevistados de 15 para 45.

### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

O objetivo geral da presente pesquisa será analisar quais são as Representações Sociais na perspectiva dos professores universitários estaduais

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

**Bairro:** Uvaranas

**CEP:** 84.030-900

**UF:** PR

**Município:** PONTA GROSSA

**Telefone:** (42)3220-3282

**E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 7.184.982

que não se encontram aposentados e nem em gozo de algum benefício previdenciário, vinculados a Universidade Estadual de Ponta Grossa

(UEPG), sobre sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Objetivo Secundário:

a) Desenvolver contextualização da legislação previdenciária aplicável aos sujeitos da pesquisa; b) Compreender a relevância de aplicar a Teoria da

Representação Social para estudar os sujeitos da pesquisa, devido o momento pós-reforma vivenciado, considerando a legislação vigente referente

ao Regime Próprio de Previdência Social que estão submetidos; c) Apresentar as escolhas metodológicas para a construção do objeto da pesquisa;

d) Identificar, com base nos dados obtidos, as Representações Sociais do grupo estudado referente a sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio

de Previdência Social; e e) Identificar, com base nos resultados obtidos, quais são os posicionamentos e decisões que podem ser adotados pelo

grupo estudado em decorrência da Emenda Constitucional n.º 45 de 2019.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

A pesquisa apresenta riscos mínimos, pelo fato de que os dados fornecidos serão tratados com zelo pela privacidade dos informantes, sem os

identificar, mantendo o sigilo e o caráter confidencial das informações, utilizados única e exclusivamente na realização da referida pesquisa, evitando

o risco de vazamento de qualquer informação.

Benefícios:

Os benefícios esperados com o estudo são: a) fornecer dados para pesquisas futuras em relação as representações sociais de professores

universitários sobre sua aposentadoria; e b) viabilizar programas da UEPG que objetivem abordar esta temática.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa consiste na verificação das Representações Sociais referentes a Previdência Social na perspectiva dos professores universitários

estaduais na ativa sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) que se enquadram por serem servidores públicos de nível estadual

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22  
Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900  
UF: PR Município: PONTA GROSSA  
Telefone: (42)3220-3282 E-mail: propespsecretaria@uepg.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG**

Continuação do Parecer: 7.184.982

vinculados a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), após a vigência da Emenda à Constitucional do Estado do Paraná de n.º 45 de 2019.

Tem-se por objetivo geral a análise de quais são as Representações Sociais na perspectiva dos professores universitários estaduais que não se

encontram aposentados e nem em gozo de algum benefício previdenciário, vinculados a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), sobre sua

aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Por objetivos específicos: a) Desenvolver contextualização da legislação

previdenciária aplicável aos sujeitos da pesquisa; b) Compreender a relevância de aplicar a Teoria da Representação Social para estudar os sujeitos

da pesquisa, devido o momento pós-reforma vivenciado, considerando a legislação vigente referente ao Regime Próprio de Previdência Social que

estão submetidos; c) Apresentar as escolhas metodológicas para a construção do objeto da pesquisa; d) Identificar, com base nos dados obtidos, as

Representações Sociais do grupo estudado referente a sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social; e e) Identificar, com

base nos resultados obtidos, quais são os posicionamentos e decisões que podem ser adotados pelo grupo estudado em decorrência da Emenda

Constitucional n.º 45 de 2019. Utilizar-se-á o método descritivo com abordagem quali-quantitativa e exploratória, psicossocial fenomenológica, já que

serão mapeadas as Representações Sociais pela abordagem teórica estrutural. Os critérios de exclusão utilizados são: os professores que ainda não

se encontrem aposentados ou em gozo de algum benefício previdenciário, considerando que os sujeitos serão divididos em grupos em decorrência

da legislação que estão submetidos. A coleta de dados será realizada por meio de aplicação da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) e

entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas e fechadas, com posterior aplicação de análise de conteúdo. Considerando a natureza

exploratória da presente pesquisa, não foram elaboradas hipóteses ou proposições dos resultados esperados. Assim, o que deve ser utilizado como

norte são as categorias de análise elencadas, dada a subjetividade do objeto analisado.

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvarararas, Bloco da Reitoria, sala 22

**Bairro:** Uvaranas

**CEP:** 84.030-900

**UF:** PR

**Município:** PONTA GROSSA

**Telefone:** (42)3220-3282

**E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

# UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 7.184.982

## Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos pertinentes foram apresentados em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

## Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

## Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise documental considera-se aprovado a menda a este projeto e devidamente autorizado para seu início conforme cronograma apresentado.

## Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento                                            | Arquivo                               | Postagem            | Autor                      | Situação |
|-----------------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------|----------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_2439493_E1.pdf | 18/10/2024 10:48:48 |                            | Aceito   |
| Outros                                                    | QuestionariodeEntrevista.pdf          | 18/10/2024 10:31:10 | Leonardo de Almeida Fillus | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf                              | 17/05/2024 21:12:30 | Leonardo de Almeida Fillus | Aceito   |
| Folha de Rosto                                            | FolhadeRosto_assinado.pdf             | 16/05/2024 15:04:44 | Leonardo de Almeida Fillus | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | ProjetoDissertacaoPPGCSA.pdf          | 19/04/2024 22:53:47 | Leonardo de Almeida Fillus | Aceito   |

## Situação do Parecer:

Aprovado

## Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvarararas, Bloco da Reitoria, sala 22  
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900  
 UF: PR Município: PONTA GROSSA  
 Telefone: (42)3220-3282 E-mail: propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 7.184.982

Não

PONTA GROSSA, 25 de Outubro de 2024

---

**Assinado por:**  
**ULISSES COELHO**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco da Reitoria, sala 22

**Bairro:** Uvaranas **CEP:** 84.030-900

**UF:** PR **Município:** PONTA GROSSA

**Telefone:** (42)3220-3282

**E-mail:** [propespsecretaria@uepg.br](mailto:propespsecretaria@uepg.br)

## ANEXO B – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICAS VERSÃO 4

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DA EMENDA

**Título da Pesquisa:** A representação social de professores universitários na ativa da Universidade Estadual de Ponta Grossa sobre sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social, após a Emenda à Constituição do Estado do Paraná n.º 45 de 2019

**Pesquisador:** Leonardo de Almeida Fillus

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 79261924.8.0000.0105

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Ponta Grossa

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 7.184.982

#### Apresentação do Projeto:

Solicitação de emenda ao Projeto de Pesquisa:

A representação social de professores universitários na ativa da Universidade Estadual de Ponta Grossa sobre sua aposentadoria, regida pelo

Regime Próprio de Previdência Social, após a Emenda à Constituição do Estado do Paraná n.º 45 de 2019.

Justificativa da Emenda:

O título da pesquisa foi alterado com intuito de especificar melhor a lei que implicou em alterações no Regime Próprio de Previdência Social dos professores universitários. A Lei anteriormente utilizada referia-se à alteração Federal, agora, foi alterada para a Lei Estadual. As implicações são basicamente as mesmas, não havendo, assim, alteração da proposta da pesquisa ou de seu intuito, mas sim, apenas uma adequação legal. Consequentemente a alteração do título, foi preciso fazer adequações nos objetivos e demais tópicos com a indicação da lei agora utilizada. O título anterior era: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22  
Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900  
UF: PR Município: PONTA GROSSA  
Telefone: (42)3220-3282 E-mail: propespsecretaria@uepg.br

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 7.184.982

DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NA ATIVA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 103 DE 2019, SOBRE SUA APOSENTADORIA, REGIDA PELO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL Passou a ser: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NA ATIVA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA SOBRE SUA APOSENTADORIA, REGIDA PELO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, APÓS A EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ N.º 45 DE 2019. Foram acrescentadas duas novas categorias de análise, sendo: qual é a percepção dos professores sobre o RPPS, se acreditam que ele oferece segurança e estabilidade para o futuro ou que as mudanças nas regras, como as reformas previdenciárias, podem prejudicar seus direitos; de que forma as recentes reformas afetam, e se afetaram, a confiança dos professores em relação à sua aposentadoria. Também foram alterados alguns dos critérios para a divisão dos grupos, nada que descaracterize a pesquisa, apenas foi feita uma adequação legal, acompanhando a alteração da Lei utilizada no título. Grupos anteriormente: os que ingressaram até 31/12/2003, que podem receber seu benefício pela integralidade e paridade; os que ingressaram depois de 31/12/2003 até 13/11/2019, que terão seus vencimentos calculados por 80% das maiores remunerações, corrigidas monetariamente, sem fator previdenciário, desde que completo os requisitos antes de 13/11/2019; e os que ingressaram ou completaram os requisitos após 13/11/2019, será realizada média de todos dos salários desde 1994, desta média, será recebido 60% mais 2% por ano de contribuição acima de 20 anos para ambos os sexos, entretanto, os que ingressaram após a instituição de Previdência Complementar pelo ente federativo, a aposentadoria será limitada ao Teto do INSS. Passou a ser: 1) os que ingressaram até 31/12/2003, que podem receber seu benefício

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco da Reitoria, sala 22

**Bairro:** Uvaranas

**CEP:** 84.030-900

**UF:** PR

**Município:** PONTA GROSSA

**Telefone:** (42)3220-3282

**E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 7.184.982

pela

integralidade e paridade; 2) os que ingressaram após 31/12/2003 e antes de 04/12/2019, que terão os seus proventos calculados pela média aritmética simples de todos dos salários desde 1994, recebendo 60% desta média mais 2% por ano de contribuição acima de 20 anos, para ambos os sexos, mas podem se enquadrar nas regras provisórias; e 3) os que ingressaram após 04/12/2019, que terão os seus proventos calculados pela média aritmética simples de todos dos salários desde 1994, recebendo 60% desta média mais 2% por ano de contribuição acima de 20 anos, para ambos os sexos e com limite ao teto do RGPS para os que ingressaram após 22/09/2022. A ordem que a TALP (Técnica de Associação Livre de palavras) aparece no questionário foi alterada, passando ser a primeira. Duas novas perguntas foram acrescentadas as perguntas abertas, sendo elas: ¿ Qual sua percepção sobre o RPPS? Sua percepção é de segurança e estabilidade? Por quê? Como se sente quanto ao seu futuro em relação as possíveis mudanças de regras? Estas mudanças, se ocorressem, poderiam, na sua percepção, afetar a estabilidade e segurança? ¿ As recentes reformas previdenciárias afetaram sua confiança no sistema de aposentadoria? Por quê? Essas mudanças alteraram suas expectativas sobre a aposentadoria e seu planejamento para o futuro? Por quê? Por fim, também foi aumentado o número de entrevistados de 15 para 45.

### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

O objetivo geral da presente pesquisa será analisar quais são as Representações Sociais na perspectiva dos professores universitários estaduais

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22  
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900  
 UF: PR Município: PONTA GROSSA  
 Telefone: (42)3220-3282 E-mail: [prorespsecretaria@uepg.br](mailto:prorespsecretaria@uepg.br)

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 7.184.982

que não se encontram aposentados e nem em gozo de algum benefício previdenciário, vinculados a Universidade Estadual de Ponta Grossa

(UEPG), sobre sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Objetivo Secundário:

a) Desenvolver contextualização da legislação previdenciária aplicável aos sujeitos da pesquisa; b) Compreender a relevância de aplicar a Teoria da

Representação Social para estudar os sujeitos da pesquisa, devido o momento pós-reforma vivenciado, considerando a legislação vigente referente

ao Regime Próprio de Previdência Social que estão submetidos; c) Apresentar as escolhas metodológicas para a construção do objeto da pesquisa;

d) Identificar, com base nos dados obtidos, as Representações Sociais do grupo estudado referente a sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio

de Previdência Social; e e) Identificar, com base nos resultados obtidos, quais são os posicionamentos e decisões que podem ser adotados pelo

grupo estudado em decorrência da Emenda Constitucional n.º 45 de 2019.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

A pesquisa apresenta riscos mínimos, pelo fato de que os dados fornecidos serão tratados com zelo pela privacidade dos informantes, sem os

identificar, mantendo o sigilo e o caráter confidencial das informações, utilizados única e exclusivamente na realização da referida pesquisa, evitando

o risco de vazamento de qualquer informação.

Benefícios:

Os benefícios esperados com o estudo são: a) fornecer dados para pesquisas futuras em relação as representações sociais de professores

universitários sobre sua aposentadoria; e b) viabilizar programas da UEPG que objetivem abordar esta temática.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa consiste na verificação das Representações Sociais referentes a Previdência Social na perspectiva dos professores universitários

estaduais na ativa sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) que se enquadram por serem servidores públicos de nível estadual

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: [propespsecretaria@uepg.br](mailto:propespsecretaria@uepg.br)

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 7.184.982

vinculados a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), após a vigência da Emenda à Constitucional do Estado do Paraná de n.º 45 de 2019.

Tem-se por objetivo geral a análise de quais são as Representações Sociais na perspectiva dos professores universitários estaduais que não se

encontram aposentados e nem em gozo de algum benefício previdenciário, vinculados a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), sobre sua

aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Por objetivos específicos: a) Desenvolver contextualização da legislação

previdenciária aplicável aos sujeitos da pesquisa; b) Compreender a relevância de aplicar a Teoria da Representação Social para estudar os sujeitos

da pesquisa, devido o momento pós-reforma vivenciado, considerando a legislação vigente referente ao Regime Próprio de Previdência Social que

estão submetidos; c) Apresentar as escolhas metodológicas para a construção do objeto da pesquisa; d) Identificar, com base nos dados obtidos, as

Representações Sociais do grupo estudado referente a sua aposentadoria, regida pelo Regime Próprio de Previdência Social; e e) Identificar, com

base nos resultados obtidos, quais são os posicionamentos e decisões que podem ser adotados pelo grupo estudado em decorrência da Emenda

Constitucional n.º 45 de 2019. Utilizar-se-á o método descritivo com abordagem quali-quantitativa e exploratória, psicossocial fenomenológica, já que

serão mapeadas as Representações Sociais pela abordagem teórica estrutural. Os critérios de exclusão utilizados são: os professores que ainda não

se encontrem aposentados ou em gozo de algum benefício previdenciário, considerando que os sujeitos serão divididos em grupos em decorrência

da legislação que estão submetidos. A coleta de dados será realizada por meio de aplicação da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) e

entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas e fechadas, com posterior aplicação de análise de conteúdo. Considerando a natureza

exploratória da presente pesquisa, não foram elaboradas hipóteses ou proposições dos resultados esperados. Assim, o que deve ser utilizado como

norte são as categorias de análise elencadas, dada a subjetividade do objeto analisado.

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22  
**Bairro:** Uvaranas **CEP:** 84.030-900  
**UF:** PR **Município:** PONTA GROSSA  
**Telefone:** (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

# UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 7.184.982

## Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos pertinentes foram apresentados em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

## Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

## Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise documental considera-se aprovado a menda a este projeto e devidamente autorizado para seu início conforme cronograma apresentado.

## Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento                                            | Arquivo                               | Postagem               | Autor                      | Situação |
|-----------------------------------------------------------|---------------------------------------|------------------------|----------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_2439493_E1.pdf | 18/10/2024<br>10:48:48 |                            | Aceito   |
| Outros                                                    | QuestionariodeEntrevista.pdf          | 18/10/2024<br>10:31:10 | Leonardo de Almeida Fillus | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf                              | 17/05/2024<br>21:12:30 | Leonardo de Almeida Fillus | Aceito   |
| Folha de Rosto                                            | FolhadeRosto_assinado.pdf             | 16/05/2024<br>15:04:44 | Leonardo de Almeida Fillus | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | ProjetoDissertacaoPPGCSA.pdf          | 19/04/2024<br>22:53:47 | Leonardo de Almeida Fillus | Aceito   |

## Situação do Parecer:

Aprovado

## Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvarararas, Bloco da Reitoria, sala 22  
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900  
 UF: PR Município: PONTA GROSSA  
 Telefone: (42)3220-3282 E-mail: propespsecretaria@uepg.br

**ANEXO C – DESPACHO PROPLAN PROCESSO N.º 24.000057415-7**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

**DESPACHO**

Leonardo de Almeida Fillus

Em atendimento ao solicitado para a realização da dissertação intitulada "A Representação Social de Professores Universitários na Ativa da Universidade Estadual de Ponta Grossa, após a Emenda Constitucional N.º 45 de 2019, sobre sua Aposentadoria, Regida pelo Regime Próprio de Previdência Social", encaminhamos os seguintes dados.

a) Quantos professores estatutários encontram-se ativos, atualmente (2024), na UEPG, ou seja, considerando apenas os concursados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);

**R: Atualmente contamos com 634 professores efetivos no quadro de docentes da UEPG.**

b) Qual o número destes professores ativos ingressou até 31/12/2003;

**R: 246 professores integram o quadro docente até 31/12/2003.**

c) Qual o número destes professores ativos ingressou depois de 31/12/2003 até 04/12/2019;

**R: 357 professores integram o quadro docente no período de 31/12/2003 até 04/12/2019.**

d) Qual o número destes professores ativos ingressou após 04/12/2019.

**R: 31 professores integram o quadro docente após 04/12/2019.**

Coloco-me a disposição para possíveis esclarecimentos.

Atenciosamente



Documento assinado eletronicamente por **Josecler da Conceicao Kapp Lepinski, Pesquisador(a) Institucional**, em 13/09/2024, às 17:27, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2193510** e o código CRC **927C74E0**.

24.000057415-7

2193510v6

## ANEXO D – DESPACHO MS-CSA PROCESSO N.º 24.000072344-6



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

**DESPACHO**

Primeiramente pedimos desculpas pela morosidade no retorno da solicitação. Justifica-se pois esta demanda deve ser pautada em reunião do Colegiado, reunião esta que aconteceu aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às 14:00 horas, on-line, via *google meet*.

O Colegiado indeferiu (rejeição) do seu pedido, sustentando a necessidade do acadêmico abrir novo processo SEI e lhe remeter à PROGESP para que tal órgão tome as devidas providências.

Att.



Documento assinado eletronicamente por **Lislei Teresinha Preuss, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas - Mestrado**, em 26/11/2024, às 09:35, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2308119** e o código CRC **8F5C175E**.

24.000072344-6

2308119v3